SUPPLEMENTO HISTORICO, OU MEMORIAS, E NOTICIAS DA CELEBRE ORDEM DOS...

MEMORIAS,

E NOTICIAS HISTORICAS DA CELEBRE

ORDEM MILITAR

DOS

TEMPLARIOS

Na Paleſtina,

Para a Hiſtoria da admiravel Ordem

DE NOSSO SENHOR

JESU CHRISTO.

STITUET OMNIA
HISTO
RIA
ECLES
Fran. Vieira Luzitano inven. e escul. Lisboa 1728.

MEMORIAS,
E NOTICIAS HISTORICAS DA CELEBRE ORDEM MILITAR
DOS TEMPLARIOS
NA PALESTINA,
Para a Hiſtoria da admiravel Ordem
DE NOSSO SENHOR
JESU CHRISTO
EM PORTUGAL.
TOMO SEGUNDO
DA PARTE PRIMEIRA.
DEDICADAS A ELREY
NOSSO SENHOR
D. JOAÕ V.
ESCRITAS PELO DOUTOR
ALEXANDRE FERREIRA,
Natural da Cidade do Porto, Doutor Graduado na Faculdade de Leys pela Univerſidade de Coimbra, e na meſma Miniſtro da Meſa Eccleſiaſtica, Collegial do Collegio Real de S.Paulo, e Reytor, e Lente de Leys, Deſembargador dos Aggravos na Relaçaõ do Porto, e na Caſa da Supplicaçaõ deſtas Cidades, Juiz Privativo dos Cativos, Adjunto das Cauſas de Juſtiça no Conſelho de Guerra, e na Junta da Inconfidencia, Fiſcal, e Procurador da Fazenda, e Eſtado da Sereniſſima Caſa do Infantado, Deputado da Fazenda do Gram Priorado do Crato, Promotor, e hoje Deputado da Junta da Bulla da Cruzada, Deputado da Meſa da Conſciencia, e Ordens, Cavalleiro profeſſo da Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, Secretario Real na Embaixada Extraordinaria à Corte de Madrid, Conſelheiro da Rainha Noſſa Senhora, Ouvidor Geral das ſuas Terras, e Academico do numero da Real Academia da Hiſtoria Portugueza.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA, Impreſſor da Academia Real.
M. DCC. XXXV.
Com todas as licenças neceſſarias.

A O LEITOR.

UANDO entendia poder reduzir a hum ſó volume a primeira Parte das Memorias Hiſtoricas da celebre Ordem do Templo de Salamaõ, inſtruidas com huns Appendices de noticias curioſas a eſtas Memorias, e com hum grande numero de Bullas Apoſtolicas, com que a favor deſta Ordem abriraõ os Pontifices os theſouros da Igreja; creſceo tanto, que parecia deſpropor-

proporcionado hum ſó corpo ; e por ordem dos Excellentiſſimos Senhores Directores da noſſa Real Academia, foy preciſo dividillo em dous, para que nem ſe malograſſe o trabalho, com que deſcobri eſtas Bullas, e ſe ſalvaſſe a proporçaõ em tudo util, e neceſſaria.

Neſte ſegundo corpo offereço o que naõ pode caber no primeiro volume; e ſerá o ſegundo tomo da primeira Parte. Em primeiro lugar vaõ os Appendices: em ſegundo lugar as Bullas Apoſtolicas: e em terceiro lugar hum copioſo Index, de tudo o que ſe contém neſta primeira Parte. Naõ peço agradecimento do trabalho, ſempre cançado entre tantas, e taõ diverſas occupações; mas piedade, e diſculpa, que entre tantos embaraços, nem ſaõ faceis os exames, e com falta ſempre de tempo, o naõ ha para limar o que ſe eſcreve.

APPEN-

de Rochefort fecit 1780

APPENDIX I.

Da jornada do Conde D. Henrique à Paleſtina.

ONCLUIDAS as Memorias, que eſcrevo, dos Templarios na Paleſtina neſta primeira Parte, e antes de paſſar à ſegunda da ſua Hiſtoria, ou das ſuas Memorias nos Reynos de Europa, e porque naõ hey de tornar à Syria, quiz dar huma breve noticia, ou diſputar da jornada àquelles Santos Lugares do noſſo grande, e ſempre memoravel Conde D. Henrique, florente tronco, e illuſ-

e illuſtriſſimo Progenitor dos noſſos Monarchas, aos Senhores, que eſcrevem a Vida deſte Principe, e do grande, e veneravel Rey D. Affonſo Henriques; mas como ainda me naõ chegaraõ eſtas Memorias, e eſte negocio he controverſo, e diſputado, ainda entre os noſſos Eſcritores; porque huns lha negaõ totalmente, outros lhe daõ duas jornadas, e os que melhor diſcorrem, lhe daõ huma ſómente, e o negocio toca na Paleſtina, por onde até agora continuaraõ os meus eſcritos, ſe me fez preciſo dar neſte Appendix eſta breve noticia, como tambem a do Appendix II. ſe o inſigne Arnaldo, ou Arnoldo da Rocha, que foy Cavalleiro Templario, foy dos primeiros nove Inſtituidores deſta illuſtriſſima Ordem do Templo em Jeruſalem.

784 Com grande trabalho, e igual goſto dou eſta noticia, na eſperança, de que pelos Senhores Academicos, a quem pertence, melhorando o eſtylo, emendem o erro, com que a eſcrever; porque já tenho dito muitas vezes, eſcrevo ſem vaidade, e ſómente neceſſitado da obrigaçaõ do meu emprego Academico.

785 E porque a noticia vá com clareza, diſputarey com diviſaõ, ſe eſte Senhor foy à Paleſtina, e quantas vezes, em que tempo, e com quanta dilaçaõ de annos, e por onde foy, e veyo; o que farey nos §§. ſeguintes.

§. I.

§. I.

Se o Senhor Conde D. Henrique passou à Palestina?

786 DOs nossos Escritores quem nega com mais força, e valentes argumentos esta jornada, he o doutissimo Duarte Nunes de Leaõ, Desembargador da Casa da Supplicaçaõ, e Chronista das Historias dos Reys de Portugal, ou Reformador, que imprimio ha cento e trinta e quatro annos, no de 1600. Diz este grande Escritor [e contra o que achava escrito na Historia delRey D. Affonso Henriques] que este grande Conde nem fora, nem podia ir à Palestina; porque no tempo, em que o fazem caminhando à Palestina, tinha o Conde em sua Casa a mayor occupaçaõ, que podia ter em Portugal, e o necessitava a naõ deixallo; e naõ podia ser louvavel, àntes indiscreto zelo, deixar aquella terra, em que estava; no perigo dos Mouros visinhos, por acodir aos estranhos, tendo em sua Casa iguaes, e mais precisos empenhos.

Duart. Nun. Chronica dos Reys de Portugal 1. part. pag. 15. vers.

787 Firma este argumento com o seguinte discurso: porque Lisboa, que no anno de 1093. [que muitos querem fosse a segunda tomada, depois da perda de Hespanha, dando a primei-

ra por Affonſo o Caſto, ajudado de Carlos Magno] foy ganhada aos Mouros pelo meſmo Conde com ſeu ſogro ElRey D. Affonſo, neceſſitava de grande cautella, e cuidado na ſua guarda, pela ſua grandeza, e ſer taõ inſigne, e de que aos Catholicos ſe faziaõ grandiſſimos damnos por mar, e terra; e ter hum dos mais celebres portos do Mundo, aonde a multidaõ dos Mouros, que ſahia de Africa, tinha porto ſeguro para o deſembarque; e era huma das entradas, por onde aquelles barbaros entraraõ para a deſtruiçaõ, e perda de Heſpanha: motivos que faziaõ certo tornarem os Mouros, com a ſua multidaõ coſtumada, a reſtituirſe, e deſapoſſarem della aos Catholicos.

788 E ſe eſte grande trabalho, advertido cuidado, e prudente cautella, naõ baſtou a guardalla, e livralla de novo inſulto, com que os Mouros a ſitiaraõ, e levaraõ no tempo, em que dizem fora o grande Conde à Paleſtina; como ſe fará crivel eſta jornada, ſendo neceſſaria muita gente para a defeza, que havia de conſumir o ferro dos inimigos, e o trabalho, ſendo para eſte ſucceſſo neceſſarios muitos homens, de que em Portugal naõ havia muitos, pois ainda agora começava a renaſcer das ruinas paſſadas?

789 Ao que accreſcenta, que por eſtes motivos, aſſim de Portugal, como de Caſtella,

naõ

naõ passara pessoa alguma o mar, para a guerra santa, como dos outros Reynos de Hespanha; porque tambem tinhaõ entre si, e muy visinhos Mouros, e Africanos, e que possuiaõ as terras dos Catholicos, e que era necessario todo o valor, e toda a gente para os impedir, e para os expulsar.

790 Vale-se da authoridade de Paulo Emilio, Author grave, que nos Annaes de França, na Vida delRey Filippe I. contando miudamente todo o processo da guerra santa, nomeando todos os Principes Catholicos, e pessoas principaes, que acodiraõ a taõ santa empreza; dizia, que de todas as partes de Alemanha, França, Italia, Inglaterra, Escocia, e das mais remotas Ilhas, e terras de Catholicos, foraõ à dita guerra, exceptuando os Hespanhoes, que por terem guerra, e terrivel, com os Mouros dentro de sua Casa, naõ podiaõ buscar conquistas em póvos estranhos.

791 Refere mais, que escrevendo toda esta guerra desde o seu principio em vinte e tres livros, o doutissimo Guilherme, Arcebispo de Tyro, em que se achara presente [a principio digo eu, que naõ] como Chanceller Mór do Reyno de Jerusalem; e que nomeando este naõ só os Principes, mas ainda os Cavalleiros de menor importancia, e miudamente, que se acharaõ nesta guerra santa do ultramar, nenhu-

ma memoria faz do Conde D. Henrique: ſendo que a devia fazer neceſſariamente, ſe eſte Principe lá foſſe, por ſer huma grande Peſſoa pelo ſangue, e pelo eſtado, genro do Emperador D. Affonſo, taõ conhecido no Mundo, parente do meſmo Rey, que dominava Jeruſalem, cunhado dos Condes de Flandres, Borgonha, e Toloſa, e de outros Principes Francezes, e Alemães, e Capitães daquella guerra, de que dá taõ exacta conta: e naõ havia motivo, para que ſepultaſſe eſta memoria, ſe foſſe verdadeira.

792 Paſſa a outra prova Duarte Nunes, que diz ſer evidentiſſima; porque desde o anno de 1096. em que Godofredo de Bulhon, e os mais Principes paſſaraõ à Terra Santa, até o anno de 1112. em que morreo Henrique, ſe achaõ doações, que o meſmo Senhor fez neſte Reyno firmadas por elle, por todos aquelles annos, ou interpolladas de maneira, que naõ era poſſivel, no tempo que mediava entre huma, e outra, pudeſſe ir à dita conquiſta, ainda que foſſe de romagem, e naõ a ajudar aquella ſanta guerra, porque neceſſariamente havia de ter dilações, na ida, eſtada, e retirada. E que naõ era poſſivel, que ElRey ſeu ſogro na ſua velhice, em que o fizera ficar em Heſpanha para o ſeu deſcanço, e ajuda, dandolhe hum dote, de que a mayor parte eſtava por conquiſtar, e tendo-o

tendo-o posto por Fronteiro, e Defensor contra os Mouros das terras de ambos, o deixasse sahir fóra delles, com taõ evidente risco, e perigo.

793 Ajudava Duarte Nunes a sua opiniaõ; porque ElRey D.Sancho, neto do mesmo Conde, sendo-lhe notificada a tomada de Jerusalem pelo Santo Padre Clemente V. e o estrago, que nella, e nos Catholicos havia feito Saladino, e exhortando-o com muitos rogos, e supplicas, a que com os mais Principes Christãos, quizesse acompanhallos a recuperalla; e desejando muito ElRey esta jornada, e esta empreza, por ser Principe, sobre muy esforçado, Christianissimo: os póvos lho naõ consentiraõ, pelo grande perigo, em que deixava as suas terras, sendo que já entaõ o Reyno de Portugal estava quasi todo libertado dos Mouros. E que era mais de crer impediriaõ ao Conde D.Henrique, e com mais razaõ, em tempo, em que a Casa Santa estava em poder dos Catholicos, e a mayor parte de Portugal ainda gemia no poder dos Mouros.

794 Quanto mais, que se Henrique, quando naõ tinha cousa alguma em Portugal, nem grilhaõ, que o prendesse, ficou neste Reyno, para servir nelle a Deos contra os Mouros; naõ era crivel, que tendo mayor obrigaçaõ, e necessidade de residir em Portugal, tendo a doce

prizaõ

prizaõ de mulher, e filhos, ſe foſſe taõ longe, a buſcar guerra alheya, deixando outra em ſua Caſa; e por ſalvar eſtranhos, deixaſſe mulher, e filhos, no perigo de mortos, ou cativos; e quem lhe quizeſſe dar o titulo de valente, naõ lhe negaria a injuria de louco.

795 E que eſte meſmo reſpeito teve o grande Rey o Senhor D. Affonſo IV. deſte Reyno no conſelho, que deu a ElRey de Caſtella ſeu genro, e que tomou para ſi, ſendo ambos convidados delRey de França, e de alguns Principes de Alemanha, para a conquiſta da Terra Santa; a que reſpondeo, que pouco ſezudo ſeria, o que tendo os inimigos em Caſa, foſſe buſcar outros fóra, e deixaſſe ganhar aquellas terras, que podia deixar a ſeus proprios filhos, por ir conquiſtar outras, que ficaſſem aos alheyos: ſendo a guerra a meſma, e os inimigos todos huns, e o ſerviço de Deos igual. E que naõ era ſemelhante caſo o do Conde de Toloſa na ida à Terra Santa; porque eſte Principe vivia em França, aonde tinha os ſeu Eſtados ſem a má viſinhança dos Mouros; e que ainda aſſim, naõ foy tanto a ſeu ſalvo, que o Conde de Poitiers vendo-o auſente, lhe naõ occupaſſe as ſuas terras.

796 E conclue, que no meſmo Concilio de Claramonte, em que ſe eſtabeleceo a conquiſta da Terra Santa, como eſcreve Santo Antonino, inſti-

instituìo tambem o Papa Urbano hum Officio em louvor da Virgem Maria Senhora Nossa, para se rezar em todas as horas do dia, pelos seus devotos, e tambem se ordenou o rezar as Orações do Padre Nosso, e Ave Maria por ramaes de Contas, o que tambem foy invençaõ santa do mesmo Ermitaõ Pedro [que tanto requereo por este Concilio, e pela guera santa] que estando no Ermo por naõ errar o numero das Orações, que rezava, e sabello com certeza, tomava certo numero de pelouros, como tentos, para fazer conta das Orações, donde veyo o chamaremse Contas: e se isto tudo naõ era obrigaçaõ, que prendesse a todos, mas ficava na liberdade de cada hum; assim tambem devia ser a jornada, e conquista de Jerusalem estabelecida naquelle Concilio; e que naõ tendo o Conde D. Henrique obrigaçaõ a esta jornada, a fizesse faltando à obrigaçaõ natural, e politica de mulher, filhos, e Vassallos.

797 Estes saõ os fundamentos, com que Duarte Nunes de Leaõ nega esta jornada à Palestina do Conde D. Henrique; vamos à opiniaõ dos mais.

798 O grande Manoel de Faria de Sousa no segundo tomo da sua Europa Portugueza, com mais generosidade naõ nega esta jornada, antes lhe dá duas: a primeira na conquista no anno de 1094. a outra na conservaçaõ no anno de

Sousa. Europ. Portug. tom. 2. part. 1. cap. 2. num. 10. e 19.

de 1103. e por naõ tirar a elegancia, com que escreve, copiarey as suas mesmas palavras.

799 Diz assim no numero 10. *Grandemente estimó Enrique este principio de descanso; peró mucho mas una ocasion de trabajo glorioso, sobre todos los antecedentes, que poco adelante se ofreció; porque ligandose los Principes Cristianos para ganar el Sacrosanto Sepulchro, ElRey Don Alonso embió un socorro gruesso, y por General dél a Don Enrique, assi por ser tan llegado en parentesco à aquellos Reales Heroes, como por la experiencia reciente de su valor: tan conocido todo del Pontifice Urbano II. que le nombró por uno de los doze Capitanes de aquella expedicion sagrada.*

En Palestina veneró los Sagrados Lugares de nuestro remedio, y tubo ocasiones grandes de mostrar a los infieles el zelo de su animo, y el valor de su brazo, tan estimado todo de Gudofredo [yá Rey de Jerusalem] que se despedió del haziendole favores singulares. Fueron los majores despojos de aquella conquista las Reliquias Santas: cupole a Enrique el hierro de la lança, con que se abrió el costado de Christo, parte de la Corona de espinos, un pedaço de la Cruz, una çapatilla de la Virgen, y una toca de la Magdalena. Estupendas victorias alcanzavan los antigos Reyes, y Capitanes Catholicos, quando sin codicia se contentavan con tan illustres despojos, trayendolos por bande-

banderas, y estandartes de sus Exercitos. Dando la buelta a España acompañado del Santo Varon Giraldo [despues Arçobispo de Braga, por sêr su natural, y por la ocasion insigne, le quizo sêr compañero] visitó al Emperador de Constantinopla Alexo, que entre otras Reliquias le dio un braço del Euangelista San Lucas, oy venerado en aquella Iglesia, como testigo indubitable de su jornada: fenecia el año de 1099. quando victorioso en ella, llegó a Toledo, entonces moderna Corte de Castilla.

800 E no numero 19. diz assim: *Este es el año, que algunos Escritores conceden el passage del Conde Don Enrique a Jerusalem, en la ocasion, que Guido de Lusignano, y otros Principes del Norte allá passaron, en socorro de los Christianos, negandoselo en la conquista, con la razon, de que no le faltava en que entender acá entonces: peró con este fundamento se lo podian tambien negar en la segunda ocasion, porque en ella no tenia menos en que entender en España. Peró supuesto, que por algunos años [desde 1103. asta 1109.] no le faltaron noticias dél acá, como tambien sucedió en los de la primera, creible es, que se halló em ambas ocasiones de conquista, y de socorro. Ni hallo yó otra suerte de conciliar esta variedad de pareceres. Parece le acompañaron Don Tello, y Don Mauricio, aquel Arcediano, y este Obispo de Coimbra.* Assim discorre Manoel

de Faria de Sousa, e vimos a tirar do seu discurso, que o Conde foy a Jerusalem; logo tornarêmos ao que escreve, quando tratarmos de quantas foraõ as jornadas, se huma, se duas.

801. O doutissimo Antiquario Fr. Bernardo de Brito falla na vinda, e estada deste Principe em Portugal, no segundo tomo da Monarchia Lusitana, reservando para o terceiro escrever as proezas deste grande Principe, e nelle escreveria tambem destas jornadas, ou approvandó-as, ou reprovando-as; mas já na Chronica de Cister traz para a fundaçaõ da Ordem Militar de S. Juliaõ do Pereiro huma authoridade, em que he visto approvar a opiniaõ dos que seguem a opiniaõ, de que foy à Palestina, pois na dita Chronica diz assim: *Hum Ermitaõ, que vivia junto ao rio Coa em huma Ermida de S. Juliaõ, e fora na sua mocidade homem valeroso nas armas, e servira ao Conde D. Henrique de Portugal nas guerras, que tivera com os Mouros, e na jornada de Jerusalem, que nega hum Author Portuguez, por lhe parecer impossivel a seu juizo esta jornada* [este era Duarte Nunes de Leaõ] *naõ vendo, que ha no Reyno doações suas, em que se faz mençaõ della, e que para tirar taõ honrada antiguidade naõ eraõ necessarios grandes fundamentos; mas deixando a conclusaõ deste negocio para a Monarchia, aonde se verá mais claramente.*

Chronic. de Cister. part. 1. livr. 5. cap. 3.

Esta

802 Esta mesma opiniaõ a favor da jornada, seguindo a Chronica antiga delRey D. Affonso Henriques, que quiz reformar Duarte Nunes de Leaõ, como elle diz; e a meu parecer com pouca razaõ, porque factos antigos, e notorios, de que depoem hum Escritor do Reyno, antigo, e da visinhança do caso, e de que fallaõ as mais Chronicas antigas, naõ parecem bem reprovados por Author moderno, fundado em conjecturas, e congruencias, e por argumentos *ab inconvenienti*, que logo se mostraráõ convencidos.

803 O doutissimo Padre Fr. Antonio Brandaõ, Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, benemerito successor das virtudes, e emprego de Chronista Môr do Reyno, e do grande apparato, que tinha de noticias para a Monarchia, na terceira parte he do mesmo parecer, e em hum Capitulo inteiro a disputa, ainda que se cança mais na averiguaçaõ do tempo.

Monarch. Lusit. 3. part. livr. 8. cap. 22.

804 O doutissimo Padre Zapater no seu Cister Militante, naõ sendo nosso natural, mas estrangeiro, Chronista do Reyno de Aragaõ, he acerrimo, e impaciente defensor desta jornada do Conde à Palestina. Deste mesmo sentir, ainda sendo estrangeiro, he o doutissimo Padre Manrique nos Annaes Cistercienses. O Padre Mariana, pouco devoto às cousas de Portugal

Zapat. Cist. Milit. da Ord. de Alcantara, cap. 1. e 2.

Manriq. Annal. Cist. anno 1156. cap. 2.

C ii segue

ſegue o meſmo. Deixo mais, e entro a interpor o meu juizo; ſalvo ſempre o melhor, e mais verdadeiro.

805 No meu ſentir, me parece mais verdadeira a opiniaõ, que ſegue, que o grande Conde D. Henrique foy à Paleſtina; e além das authoridades referidas, tenho provas concludentes, e ſoluções efficazes aos argumentos de Duarte Nunes de Leaõ, que ainda que ſe intitule Reformador das Hiſtorias antigas deſte Reyno, era neceſſario convencellas com outras Hiſtorias, e authoridades coetaneas, para que na controverſia entraſſemos a fazer juizo do mais veroſimel: mas nelle ainda que a refórma naõ ſeja verdadeira, naõ ſe póde dizer, que foſſe mal fundada, nem que o diſcurſo de Duarte Nunes foſſe levemente diſparatado, diſſe o que ſentio, medindo a emenda pelo ſeu diſcurſo, devendo-a medir por documentos, e authoridades, que perſuadiſſem o contrario. Eu bem ſey, que os antigos, e doutiſſimos, negaraõ haver Antipodas, ſer habitavel a Zona Torrida, e affirmavaõ haver ſó tres partes do Mundo, e tudo emendaraõ os modernos, enſinados, e perſuadidos das ſuas experiencias, e ſe ſem eſtas o negaſſem por conjecturas, teriaõ pouco aſſenſo contra o reſpeito da ſempre veneravel antiguidade, que ſó por factos contrarios ſe póde fazer menos attendida.

Marian. lib. 12. cap. 13.

He

806 He a tradiçaõ continuada a mais relevante prova dos ſucceſſos paſſados, que naõ podendo conſervarſe preſentes, na tradiçaõ ſe fazem memoraveis, e eſta continuada relaçaõ de pays a filhos he o unico meyo, com que a antiguidade vay renaſcendo, para ſe fazer perpetua nas memorias: podem faltar os bronzes, os marmores, e ainda os manuſcritos, mas naõ falta a tradiçaõ, ſe continúa. Deſta jornada a Jeruſalem do Conde D. Henrique, desde o ſeu tempo, até os preſentes he taõ continuada em Portugal., e ainda nos paizes eſtrangeiros ha tradiçaõ, que ninguem a ignora, e todos a ſabem, e muy poucos os que a ignoraõ; e ainda que alguns a duvidem, ou a neguem, o facto de taõ poucos naõ pode eſcurecer a memoria, de que quaſi todos ſe lembraõ. Empenho ſerá da paixaõ, ou do capricho, o negalla, e naõ he a primeira vez, que pelos meſmos motivos ſe negaõ verdades evidentes, querendo, que os ſeus apaixonados diſcurſos triunfem da verdade; os intereſſados lhe agradeceráõ aquelles bons deſejos, mas ſerá ſempre a verdade, a que triunfe com o valor da tradiçaõ.

807 Já repeti os Authores [e pudera repetir muitos mais] que no ſequito deſta verdade juſtificaõ mais a tradiçaõ: e o que ſe eſcreve nas Chronicas antigas manuſcritas deſte Reyno, que confeſſa o meſmo Duarte Nunes de Leaõ

na

na presumpçaõ de reformallas; as memorias tem continuado por mais de seis seculos, e naõ póde haver mayor prova da tradiçaõ, que o curso de tantos annos; mas passemos a mayores demonstrações para prova desta verdade.

808 No Archivo do Mosteiro de Alcobaça, por todos os titulos Casa Real: em hum livro encadernado em couro preto, com bordas de couro branco, com este titulo: *Secunda Pars Codicis Alcobaciensis*, se acha a Escritura seguinte [que naõ copiarey toda, porque a hey de copiar em outro livro no Capitulo V. e agora vou sómente ao que me importa] *Hujus tempore moritur Amandus, qui juvenis ivit ad bellum Syriæ cum bono Comite Henrico, & multa fortia egerat.*

809 No Archivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tambem Real por todos os titulos, sobrando para a sua honra ser deposito veneravel dos grandes Reys D. Affonso Henriques, e seu filho ElRey D. Sancho I. e do Santo Prior D.Theotonio, temos outra evidente memoria desta jornada do Conde D.Henrique à Palestina: no livro dos *Testamentos de Santa Cruz*, em que D.Pedro Alfardo, Conego Regular do mesmo Mosteiro, escreve a Vida do Arcediago D.Tello, hum dos Fundadores daquella Casa, e da refórma dos Conegos; diz estas palavras: *Rogatus namque, cum eo* [falla

la do Biſpo D. Mauricio, que ſendo Francez, era Biſpo de Coimbra, ſuccedeo a D. Creſconio, e ao depois paſſou à Mitra de Braga, e depois foy Anti-Papa com o nome de Gregorio VIII.] *Hieroſolymam petit, & per triennium totius Curiæ, & Epiſcopi curam gerens, & cuncta pro ſuo nutu componens*, &c. E ainda que eſta memoria naõ falla no Conde D. Henrique, aquellas palavras: *Totius Curiæ, & Epiſcopi curam*, expreſſamente dizem, que hia Corte, e o Biſpo, naõ havia outra em Portugal, ſenaõ a do Conde D. Henrique, logo hia eſte; o que ſe perſuade melhor na ſeparaçaõ dos termos *totius Curiæ*, que exprimem Corte, e Superior na authoridade ao Biſpo, pelos pôr em primeiro lugar, e entaõ o Biſpo, *& Epiſcopi*: nem iſto póde ter duvida, conſiderado o favor, e familiaridade, com que era o Arcediago tratado pelo Conde: *Unde familiaritate Principum habebatur charus*, diz o meſmo livro dos *Teſtamentos de Santa Cruz*: e eſta memoria, ſobre antiga verdadeira, faz prova evidente deſta jornada.

810 No Moſteiro de Canedo, reduzido hoje a Igreja particular, e Reytoria da apreſentaçaõ do Prelado no Biſpado do Porto, ſe conſerva a memoria, de que o Conde D. Henrique fizera eſta jornada.

811 E deſte noſſo meſmo parecer foy o Padre D. Nicolao de Santa Maria na Chronica, que

Lib. 7. cap. 1. num. 12.

que escreveo dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho de Portugal; e sobre todos o Senhor D. Manoel Caetano de Sousa, que foy Director da nossa Academia, e dignissimo Pro-Commissario Geral da Bulla da Cruzada nestes Reynos, e Senhorios de Portugal, no seu Catalogo Historico, tratando do Arcebispo D. Mauricio, Anti-Papa com o nome de Gregorio VIII.

Catalog. pag. 5.

812 E da ida a Jerusalem do Bispo D. Mauricio ha huma memoria authentica [além das acima ditas] no livro das doações de Coimbra em huma Escritura, que diz assim: *Munio Ferrarius de Paradella, postquam Domnus Mauricius Episcopus Hierosolymam perrexerat, dissentionem, & vastitatem in Villa prædicta, & Sever per se, & consilio suo operatus est, & de illo Cellario multa diripuit: unde prædictus Episcopus ut reversus, hæc experimento cum didicit, nimium indignatus est*, &c. e acaba: *Facta roborationis carta III. Kalendas Junii. Era M. CXVI.* que responde ao anno de Christo Senhor Nosso de 1108.

813 Os fundamentos de Duarte Nunes de Leaõ, ainda que bem ponderados, se dissolvem facilmente, porque suppoem muitas cousas, que naõ eraõ assim na verdade; e ao primeiro fundamento se responde; porque pelos annos desta ausencia, naõ consta, que Lisboa estivesse cercada pelos Mouros; boa era a conjectura, e o discur-

discurso, mas fundados no que naõ havia naõ podem concluir.

814 O segundo tambem naõ persuade, porque se naõ mostraõ Escrituras, ou doações, que persuadaõ a sua assistencia em Portugal por aquelles tempos; e ainda que se fizesse alguma em seu nome, provará o dominio, e naõ a assistencia; e com cerco, que naõ havia, e Escrituras, que naõ ha, naõ se póde concluir o argumento de que naõ foy, contra huma tradiçaõ antiga, e constante, fundada em taõ legitimos documentos, e authoridades.

815 O terceiro argumento tem facil reposta; porque naquelles tempos nem os Principes faziaõ com tanto apparato as jornadas, e podia fazella por mar o Conde, em que vencia tempo, e despeza, e naõ iria por terra com os mayores Principes, e assim naõ he muito naõ se fallasse nelle; principalmente, que pelo embaraço das guerras com os Mouros, acodia muy pouca gente àquella santa empreza.

816 Menos òbsta o ultimo fundamento da pouca conveniencia desta jornada, e desamparo, em que deixava a seu sogro, mulher, e filhos, e a sua Casa; porque muitas vezes se obra sem prudencia aquillo, com que cega o appetite, ou a que se representa brio, e valor; além do que, poderia haver outras razões, que ignoramos, que o persuadissem; e como era taõ de-

cantada aquella empreza, e taõ repetidos votos de aſſiſtirlhe, e nos perigos das batalhas em Portugal, poderia o Conde ter feito voto, que o obrigaſſe; e iſto que era muy factivel, e muy proprio de hum Principe daquelle valor, e Chriſtandade, naõ ſe deve attribuir por huma ſó idéa, à leveza; nem ſeu ſogro ſe achava taõ velho, que naõ pudeſſe governar os ſeus Eſtados, e reger os ſeus Exercitos, como ainda continuou; nem na ſua falta achou eſtragos, em que o arrependimento tiveſſe que ſentir; nem o ſogro o buſcou ſó por ajuda, mas deſtituído de filhos varões, quiz por eſte, e pelo outro genro multiplicar em muitos netos de taõ illuſtre ſangue, e de taõ generoſo valor [ſendo que eſte naõ ſe herda, mas imita-ſe] a ſucceſſaõ da ſua Caſa.

817 Nem a reſoluçaõ delRey D.Sancho I. deſte Reyno, e delRey D. Affonſo IV. perſuadem mais que huma conſideraçaõ mais prudente, ou para melhor dizer, os deſtinos de Sancho para a expulſaõ dos Mouros pelo Reyno, e pelo Algarve, e contra Mouros em mayor numero, e mais inquietos; e em Affonſo o juſto temor da batalha do Salado, para que naõ baſtava toda a prevençaõ, e foy neceſſario, que o Ceo tomaſſe por ſua conta a vitoria; e naõ teriaõ feito votos, em que a razaõ politica deve ceder à obrigaçaõ Catholica: e cuido ficaõ ſatisfeitos os argumentos de Duarte Nunes, e prova-

provada a jornada do Conde D. Henrique à Paleſtina.

§. II.

Quantas jornadas fez à Paleſtina o Conde D. Henrique?

818 AGora entro em mayor contenda no exame ſe o Conde D. Henrique foy duas vezes, ou huma ſó à Paleſtina. Manoel de Faria de Souſa, ſem embargo de ſer hum Cavalleiro pobre, foy mais liberal nas jornadas. O Padre Doutor Fr. Antonio Brandaõ, como Religioſo, eſteve com mais eſcrupulo, e naõ lhe concede mais que huma, quando Faria dá duas. Entre ir, e naõ ir, naõ pode haver meyo para os compor: vejamos ſe a primeira jornada, de que eſcreve Faria, tem algum fundamento.

Faria ſupra.

819 Diz Faria eſcrevendo dos annos de 94. até 1099. que ElRey D. Affonſo, que era entaõ o de Caſtella, mandara hum ſoccorro à Paleſtina, de que fizera General ao Conde D. Henrique, ſegurando-o no ſeu valor, e na confiança da boa correſpondencia, que o Conde teria com aquelles Principes, de que era parente natural: principalmente, porque Urbano II. [que no Concilio Claramontano havia introduzido a liga ſanta deſtes illuſtriſſimos Principes,

e feita huma larga exhortaçaõ aos Fieis] havia nomeado a Henrique por hum dos doze Capitães desta guerra: estes fundamentos sendo verdadeiros concluem; mas he necessario examinarlhes a verdade.

820 Deste soccorro mandado pelo dito Rey D. Affonso, ainda que naõ falla nelle o doutissimo D. Joaõ de Ferreras neste anno, nem nos seguintes, todos concordaõ em que o mandou, nem fallaria nelle Manoel de Faria sem certeza. Que nelle mandasse ao Conde, presumivel se faz pelos fundamentos, com que discorre Faria; por quanto consta por authoridade do Bispo de Tyro, que no anno de 1099. quando os Principes Catholicos se dispunhaõ para a conquista da Cidade Santa, chegara a Joppe a armada Genoveza com grandes soccorros, a beneficio dos Catholicos, e nesta armada poderia ir o soccorro delRey D. Affonso com o Conde D. Henrique; e no Capitulo XVIII. dando conta dos Principes, e Senhores, que se acharaõ na tomada da Santa Cidade, repete muitos especialmente, e de outros em geral, pelos nomes lhe naõ lembrarem: *E molti altri, i nomi de quali mi sono usciti di memoria*; advertindo que dos principios desta guerra naõ escreve como testemunha de vista, mas de ouvida: e assim fica presumivel, que o Conde iria neste soccorro, e obraria todas aquellas gentilezas, que se esperavaõ do seu valor, e da sua Christandade. Ma-

Tyro de Bello Sacr. lib. 8. cap. 9.

821 Mayor argumento fazia a nomeaçaõ, que diz Manoel de Faria fizera do Conde D. Henrique o Pontifice Urbano II. de hum dos doze Capitães da liga ſanta; mas lendo o Concilio Claramontano, e a ſua Hiſtoria em Bahil, e na nova Summa dos Concilios naõ achey tal nomeaçaõ, e menos no Bullario de Cherubino, que na Vida deſte Pontifice naõ traz tal nomeaçaõ; termos em que naõ ha mais fiador do que Manoel de Faria diz, que a ſua palavra, que ſendo para mim de grande ponderaçaõ, naõ me tira a duvida para entender certa eſta primeira jornada do Conde na conquiſta de Jeruſalem, mas ſempre a reputo provavel; e que o Conde iria naquella armada Genoveza, e que tomada a Santa Cidade, no meſmo anno em que foy, ſe recolheria na meſma armada, triunfante, e glorioſo deſta primeira jornada; e talvez foſſe eſta a que com ſaudoſas lembranças o inquietaſſe para a ſegunda, em cujo tempo com menos embaraços, e menos evidentes perigos poderia fazella.

822 Da ſegunda jornada naõ póde haver mais duvida, que a de Duarte Nunes de Leaõ, que cuido fica desfeita, e tem por ſi as provas, e Authores, que dey no primeiro paragrafo deſte Appendix: a primeira a dou com a noticia, que achey, e probabilidade, que pude deſcobrir; naõ ſerá certa, mas naõ ſe póde negar provavel:

vel: e aos doutiſſimos Senhores Academicos, a quem tocar, offereço eſta memoria, para que com melhor exame apurem eſta verdade, ou accreſcentando o que naõ pude, nem ſobe deſcobrir, ou emendando os erros, com que a eſcrevo.

§. III.

Em que tempo, e anno fez o Conde D. Henrique eſta jornada?

823 DA primeira jornada, paſſando de provavel a certa, o tempo era o anno de 1099. em que foy a armada Genoveza, e o em que foy tomada a Cidade Santa; porque neſte tempo concordaõ todos foy a armada, e o glorioſo triunfo; e ſe o Conde foy, e ſe achou neſta conquiſta, vinha a ſua jornada a ſer no dito anno de 1099.

824 O tempo porém da ſegunda jornada, que eu tenho por certa, he muito incerto; mas os Authores, que ſigo, e os documentos, que allego, de que vi os principaes, aſſentaõ por mais verdadeira a noticia de que foy no anno de 1103. Já dey os Authores no Parrafo primeiro; vamos a documentos, e a provas.

825 Todos concordaõ em que eſta jornada do Conde fora, quando Guido de Luſignano com outros Principes do Norte foraõ a ſoccorrer

rer os Chriſtãos da Paleſtina, porque haviaõ conſumido muita gente, e muito mais haviaõ accreſcentado os barbaros, e para conſervarem o adquirido, e continuarem em adiantar o conquiſtado, neceſſitavaõ de ſoccorros de gente, e de ſubſidios. Tambem concordaõ, em que o Conde fora acompanhado do novo Biſpo de Coimbra D.Mauricio, e do Arcediago D.Tello; e que eſtes foraõ na armada Genoveza no anno de 1103. porque com eſte ſoccorro tomaraõ os Catholicos a Tolemaida, como eſcreve o Arcebiſpo de Tyro no anno ſeguinte de 1104.

Tyro ſupr. lib. 10. cap. 28.

826 E que o Biſpo D. Mauricio foſſe no anno de 1103. e naõ antes, ſe perſuade de huma doaçaõ do Convento de Arouca, hoje de Religioſas de S.Bernardo, que refere o Padre Brandaõ, pela qual conſta, que D. Creſconio, Biſpo de Coimbra, e anteceſſor de D. Mauricio, falecera no fim do anno de 1098. havia de preceder eleiçaõ, confirmaçaõ Apoſtolica, e havia o novo Biſpo diſpor as couſas do ſeu Biſpado, em que preciſamente ſe haviaõ de conſumir alguns annos: e as neceſſidades de Jeruſalem começaraõ a ſe fazer ſenſiveis com a morte do ſeu primeiro Rey Godofredo em 15. de Julho de 1110. como eſcreve o Arcebiſpo de Tyro.

Monarch. Luſit. part. 3. livro 8. cap. 7. & 22.

Tyro ſupr. lib. 9. cap. fin. in fin.

827 E tambem de outra Eſcritura das doações de Coimbra, em que ſe refere o caſtigo, que deu a hum homem, que na ſua auſencia fizera

fizera grandes desacatos, a qual Escritura remata com estas palavras: *Facta roborationis charta III. Kalendas Junii. Era M. C. XVI.* e sendo na era de 1146. corresponde ao anno de Christo Senhor Nosso de 1108. tempo em que já se achava em Portugal vindo o Bispo daquella jornada.

828 A Escritura do Archivo do Mosteiro de Canedo, já allegada, expressamente diz, que a jornada do Conde D. Henrique fora no anno de 1103. E assim se vem a concluir, e com boa probabilidade, que esta jornada foy no anno de 1103. na armada, que passou de Genova aos Santos Lugares.

§. IV.

Em que tempo se recolheo, e porque partes veyo o Conde D. Henrique de Jerusalem?

829 AInda que todos escrevem, que o Conde andara pela Palestina tres annos, eu digo, que naõ podiaõ ser perfeitos; porque já no de 1105. estava em Coimbra fazendo composiçaõ entre os moradores de Penacova, e os Monges de Lorvaõ [que ainda por aquelle tempo naõ era Lorvaõ de Freiras de S. Bernardo, como he hoje aquelle Mosteiro, mas de Monges] o que consta de huma Escritura,

critura, que se conserva no Archivo daquelle Mosteiro: a Escritura diz assim: *Era M.C.X.III. orta fuit contentio inter bonos homines de Penacova, & Fratres de Laurbano*, &c. *Mandavit el Conde D. Henrici bonos homines de Colimbria ad illum Castellum, & dixit eis, ut vidissent directum inter Fratres, & inter Castellum*, &c. E sendo na era de 1143. corresponde ao anno do Senhor de 1105. motivo porque digo, que naõ esteve ausente os tres annos inteiros, pois se achava já em Coimbra neste Reyno no anno de 1105. fazendo justiça, e compondo as partes.

830 O que confirmo melhor; porque já no anno de 1107. ElRey Ali Aben Joseph com numerosos esquadrões se acampou sobre a Cidade de Coimbra, que com a noticia da ausencia do Conde, entendeo lograva a fortuna de recuperalla da maõ dos Portuguezes: por hum mez durou o combate, e com tanta furia, como seguro na esperança de render a Cidade. Acode o Conde no mayor risco, que houveraõ os cercadores de dar costas à Cidade por fazer rosto aos nossos; e temendo de cercadores ficarem cercados, resolve em huma empreza ou vencer, ou acabar: naõ puderaõ conseguir o primeiro, porque batendo-se as Luas com as Cruzes, ainda que nos primeiros combates esteve duvidoso o successo, triunfaraõ as Cruzes, e os Leões Africanos houveraõ de ceder aos Portuguezes,

deixando a campanha banhada em ſangue, cuberta de cadaveres, e rica de deſpojos, para gloria immortal do Conde D. Henrique, e dos poucos Portuguezes, com que abateo o mayor poder dos barbaros. A Hiſtoria dos Godos celebra eſte triunfo: *Era M. C. XV. Colimbria obſeſſa eſt ab Ali Aben Joſeph, Rege tranſmarino, cujus copiæ innumerabiles ſoli Deo cognitæ. Sed viginti diebus graviſſimè expugnata capi non potuit.*

831 Aſſim triunfou em Coimbra o Conde D. Henrique do mais poderoſo barbaro Africano, que havia paſſado à Heſpanha, e mais ſoberbo com as vitorias contra os Caſtelhanos em Ucles, e com a vaſſallagem dos Reys Mouros de Heſpanha, na era de 1145. que correſponde ao anno de Chriſto de 1107. com pouco mais de hum anno, que havia chegado de Jeruſalem.

832 O que ſe prova melhor, de que a auſencia naõ chegara aos tres annos completos; porque por outra Eſcritura, que ſe conſerva no Archivo de. Lorvaõ, conſta que no anno de 1106. o meſmo Conde dera aos Monges de Lorvaõ ametade da Villa de Cacia, ſendo ſeu Abbade Euſebio, Religioſo de conſumada virtude; o meſmo pudera provar com mais Eſcrituras, mas he grande digreſſaõ para Appendix.

833 E venho a concluir, que neſta jornada a Jeruſalem na armada Genoveza naõ gaſtou o Conde

Conde D. Henrique os tres annos [que todos dizem] completos, pois já no fim do de 1105. se achava em Coimbra fazendo composições, e no principio do anno de 1106. fazendo doações ao antigo, mas sempre celebre Mosteiro de Lorvaõ; que ainda que com o tempo mudou de sexo nos seus habitadores, naõ degenerou das virtudes da sua Instituiçaõ; e ainda que escondido, ou sepultado em huma cova, se elevaõ aquellas honradissimas Religiosas sobre os mayores montes das virtudes; e até o temporal do edificio he hum dos mayores, e melhores de Portugal, e dos que vi por Hespanha.

834 Resta mostrar as partes; porque andou. Ainda que lhe naõ damos triennio inteiro de ausencia, conforme os documentos authenticos, e legaes, que deixamos apontados, teve tempo para assistir com o seu valor, e a sua pessoa, e as dos seus na tomada de Tolemaida de Cesarea; porque sendo a jornada por mar, e na armada Genoveza como deixamos escrito, esta foy no anno de 1103. aquellas vitorias no principio do anno de 1104. como tambem já escrevemos; e como o instavaõ a mulher, e filhos, e os seus Estados, concluidas estas vitorias no anno de 1104. voltaria logo para o Reyno; mas houve a dilaçaõ de fazer parte da jornada por terra, porque chegou a Constantinopla, aonde esteve alguns mezes muy favorecido do Empera-

Livrô dos Testamentos de Santa Cruz, pag. 2.

dor Aleixo ; porque ainda que naõ era affeiçoado aos Latinos, eſta comitiva do Conde D. Henrique lhe naõ dava occaſiaõ a ſoſpeitas, e deſconfianças ; e como era tal peſſoa, e genro delRey D. Affonſo, neceſſitou a Aleixo a moſtrar a ſua grandeza, e naõ o ſeu genio. Deulhe o Emperador grandes reliquias de avultada grandeza, e eſtimaçaõ ; e entre ellas o braço do Euangeliſta S. Lucas, que na Sé Primacial de Braga, a quem a deu o Conde, ſe venera com grande culto, e eſtimaçaõ.

APPEN-

APPENDIX II.

Se Arnoldo, ou Arnaldo da Rocha, Portuguez, Cavalleiro do Templo, foy dos primeiros nove da sua instituiçaõ, ou se dos que entraraõ depois?

835 HE preciso fallar deste Cavalleiro; porque se foy dos primeiros nove com que começou a Religiaõ dos Templarios, pertencem as suas memorias a esta primeira parte: se entrou depois de instituida a Religiaõ, pertencia para a segunda Parte: as noticias, que pude descobrir saõ muy poucas; vulgar queixa do descuido de nossos antepassados em materias antigas, mas naõ sey se o mesmo vicio padecem os presentes em renovar as antiguidades, que conserva a tradiçaõ, mostraõ os monumentos, e se achaõ escritas em papeis velhos, e manuscritos antigos; mas escreverey o pouco, que pude achar, esperando, que com mayor felicidade, e melhor exame, e com menos embaraços, haja quem descubra as memorias, que eu naõ soube alcançar; que como escrevo Memorias, e naõ Historia, naõ observo as regras desta, e offereço o que pude desco

bri/

brir com as averiguações, que cabem na minha diligencia, no meu trabalho, e no meu discurso.

Faria Europ. Portug. tom. 3. part. 4. cap. 8. numer. 13.

836 O doutissimo Manoel de Faria de Sousa na relaçaõ, que faz das primazias deste Reyno, diz assim: *D. Arnoldo de Rocha fue de los primeros nueve instituidores de los Templários*: e por authoridade deste grande Escritor foy Arnoldo hum dos nove Cavalleiros, gloriosos instituidores da Ordem do Templo.

Monarch. Lusit. part. 3. livr. 9. cap. 11.

837 O doutissimo Padre Brandaõ na Monarchia Lusitana diz, que Arnoldo da Rocha era companheiro em Portugal do Gram Mestre Provincial deste Reyno D. Gualdim Paes [mas cuido, que com erro no anno, ainda que se funda em huma Escritura da Torre do Tombo no livro de leitura nova fol. 135. que naõ copío, porque della hey de fallar largamente na segunda Parte deste Supplemento, quando contra a commua opiniaõ hey de mostrar, que D. Gualdim naõ foy o primeiro Gram Mestre em Portugal] e assim parece que seria dos primeiros em Portugal, e naõ na Palestina.

837 O douto Antonio de Villasboas e S. Payo, Desembargador dos Aggravos na Relaçaõ do Porto, depois de servir muitos Lugares, com muita honra, letras, e ajustado procedimento, na sua Nobiliarchia Portugueza, diz o mesmo, que o Padre Brandaõ, de Arnaldo da Rocha

Nobil. Portug. cap. 43. pagin. 322.

Rocha ſer companheiro do Gram Meſtre D. Gualdim Paes neſte Reyno, e com o meſmo erro do anno, ſem examinar aquella Eſcritura, mas fiado, e em fiador de grande credito o Padre Brandaõ.

839 Eſtes ſaõ os Eſcritores, que achey, que fallaõ de Arnoldo, ou Arnaldo da Rocha, como Templario; mas hum o faz dos primeiros nove, em que a Providencia Divina inſpirou eſte ſanto Inſtituto da Religiaõ do Templo, principiada no anno de 1119. Os outros o fazem da Religiaõ em Portugal companheiro de D. Gualdim, já Meſtre do Templo; e ainda que parecem entre ſi oppoſtos, eu cuido, que ſem muito trabalho os hey de conciliar facilmente, em quanto naõ apparecem melhores noticias, e mais ajuſtada conciliaçaõ.

840 Os Rochas ſaõ da ſua origem Francezes [e entendo, pelo que eſcreve Moreri, do Condado de Roche no de Borgonha] fizeraõ aſſento em Vianna, illuſtre Villa da Provincia do Minho, Arcebiſpado Primacial de Braga, donde tem ſahido os muitos, que ha deſta familia neſte Reyno, huns augmentando a primeira Nobreza, que conſervaraõ outros, e muitos diminuiraõ, como ſuccede às demais das familias. Dos nove Cavalleiros, com que começou eſta Ordem, ſómente de dous ſe ſoube o nome, como deixo eſcrito, e que ſahiraõ de França:

Morer. lit. R.

Villasboas ſupr.

França: muy factivel era, que Arnoldo da Rocha, ainda que nafcido em Portugal, fe uniffe com aquelles nove Cavalleiros, que podia fer algum feu parente, principalmente fendo muitos delles Borgonhões, e foffe hum dos nove, a quem efta Ordem deveo a gloria, e o principio.

841 E como ao depois o grande, e valerofo D. Gualdim Paes, que como direy a feu tempo, era natural da Cidade de Braga, em diftancia de feis legoas de Vianna, paffaffe à Syria, e fe fizeffe Cavalleiro Templario, e affiftiffe na Paleftina cinco annos até o triunfo Catholico de Afcalona, e voltando para Portugal, vieffe com elle Arnoldo, feu paifano, a continuar com os mefmos Templarios, que já havia nefte Reyno, os fantos empregos do feu Inftituto: nem feria difficultofo o beneplacito do Gram Meftre, pois à inftancia dos Principes mandaraõ muitos para Europa, e Arnoldo da Rocha fem deixar a Religiaõ, bufcava a Patria, e na boa, e honrada companhia de D. Gualdim, e no mefmo, e igual emprego contra infieis.

842 E fe efta conciliaçaõ naõ fatisfaz, perdoem-me o difcurfo, em paga do trabalho, que tive, para a defcobrir melhor; e dando-fe melhor conciliaçaõ, terey mais que dever a quem com melhor noticia a fouber defcobrir.

Outro

843 Outro Cavalleiro Portuguez, com grande nome, e honradiſſima eſtimaçaõ nos daõ os factos da guerra ſanta entre os illuſtres, que militaraõ na Paleſtina, por nome D. Pelagio, ou Payo de Brito: *Pelagius Brito*, eſcreve o dito Catalogo; naõ ſe individuaõ acções eſpeciaes ſuas, mas repetem o ſeu nome nas mais graves. E ſem affectada, ou violenta conjectura, poſſo eſcrever, que era Portuguez; aſſim porque o nome de Payo era muy commum entre os Portuguezes daquelles tempos, como ſe vê nas noſſas Hiſtorias; e tambem porque o appellido, ou ſobrenome de Brito, he eſpecialmente Portuguez, porque o ſolar deſta familia, aliás nobiliſſima, he na ribeira de Brito, entre o rio Ave, e a Portella dos Leitões, na celebre Provincia de Entre-Douro e Minho, como eſcreve o doutiſſimo Antonio de Villasboas e S. Payo na ſua Nobiliarchia Portugueza. Entre os deſta familia dos Britos he celebre o Morgado de Santo Eſtevaõ no Termo de Béja com trezentos e ſeſſenta moyos de paõ de renda, que eſteve na Caſa dos Biſcondes de Villanova de Cerveira, e hoje na Caſa dos Condes dos Arcos, como eſcrevem o meſmo Villasboas, e o Padre Antonio Carvalho da Coſta na ſua Corografia Portugueza; huma, e outra Caſa das illuſtriſſimas deſte Reyno.

Geſt. Dei per Francos in ſuo Catalog.

Nobil. Portug. cap. 29.

Nobil. Portug. ſupr.

Corograf. Portug. tom. 2. liv. 2. trat. 2. cap. 1.

844 Alguns querendo dar mais antigo principio

cipio a eſta familia illuſtriſſima dos Britos, buſcaõ-lhe a antiga origem em Briſeis, aſſim chamada por ſeu pay Briſe, natural da Cidade de Lyrnezia: mas tomada eſta Cidade, coube em ſorte ao grande Aquilés, a quem a tomou ao depois Agamnenon, filho delRey Atreu, e irmaõ de Menelao, de que naſceraõ grandes contendas entre eſtes dous Principes, de que faz huma elegante Epiſtola Ovidio.

Ovid. in Epiſtol. Heroid.

845 Outros querem deduzir eſta familia de Britona, ou Britomaris, natural da Cidade de Goſtin no mediterraneo no Reyno de Creta, filha de Jupiter, e de Charmes, que alguns dizem era Aya de Cleopatra, que ſeguindo os extremos de ſua ama, acabou com o meſmo fim: era Britona fermoſiſſima, e muy querida de Diana. E naõ podendo Britona reſiſtir às amantes violencias delRey Minos, buſcou o ſepulchro em hum rio, em que ſe lançou, ſepultando com a vida nas aguas incendios alheyos, porque lhe naõ conſumiſſem a pureza. Daqui veyo, que aquella Dama até alli Britona, depois deſta tragica ruina ſe chamaſſe Britomaris, como eſcreve Diodoro; ſendo que bem podiaõ ſer duas, huma, e mais moderna, que acabou ſeguindo as caprichoſas finezas de ſua ama Cleopatra; outra mais antiga, que adorando os honeſtos preceitos de Diana, quiz antes perder a vida na pureza das aguas, que conſervalla na torpeza dos incendios delRey Minos.

Diodor. lib. 5.

Mas

846 Mas ſem inquietar eſtas antiguidades, o Conde D. Pedro no ſeu Nobiliario a eſta familia dos Britos lhe dá principio em D. Oeiro de Brito, que de ſua mulher teve a D. Seſnando Oeriz, appellido, que tomou do nome de ſeu pay Oeiro: deſte Seſnando foy filho Martim Sanches, ou Eſpada, que tomou eſte appellido, e o deu a ſeus deſcendentes, de hum honrado caſo, que lhe ſuccedeo. Vivia eſte Fidalgo com hum Conde, a quem matara outro Conde, e picado do brio, e da amiſade, pegou na eſpada do morto, e com ella tirou a vida ao matador; tudo eſcreve o Conde ſupra.

Nobil. do Conde D. Pedro, titul. 64.

847 D. Joaõ Bautiſta Lavaña nas notas ao Conde D. Pedro, diz que o nome deſte Cavalleiro no livro antigo era o de D. Sueiro de Brito, que foy hum dos Ricos Homens no tempo delRey D. Affonſo VI. de Caſtella: o meſmo eſcreve o Marquez de Monte-Bello nas meſmas notas; e accreſcenta, que como eſtes Cavalleiros tiveraõ o ſeu primeiro aſſento nos Arcos de Valdevez, ha muitas Caſas com eſte appellido por aquelles Lugares. E ſendo D. Oeiro, ou Sueiro de Brito, já Rico Homem [primeira Nobreza daquelles tempos] no tempo de Affonſo VI. baſta a eſta familia taõ nobre, e taõ eſclarecida antiguidade, ſem inquietarmos fabulas.

Lavañ. in not. ad pag. 353.

Monte-Bell. dict. pag. 353.

848 Deſte illuſtre tronco ſeria aquelle hon-

 rado

rado Cavalleiro D. Payo de Brito, ramo florecente nas campanhas da Syria, em que deu copiosissimos frutos de valor, como experimentaraõ os gloriosos Conquistadores da Palestina, animados de taõ valente Companheiro.

849 Outro Cavalleiro, com muita honra, e veneraçaõ repete o Catalogo dos Varões illustrés, que assistiraõ na guerra santa de Jerusalem, a que chama: *Thomaz de Feria*, e accrescenta: *Castro Francigena*: em que parece, que era Francez este Cavalleiro. Mas o nosso Manoel de Faria de Sousa nas notas ao Conde D.Pedro o faz Portuguez, e com boas razões, que logo repetirey, e naõ devo desprezar a opiniaõ de hum homem taõ douto como Faria, por seguir a opiniaõ de hum estrangeiro, que tudo queria para França, e que facilmente se podia enganar, com nome estranho da sua naçaõ.

Catal. supr. lit. T. Guilherm. de Tyro Histor. Sacr. lib. 1. cap. 29.

Faria in not. pag. 674.

850 Faria escreve assim: *Deste mismo tiempo era aquel Cavallero llamado de algunos Thomaz de Feria, que se halló en la conquista de Jerusalem, y que nombra Guillermo Tyrio en su Historia, diziendo Feria por Faria, trocando [como estraño] las letras, cosa, que sucede cada dia: y aun oy llaman muchos aqui en Madrid actualmente Manoel de Feria, a Manoel de Faria, residente, y conocido en esta Corte. Prueba-se esto por dos razones mas: una, que nunco uvo apelido*

Guillerm. Tyr. supr.

lido de Feria, sinó de Faria; otra que los compañeros, que este Escritor dá en aquella acion al llamado Thomaz de Feria, eran todos Portuguezes, y de aquella propria tierra de Faria; como Guillerme Carpintero, y Mendo Laude, de cuya familia era el Patronasgo del Monasterio de Laudes, en la propria tierra de Faria, como es notorio. Assi que en toda buena razon el Thomaz no era de Feria, mas de Faria: y en toda ella, del proprio modo se conjectura el hallarse el Conde D. Enrique en aquella conquista de Jerusalem, que algunos niegan [e nós deixamos provado] *porque siendo la principal razon de negarlo el dezir, que teniendo guerras en Casa, no es creible, que fuesse a buscarlas fuera, no passaran allá, tan señalados, y valerosos Vassallos suyos, como estos, y otros, de que se sabe passaron, pues los que son tales, siempre siguen a su Principe.*

851 Até aqui o doutissimo Faria; e noto eu, que as palavras no Catalogo supra: *Francigena*, saõ accrescentadas, e de differente grifo, e o Arcebispo de Tyro, sómente exprime *Thomaz de Feria*, e aos mais companheiros, e lhe naõ chama Francezes, mas sómente diz, que eraõ das partes Occidentaes: *Per idem tempus modico intervallo interjecto, convenerant eodem studio ex Occidentalibus finibus turbæ innumerabiles, & peditum manus infinita absque Duce, & Rectore: erant inter eos viri quidam nobiles Thomas*

Tyro dict. cap. 19.

mas de Feria, &c. e o mesmo Catalogo repetindo os Cavalleiros, que nomea o Arcebispo de Tyro, a nenhum faz Francez: logo injustamente o faz a Thomaz de Feria, ou de Faria. As tropas Francezas todas hiaõ ordenadas, e os de que falla o Arcebispo hiaõ sem ordem, e sem Governador: o certo he, que o Thomaz era de Faria, e Portuguez, e pessoa nobilissima, e de importancia, pois entre os Nobres de que se compunhaõ aquellas tropas dá o primeiro lugar o Arcebispo ao nosso Thomaz de Faria.

852 D.Sueiro Raymundo, ou Raymondes, Rico Homem em Portugal no tempo dos nossos primeiros Reys D. Affonso, e D. Sancho, foy Cavalleiro de tanto valor, e taõ conhecido por tal, que no anno de 1191. acompanhou a ElRey Ricardo de Inglaterra nâ conquista da Terra Santa; e depois de notaveis façanhas, dignas todas da sua grande Nobreza, e do seu admiravel valor, e do seu coraçaõ Portuguez, obradas na expugnaçaõ de Chypre, deu hum grande assumpto a Jerusalem, por aquella parte do muro, chamado *Mello* [de que faz mençaõ a Escritura Sagrada: *Paralipomenon liv. 2. cap. 32.*] e conseguindo neste assalto feliz successo, tomou para si o nome, ou appellido de *Mello*. Tornando este Cavalleiro para Portugal, a que o chamava o amor da Patria, e igual emprego contra os Mouros, achando ao pé da celebre Serra

Carvalh. na Corogr. Portug. tom. 2. liv. 1. cap. 12.

Serra da Eſtrella, lugar accomodado, o povoou com o nome de Quinta, pondo-lhe o meſmo nome de *Mello* no anno de 1204. reynando El-Rey D. Sancho I. e morreo ao depois ſendo Alferes Mór delRey D. Affonſo II. que entrou a reynar pelos annos de 1212. E aſſim ſahindo da Paleſtina deixou honradas memorias, e grandes ſaudades do ſeu valor.

853 Foy D. Sueiro Raymundo, ou Raymondes, filho illegitimo de D. Raymon Paes de Riba de Viſela, e ſuccedeo na Caſa de ſeus pays, porque morrendo ſeu irmaõ D. Guilhen, ou Giral Raymondo ſem filhos, o perfilhou para lhe ſucceder na Caſa: e caſou com Dona Urraca Viegas de Baſto, filha de D. Egas Gomes Barroſo, e de Dona Urraca Vaſques de Ambia. Foy D. Sueiro neto de D. Payo Peres de Guimarães, chamado aſſim, porque elle, e ſeus irmãos viviaõ na Ribeira de Viſela, viſinha de Guimarães; e ſegundo neto de D. Pedro Framariz, como tudo eſcreve o Conde D. Pedro.

Nobil. tit. 45.

854 Delle foy filho Mem Suares de Mello, que foy Rico Homem, e Alferes Mór del-Rey D. Affonſo III. neto de D. Affonſo Mendes de Mello, e ſegundo neto Martim Affonſo de Mello I. a que chamavaõ *Merlo*; e deſtes deſcendem Caſas illuſtriſſimas neſte Reyno, e em Caſtella, e foraõ todos Ricos Homens de

Pendaõ,

Pendaõ, e Caldeira, desde o tempo do Conde D. Henrique, e delRey. D. Affonſo Henriques, e de ſeus Succeſſores, como eſcreve Alvaro Ferreira de Vera nas notas ao Conde D. Pedro. A Quinta de Mello, fundada, e povoada por D. Sueiro, fez Villa ElRey D. Affonſo V. e ElRey. D. Manoel lhe deu foral, como eſcreve Carvalho ſupra.

Ferreira de Vera in not. pag. 277.

855 Muitos mais foraõ os Portuguezes, que ſe acharaõ neſta guerra ſanta, guiados do amor da Fé, e da Religiaõ, ſendo os mais Occidentaes de Europa, como diz Faria ſupra. Dou conta dos que pude deſcobrir, ſentindo ſempre, naõ ter noticia de mais para gloria da minha naçaõ, e teſtemunho da ſua grande Chriſtandade, e obediencia à Igreja, cujos Paſtores trabalharaõ tanto por eſta expediçaõ, ſem embargo de terem iguaes inimigos das portas a dentro. Dos Portuguezes, que militaraõ naquella guerra ſanta com o nobiliſſimo Habito do Hoſpital dirá o Reverendiſſimo Padre Fr. Lucas na ſua Malta Portugueza; e dos que nella ſerviraõ com o illuſtriſſimo Habito da celebre Religiaõ do Templo de Salamaõ, eſcreverey na ſegunda Parte no livro ſegundo.

CATA-

CATALOGO
DAS
BULLAS PONTIFICIAS,

Com que os Santos Pontifices honrarão, e favorecerão a celebre Religião Militar dos Cavalleiros do Templo de Salamão.

856 PUde descobrir com fortuna nos livros do nosso doutissimo Pedro Alvares as Bullas Pontificias, com que os Santos Padres da Igreja favorecerão, louvarão, e honrarão a celebre Religião do Templo, gloriosos testemunhos para acreditar as memorias daquelles valerosissimos Cavalleiros, tão estimados da Igreja, que souberão merecer tantos elogios, e privilegios, e dos Principes, a quem deverão as mayores veneraçoens. Escrevão outros as injurias da sua infelicidade, que eu não hey de sepultar entre as suas cinzas as honradas noticias das suas memorias: não saberey exornallas, como merecem; mas não poderey encobrillas, e já que lhes não posso dar outra vida, não faltarey, ainda que com violento, e can-

çado estudo, a separar das suas infelices cinzas estes authenticos instrumentos das suas illustres memorias: ainda no meu tosco, e grosseiro estylo lhes continúa a infelicidade, mas compense se no syncero affecto, e pura verdade, com que escrevo.

557 O doutissimo Pedro Alvares, a quem as Ordens Militares de Portugal deveraõ muito, por mandado do Senhor Rey D. Sebastiaõ examinou com especialissimo cuidado os Archivos das Casas Capitulares da Ordem, e copiou todos os Breves, e Bullas Pontificias, que pode descobrir; e deixando-as naõ sómente postas em limpo, e coordinadas, e com huma breve, ou recopilada noticia do que continha cada huma no nosso idioma, ha mais de cento e cincoenta annos, e já revistas para se imprimirem pelo Padre Doutor Jorge Cabral, ainda hoje se achaõ no mesmo estado, indisculpavel descuido! que ainda que estes documentos naõ possaõ resuscitar a Ordem do Templo, honraõ-lhe as acções, sobre serem precisas à Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, a quem aproveitaõ todos aquelles privilegios, e isenções.

858 Eu sómente agora hey de copiar as Bullas, que respeitaõ à Ordem do Templo em commum, deixando as que servem para esta Ordem já em Portugal, que tambem copiarey na segunda Parte desta Historia; e com esta separaçaõ

raçaõ feguirey a mefma ordem, com que as copiou o doutiffimo Pedro Alvares, que naõ tenho empenho a fazer caminhos novos, antes efficaz defejo de feguir os paffos de quem me encaminhe para o acerto: e affim iraõ algumas Bullas prepofteradas, fem obfervancia de Chronologia, porque quero ajuntar as que faõ confirmatorias das outras.

859 E ainda que à Ordem de Noffo Senhor Jefu Chrifto naõ foffem concedidos efpecialmente na fua inftituiçaõ os privilegios, graças, e ifenções concedidas à Ordem do Templo, e fómente as de que gozava a Ordem de Calatrava; com tudo fe me fez precifo copiallas, como acima digo, naõ fó para renovar as illuftres memorias, com que eftes Cavalleiros foraõ honrados, e favorecidos pela Sé Apoftolica; mas porque o Bifpo de Lamego D. Joaõ, que ao depois o foy de Vifeu, no tempo do Infante D. Henrique, filho do grande Rey D. Joaõ I. de gloriofa, e feliz memoria no anno de 1449. entre outros beneficios, que fez à Ordem de Chrifto, na fua Reformaçaõ, lhe fez a graça de que gozaffem dos privilegios, e ifenções da Ordem do Templo.

860 Mas porque fe podia duvidar, fe a tanto fe eftendiaõ os poderes da commiffaõ defte grande Prelado; o Senhor Rey D. Manoel, Adminiftrador defta Ordem, no fegundo Capitulo

Geral, que fez no Real Convento de Thomar no anno de 1503. pedio ao Santo Padre Julio II. que entaõ governava a Barca de S. Pedro, a confirmaçaõ daquella Reforma, e de algumas diffinições daquelle Capitulo Geral; o que tudo confirmou o Santo Padre no anno de 1505. por Bulla ſua, de que darey a copia na Hiſtoria da Ordem de Chriſto.

861 Naõ copío a Bulla da Confirmaçaõ, porque vay com a Regra na Hiſtoria, e ſómente dou a copia das Bullas em que os Pontifices honravaõ eſta Religiaõ, e os ſeus Cavalleiros: e por naõ faltar com taõ authenticos, e authorizados documentos, nem cançar aos Leitores, darey primeiro hum ſummario breve da Bulla no noſſo idioma, e depois a Bulla no Latino.

Neſta

Nesta Bulla adverte o Papa Eugenio III. a todos os Prelados das Igrejas, que admoestem a seus subditos, que ajudem com suas esmolas os Cavalleiros do Templo, relatando primeiro os serviços, e fruto, que fazem na Igreja Catholica, e concede aos que se meterem em sua Confraria com os ajudarem em cada hum anno com suas esmolas, indulgencia da setima parte das penitencias injuntas. E que falecendo qualquer delles, naõ sendo excommungado, naõ se lhe negue sepultura Ecclesiastica com os outros Christãos. Concede mais, que quando seus Frades entrarem em qualquer Cidade, Villa, ou Lugar a tirar as ditas esmolas, posto que o Lugar esteja interdicto, se lhes abraõ as portas das Igrejas huma vez no anno, e lançados os excommungados dellas, se celebrem os Officios Divinos. E manda aos ditos Prelados, que façaõ em suas Parochias cumprir, e guardar os ditos privilegios, e graças, e que defendaõ as pessoas dos ditos Cavalleiros, e seus bens, e naõ consintaõ fazer-selhe nenhuma offensa.

Eugenius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, Abbatibus, & universis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Milites Templi Hierosolymitani novi sub tempore gratiæ Machabei, abnegantes sæcularia desideria, & propria relinquentes, tollentes Crucem suam, secuti

ſecuti ſunt Chriſtum. Ipſi ſunt, per quos Deus Orientalem Eccleſiam à Paganorum ſpurcicia liberat, & Chriſtiani nominis inimicos expugnat. Ipſi pro Fratribus animas ponere non formidant, & peregrinos ad Loca ſancta proficiſcentes, tam in eundo, quàm in redeundo, ab incurſibus Paganorum defenſant. Et quamvis ad tam ſanctum, & pium opus explendum, eis propriæ facultates non ſuppetunt, fraternitatem veſtram præſentibus litteris exhortamur, quatenus unde eorum ſuppleatur inopia, populum vobis à Deo commiſſum collectas facere moneatis. Quicumque verò de facultatibus ſibi à Deo collatis eis ſubvenerit, & in tam ſancta fraternitate ſe collegam ſtatuerit, eiſque beneficia perſolverit annuatim, ſeptimam ei partem injunctæ pœnitentiæ confiſi de Beatorum Apoſtolorum Petri, & Pauli meritis, indulgemus. Si verò excommunicatus non fuerit, & eum mori contingerit, ei cum aliis Chriſtianis ſepultura Eccleſiaſtica non negetur. Cum autem fratres ipſius Templi, qui ad Collectam ſuſcipiendam deſtinati fuerint in Civitatem, Caſtellum, vel vicum advenerint; ſi fortè locus ipſe interdictus ſit, in jucundo eorum adventu, ſemel in anno aperiantur Eccleſiæ, & excluſis excommunicatis Divina Officia celebrentur. Quæ verò de non excommunicatis eorumdem militum Fratribus Eccleſiaſticæ ſepulturæ tradendis, & Eccleſiis in eorum adventu, excommunicatis

municatis exclusis, semel aperiendis à nobis statuta sunt, mandando vobis præcipimus, ut per vestras Parochias faciatis irrefragabiliter observari. Prætereà fraternitati vestræ rogando mandamus, quatenus personas eorum, & bona pro charitate Beati Petri, & nostrâ manu teneatis, & nullam eis irrogari læsionem, vel injuriam permittatis. Datum Brixiæ III. Nonas Septembris.

Estas graças, liberdades, e privilegios atraz escritos, concedidos aos Cavalleiros da Irmandade do Templo pelo Papa Eugenio III. lhes concederaõ depois os Papas Adriano IV. por huma Bulla, e Alexandre III. por quatro Bullas; as quaes, posto que saõ differentes nas datas, saõ de hum mesmo theor, e por isso se naõ lança aqui mais que huma dellas.

Adrianus Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Milites Templi Hierosolymitarum novi sub tempore gratiæ Machabei, abnegantes sæcularia desideria, & propria relinquentes, tollentes Crucem suam, secuti sunt Christum. Ipsi sunt, per quos Deus Orientalem Ecclesiam à Paganorum spurcicia liberat, & Christiani nominis inimi-

inimicos expugnat. Ipsi pro Fratribus animam ponere non formidant, & peregrinos ad sancta loca proficiscentes, tam in eundo, quàm in redeundo à Paganorum incursibus defensant. Et quamvis ad tam sanctum, & pium opus explendum, eis propriæ facultates non suppetunt: fraternitatem vestram præsentibus litteris exhortamur, quatenus unde eorum suppleatur inopia, populum à Deo vobis commissum collectas facere moneatis. Quicumque verò de facultatibus sibi à Deo collatis, eis subvenerit, & in tam sancta fraternitate se collegam statuerit, eisque beneficia persolverit annuatim, septimam ei partem injunctæ pœnitentiæ confisi de Beatorum Petri, & Pauli meritis indulgemus. Si verò excommunicatus non fuerit, & eum mori contingerit, ei cum aliis Christianis sepultura Ecclesiastica non negetur. Cum autem Fratres ipsius Templi, qui ad collectam suscipiendam destinati fuerint in Civitatem, Castellum, vel vicum advenerint, si fortè locus ipse interdictus sit, in jucundo eorum adventu pro Templi honore, & eorumdem militum reverentia, semel in anno aperiantur Ecclesiæ, &, exclusis excommunicatis, Divina Officia celebrentur. Quæ verò de non excommunicatis eorumdem militum Fratribus Ecclesiasticæ sepulturæ tradendis, & Ecclesiis in eorum adventu, excommunicatis exclusis, semel aperiendis à nobis statuta sunt, vobis

vobis Archiepiscopis, & Episcopis mandando præcipimus, ut per vestras Parochias faciatis irrefragabiliter observari. Præterea fraternitati vestræ rogando mandamus, quatenus personas eorum, & bona pro charitate Beati Petri, & nostra, manu teneatis, & nullam eis irrogari læsionem, vel injuriam permittatis. Datum Agnaniæ II. Idus Junii.

Esta de Alexandre III. foy passada antes da approvação da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo.

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, & universis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Milites Templi Hierosolymitani novi sub tempore gratiæ Machabei, abnegantes sæcularia desideria, & propria relinquentes, tollentes Crucem suam, secuti sunt Christum. Ipsi sunt, per quos Deus Orientalem Ecclesiam à Paganorum spurcicia liberat, & Christiani nominis inimicos expugnat. Ipsi pro Fratribus animas ponere non formidant, & peregrinos ad sancta Loca proficiscentes tam in eundo, quàm in redeundo à Paganorum incursibus defensant. Et quamvis ad tam sanctum, & pium

opus explendum eis propriæ facultates non ſuppetunt, univerſitatem veſtram præſentibus litteris exhortamur, quatenus unde eorum ſuppleatur inopia, populum vobis à Deo commiſſum collectas facere moneatis. Quicumque verò de facultatibus ſibi à Deo collatis, eis ſubvenerit, & in tam ſancta fraternitate ſe collegam ſtatuerit, eiſque beneficia perſolverit annuatim, ſeptimam ei partem injunctæ pœnitentiæ, confiſi de Beatorum Petri, & Pauli meritis indulgemus. Si verò excommunicatus non fuerit, & eum mori contigerit, ei cum aliis Chriſtianis ſepultura Eccleſiaſtica non negetur. Cum autem Fratres ipſius Templi, qui ad collectam ſuſcipiendam diſtinati fuerint, in Civitatem, Caſtellum, vel vicum advenerint, ſi forte locus ipſe interdictus ſit, in jucundo eorum adventu pro Templi honore, & eorumdem militum reverentia ſemel in anno aperiantur Eccleſiæ, &, excluſis excommunicatis, Divina Officia celebrentur. Quæ verò de non excommunicatis eorumdem militum Fratribus Eccleſiaſticæ ſepulturæ tradendis, & Eccleſiis in eorum adventu, excommunicatis excluſis, ſemel aperiendis à nobis ſtatuta ſunt, vobis Archiepiſcopis, & Epiſcopis mandando præcipimus, ut per veſtras Parochias faciatis inviolabiliter obſervari. Prætereà fraternitati veſtræ rogando mandamus, quatenus perſonas eorum, & bona pro charitate Beati Petri, & noſtra, manu

manu teneatis, & nullam eis irrogari læsionem, vel injuriam permittatis. Datum Ferraræ IV. Kalendas Maii.

Este mesmo Papa Alexandre III. approvou a Ordem do Templo no anno da Encarnação do Senhor 1162. *havendo quarenta e quatro, que era instituida por esta sua Bulla, que se segue. Na qual relatados primeiro os merecimentos dos Cavalleiros dessa Ordem, os exalta com grandes louvores, e exhorta, e admoesta, que elles, e seus servidores animosamente guerreem contra os infieis por defensão da Igreja Catholica, como até alli fazião em remissão de seus peccados. Item, lhes concede, que possão converter em seus usos tudo o que tomarem aos infieis, e defende, que ninguem os constranja a darem parte do que tomarem contra sua vontade. Item, toma a Ordem do Templo, e tudo o que então possuia, e ao diante pudesse haver, sob sua guarda, e protecção da Santa Igreja de Roma. Item, manda, que se guarde a vida religiosa, que em sua Casa he instituida, e promettão os tres votos substanciaes*, scilicet, *pobreza, castidade, e obediencia a seu Mestre. Item, que assim como a Casa dos Cavalleiros do Templo de Jerusalem foy o principio, e origem desta Ordem; assim seja Cabeça para sempre de todos os Lugares, que lhe pertencerem. Item, manda, que falecendo o Mestre, que então era, ou pelo tempo fosse, seja por todos os Irmãos, ou pela mayor, e melhor parte delles eleito por Mestre hum Religioso, Cavalleiro profes-*

ſo da dita Ordem. Item, lhes concede, que ſeus coſtumes para obſervancia de ſua Religiaõ, e officio, inſtituidos por ſeu Meſtre, juntamente com ſeus Irmãos, naõ poſſaõ ſer tirados, nem mudados por peſſoa alguma ſecular, nem Eccleſiaſtica. E ſe forem guardados por algum tempo, e firmados por eſcrito, naõ poſſaõ ſer mudados, ſenaõ pelo meſmo de conſentimento da melhor parte do ſeu Capitulo. E defende, que nenhuma peſſoa Eccleſiaſtica, nem ſecular, ouſe conſtranger o Meſtre, nem os Cavalleiros da dita Ordem a fazerlhe prometter fieldade, nem menagem, nem juramentos, nem outra ſegurança alguma, das que ſe coſtumaõ fazer pelos ſeculares. Item, que os Religioſos deſta Ordem depois de feita profiſſaõ, naõ poſſaõ tornar ao Mundo, nem paſſarſe a outra Religiaõ, poſto que mais eſtreita, contra vontade dos outros Irmãos, ou do Meſtre. E que nenhuma peſſoa aſſim Eccleſiaſtica, como ſecular, os poſſaõ receber, nem reter contra ſua vontade. Item, que naõ ſejaõ obrigados a pagar dizimos de moveis, nem dos que por ſi ſe movem, nem outras couſas, que pertencerem a ſua caſa. Item, lhes concede todas as dizimas, que com conſelho, e conſentimento dos Biſpos tirarem por ſua induſtria da maõ dos Leigos, ou Clerigos, e aquelles, que de conſentimento dos Biſpados em ſeus Clerigos adquirirem. Item, que para lhes adminiſtrarem os Sacramentos, e celebrarem os Officios Divinos, poſſaõ receber quaeſquer Clerigos, que ſouberem, que canonicamente ſaõ ordenados, e os poſſaõ ter comſigo, aſſim em ſua Caſa principal, como em ſuas Obediencias, e Lugares a elles ſojeitos, com tanto, que ſe

os

os ditos Clerigos forem de Lugares visinhos, os peçaõ a seus Bispos. E posto que os Bispos lhes naõ queiraõ conceder, elles os possaõ receber, e reter. E se alguns dos ditos Clerigos por elles recebidos a sua profissaõ forem achados revoltosos, ou inuteis, que os possaõ com a mayor parte do Capitulo amover, e darlhes licença para se passarem a outra Religiaõ, e tomar outros em seu lugar, os quaes tambem por espaço de hum anno sejaõ provados em sua companhia, e achando que saõ de bons costumes, e proveitosos para seu serviço, entaõ lhes recebaõ profissaõ, e se conformem com os ditos Cavalleiros em tudo o mais; sómente sejaõ obrigados a trazerem os vestidos serrados, e que elles se naõ intrometaõ temerariamente, nem no Capitulo, nem em cousa da fazenda, senaõ quanto aos ditos Cavalleiros parecer. E da mesma maneira naõ teraõ mais da cura das almas, que quanto lhes por elles for requerido. E que a nenhuma outra pessoa sejaõ sojeitos, senaõ ao Mestre, como a seu verdadeiro Prelado, ao qual em tudo, e por tudo guardem obediencia. Item manda, que os seus Clerigos, que se houverem de promover a Ordens Sacras, as possaõ pedir, e receber de qualquer Bispo Catholico, que elles quizerem, o qual por authoridade Apostolica lhas conceda. Item, que os ditos Clerigos naõ vaõ, nem sejaõ mandados a prégar por dinheiro, e ganho, salvo se ao Mestre, que pelo tempo for, por algumas causas parecer, que se deve fazer por algum tempo. E os que forem recebidos à Ordem, promettaõ perseverança nella, e conversaõ dos costumes, e que toda a sua vida sirvaõ ao Senhor sob obediencia do Mestre do

do Templo, posto hum escrito sobre o Altar, em que estas cousas se contenhaõ. Item, que salvos os direitos Episcopaes, assim nos dizimos, como nas oblações, e sepulturas, possaõ nos Lugares da Ordem, onde houver Casa sua, fazer Oratorios, em que ouçaõ os Officios Divinos, e em que se possaõ enterrar os que de sua familia falecerem. Item, que onde quer que chegarem, possaõ receber os Sacramentos de quaesquer Clerigos Catholicos. Item, que das graças, que concede à Ordem, sejaõ participantes sua familia, e servidores. Item, concede aos que lhes fizerem esmolas, e metendo-se em suas Confrarias, em cada hum anno os ajudarem com ellas, indulgencias da setima parte dos peccados. E que quando os que forem deputados para tirar as esmolas, as andarem tirando huma vez no anno, se lhes abraõ as portas das Igrejas do Lugar em que entrarem, posto que esteja interdicto, e lançados os excommungados fóra, se celebrem os Officios Divinos. E que naõ seja nenhum ousado perturbar o dito Lugar, ou tomar suas possessões, ou retellas, ou diminuillas, ou fazerlhes alguma vexaçaõ; antes tudo se lhe conserve, e guarde inteiramente sob as penas, que na dita Bulla se declaraõ.

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Bertrano Magistro Religiosæ militiæ Templi, quod Hierosolymis situm est, ejusque successoribus, & Fratribus tam præsentibus, quàm futuris, J. A. P. P. M.

Omne

Omne datum optimum, & omne donum perfectum desursum est, descendens à Patre luminum, apud quem non est transmutatio, nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii, de vobis, & pro vobis Omnipotentem Deum collaudamus, quoniam in universo Mundo vestra Religio, & veneranda institutio nunciatur. Cùm enim naturâ essetis filii iræ, & sæculi voluptatibus dediti, nunc per aspirantem gratiam Euangelii non surdi auditores effecti, relictis pompis sæcularibus, & rebus propriis, demissâ etiam spatiosâ viâ, quæ ducit ad mortem, arduum iter, quod ducit ad vitam humiliter elegistis, atque ad comprobandum, quod in Dei militia computemini: signum vivificæ Crucis in vestro pectore circumfertis. Accedite ad hoc quod tanquam veri Israëlitæ, atque instructissimi Divini prælii bellatores veræ charitatis flammâ succensi, dictum Euangelium operibus adimpletis, quod dicitur: *Maiorem hac dilectionem nemo habet, quàm ut animam suam ponat quis pro amicis suis*; unde etiam juxta summi Pastoris vocem animas vestras pro Fratribus ponere, eosque ab incursibus Paganorum defensare minime formidatis, & cum nomine censeamini milites Templi, constituti estis à Domino Catholicæ Ecclesiæ defensores, & inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium, & laudanda devotio in tam sacro opere

toto

toto corde, & tota mente desudet; nihilominus tamen universitatem vestram in Domino exhortamur, atque in peccatorum remissionem, authoritate Dei, & Beati Petri Apostolorum Principis, tam vobis, quàm servitoribus vestris injungimus, ut pro tuenda Catholica Ecclesia, & eâ, quæ est sub Paganorum tyrannide, de ipsorum spurcicia eruenda, expugnandos inimicos Crucis, invocato Christi nomine, intrepide laboretis. Ea etiam, quæ de eorum spoliis ceperitis, fidenter in usus vestros convertatis, & ne de his contra velle vestrum partionem alicui dare cogamini, prohibemus. Statuentes, ut domus, seu Templum, in quo estis ad Dei laudem, & gloriam, atque defensionem suorum fidelium, & liberandam Dei Ecclesiam congregati, cum omnibus possessionibus, & bonis suis, quæ in præsentiarum legitimè habere dignoscitur, aut in futurum concessione Pontificum, liberalitate Regum, vel Principum, oblatione fidelium, seu aliis justis modis, præstante Domino, poterit adipisci, perpetuis futuris temporibus sub Apostolicæ Sedis tutela, & protectione consistat. Præsenti quoque decreto sancimus, ut vita religiosa, quæ in vestra domo è divina inspirante gratia instituta, ibidem inviolabiliter observetur. Et Fratres inibi Omnipotenti Domino servientes castè, & sine proprio vivànt, & professionem suam dictis, & moribus comprobrantes,

Magi-

Magiſtro ſuo, aut quibus ipſe præceperit, in omnibus, & per omnia ſubjecti, & obedientes exiſtant. Præterea quamadmodum domus ipſa hujus ſacræ veſtræ inſtitutionis, & ordinis, fons, & origo eſſe promoverit; ita nihilominus omnium locorum ad eam pertinentium, Caput, & Magiſtra in perpetuum habeatur. Ad hæc adjicientes præcipimus, ut obeunte te, dilecte in Domino fili Bertrane, vel tuorum quolibet ſucceſſorum, nullus ejusdem domus Fratribus proponat, niſi militaris, & religioſa perſona, quæ veſtræ converſationis habitum ſit profeſſa; nec ab aliis, niſi ab omnibus Fratribus inſimul, vel à ſaniori, ac puriori eorum parte, qui proponendus fuerit, eligatur. Porro conſuetudines ad veſtræ religionis, & officii obſervantiam à Magiſtro, & Fratribus communiter inſtitutas, nulli Eccleſiaſticæ, ſæcularive perſonæ infringere, vel minuere ſit licitum. Easdem quoque conſuetudines à vobis aliquanto tempore obſervatas, & ſcripto firmatas, non niſi ab eo, qui Magiſter eſt, conſentiente tamen ſaniori parte Capituli liceat immutari. Prohibemus autem, & omnimodis interdicimus, ut fidelitates, hominia, ſive juramenta, vel reliquas ſecuritates, quæ à ſæcularibus frequentantur, nulla Eccleſiaſtica, ſæculariſve perſona à Magiſtro, & Fratribus ejusdem domûs exigere audeat. Illud autem ſcitote, quoniam ſicut veſtra ſacra inſtitutio, &

religiosa militia, Divina est Providentia stabilita; ita nihilominus nullius vitæ religiosoris obtentu ad locum alium nos convenit transvolare. Deus enim, qui ste incommutabilis, & æternus mutabilia corda non approbat, sed potius sacrum propositum semel inceptum produci vult usque in finem debitæ actionis. Quot, & quanti sub militari cingulo, & chlamyde terreni Imperii Domino placuerunt, sibique memoriale perpetuum reliquerunt? Quot, & quanti in armis bellicis constituti pro testamento Dei, & paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt, atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes post bellicos sudores æternæ vitæ bravium sunt adepti? Videte itaque vocationem vestram Fratres, tam milites, quàm servientes, atque juxta Apostolum unusquisque vestrûm in qua vocatione vocatus est, in ea permaneat. Ideoque Fratres vestros semel devotos, atque in sacro Collegio receptos, post factam in vestra militia professionem, & habitum religionis assumptum, revertendi ad sæculum nullam habere præcipimus facultatem. Nec alicui eorum fas sit post factam professionem, semel assumptam Crucem Dominicam, & habitum vestræ professionis abjicere, vel ad alium locum, seu etiam Monasterium maioris Religionis obtentu, invitis, seu inconsultis Fratribus, aut eo, qui Magister extiterit, liceat transmigare,

migare, nullique Ecclesiasticæ, sæcularive personæ ipsos suscipiendi, aut retinendi licentia pateat. Et quoniam qui sunt defensores Ecclesiæ, de bonis Ecclesiæ debent vivere, ac sustentari de rebus mobilibus, vel se moventibus, seu de quibuslibet, quæ ad vestram Venerabilem Domum pertinent, à vobis decimas exigi contra voluntatem vestram omnimodis prohibemus. Cæterum decimas, quas consilio, & consensu Episcoporum de manu Clericorum, vel laicorum studio vestro extrahere poteritis, illas etiam, quas consentientibus Episcopis, & eorum Clericis acquiretis, vobis authoritate Apóstolica confirmamus. Ut autem ad plenitudinem salutis, & curam animarum vestrarum nihil vobis desit, & Ecclesiastica Sacramenta, & Divina Officia vestro sacro Collegio commodius exhibeantur, simili modo sancimus, ut liceat vobis honestos Clericos, & Sacerdotes secundum Deum, quantum ad vestram scientiam ordinatos, undecumque ad vos venientes suscipere, & tam in principali domo vestra, quàm etiam in obedientiis, & locis sibi subditis vobis habere. Dummodo si è vicino sunt, eos à propriis Episcopis expetatis, idemque nulli alii professioni, vel ordini teneantur obnoxii. Quodsi Episcopi eosdem vobis concedere fortè noluerint; nihilominus tamen eos suscipiendi, & retinendi authoritate Sanctæ Romanæ Ecclesiæ habeatis.

Si verò aliqui post factam professionem turbatores religionis vestræ, aut domus, vel etiam inutiles apparuerint: liceat vobis eos cum saniori parte Capituli amovere, eisque transeundi ad alium ordinem, ubi secundum Deum vivere voluerint, licentiam dare, & loco ipsorum alios idoneos substituere. Qui etiam unius anni spatio in vestra societate probentur. Quo peracto, si mores eorum hoc exegerint, & ad vestrum servitium utiles inventi fuerint: tunc demum professionem faciant regulariter vivendi, & Magistro suo obediendi: ita ut eumdem victum, & vestitum vobiscum habeant, necnon lectisternia, excèpto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de Capitulo, vel cura domus vestræ, se temerè intromittere: nisi quantum à vobis eis fuerit injunctum. Curam quoque animarum tantum habeant, quantum à vobis fuerint requisiti. Præterea nulli personæ extra vestrum Capitulum sint subjecti, tibique, dilecte in Domino fili Bertrane, tuisque successoribus tanquam Magistro, & Prælato suo, in omnibus, & per omnia obedientiam deferant. Præcipimus insuper, ut ordinationes eorumdem Clericorum, qui ad Sacros Ordines fuerint promovendi à quocumque malueritis Catholico suscipiatis Episcopo, si quidem Catholicus fuerit, & gratiam Apostolicæ Sedis habuerit. Qui nimirum nostrà fultus authoritate, quod postulatur,

tur, indulgeat. Eosdem autem pro pecunia prædicare, aut lucro, vosque pro hujusmodi causa eos ad prædicandum mittere prohibemus, nisi forte Magister Templi, qui pro tempore fuerit, certis ex causis id faciendum esse, providerit. Quicumque sanè ex his in vestro Collegio suscipientur, stabilitatem loci, conversionem morum, seque militaturos Domino, diebus vitæ suæ sub obedientia Magistri Templi, posito scripto super altare, in quo contineantur, ista promittant. Salvo quoque Episcopis jure Episcopali, tam in decimis, quàm in oblationibus, & sepulturis; nihilominus concedimus facultatem in locis sacro Templo collatis, ubi familia vestra habitat, Oratoria construere, in quibus utique ipsa Divina Officia audiat, ibique si quis ex vobis, vel ex eadem familia mortuus fuerit, tumuletur. Indecens enim est, & animarum periculo proximum Religiosos Fratres occasione adeundæ Ecclesiæ se virorum turbis, & mulierum frequentiæ immiscere. Decernimus insuper authoritate Apostolica, ut apud quemcumque locum vos venire contigerit; ab honestis, atque Catholicis Sacerdotibus pœnitentiam, unctiones, seu alia quælibet Sacramenta Ecclesiastica suscipere liceat, ne forte ad præceptionem spiritualium bonorum vobis quippiam deesse valeat. Quia verò omnes in Christo unum sumus, & non est personarum differentia apud Deum

Deum tam remiſſionis peccatorum, quàm alternus beneficentiæ, atque Apoſtolicæ benedictionis, quæ vobis indulta eſt, etiam familia, & ſervientes veſtros volumus eſſe participes. Quicumque verò de facultatibus ſibi à Deo collatis vobis ſubvenerit, & in tam ſancta fraternitate ſe collegam ſtatuerit, vobiſque beneficia perſolverit annuatim, ſeptimam ei partem injunctæ pœnitentiæ confiſi de Beatorum Petri, & Pauli meritis indulgemus. Si verò excommunicatus non fuerit, & cum mori contigerit, ei cum aliis Chriſtianis ſepultura Eccleſiaſtica non negetur. Cum autem Fratres veſtri, qui ad collectam ſuſcipiendam deſtinati fuerint, in Civitatem, Caſtellum, vel vicum advenerint, ſi forte locus ipſe interdictus ſit, in jucundo eorum adventu pro Templi honore, & eorumdem militum reverentia, ſemel in anno aperiantur Eccleſiæ, &, excluſis excommunicatis, Divina Officia celebrentur. Nulli ergo hominum liceat præfatum locum temerè perturbare, aut ejus poſſeſſiones auferre, vel ablatas retinere, minuere, aut aliquibus vexationibus fatigare; ſed omnià integra conſerventur, veſtris, atque aliorum Dei fidelium uſibus omnimodis profutura. Si quis igitur hujus noſtræ Conſtitutionis paginam ſciens, contra eam temerè venire tentaverit, ſecundò, tertiòve commonitus, niſi reatum ſuum congruà ſatisfactione correxerit, poteſtatis, ho-

noriſque

norisque sui dignitate careat, reumque se Divino judicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat, & à Sacratissimo Corpore, ac Sanguine Dei, & Domini Redemptoris nostri Jesu Christi alienus fiat, atque in extremo examine districtæ ultioni subjaceat. Conservantes autem hæc, Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, benedictionem, & gratiam consequentur. Amen.

Ego Alexander, Catholicæ Ecclesiæ Episcopus.

Ego Hubaldus, Hostiensis Episcopus.
Ego Bernardus, Portuens. & Sanctæ Rufinæ Episcop.
Ego Gualterius, Albanensis Episcopus.

Ego Hubaldus, Præsbyter Cardinalis, tit. S. Crucis in Hierusal.
Ego Henric. Præsb. Card. tit. Sanctor. Nerei, & Achillei.
Ego Joann. Præsb. Card. tit. Sanct. Anastasiæ.
Ego Albert. Præsb. Card. tit. Sanct. Laurentii in Lucina.
Ego Guilhelm. Præsb. Card. tit. Sanct. Petri ad Vincula.
Ego Jac. Diacon. Card. Sanct. Mariæ in Cosmedin.

Ego

Ego Oddo, Diacon. Card. Sanct. Nicol. in Carcere Tull.

Ego Ardicio, Diacon. Card. Sanct. Theodori.

Ego Boso, Diacon. Card. Sanct. Cosmæ, & Damiani.

Ego Cinthius, Diacon. Card. Sanct. Adriani.

Ego Joann. Diacon. Card. Sanct. Mariæ in Porticu.

Ego Manfred. Diacon. Card. Sanct. Georgii ad Velum Aureum.

Datum Turon. per manum Hermani Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Subdiac. & Notarii, VII. Idus Januarii Indictione X. Incarnationis Dominicæ anno M. C. LX. II. Pontificatûs verò Domini Alexandri PP. Tertii Anno quarto.

Instrumento de paz; e concordia por mandado do Santo Padre Alexandre III. feita entre o Mestre da Ordem do Templo, e o Ministro do Hospital de Jerusalem de vontade, e consentimento de seus Capitulares. Pela qual se consertaraõ, que entre a dita Casa do Hospital, e a dita Ordem do Templo, cessassem quaesquer queixumes por qualquer via, que fossem movidos de quaesquer das partes, até o dia, em que se fez esta concordia, e composiçaõ. E que cada huma das ditas Casas dahi por diante pacificamente possuisse todas, e quasquer possessões, que a esse tempo tinha. E que sendo caso, que pelo tempo succedesse haver alguma queixa,

queixa, ou aggravo da parte de qualquer das ditas Casas, se determine por tres Religiosos de cada huma dellas, aonde a questaõ se mover, e que estes sejaõ os que melhor entenderem dessas Casas, escolhidos pelos Mestres dellas. Os quaes trabalharaõ, que se determine a causa, sem aggravo de nenhuma das partes. E naõ podendo elles dar fim a ella, tomaraõ amigos de huma parte, e outra, com cujo conselho, e mediaçaõ se determine finalmente com a mayor parte. De maneira, que a caridade, e o amor, fique firme, e constante entre ambas as Casas. E quando por esta via ainda se naõ poder tomar determinaçaõ, que neste caso se remetta a elles ditos Mestres da Ordem do Templo, e Ministro da Casa do Hospital, o caso para elles o determinarem, e que com tudo os Religiosos de huma, e outra Ordem conservem entre si paz, e amisade. E que os que assim o naõ cumprirem, naõ sejaõ relevados dessa culpa, sem parecerem perante seu Mestre, e o Capitulo de Jerusalem, contra os quaes a commetteraõ. E encomendando-se aos Religiosos de huma, e outra Casa, que se amem entre si com tal amor, e caridade, que posto que sejaõ de duas Casas por differentes profissões, no amor pareçaõ ser de huma só.

NOtum sit omnibus tam futuris, quàm præsentibus, quòd per voluntatem Omnipotentis Dei, & per Domini Papæ Alexandri, cui soli post Deum obedire tenemur præceptum, cujus & admonitionem observare. Ego Frater

Oddo Sancti Amantii humilis Magister militiæ Templi, & ego Rogerius de Molinis humilis Minister Hospitalis Hyerusalem consilio, & voluntate Capitulorum nostrorum firmam pacem, & gratam concordiam fecimus de omnibus querelis, quæ inter Domum Templi, & Domum Hospitalis fuerant usque ad hanc diem ventilatæ tam de terris, & possessionibus, quàm etiam de pecuniis, vel quibuslibet aliis rebus sopitis, ita cunctis querelis tam citra mare, quàm ultrà, quòd nulla deinceps suscitari possit, vel repeti. Hanc autem pacem, & concordiam, & universarum querelarum terminationem, necnon, & ad invicem fraternam dilectionem universis Fratribus Templi, & Hospitalis tenere, conservare, & fovere statuimus, & præcipimus salvis abhinc in perpetuum quietèque, atque pacificè remansuris utrique domui rebus, & possessionibus, quas hodie domus utraque tam ultrà mare, quàm citra noscitur tenere. Si qua verò querela deinceps inter nos, vel successores nostros, seu etiam inter Fratres nostros citra mare, vel ultrà surrexerit per tres utriusque partis Fratres, sicut in mandatis à Domino Papa percepimus, eam statuimus terminari taliter; videlicet, quod Præceptores illarum domorum, vel Provinciarum, inter quas orta fuerit quæstio, assumptis quisque discretioribus Fratribus supradictis querelam illam dissolvere, & pacem inter se studeant

ant conſervare ſine fraude, & ſine gravamine alterius partis quantum poterunt cavere. Si verò per ſe nequiverint Fratres illi querelæ finem imponere, aſciſcant ſibi de ſuis amicis communiter, quorum conſilio, & mediatione quæſtio valeat terminari, ſic ſcilicet, quod in quo maior pars Fratrum illorum convenerit, vel amicorum, in eo finis querelæ ponatur, & inter Fratres pax ſemper integra, & dilectio firma conſiſtat. Si autem nec ad id pacis adhuc poterit pervenire, querelam ad nos ſcriptam tranſmittant, & nos illam, Deo volente, terminabimus. Ipſi verò Fratres nihilominus pacem, & benevolentiam inter ſe teneant. Si quis autem Fratrum, quod abſit, ab hac pace, paciſque, ac dilectionis conſervatione diſſiluerit, ſe contra Magiſtri ſui præceptum, & Capituli Hieroſolymitani conſtitutionem ſciat egiſſe, reatumque hujuſmodi nullatenus poterit expiare, quouſque Magiſtri ſui, & Capituli Hieroſolymitani conſpectui ſe præſentet. His autem duximus adnectendum, quod Fratres utriuſque domus ſe ubique diligant, & honorent, & alter commodum alterius mutuâ charitate, & unanimitate fraterna perquirant, & obſervent, ut duarum domorum exiſtentes per profeſſionem unius autem eſſe pareant per dilectionem. Facta eſt pax iſta, & concordia, anno Dominicæ Incarnationis M. C. LXX. IX. menſe Fe-

 bruario,

bruario, Indictione XII. coram Domino Balduino, Rege in Sancta Civitate Hierusalem Latinorum, coram Domino Bocundo, Principe Antiochiæ, coram Domino Raymundo Tripolis Comite, & coram cæteris Baronibus Orientalis Christianitatis. Ut autem hæc pacis, & dilectionis inter domum Hospitalis, & domum Templi constitutio firma permaneat, & inconcussa, sigillis utriusque domus hanc paginam communiri fecimus, & corroborari.

Sendo concedido por este Papa Alexandre, e por outros successores aos Cavalleiros da Ordem do Templo, privilegio de naõ pagar dizimas do que por si, e à sua custa lavrassem, porque depois de celebrado o Concilio Lateranense, houve alguns, que quizeraõ entender o dito privilegio sómente das dizimas das terras, que os Cavalleiros do Templo trouxessem à cultura. Declara o mesmo Papa Alexandre por esta sua Bulla seguinte, que o dito privilegio se entende naõ sómente das terras, que elles por si romperem, e trouxerem à cultura; mas de todas aquellas, que elles por si, ou à sua custa lavrarem. E manda aos Prelados das Igrejas, que notifiquem a seus fregnezés, que de nenhumas terras, que os ditos Cavalleiros por si, ou à sua custa lavrarem, nem de suas creações pertendaõ pedirlhe dizimas. Item, manda, que os Bispos suspendaõ do officio os Clerigos, Frades, ou Conegos, que contra este privilegio forem; e se algum Leigo for contra elle, que o ex-

o excommungue, e que até inteiramente satisfazerem, naõ levantem a dita excommunhaõ, nem a suspendaõ, e que denunciem por excommungados aquelles, que puzerem mãos violentas nos Religiosos da dita Ordem do Templo.

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Archidiaconis, Decanis, Præsbyteris, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Audivimus, & audientes vehementi sumus admiratione commoti, quòd cum dilectis filiis nostris Fratribus Militiæ Templi, à Patribus, & Prædecessoribus nostris concessum sit, & à nobis ipsis postmodum confirmatum, ut de laboribus, quos propriis manibus, aut sumptibus excolunt, nemini decimas solvere teneantur: quidam ab eis nihilominus post celebrationem Lateranensis Concilii contra indulgentiam Apostolicæ Sedis decimas exigere, & extorquere præsumunt, & prava, ac sinistra interpretatione, Apostolicorum privilegiorum Capitulum pervertentes, asserunt de novalibus debere intelligi, ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est, omnibus, qui rectè sapiunt, interpretationem hujusmodi

modi perverſam eſſe, & intellectui ſano contrariam, cum ſecundum Capitulum illud à ſolutione decimarum tam de terris illis, quas deduxerunt, vel deducunt ad cultum, quàm de terris etiam cultis, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, liberi ſint penitus, & immunes: ne ullus contra eos materiam habeat malignandi, vel quomodolibet ipſos contra juſtitiam moleſtandi; vobis per Apoſtolica ſcripta præcipiendo mandamus, & mandando præcipimus, quatenus omnibus Parochianis veſtris authoritate Apoſtolica prohibere curetis, ne à memoratis Fratribus de novalibus, vel de aliis terris, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, ſeu de nutrimentis animalium ſuorum nullatenus decimas præſumant exigere, vel extorquere. Nam ſi de novalibus tantum vellemus intelligi, ubi ponimus de laboribus, de novalibus poneremus, ſicut in privilegiis quorumdam aliorum apponimus. Quia verò non eſt conveniens, vel honeſtum, ut contra inſtituta Sedis Apoſtolicæ veniatur, quæ obtinere debent inviolabilem firmitatem: mandamus vobis, firmiterque præcipimus, ut ſi qui Canonici, Clerici, Monachi, vel laici contra privilegia Sedis Apoſtolicæ prædictos Fratres decimarum exactione gravaverint, Canonicos, & Clericos, ſive Monachos contradictione, dilatione, & appellatione ceſſante, ab officio ſuſpendatis: laicos

laicos excommunicationis ſententia percellatis, & tam excommunicationis, quàm ſuſpenſionis ſententiam faciatis uſque ad dignam ſatisfactionem inviolabiliter obſervari. Ad hæc præſentium vobis authoritate præcipiendo mandamus, quatenus ſi quis in prædictos Fratres manus violentas injecerit, eum accenſis candelis publicè excommunicatum denuntietis, & faciatis ab omnibus excommunicatum cautiùs evitari, donec congruè ſatisfaciat prædictis Fratribus, & cum litteris Diœceſani Epiſcopi rei veritatem continentibus Apoſtolico ſe conſpectui repræſentet. Datum Tuſculan. Idus Julii.

Bulla do Papa Lucio III. porque ſe concedè o meſmo à Ordem do Templo, e he do meſmo theor.

Lucius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Archidiaconis, Decanis, Presbyteris, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Audivimus, & audientes mirati ſumus, quòd cum dilectis filiis noſtris conceſſum ſit, & à nobis ipſis poſtmodum indultum, & confirmatum, ut de laboribus, quos propriis mani-

manibus, aut ſumptibus excolunt, nemini decimas ſolvere teneantur: quidam ab eis nihilominus contra indulgentiam Sedis Apoſtolicæ decimas exigere, & extorquere præſumunt, & prava, & ſiniſtra interpretatione Apoſtolicorum privilegiorum Capitulum pervertentes, aſſerunt de novalibus debere intelligi, ubi noſcitur de laboribus eſſe inſcriptum. Quoniam igitur manifeſtum eſt, omnibus, qui rectè ſapiunt interpretationem hominum perverſam eſſe, & intellectui ſano contrariam, cum ſecundum Capitulum illud à ſolutione decimarum, tam de terris etiam cultis, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, liberi ſint penitus, & immunes, ne ullus contra eos materiam habeat malignandi, vel quomodolibet ipſos contra juſtitiam moleſtandi; vobis per Apoſtolica ſcripta mandamus præcipiendo, & mandando præcipimus, quatenus omnibus Parochianis veſtris authoritate noſtra prohibere curetis, ne à memoratis Fratribus de novalibus, vel de aliis terris, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, ſeu de nutrimentis animalium nullatenus decimas præſumant exigere, vel quomodolibet extorquere. Nam ſi de novalibus tantum vellemus intelligi: ubi ponimus de laboribus, de novalibus poneremus, ſicut in privilegiis quorumdam aliorum apponimus. Quia verò non eſt conveniens, vel honeſtum, ut contra inſtituta Sedis Apoſtolicæ venia-

veniatur, quæ obtinere debent inviolabilem firmitatem; mandamus vobis, firmiterque præcipimus, ut si qui Monachi, Canonici, Clerici, vel laici contra privilegia Sedis Apostolicæ prædictos Fratres decimarum exactione gravaverint, laicos excommunicationis sententia percellatis, Canonicos, & Monachos, Clericos sine contradictione, dilatione, & appellatione cessante ab officio suspendatis. Et tam excommunicationis, quàm suspensionis sententia faciatis usque ad dignam satisfactionem inviolabiliter observari. Ad hæc præsentium vobis authoritate præcipiendo mandamus, quatenus si quis in prædictos Fratres manus violentas injecerit, eum accensis candelis, publicè excommunicatum denuntietis, & faciatis ab omnibus excommunicatum cautiùs evitari, donec congruè satisfaciat prædictis Fratribus, & cum litteris Diœcesani Episcopi rei veritatem continentibus Apostolico se conspectui repræsentet. Datum Velletri VII. Kalendas Maii.

Segue-se outra do Papa Urbano III. que diz assim.

Urbanus Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Archidiaconis, Decanis, Præsbyteris, &

aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Audivimus, & audientes vehementi sumus admiratione commoti, quòd cum dilectis filiis nostris Fratribus militiæ Templi, à Patribus, & Prædecessoribus nostris concessum sit, & à nobis ipsis postmodum confirmatum, ut de laboribus, quos propriis manibus, aut sumptibus excolunt, nemini decimas solvere teneantur; quidam ab eis nihilominus post celebrationem Concilii contra indulgentiam Apostolicæ Sedis decimas exigere, & extorquere præsumunt, & prava, ac sinistra interpretatione Apostolicorum Privilegiorum Capitulum pervertentes, asserunt de novalibus debere intelligi, ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus, qui rectè sapiunt, interpretationem hujusmodi perversam esse, & intellectui sano contrariam: cum secundum Capitulum illud à solutione decimarum tam de terris illis, quas deduxerunt, vel deducunt ad cultum, quàm de terris etiam cultis, quas propriis manibus, vel sumptibus excolunt, liberi sint penitus, & immunes, ne ullus contra eos materiam habeat malignandi, vel quomodolibet ipsos contra justitiam molestandi; vobis per Apostolica scripta mandamus; & districte præcipimus, quatenus omnibus Parochianis vestris authoritate Apostolica prohibere curetis, ne à memoratis

Fratri-

Fratribus de novalibus, vel de aliis terris, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, ſeu de nutrimentis animalium ſuorum ullatenus exigere, vel extorquere præſumant. Nam ſi de novalibus tantùm vellemus intelligi, ubi ponimus de laboribus, de novalibus poneremus, ſicut in privilegiis quorumdam aliorum apponimus. Quia verò non eſt conveniēns, vel honeſtum, ut contra inſtituta Sedis Apoſtolicæ veniatur, quæ obtinere debent inviolabilem firmitatem; mandamus vobis, firmiterque præcipimus, ut ſi qui Canonici, Clerici, Monachi, vel laici contra privilegia Sedis Apoſtolicæ prædictos Fratres decimarum exactione gravaverint, Canonicos, Clericos, ſive Monachos contradictione, dilatione, & appellatione ceſſante, ab officio ſuſpendatis: laicos excommunicationis ſententia percellatis, & tam excommunicationis, quàm ſuſpenſionis ſententia, ſententiam faciatis, uſque ad dignam ſatisfactionem inviolabiliter obſervari. Ad hæc præſentium vobis authoritate præcipiendo mandamus, quatenus ſi quis in prædictos Fratres manus violentas injecerit, cum candelis accenſis excommunicatum publicè nuntietis, & faciatis ab omnibus ſicut excommunicatum cautiùs evitari, donec congruè ſatisfaciat prædictis Fratribus, & cum litteris Diœceſani Epiſcopi rei veritatem continentibus Apoſtolico ſe conſpectui repræſentet. Datum Veron. IV. nono Februarii.

Outra do Papa Innocencio III. do mesmo theor:

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Audivimus, & audientes mirati sumus, quòd cum dilectis filiis Fratribus militiæ Templi à Patribus, & Prædecessoribus nostris concessum sit, & à nobis ipsis postmodum indultum, & etiam confirmatum, ut de laboribus, quos propriis manibus, aut sumptibus excolunt, nemini decimas solvere teneantur. Quidam ab eis nihilominus contra Apostolicæ Sedis indulgentias, decimas exigere, & extorquere præsumunt, & prava, ac sinistra interpretatione Apostolicorum privilegiorum Capitulum pervertentes asserunt de novalibus debere intelligi, ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus, qui rectè sapiunt, interpretationem hujusmodi perversam esse, & intellectui sano contrariam, cum secundum Capitulum illud à solutione decimarum tam de terris illis, quas deduxerunt, vel deducunt ad cultum, quàm de terris etiam cultis, quas propriis manibus, aut sumptibus

ptibus excolunt, liberi ſint penitus, & immunes: ne ullus contra eos materiam habeat malignandi; univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta præcipiendo mandamus, quatenus omnibus Parochianis veſtris authoritate Apoſtolica prohibere curetis, ne à memoratis Fratribus de novalibus, vel de aliis terris, quas propriis manibus, vel ſumptibus excolunt, ſeu de nutrimentis animalium ullatenus decimas præſumant exigere, vel quomodolibet extorquere. Quia verò non eſt conveniens, vel honeſtum, ut contra Apoſtolicæ Sedis indulgentias temere veniant, quæ obtinere debent inviolabilem firmitatem; mandamus vobis, firmiterque præcipimus, ut ſi qui Monachi, Clerici, vel laici contra privilegia Sedis Apoſtolicæ memoratos Fratres ſuper decimarum exactione gravaverint, laicos excommunicationis ſententia percellentes, Monachos, ſive Clericos contradictione, dilatione, & appellatione ceſſante ab officio ſuſpendatis, & tam excommunicationis, quàm ſuſpenſionis ſententiam faciatis, uſque ad dignam ſatisfactionem inviolabiliter obſervari. Ad hoc præſentium vobis authoritate præcipimus, quatenus ſi quis eorumdem Parochianorum veſtrorum in ſæpè dictos Fratres manus violentas injecerit, eum accenſis candelis excommunicatum publicè nunciétis, & tanquam excommunicatum faciatis ab omnibus cautiùs evitari, donec eiſdem Fratribus congruè ſatis-

ſatisfaciat, & cum litteris Diœceſani Epiſcopi rei veritatem continentibus Apoſtolico conſpectui repræſentet. Datum Lateranenſ. VII. Idus Auguſti, Pontificatus noſtri anno XIII.

Bulla do Papa Alexandre III. porque manda, que os Biſpos Dioceſanos recebaõ os Clerigos, aſſim Religioſos, como ſeculares, que em ſua caſa viverem, e de ſua meſa ſe ſuſtentarem, quando lhe forem apreſentados pelos Religioſos da Ordem do Templo, para regimento, e cura de ſuas Igrejas, ſem os conſtrangerem a lhes primeiro aſſignarem congrua ſuſtentaçaõ para elles, e para os ſeus, como que viveſſem fóra de ſuas caſas, nem a ter hoſpedaria, nem a pagar os direitos Epiſcopaes, com tanto, que os meſmos Religioſos reſpondaõ pelos meſmos direitos, e as Igrejas, em que aſſim forem apreſentadas, naõ padeçaõ detrimento no culto Divino.

Alexander Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Juſtis petentium deſideriis dignum eſt nos facilem præbere conſenſum, & vota, quæ à rationis tramite non diſcordant, effectu proſequente complere. Ex parte ſiquidem veſtra fuit propoſitum coram nobis, quod cum ad Eccleſias ad vos ſpectantes, cum eas vacare contingit, interdum Fratres veſtri

ſtri Ordinis, plerumque verò idoneos Clericos ſæculares, qui vobiſcum in veſtris domibus commorantes, in menſa veſtra comedant, & dormiant in veſtro dormitorio: Diœceſanis Epiſcopis, prout ad vos pertinet, præſentetis: quidam ipſorum eos admittere pro ſuæ voluntatis arbitrio contradicunt, niſi tantum eis de ipſorum proventibus aſſignetur, quod ſibi, & ſuis, extra domos veſtras morantibus plenè ſufficiat, hoſpitalitatem obſervent, & de juribus Epiſcopalibus, Diœceſanis Epiſcopis integrè ſtudeant reſpondere: quanquam vos hoſpitalitatem ſervetis, ac illis de ipſis juribus ſitis reſpondere parati. Quare fuit pro vobis nobis humiliter ſupplicatum, ut cum propter hoc eidem Eccleſiæ debitis obſequiis defraudentur, & vobis magnum immineat detrimentum, providere ſuper his miſericorditer dignaremur. Veſtris igitur ſupplicationibus benignum impertientes aſſenſum, præſentium vobis authoritate concedimus, ut hujuſmodi perſonas idoneas præfatis Diœceſanis ad easdem Eccleſias vobis liceat præſentare, dummodò dictæ Eccleſiæ nullum defectum in Divinis Officiis patiantur: & de præmiſſis juribus faciatis locorum Epiſcopis plenarie reſponderi. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis infringere, vel ei auſu temerario contra ire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum

torum Petri, & Pauli Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Viterbi VII. Idus Januarii, Pontificatus nostri anno quarto.

Bulla do Papa Honorio III. porque manda aos Bispos, e Prelados, que admittaõ os Clerigos, que pelos Religiosos da Ordem do Templo lhes forem apresentados para servirem em suas Igrejas; e concede aos ditos Religiosos, que possaõ converter os frutos das ditas Igrejas em soccorro da Terra Santa, e retellos livremente, naõ querendo os Bispos admittir os Clerigos, que assim lhes apresentarem, em quanto esta occasiaõ durar; e que os ditos Prelados naõ excommunguem, nem interditem os ditos Religiosos, nem seus Clerigos, e fazendo-o, que naõ valha.

Honorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quantò dilecti filii Fratres militiæ Templi, propriis derelictis ferventiùs pro Christianitatis commodo jugiter elaborant, nec ponere pro Fratribus animas reformidant: tanto ipsis in suis manutenendis justitiis, diligentiùs adesse nos convenit, & eorum incommoditatibus paternâ solicitudine provi-

providere: ne si fuerimus, quod absit, in eorum manutenenda justitia negligentes, à Sarracenorum impugnatione, qui Christianum nomen insuflant, & fidelium effundere sanguinem moliuntur, desistere compellantur: & amplius adversus Christianos illorum insolentia convalescat. Cum autem prænominatis Fratribus de indulgentia Sedis Apostolicæ misericorditer sit indultum, ut fructus Ecclesiarum, quæ ad illorum donationem pertinent, assignato Vicariis, unde congruè valeant sustentari, & Diœcesano Episcopo, ejusque officialibus de suis possit justitiis responderi, debeant in subventionem terræ Hierosolymitanæ convertere. Quidam Episcopi, Archidiaconi, & Decani, ad quos illarum Ecclesiarum investitura pertinet, Clericos, quos iidem Fratres idoneos repræsentant: recipere pro sua voluntate contemnunt, nisi easdem Ecclesias Clericis, qui de illorum mensa fuerint, seu aliis, licet minus existant idonei, largiantur. Si verò iidem Fratres easdem Ecclesias, prout desiderant, non assignant, ut libere possint redditus earum percipere, illas per longa tempora faciunt à Divinorum celebratione cessare, ut sic Fratres ipsi voluntates eorum exequi compellantur. Nos igitur tantæ prædictorum Fratrum incommoditati prospicere cupientes, ne tantam jacturam malitiosè cogantur de cætero sustinere: universitati vestræ per Apostolica scripta man-

 damus,

damus, atque præcipimus, quatenus Clericos idoneos, quos iidem Fratres ad Ecclesias suas vobis duxerint præsentandos, amòdo benignius admittatis, alioquim noveritis, quod ipsis ad exemplar prædecessorum nostrorum authoritate Apostolica liberam indulsimus facultatem, ut fructus earumdem Ecclesiarum donec prædicta occasione vacaverint, in subventionem terræ Hierosolymitanæ convertere, & illos libere valeant retinere. Prætereà quoniam, quidam vestrûm Fratres ipsos, & eorum Clericos contra privilegia Sedís Apostolicæ ipsis indulta, sicut dicitur, interdicere, & excommunicare præsumunt: districtiùs inhibemus, ne ipsos Fratres, vel eorum Clericos, de cætero taliter interdicere, & excommunicare aliquatenus attemptetis. Quia si amodo, quod non credimus, fuerit attemptatum, eamdem volumus sententiam non tenere. Datum Lateranens. XV. Kalendas Martii, Pontificatus nostri anno primo.

Outra semelhante do Papa Clemente IV.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ac dilectis filiis Archidiaconis, & Decanis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salu-

ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Quanto dilecti filii noſtri Fratres militiæ Templi propriis derelictis, ferventius pro Chriſtianitatis commodo jugiter elaborant, nec ponere pro Fratribus animas reformidant: tanto ipſis in ſuis manutenendis juſtitiis diligentiùs adeſſe nos convenit, & eorum incommoditatibus paterna ſolicitudine providere: ne ſi fuerimus, quod abſit, in eorum manutenenda juſtitia negligentes, à Sarracenorum impugnatione, qui Chriſtianum nomen inſuſlant, & fidelium effundere ſanguinem moliuntur, deſiſtere compellantur, & amplius adverſus Chriſtianos illorum inſolentia convaleſcat. Cum autem prænominatis Fratribus de indulgentia Sedis Apoſtolicæ miſericorditer ſit indultum, ut fructus Eccleſiarum, quæ ad illorum donationem pertinent, áſſignato Vicariis unde congruè valeant ſuſtentari, & Diœceſano Epiſcopo, ejuſque officialibus, de ſuis poſſit juſtitiis reſponderi, debeant in ſubventionem terræ Hieroſolymitanæ convertere. Quidam Epiſcopi, Archidiaconi, & Decani, ad quos illarum Eccleſiarum inveſtitura pertinet, Clericos quos iidem Fratres idoneos repræſentant: recipere pro ſua voluntate contemnunt, niſi easdem Eccleſias Clericis, qui de eorum menſa fuerint, ſeu aliis, licet minus exiſtant idonei, largiantur. Si verò iidem Fratres easdem Eccleſias prout deſiderant, non aſſignant, ut liberè poſſint redditus eorum perci-

pere: illas per longa tempora faciunt à Divinorum celebratione cessare: ut sic Fratres ipsi voluntates eorum exequi compellantur. Nos igitur tantæ prædictorum Fratrum incommoditati prospicere cupientes, ne tantam jacturam malitiosè cogantur de cætero sustinere, universitati vestræ, ad instar felicis recordationis Innocentii Papæ III. Prædecessoris nostri, per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus Clericos idoneos, quos iidem Fratres ad Ecclesias suas vobis duxerint præsentandos, amodo benigniùs admittatis. Alioquin noveritis, quod ipsis authoritate Apostolica liberam indulsimus facultatem, ut fructus Ecclesiarum donec prædicta occasione vacaverint, in subventionem Hierosolymitanæ terræ convertere, & eos liberè valeant retinere. Prætereà, quia quidem vestrûm Fratres ipsorum, & eorum Clericos idoneos, contra privilegia Sedis Apostolicæ ipsis indulta, sicut dicitur, interdicere, & excommunicare præsumunt; nihilominus districtius inhibemus, ne ipsos Fratres, vel eorum Clericos de cætero taliter interdicere, vel excommunicare aliquatenus attemptet. Quod si amodo, quod non credimus, fuerit attemptum, eandem volumus sententiam non tenere. Datum Assisii II. Non. Septembris, Pontificatus nostri anno primo.

Bulla

Bulla do Papa Lucio III. porque confirma os Privilegios, liberdades, e Indulgencias concedidas pelos Santos Padres, seus Antecessores, ao Mestre, e Irmandade da Cavallaria do Templo.

Lucius Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi, salutem, & Apostolicam benedictionem. Apostolicæ Sedis benignitate inducimur, & officii nostri debito provocamur, justas filiorum preces clementer admittere, & vota ipsorum effectu prosequente complere. Hac itaque ratione inducti, libertates, & immunitates, & Indulgentias à felicis memoriæ Alexandro Papa, Prædecessore nostro, & aliis Romanis Pontificibus, rationabiliter vobis indultas, & scriptis eorum autenticis roboratas: authoritate Apostolica confirmamus, & præsentis scripti patrocinio communimus. Statuentes ut nulli omninò hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Velletri decimo Kalendas Octobris.

Bulla

Bulla do mesmo Papa, porque manda aos Bispos, e Prelados, que guardem inteiramente os Privilegios concedidos aos Cavalleiros da Ordem do Templo.

Lucius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Ad vestram potest notitiam pervenisse, qualiter Apostolica Sedes Fratres militiæ Templi ab ipsa Domûs institutione dilexerit, consideratione laboris, quem ad defensionem Christianitatis sustinent in partibus transmarinis. Quantam etiam illis libertatem contulerit, & per Privilegium confirmaverit, nonnulli vestrûm pleniùs agnoverunt. Quia igitur temerarium cuique, ac periculosum existit Privilegiis Apostolicis obviare, universitati vestræ, per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus Privilegia Fratribus memoratis indulta, illibata servetis; ita quod ex hoc nec indignationem Dei vos oporteat, neque reprehensionem Apostolicam formidare. Gravè quidem nobis, & molestum existeret, si libertatem illis indultam quisquam perturbare persumeret, neque id possemus relinquere diutiùs incorrectum. Datum Velletri XIII. Kalendas Octobris.

Bulla

Bulla do Papa Urbano sobre o mesmo.

Urbanus Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi: salutem, & Apostolicam benedictionem. Apostolicæ Sedis benignitate inducimur, & officii nostri debito provocamur, justas filiorum preces clementer admittere, & vota ipsorum affectu prosequente complere. Hac itaque ratione inducti libertates, & immunitates, & Indulgentias à felicis memoriæ Alexandro Papa, Prædecessore nostro, & aliis Romanis Pontificibus rationabiliter vobis indultas, & scriptis eorum roboratas autenticis, authoritate Apostolica confirmamus, & præsentis scripti patrocinio communimus. Statuentes ut nulli omninò hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei; & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Veron. III. Kalendas Februarii.

Bulla do Papa Benedicto II. porque confirma ao Mestre, e Cavalleiros da Ordem do Templo todas as liber-

liberdades, e immunidades, Privilegios, e Indulgencias, que pelos Papas seus Antecessores lhes eraõ concedidas. E outro sim confirma todas as liberdades, e isenções, que dos Reys, e Principes houveraõ.

Benedictus Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum à nobis petitur quod justum est, & honestum, tam vigor æquitatis, quàm ordo exigit rationis, ut id per solicitudinem officii nostri, ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii vestris justis postulationibus grato concurrentes assensu, omnes libertates, & immunitates à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus, sive per Privilegia, aut alias Indulgentias vobis, & Domui vestræ concessas, nec non libertates, & exemptiones sæcularium exactionum à Regibus, & Principibus, & aliis Christi fidelibus, rationabiliter vobis, & Domui prædictæ indultas, sicut eas justè, ac pacificè obtinetis, vobis, & per vos eidem Domui authoritate Apostolica ex certa scientia confirmamus, & præsentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attempta-

temptare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Datum Lateranenſ. VIII. Idus Februarii, Pontificatus noſtri annó primo.

Outra ſemelhante do Papa Clemente IV.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Præceptori, & Fratribus Domûs militiæ Templi in Hiſpania, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum à nobis petitur, quod juſtum eſt, & honeſtum, tam vigor æquitatis, quàm ordo exigit rationis, ut id per ſolicitudinem officii noſtri ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii veſtris juſtis poſtulationibus grato concurrentes aſſenſu omnes libertates, & immunitates à Prædeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus, ſive per privilegia, ſeu alias Indulgentias vobis, vel Domui veſtræ conceſſas, nec non libertates, & exemptiones ſæcularium exactionum, à Regibus, & Principibus, aliiſque Chriſti fidelibus, rationabiliter vobis, aut Domui prædictæ indultas, ſicut eas juſtè, ac pacificè obtinetis, vobis, & per vos eidem Domui authoritate Apoſtolicâ confirmamus, & præſen-

tis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ confirmationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Datum Peruſii IV. Kalendas Junii, Pontificatus noſtri anno primo.

Outra do meſmo theor do Papa Gregorio X.

Gregorius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum à nobis petitur, quod juſtum eſt, & honeſtum., tam vigor æquitatis, quàm ordo exigit rationis, ut id per ſolicitudinem officii noſtri ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii veſtris juſtis poſtulationibus inclinati, omnes libertates, & immunitates à prædeceſſoribus noſtris Romanis Pontificibus per privilegia, & alias Indulgentias Domui veſtræ conceſſas, nec non libertates, & exemptiones ſæcularium exactionum à Regibus, & Principibus, & aliis Chriſti fidelibus, rationabiliter vobis indultas, terras quoque, poſſeſſiones, & alia bona veſtra, ſicut ea

ea omnia justè, & pacificè obtinetis, vobis, & per vos eidem Domui authoritate Apostolicâ confirmamus, & præsentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Lateranens. XII. Kalendas Junii, Pontificatus nostri anno primo.

Bulla do Papa Urbano III. porque à imitaçaõ do Papa Alexandre III. approva a Ordem do Templo, e a toma na sua protecçaõ, e da Santa Igreja de Roma; e concede à dita Ordem, e Religiosos della todos os Privilegios, que o dito Papa Alexandre III. lhe tinha concedidos por sua Bulla da approvaçaõ da dita Ordem, que atrás fica. E porque o mesmo, que se contém na dita Bulla, se contém nesta: naõ se suma aqui esta, porque a suma da outra póde servir a ambas.

Urbanus Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Gerardo Magistro Religiosæ militiæ Templi, quod Hierosolymis situm est, ejusque Fratribus tam præsentibus, quàm futuris, in P. P. M. omne datum optimum, & omne donum perfectum desursum est descendens à Pa-

tre luminum, apud quem non eſt tranſmutatio, nec viciſſitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar felicis memoriæ Alexandri, & Lucii Pontificum, anteceſſorum noſtrorum de vobis, & pro vobis Omnipotentem Dominum collaudamus, quoniam in Univerſo Mundo veſtra Religio, & veneranda Inſtitutio nunciatur. Cum enim naturâ eſſetis filii iræ, nunc per aſpirantem gratiam Euangelii non ſurdi auditores effecti, relictis pompis ſæcularibus, & rebus propriis, dimiſſâ etiam ſpatiosâ viâ, quæ ducit ad mortem, arduum iter, quod ducit ad vitam, elegiſtis: atque ad comprobandum, quod in Dei militia ſpecialiter computemini, ſignum vivificæ Crucis aſſiduè in veſtro pectore circumfertis. Accedit ad hæc, quòd tanquam veri Iſraëlitæ, atque inſtructiſſimi Divini prælii bellatores veræ charitatis flammâ ſuccenſi, dictum Euangelium operibus adimpletis, quo dicitur: *Maiorem hac dilectionem nemo habet, quàm ut animam ſuam ponat quis pro amicis ſuis.* Unde cum juxta Summi Paſtoris vocem animas veſtras pro Fratribus ponere, eoſque ab incurſibus Paganorum defenſare minimè formidetis cum nomine cenſeamini milites, conſtituti eſtis à Domino Catholicæ Eccleſiæ defenſores, & inimicorum Chriſti impugnatores. Licèt autem veſtrum ſtudium, & laudanda devotio in tam ſacro opere, toto corde, & tota mente deſudet; nihil-

nihilominus tam universitatem vestram exhortamur in Domino, atque in peccatorum remissionem authoritate Dei, & Beati Petri, Apostolorum Principis, tam vobis, quàm servientibus vestris injungimus, ut pro tuendâ Catholicâ Ecclesiâ, & eâ, quæ est sub Paganorum tyrannide, de ipsorum spurcitia eruenda, expugnando inimicos Crucis invocato Christi nomine intrepidè laboretis. Et etiam quæ de ipsorum spoliis ceperitis, fidenter in usus vestros convertatis, & ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini, prohibemus. Statuentes, ut Domus, seu Templum, in quo estis, ad Dei laudem, & gloriam, atque defensionem suorum fidelium, & liberandam Dei Ecclesiam congregati, cum omnibus possessionibus, & bonis suis, quæ in præsentiarum legitimè habere cognoscitur, aut in futurum concessione Pontificum, liberalitate Regum, vel Principum, oblatione fidelium, seu aliis justis modis præstanti Domino poterit adipisci, perpetuis futuris temporibus sub Apostolicæ Sedis tutelâ, & protectione consistat. Præsenti quoque decreto sancimus, ut vita religiosa, quæ in vestra Domo est Divinâ inspirânte gratiâ instituta, ibîdem inviolabiliter observetur, & Fratres inibi Omnipotenti Domino servientes, castè, & sinè proprio vivant, & professionem suam dictis, & moribus comprobantes, Magistro suo, aut quibus ipse præceperit, in omnibus,

nibus, & per omnia subjecti, & obedientes existant. Præterea quemadmodum Domus ipsa hujusmodi facta vestræ Institutionis, & ordinis fons, & origo esse promeruit, ita nihilominus omnium locorum ad eam pertinentium caput, & magistra in perpetuum habeatur. Ad hæc adjicientes præcipimus, ut obeunte te, dilecte in Domino fili Berarde, vel tuorum quolibet successorum, nullus ejusdem Domûs Fratribus proponatur, nisi militaris, & religiosa persona, quæ vestræ Religionis habitum sit professa, nec ab aliis, nisi ab omnibus Fratribus insimul, vel à saniori, ac puriori eorum parte, qui proponendus fuerit, eligatur. Porrò consuetudines ad vestræ Religionis, & officii observantiam à Magistro, & Fratribus communiter institutas, nulli Ecclesiasticæ, sæcularive personæ infringere, vel minuere sit licitum. Easdem quoque consuetudines à vobis aliquanto tempore observatas, & scripto firmatas, nisi ab eo, qui Magister est, consentiente tam saniore parte Capituli liceat immutari. Prohibemus insuper, & omnimodis interdicimus, ut fidelitates, hominia, sive juramenta, vel reliquas securitates, quæ à sæcularibus frequentantur, nulla Ecclesiastica, sæcularisve persona, à Magistro, & Fratribus ejusdem Domûs, exigere audeat. Illud autem scitote, quoniam sicut vestra sacra Institutio, & religiosa militia Divinâ est Providentiâ stabilita: ita nihilominus

minus nullus vitæ religioſoris obtentu ad locum alium vos convenit tranſvolare. Deus enim qui eſt incommutabilis, & æternus, mutabilia corda non approbat, ſed potiùs ſacrum propoſitum ſemel incœptum perduci vult uſque in finem debitæ actionis. Quot, & quanti ſub militari cingulo, & chlamyde, terreni imperii Domino placuerunt, ſibique memoriale perpetuum reliquerunt? Quot, & quanti in armis bellicis conſtituti pro teſtamento Dei, & paternarum legum defenſione ſuis temporibus fortiter dimicarunt, atque manus ſuas in ſanguine infidelium Domino conſecrantes poſt bellicos ſudores, æternæ vitæ bravîum ſunt adepti? Videte itaque vocationem veſtram, Fratres, tam milites, quàm ſervientes, atque juxta Apoſtolum unuſquiſque veſtrûm in qua vocatione vocatus eſt, in ea permaneat. Ideoque Fratres veſtros ſemel devotos, atque in ſacro Collegio veſtro receptos poſt factam in veſtra militia profeſſionem, & habitum Religionis aſſumptum, revertendi ad ſæculum nullam habere præcipimus facultatem. Nec alicui eorum fas ſit poſt factam profeſſionem, ſemel aſſumptam Crucem Dominicam, & habitum veſtræ profeſſionis abjicere, vel ad alium locum, ſeu etiam Monaſterium maioris, ſive minoris Religionis obtentu, invitis, ſive inconſultis Fratribus, aut eo, qui Magiſter extiterit, liceat tranſmigrare: nullique Eccleſiaſticæ, ſæcularive perſonæ

ſonæ ipſos ſuſcipiendi, aut retinendi licentia pateat. Sanè laborum veſtrorum, quos propriis manibus, vel ſumptibus colitis, ſive nutrimentis veſtrorum animalium, nullus à vobis decimas exigere, vel extorquere præſumat. Cæterum decimas, quas conſilio, & aſſenſu Epiſcoporum de manu Clericorum, vel laicorum habere poteritis, illas etiam, quas conſentientibus Epiſcopis, & eorum Clericis acquiretis, vobis authoritate Apoſtolicâ confirmamus. Ut autem ad plenitudinem ſalutis, & curam animarum veſtrarum nihil vobis deſit, atque Eccleſiaſtica Sacramenta, & Divina officia veſtro ſacro Collegio commodiùs exhibeantur, ſimili modo ſancimus, ut liceat vobis honeſtos Clericos, & Sacerdotes ſecundùm Deum quantum ad veſtram ſcientiam ordinatos undecumque ad vos venientes ſuſcipere, & tam in principali Domo veſtra, quàm etiam in obedientiis, & locis ſibi ſubditis vobiſcum habere, dummodò ſi è vicino ſint, eos à propriis Epiſcopis expetatis. Idemque nulli alii profeſſioni, vel ordini teneantur obnoxii. Quòd ſi Epiſcopi eosdem vobis concedere fortè noluerint; nihilominus tamen eos ſuſcipiendi, & retinendi authoritate Sanctæ Romanæ Eccleſiæ licentiam habeatis. Si verò alicui horum poſt factam profeſſionem turbatores Religionis veſtræ, aut Dómûs, vel inutiles apparuerint, liceat vobis eos cum ſaniori parte Capituli amovere, eiſque

que transeundi ad alium ordinem, ubi secundùm Deum vivere voluerint, licentiam dare, & loco ipsorum alios idoneos substituere, qui etiam unius anni spatio in vestra societate probentur. Quo peracto si mores eorum hoc exegerint, & ad vestrum servitium utiles inventi fuerint, tunc demum professionem faciant regulariter vivendi, & Magistro suo obediendi, ita tamen ut eumdem victum, & vestitum vobiscum habeant: nec non lectisternia, excepto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de Capitulo, vel cura Domus vestræ se temerè intromittere, nisi quantum à vobis fuerint requisiti. Prætereà nulli personæ extra vestrum Capitulum sint subjecti, tibique, dilecte in Domino fili Gerarde, tuisque successoribus, tanquam Magistro, & Prælato suo Statuta Ordinis vestri deferant. Consecrationes verò Altarium, seu Basilicarum, Ordinationes Clericorum, qui ad Sacros Ordines fuerint promovendi, & cætera Ecclesiastica Sacramenta à Diœcesanis suscipiatis Episcopis, si quidem Catholici fuerint, & gratiam, atque Communionem Apostolicæ Sedis habuerint, & ea gratis, & absque pravitate aliqua vobis voluerit exhibere, alioqui liceat vobis Catholicum quemcumque malueritis adire Antistitem, qui nostrâ fultus authoritate, quod postulatur, indulgeat. Clericos autem pro pecunia prædicare, aut lucro, vosque pro hujusmodi causâ eos ad

prædicandum mittere prohibemus, nisi fortè Magister Templi, qui pro tempore fuerit, certis ex causis id faciendum esse decreverit. Si quando verò loca deserta fuerint eidem venerabili Domui ab aliquo piâ devotione collata, liceat vobis ibîdem Villas ædificare, Ecclesias, & Cimiteria ad opus hominum ibîdem manentium fabricare: ita tamen ut in vicinia illa Abbatia, vel Religiosorum virorum Collegium non existat, quæ ob hoc valeant perturbari. Cum autem terræ cultæ vobis quolibet justo titulo conferentur, facultatem, & licentiam habeatis ibîdem Oratoria constituendi, & Cimiteria faciendi ad opus transeuntium, & eorum tantummodo qui de vestra fuerit mensa. Indecens enim est, & animarum periculo proximum Religiosos Fratres occasione adeundæ Ecclesiæ se virorum turbis, & mulierum frequentiæ immiscere. Quicumque sanè in vestro Collegio suscipientur, stabilitatem loci, conversionem morum, seque militaturos Domino diebus vitæ suæ sub obedientia Magistri Templi posito scripto super Altare, in quo contineantur ista, promittant. Decernimus ergo, ut receptores vestrarum fraternitatum, sive collectarum, salvo jure dominorum suorum in Beati Petri, & nostrâ protectione consistant, & per terras, in quibus fuerint, pacem habeant. Simili modo sancimus; ut quicumque in vestra fraternitate fuerit receptus, si fortè Ecclesia, ad

quam

quam pertinet, à Divinis Officiis erit prohibita, eumque mori contigerit, eidem sepultura Ecclesiastica non negetur, nisi excommunicatus, vel nominatim fuerit interdictus. Prætereà si qui Fratrum vestrorum, qui ad recipiendas easdem fraternitates, vel collectas à vobis fuerint missi, in quamlibet Civitatem, Castellum, vel vicum advenerint, si fortè locus ipse à Divinis Officiis sit interdictus, pro Omnipotentis Dei reverentia semel in anno aperiantur Ecclesiæ, & exclusis excommunicatis, Divina Officia celebrentur. Statuimus etiam ut nulli Episcopo in Ecclesiis vobis utroque jure subditis interdicti, vel excommunicationis sententiam liceat promulgare. Verumtamen si generale interdictum fuerit in locis illis prolatum, exclusis excommunicatis, & nominatim interdictis, clausis januis, absque signorum pulsatione planè Divina Officia celebretis. Decernimus insuper authoritate Apostolicâ, ut apud quemcumque locum vos venire contigerit, ab honestis, atque Catholicis Sacerdotibus pœnitentiam, unctionem, seu alia quælibet Sacramenta Ecclesiastica suscipere liceat, ne fortè ad perceptionem spiritualium bonorum vobis quidpiam deesse valeat. Quia verò omnes in Christo unum sumus, & non est personarum differentia apud Deum, tam remissionis peccatorum, quàm alterius beneficentiæ, atque Apostolicæ benedictionis, quæ vobis indulta est, e-

tiam familiam, & fervientes veftros volumus effe participes. Nulli ergo omninò hominum liceat prædictum locum temerè perturbare, aut ejus poffeffiones auferre, vel oblatas retinere, minuere, aut aliquibus vexationibus fatigare, fed omnia integra conferventur, veftris, atque aliorum Dei fidelium omnimodis profutura, falvâ in omnibus Apoftolicæ Sedis authoritate. Si quis igitur hujus noftræ conftitutionis paginam fciens, contra eam temerè venire tentaverit, fecundò, tertiò commonitus, nifi reatum fuum congruâ fatisfactione correxerit, poteftatis, honorifque fui dignitate careat, reumque fe Divino Officio exiftere de perpetrata iniquitate cognofcat, & à Sacratiffimo Corpore, ac Sanguine Dei, & Domini Redemptoris Noftri Jefu Chrifti alienus fiat, atque in extremo examine diftrictæ ultioni fubjaceat. Confervantes autem hæc, Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoftolorum ejus, benedictionem, & gratiam confequantur. Amen.

Ego Urbanus, Catholicæ Ecclefiæ Epifcopus.

Ego Henricus, Albanenf. Epifcopus.
Ego Paulus, Preneftin. Epifcopus.
Ego Joann. Præsbyt. Card. tit. Sanct. Marci, confirmo.
Ego Petrus debon. Præsb. Card. tit. Sanct. Sufannæ, confirmo. Ego

Ego Laborans, Præsbyt. Card. Sanct. Mariæ trans Tiberim, tit. Calixti, confirmo.
Ego Pandulfus, Præsbyt. Card. tit. XII. Apostolor. confirmo.
Ego Albinus, Præsbyt. Card. tit. S. Crucis in Hyerusalem, confirmo, & alii sex.

Datum Veron. per manum Albati Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Præsbyteri Cardinalis, & Cancellarii Kalendas Augusti, Indictione IV. Incarnationis Dominicæ anno M.C.LXXXVI. Pontificatûs verò Domini Urbani Papæ III. anno primo.

Bulla do mesmo Papa Urbano, porque manda aos Bispos, e Prelados, que naõ levem a quarta parte das esmolas deixadas à Ordem do Templo pelas pessoas, que em suas Igrejas se enterrarem, ou fóra dellas, deixando declarado, que se dê alguma cousa conveniente aos ditos Bispos. Porém sendo seus Parochianos manda, que enterrando-se nas Igrejas da Ordem, naõ deixando declarado o que se dê aos Bispos, neste caso os Bispos levem a quarta do testamento. E manda aos Bispos, que consagrem as Igrejas, e Oratorios dos Religiosos da dita Ordem, e benzaõ seus Cimiterios, quando por elles forem requeridos.

Urbanus Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus,

bus, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quantò maiora dilecti filii nostri Fratres militiæ Templi pericula sustinent pro defensione Christiani nominis in partibus transmarinis: tantò benigniori eos oculo debemus intueri, & in suis justitiis propensiùs nostrum illis præsidium exhibere, ut eo fortiùs propositum suum observetur, quo de gratia Sedis Apostolicæ fuerint certiores. Accepimus autem, quòd quidam ex vobis quartam partem ab eis exigunt de eleemosynis, quæ pro animarum salute à decedentibus, memoratis Fratribus relinquuntur. Quia igitur inhonestum est vobis eos gravare indebitè, quos in sua justitia debetis contra alios sustentare: nos omnem volentes querelandi materiam tollere, universitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus de his, quæ memoratis Fratribus relinquuntur ab illis, qui apud eos non sepeliuntur, vel aliis, qui apud eos eligunt sepeliri, & specialiter vobis aliquid congruum legant, quartam ulteriùs, vel aliam partem minimè requiratis, nec propter hoc aliquam eis inferatis molestiam, vel gravamen. De Parochianis autem vestris, qui laborantes in extremis apud illorum Ecclesias eligunt sepulturam, nec statuunt quid vobis specialiter debeatur, quartam testamenti vobis præcipimus sine difficultate præstari. Ad hæc

Fratres

Fratres Archiepiſcopi, & Epiſcopi fraternitati veſtræ præſentium authoritate injungimus, ut Eccleſias, vel Oratoria ipſorum Fratrum, cum ab eis fueritis requiſiti, invocatâ Spiritus Sancti gratiâ conſecretis, & munus benedictionis eorum Cimiteriis impendatis. Datum Veronæ VIII. Kalendas Junii.

Bulla do meſmo Papa Urbano, pela qual concede aos da Ordem do Templo, que poſſaõ edificar Igrejas nos lugares, que tirarem das mãos dos infieis, em que até eſſe tempo naõ houveſſe Igreja Cathedral, e que as Igrejas ſejaõ iſentas, e immediatas à Santa Sé Apoſtolica.

Urbanus Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus militiæ Templi, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Quantò maiora pro defenſione Chriſtianitatis diſcrimina ſuſtinetis, tantò benigniori vos debemus oculo intueri, & libentiùs ubi cum juſtitia poſſumus veſtris, & veſtrorum commodis providere. Ea propter dilecti in Domino filii, veſtris juſtis poſtulationibus annuentes, ad exemplar felicis recordationis Alexandri, & Lucii, Prædeceſſorum noſtrorum Romanorum Pontificum, præſentibus vobis litteris indulgemus, ut in locis, quæ de Sarracenorum manibus po-

teritis

teritis cum auxilio cœleſtis gratiæ liberare, ſi non fuerint Sedes Epiſcopales, in eis Eccleſias conſtruatis: quæ ſoli Romanæ Eccleſiæ debeant ſubjacere; ita ut à nullo Prælatorum Eccleſiæ poſt Romanum Pontificem aliquid juris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Datum Veron. III. Kalendas Februarii.

Outra do Papa Gregorio IX. porque concede o meſmo nos lugares, em que ainda nunca foſſe introduzido culto da Religiaõ Chriſtãa.

Gregorius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Quantò maiora pro defenſione Chriſtianitatis diſcrimina ſuſtinetis, tantò benigniori nos debemus oculo intueri, & libentiùs, ubi cum juſtitia poſſumus veſtris, & veſtrorum commodis providere. Ea propter dilecti in Domino filii veſtris juſtis poſtulationibus annuentes, ad exemplar felicis recordationis Alexan-

lexandri, Lucii, & Urbani, Prædeceſſorum noſtrorum Romanorum Pontificum, præſentibus vobis litteris indulgemus, ut in locis, qui de Sarracenorum manibus poteritis cum auxilio cœleſtis gratiæ liberare, in quibus nondum cultus Chriſtianæ Religionis fuerit introductus; Eccleſias conſtruatis, quæ ſoli Romanæ Eccleſiæ debeant ſubjacere. Ita quod à nullo Prælatorum Eccleſiæ, poſt Romanum Pontificem aliquid juris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Datum Reat. X. Kalendas Auguſti, Pontificatûs noſtri anno quinto.

Outra ſemelhante do Papa Clemente IV.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Quantò maiora pro defenſione Chriſtianitatis diſcrimina ſuſtinetis, tantò benigniori debemus oculo vos intueri, & libentiùs, ubi cum juſtitia poſſumus,

vestris, & vestrorum commodis providere. Ea propter dilecti in Domino filii vestris justis postulationibus annuentes, ad exemplar felicis recordationis Alexandri, Lucii, & Urbani, Prædecessorum nostrorum Romanorum Pontificum, præsentibus vobis litteris indulgemus, ut in locis, qui de Sarracenorum poteritis manibus cum auxilio cœlestis gratiæ liberare, in quibus nondum cultus Christianæ Fidei fuerit introductus, Ecclesias construatis, quæ soli Romanæ Ecclesiæ debeant subjacere. Ita ut à nullo Prælatorum Ecclesiæ præter Romanum Pontificem, aliquid juris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Perusii VI. Idus Junii, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Celestino III. porque à imitação dos Papas Alexandre III. e Urbano III. approva a Ordem do Templo, e lhe concede os Privilegios, que pelos ditos Papas em suas Bullas lhe são concedidos.

Cœlesti-

Cœlestinus Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Giberto Magistro religiosæ militiæ Templi, quod Hierosolymis situm est, ejusque Fratribus tam præsentibus, quàm futuris. In P. P. M. Omne datum optimum, & omne domnum perfectum desursum est, descendens à Patre luminum, apud quem non est transmutatio, nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar Prædecessorum nostrorum felicis recordationis Alexandri, Lucii, Urbani, & Clementis Romanorum Pontificum, de vobis, & pro vobis Omnipotentem Dominum collaudamus, quoniam in Universo Mundo vestra Religio, & veneranda Institutio nuntiatur. Cum enim naturâ essetis filii iræ, nunc per aspirantem gratiam Euangelii non surdi auditores effecti, relictis pompis sæcularibus, & rebus propriis, dimissâ & spatiosâ viâ, quæ ducit ad mortem, arduum iter, quod ducit ad vitam, humiliter elegistis, atque ad comprobandum quòd in Dei militia specialiter computemini, signum vivificæ Crucis in vestro pectore assiduè circumfertis. Accedit ad hæc, quòd tanquam veri Israëlitæ, atque instructissimi Divini prælii bellatores veræ charitatis flammâ succensi dictum Euangelicum operibus adimpletis, quo dicitur: *Maiorem hac dilectionem nemo habet,*

bet, quàm ut animam suam ponat quis pro amicis suis. Unde cum juxta Summi Pastoris vocem, animas vestras pro Fratribus ponere, eosque ab incursibus Paganorum defensare minimè formidetis, cum nomine censeamini milites, constituti estis à Domino Catholicæ Ecclesiæ defensores, & inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium, & laudanda devotio in tam sacro opere, toto corde, & totâ mente desudet; nihilominus tamen universitatem vestram exhortamur in Domino, atque in peccatorum remissionem authoritate Dei, & Beati Petri, Apostolorum Principis, tam vobis, quàm servientibus vestris injungimus, ut pro tuendâ Catholicâ Ecclesiâ, & eâ, quæ est sub Paganorum tyrannide, de ipsorum spurcitia eruendâ, expugnando inimicos Crucis Christi, invocato Christi nomine intrepidè laboretis. Et etiam quæ de ipsorum spoliis ceperitis, fidenter in usus vestros convertatis, & ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini, prohibemus. Statuentes, ut domum, seu Templum, in quo estis ad Dei laudem, & gloriam, atque defensionem suorum fidelium, & liberandam Dei Ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus, & bonis suis, quæ in præsentiarum ligitimè habere cognoscitur, aut in futurum concessione Pontificum, liberalitate Regum, vel Principum, oblatione fidelium, seu aliis justis modis,

modis, præſtante Domino, poterit adipiſci perpetuis futuris temporibus ſub Apoſtolicæ Sedis tutela, & protectione conſiſtant. Præſenti quoque decreto ſancimus, ut vita religioſa, quæ in veſtra Domo eſt Divinâ inſpirante gratiâ inſtituta, ibîdem inviolabiliter obſervetur, & Fratres inibi Omnipotenti Domino ſervientes, caſtè, & ſinè proprio vivant, & profeſſionem ſuam dictis, & moribus comprobantes, Magiſtro ſuo, aut quibus ipſe præceperit, in omnibus, & per omnia ſubjecti, & obedientes exiſtant. Præterea quemadmodum Domus ipſa hujuſmodi factæ veſtræ Inſtitutionis, & Ordinis fons, & origo eſſe promeruit; ita nihilominus omnium locorum ad ea pertinentium caput, & magiſtra in perpetuum habeatur. Ad hæc adjicientes præcipimus, ut obeunte te, dilecte in Domino fili Giberte, vel tuorum quolibet ſucceſſorum, nullus ejusdem Domûs Fratribus præponatur, niſi militaris, & religioſa perſona, quæ veſtræ religionis habitum ſit profeſſa, nec ab aliis, niſi ab omnibus Fratribus inſimul, vel à ſaniori, ac puriori eorum parte, qui proponendus fuerit, eligatur. Porrò conſuetudines ad veſtræ religionis, & officii obſervantiam à Magiſtro, & Fratribus communiter inſtitutas, nulli Eccleſiaſticæ, ſæcularive perſonæ infringere, vel minuere ſit licitum. Easdem quoque conſuetudines à vobis aliquanto tempore obſervatas, & ſcripto firmatas,

niſi

nisi ab eo, qui Magister est, consentiente tamen saniori parte Capituli, non liceat immutari. Prohibemus insuper, & omnimodis interdicimus, ut fidelitates, hominia, sive juramenta, vel reliquas securitates, quæ à sæcularibus frequentantur, nulla Ecclesiastica, sæcularisve persona à Magistro, & Fratribus ejusdem Domûs exigere audeat. Illud autem scitote quoniam sicut vestra sacra Institutio, & religiosa militia Divinâ est Providentiâ stabilita; ita nihilominus nullius vitæ religiosoris obtentu, ad locum alium vos convenit transvolare. Deus enim, qui est incommutabilis, & æternus, mutabilia corda non approbat, sed potiùs sacrum propositum semel incœptum perduci vult usque in finem debitæ actionis. Quot, & quanti sub militari cingulo, & chlamyde, terreni imperii Domino placuerunt, sibique memoriale perpetuum reliquerunt? Quot, & quanti in armis bellicis constituti, pro testamento Dei, & paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt, atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes, post bellicos sudores æternæ vitæ bravium sunt adepti? Videte itaque vocationem vestram Fratres tam milites, quàm servientes, atque juxta Apostolum unusquisque vestrûm in qua vocatione vocatus est, in ea permaneat. Ideoque Fratres vestros semel devotos, atque in sacro Collegio vestro receptos post factam

in

in veſtra militia profeſſionem , & habitum religionis aſſumptum , revertendi ad ſæculum nullam habere præcipimus facultatem. Nec alicui eorum fas ſit poſt factam profeſſionem , ſemel aſſumptam Crucem Dominicam , & habitum veſtræ profeſſionis abjicere , vel ad alium locum, ſeu etiam Monaſterium maioris , ſive minoris religionis obtentu , invitis , ſive inconſultis Fratribus , aut eo , qui Magiſter extiterit , liceat tranſmigrare , nullique Eccleſiaſticæ , ſæcularive perſonæ ipſos ſuſcipiendi , aut retinendi licentia pateat. Sanè laborum veſtrorum , quos propriis manibus , vel ſumptibus colitis , ſive de nutrimentis veſtrorum animalium , nullus à vobis decimas exigere , vel extorquere præſumat. Cæterum decimas , quas conſilio , & aſſenſu Epiſcoporum , de manu Clericorum , vel laicorum habere poteritis , illas etiam , quas conſentientibus Epiſcopis , & eorum Clericis acquiretis , vobis authoritate Apoſtolicâ confirmamus. Ut autem ad plenitudinem ſalutis , & curam animarum veſtrarum nihil vobis deſit , atque Eccleſiaſtica Sacramenta , & Divina Officia veſtro ſacro Collegio commodiùs exhibeantur ; ſimili modo ſancimus , ut liceat vobis honeſtos Clericos , & Sacerdotes ſecundùm Deum quantum ad veſtram ſcientiam ordinatos undecumque ad vos venientes ſuſcipere , & tam in principali Domo veſtra, quàm etiam in obedientiis , & locis ſibi ſubditis vobi-

vobiſcum habere, dummodo ſi è vicino ſint; eos à propriis Epiſcopis expetatis. Idemque nulli alii profeſſione, vel ordini teneantur obnoxii. Quòd ſi Epiſcopi eosdem vobis concedere fortè noluerint, nihilominus tamen eos ſuſcipiendi, & retinendi authoritate Sanctæ Romanæ Eccleſiæ licentiam habeatis. Si verò aliqui horum poſt factam profeſſionem turbatores religionis veſtræ, aut Domûs, vel inutiles apparuerint, liceat vobis eos cum ſaniori parte Capituli amovere, eiſque tranſeundi ad alium Ordinem, ubi ſecundùm Deum vivere voluerint, licentiam dare, & loco ipſorum alios idoneos ſubſtituere, qui etiam unius anni ſpatio in veſtra ſocietate probentur. Quo peracto ſi mores eorum hoc exegerint, & ad veſtrum ſervitium utiles inventi fuerint, tunc demum profeſſionem faciant regulariter vivendi, & Magiſtro ſuo obediendi; ita tamen quod eumdem victum, & veſtitum vobiſcum habeant, nec non lectiſternia, excepto eo, quod clauſa veſtimenta portabunt. Sed nec ipſis liceat de Capitulo, vel cura Domûs veſtræ ſe temerè intromittere, niſi quantum à vobis fuerit eis injunctum. Curam quoque animarum tantùm habeant, quantùm à vobis fuerint requiſiti. Prætereà nulli perſonæ extra veſtrum Capitulum ſint ſubjecti, tibique, dilecte in Domino fili Giberte, tuiſque ſucceſſoribus tanquam Magiſtro, & Prælato ſuo ſecundùm Statuta ordinis noſtri defe-

deferant. Confecrationes verò Altarium, feu Bafilicarum, Ordinationes Clericorum, qui ad Sacros Ordines fuerint promovendi, & cætera Ecclefiaftica Sacramenta à Diœcefanis fufcipiatis Epifcopis, fi quidem Catholici fuerint, & gratiam, atque Communionem Apoftolicæ Sedis habuerint, & ea gratis, & abfque pravitate aliqua vobis voluerint exhibere. Alioquin liceat vobis Catholicum quemcumque malueritis adire Antiftitem, qui noftrâ fultus authoritate, quod poftulatur, indulgeat. Clericos autem pro pecunia prædicare, aut lucro, vofque pro hujufmodi causâ eos ad prædicandum mittere prohibemus, nifi fortè Magifter Templi, qui pro tempore fuerit, certis ex caufis id faciendum effe decreverit. Si quandò verò loca deferta fuerint eidem venerabili Domui ab aliquo pia devotione collata, liceat vobis ibîdem Villas ædificare, Ecclefias, & Cimiteria ad opus hominum ibîdem manentium fabricare: ita tamen ut in vicinia illa Abbatia, vel religioforum virorum Collegium non exiftat, quæ ob hoc valeant perturbari. Cum autem terræ cultæ vobis quolibet jufto titulo conferentur, facultatem, & licentiam habeatis ibîdem Oratoria conftruendi, & Cimiteria faciendi ad opus tranfeuntium, & eorum tantummodò, qui de veftrâ fuerint mensâ: indecens enim eft, & animarum periculo proximum, religiofos Fratres occafione adeundæ Ecclefiæ fe

virorum turbis, & mulierum frequentiæ immiſcere. Quicumque ſanè in veſtro Collegio ſuſcipient, ſtabilitatem loci, converſionem morum, ſeque militaturos Domino diebus vitæ ſuæ ſub obedientiâ Magiſtri Templi poſito ſcripto ſuper Altare, in quo contineantur iſta, promittant. Decernimus ergo, ut receptores veſtrarum fraternitatum, ſive collectarum, ſalvo jure dominorum ſuorum in Beati Petri, & noſtra protectione conſiſtant, & per terras, in quibus fuerint, pacem habeant. Simili modo ſancimus, ut quicumque in veſtra fraternitate fuerit receptus, ſi fortè Eccleſia, ad quam pertinet, à Divinis Officiis erit prohibita, eumque mori contigerit, eidem ſepultura Eccleſiaſtica non negetur, niſi excommunicatus, vel nominatim fuerit interdictus. Præthereà ſi qui Fratrum veſtrorum, qui ad recipiendas eaſdem fraternitates, vel collectas, à vobis fuerint miſſi, in quamlibet Civitatem, Caſtellum, vel vicum advenerint, ſi fortè locus ipſe à Divinis Officiis ſit interdictus, pro Omnipotentis Dei reverentiâ in eorum jucundo adventu ſemel in anno aperiantur Eccleſiæ, & excluſis excommunicatis Divina Officia celebrentur. Statuimus etiam, ut nulli Epiſcopo in Eccleſiis vobis utroque jure ſubditis, interdicti, vel excommunicationis ſententiam liceat promulgare. Verumtamen ſi generale interdictum terræ fuerit in locis illis prolatum, excluſis excommunicatis, & nominatim

natim interdictis, clausis januis, & absque signorum pulsatione planè Divina Officia celebretis. Decernimus insuper authoritate Apostolica, ut apud quemcumque locum vos venire contigerit, ab honestis, atque Catholicis Sacerdotibus pœnitentiam, unctionem, seu alia quælibet Ecclesiastica Sacramenta suscipere liceat, ne fortè ad perceptionem spiritualium bonorum vòbis quidpiam deesse valeat. Quia verò omnes in Christo unum sumus, & non est personarum differentia apud Deum, tam remissionis peccatorum, quàm alterius beneficentiæ, atque Apostolicæ benedictionis, quæ vobis indulta est, etiam familiam, & servientes vestros volumus esse participes. Nulli ergo omninò hominum liceat prædictum locum temerè perturbare, aut ejus possessiones auferre, vel ablatas retinere, minuere, seu aliquibus vexationibus fatigare; sed omnia integra conserventur vestris, atque aliorum Dei fidelium usibus omnimodis profutura. Salvâ in omnibus Apostolicæ Sedis authoritate. Si quis igitur hujus nostræ constitutionis paginam sciens, contra eam temerè venire tentaverit, secundò, tertiòve commonitus, nisi reatum suum congruâ satisfactione correxerit, potestatis, honorisque sui careat dignitate, reumque se Divino judicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat, & à Sacratissimo Corpore, ac Sanguine Dei, & Domini Redemptoris Nostri Jesu Christi alienus fiat,

atque in extremo examine diſtrictæ ſubjaceat ultioni. Conſervantes autem hæc, Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, benedictionem, & gratiam conſequantur. Amen. Amen.

Ego Cœleſtinus, Catholicæ Eccleſiæ Epiſcopus.

✝ Ego Albin. Albanenſis Epiſcopus.

✝ Ego Octavianus Hoſtien. Vellenen. Epiſcopus.

✝ Ego Joannes Præneſtin. Epiſcopus.

✝ Ego Petrus Portuen. & Sanctæ Rufinæ Epiſcopus.

✝ Ego Pandulfus Baſil. XII. Apoſtolor. Præsb. Card. conſ.

✝ Ego Joan. tit. Sancti Clementis, Card. Ut-tobien. & Caſſanen. Epiſcop. conſ.

Ego

† Ego Roman. tit. Sanctæ Anastasiæ, Præsbyt. Card. conf.

† Ego Hug. Sancti Martini, tit. Eguitii, Præsb. Card.

† Ego Gofred. tit. Sanct. Praxed. Præsbyt. Card. conf.

† Ego Bernard. Sancti Petri ad Vincul. Præsb. Card. tit. Eudoxiæ, conf.

† Ego Joannes, tit. Sanctæ Priscæ, Præsb. Card. conf.

† Ego Bran. Sanctor. Cosmæ, & Damiani, Diac. Card. conf.

† Ego Gregor. Sanctæ Mariæ in Porticu Diac. Card. conf.

† Ego Gregor. Dei grat. Sanct. Georg. ad Vel. Aur. Diac. Card.

† Ego Lotarius Sanctor. Sergii, & Bacchi, Diac. Card. conf.

† Ego Petrus Sanctæ Mar. in Via Lat. Diac. Card. conf.

† Ego Cencius Sanctæ Luciæ, Diac. Cardin. conf.

Datum Romæ apud S.Petrum per manum Ægidii

dii Sancti Nicolai in Carcere Tullian. Diac. Cardin. VII. Kalendas Junii, Indictione XII. Incarnationis Dominicæ anno M.C.XC.IV. Pontificatûs verò Domini Cœlestini Papæ III. anno quarto.

Bulla do Papa Innocencio III. porquê à imitaçaõ dos Papas Alexandre, e Lucio, Urbano III. e Clemente III. seus Predecessores approva a Ordem do Templo, e toma as pessoas della, e a dita Religiaõ sobre sua protecçaõ, e da Santa Igreja de Roma, e lhes concede todos os Privilegios, que os ditos Papas lhes concederaõ por suas Bullas de Approvaçaõ, que atrás ficaõ, e naõ se suma esta aqui, porque a suma da Bulla do Papa Alexandre serve a todas.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro Religiosæ militiæ Templi, quod Hierosolymis situm est, ejusque Fratribus tam præsentibus, quàm futuris. In P. P. M. Omne datum optimum, & omne domnum perfectum desursum est descendens à Patre luminum, apud quem non est transmutatiò, nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar felicis recordationis Prædecessorum nostrorum Alexandri, Lucii, Urbani, Clementis, Romanorum Pontificum, de

de vobis, & pro vobis Omnipotentem Dominum collaudamus, quoniam in Universo Mundo vestra Religio, & veneranda Institutio nuntiatur. Cum enim naturâ essetis filii iræ, nunc per aspirantem gratiam Euangelii non surdi auditores effecti, relictis pompis sæcularibus, & rebus propriis, dimissâ etiam spatiosâ viâ, quæ ducit ad mortem, arduum iter, quod ducit ad vitam, humiliter elegistis, atque ad comprobandum, quod in Dei militia specialiter computemini, signum vivificæ Crucis in vestro pectore assiduè circumfertis. Accedit ad hæc, quòd tanquam veri Israëlitæ, atque instructissimi Divini prælii bellatores, veræ charitatis flammâ succensi, dictum Euangelicum operibus adimpletis, quo dicitur: *Maiorem hac dilectionem nemo habet, quàm ut animam suam ponat quis pro amicis suis.* Unde cum juxta Summi Pastoris vocem animas vestras pro Fratribus ponere, eosque ab incursibus Paganorum defensare minimè formidetis, cum nomine censeamini milites, constituti estis à Domino Catholicæ Ecclesiæ defensores, & inimicorum Christi impugnatores. Licèt autem vestrum studium, & laudanda devotio in tam sacro opere, toto corde, & tota mente desudet; nihilominus tamen universitatem vestram exhortamur in Domino, atque in peccatorum remissionem authoritate Dei, & Beati Petri, Apostolorum Principis, tam vobis, quàm servientibus vestris injugimus,

gimus, ut pro tuendâ Catholicâ Ecclesiâ, & eâ, quæ est, sub Paganorum tyrannide, de ipsorum spurcitia eruendâ, expugnando inimicos Crucis Christi, invocato Christi nomine intrepidè laboretis. Et etiam quæ de ipsorum spoliis ceperitis, fidenter in usus vestros convertatis, & ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini, prohibemus. Statuentes, ut Domus, seu Templum, in quo estis, ad Dei laudem, & gloriam, atque defensionem suorum fidelium, & liberandam Dei Ecclesiam congregati, cum omnibus possessionibus, & bonis suis, quæ in præsentiarum legitimè habere cognoscitur, aut in futurum concessione Pontificum, liberalitate Regum, vel Principum, oblatione fidelium, seu aliis justis modis præstante Domino poterit adipisci, perpetuis futuris temporibus, sub Apostolicæ Sedis tutela, & protectione consistant. Præsenti quoque decreto sancimus, ut vita religiosa, quæ in vestra Domo est, Divinâ inspirante gratiâ instituta, ibîdem inviolabiliter observetur, & Fratres inibi Omnipotenti Domino servientes, castè, & sine proprio vivant, & professionem suam dictis, & moribus comprobantes Magistro suo, aut quibus ipse præceperit in omnibus, & per omnia subjecti, & obedientes existant. Petereà, quemadmodum Domus ipsa hujus factæ vestræ Institutionis, & Ordinis fons, & origo esse promeruit; ita nihilominus

minus omnium locorum ad eam pertinentium caput, & magiſtra in perpetuum habeatur. Ad hæc adjicientes præcipimus, ut obeunte te, dilecte in Domino fili Terrice, vel tuorum quolibet ſucceſſorum, nullus ejusdem Domûs Fratribus præponatur, niſi militaris, & Religioſa perſona, quæ veſtræ Religionis habitum ſit profeſſa, nec ab aliis, niſi ab omnibus Fratribus inſimul, vel à ſaniori, ac puriori eorum parte, qui præponendus fuerit, eligatur. Porrò conſuetudines ad veſtræ Religionis, & officii obſervantiam à Magiſtro, & Fratribus communiter inſtitutas nulli Eccleſiaſticæ, ſæcularive perſonæ infringere, vel minuere ſit licitum. Easdem quoque conſuetudines à vobis aliquanto tempore obſervatas, & ſcripto firmatas, niſi ab eo, qui magiſter eſt, conſentiente tamen ſaniore parte Capituli, non liceat immutari. Prohibemus inſuper, & omnimodis interdicimus, ut fidelitates, hominia, ſive juramenta, vel aliquas ſecuritates, quæ à ſæcularibus frequentantur, nulla Eccleſiaſtica, ſæculariſve à Magiſtro, & Fratribus ejuſdem Domûs exigere audeat. Illud autem ſcitote, quoniam ſicut veſtra ſacra Inſtitutio, & Religioſa militia Divinâ eſt Providentiâ ſtabilita, ita nihilominus nullius vitæ religioſoris obtentu ad locum alium vos convenit tranſvolare. Deus enim qui eſt incommutabilis, & æternus, mutabilia corda non approbat, ſed potiùs ſacrum pro-

positum semel incœptum perduci vult usque in finem debitæ actionis. Quot, & quanti sub militari cingulo, & chlamyde terreni imperii Domino placuerunt, sibique memoriale perpetuum reliquerunt? Quot, & quanti in armis bellicis constituti, pro testamento Dei, & paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt, atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes, post bellicos sudores æternæ vitæ bravium sunt adepti? Videte itaque vocationem vestram Fratres tam milites, quàm servientes, atque juxta Apostolum unusquisque vestrûm, in qua vocatione vocatus est, in eâ permaneat. Ideòque Fratres vestros semel devotos, atque in Sacro Collegio vestro receptos, post factam in vestra militia professionem, & habitum Religionis assumptum, revertendi ad sæculum nullam habere præcipimus facultatem, nec alicui eorum fas sit post factam professionem, semel assumptam Crucem Dominicam, & habitum vestræ professionis abjicere, vel ad alium locum, seu etiam Monasterium maioris, vel minoris religionis obtentu, invitis, sive inconsultis Fratribus, aut ei, qui Magister extiterit, liceat transmigrare, nullique Ecclesiasticæ, sæcularive personæ ipsos suscipiendi, aut retinendi licentia pateat. Sanè laborum vestrorum, quos propriis manibus, aut sumptibus colitis, sive de nutrimentis vestrorum animalium nullus à

vobis

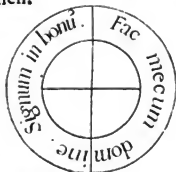
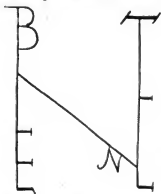
vobis decimas exigere, vel extorquere præſumat. Cæterum decimas, quas conſilio, & aſſenſu Epiſcoporum de manu Clericorum, vel Laicorum habere poteritis, illas etiam, quas conſentientibus Epiſcopis, & eorum Clericis acquiretis, vobis authoritate Apoſtolicâ confirmamus. Ut autem ad plenitudinem ſalutis, & curam animarum veſtrarum nihil vobis deſit, atque Eccleſiaſtica Sacramenta, & Divina Officia veſtro Sacro Collegio commodiùs exhibeantur, ſimili modò ſancimus, ut liceat vobis honeſtos Clericos, & Sacerdotes ſecundùm Deum quantum ad veſtram ſcientiam ordinatos, undecumque ad vos venientes ſuſcipere, & tam in principali Domo veſtra, quàm etiam in obedientiis, & locis ſibi ſubditis vobiſcum habere, dummodo ſi è vicino ſint, eos à propriis Epiſcopis expetatis. Idemque nulli alii profeſſioni, vel ordini teneantur obnoxii. Quod ſi Epiſcopi eosdem vobis concedere fortè noluerint; nihilominus tamen eos ſuſcipiendi, & retinendi authoritate Sanctæ Romanæ Eccleſiæ licentiam habeatis. Si verò aliqui horum poſt factam profeſſionem turbatores Religionis veſtræ, aut Domûs, vel inutiles apparuerint, liceat vobis cum ſaniore parte Capituli amovere, eiſque tranſeundi ad alium Ordinem, ubi ſecundùm Deum vivere voluerint, licentiam dare, & loco ipſorum alios idoneos ſubſtituere, qui etiam unius anni ſpatio in veſtra ſocietate probentur.

R ii Quo

Quo peracto si mores eorum hoc exegerint, & ad vestrum servitium utiles inventi fuerint, tunc demum professionem faciant regulariter vivendi, & Magistro suo obediendi, ita tamen quod eumdem victum, & vestitum vobiscum habeant, nec non lectisternia, excepto eo, quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de Capitulo, vel cura Domûs vestræ se temerè intromittere, nisi quantum à vobis fuerit injunctum. Curam quoque animarum tantùm habeant, quantum à vobis fuerint requisiti. Præterea nulli personæ extra vestrum Capitulum sint subjecti, tibique, dilecte in Domino fili Terrice, tuisque successoribus, tanquàm Magistro, & Prælato suo secundùm Statuta Ordinis vestri deferant. Consecrationes verò Altarium, seu Basilicarum, Ordinationes Clericorum, qui ad Sacros Ordines fuerint promovendi, & cætera Ecclesiastica Sacramenta à Diœcesanis suscipiatis Episcopis, si quidem Catholici fuerint, & gratiam, atque Communionem Apostolicæ Sedis habuerint, & ea gratis, & absque pravitate aliqua vobis voluerint exhibere. Alioquin liceat vobis Catholicum quemcumque malueritis adire Antistitem, qui nostrâ fretus authoritate, quod postulatur, indulgeat. Clericos autem pro pecunia prædicare, aut lucro, vosque pro hujusmodi causa eos ad prædicandum mittere prohibemus, nisi fortè Magister Templi, qui pro tempore

tempore fuerit, certis ex causis id faciendum esse decreverit. Si quando verò loca deserta fuerint eidem Venerabili Domui ab aliquo piâ devotione collata, liceat vobis ibîdem Villas ædificare, Ecclesias, & Cimiteria ad opus hominum ibîdem manentium fabricare, ita tamen quòd in vicinia illa Abbatia, vel Religiosorum virorum Collegium non existat, quæ ob hoc valeant perturbari. Cum autem terræ cultæ vobis quolibet justo titulo conferentur, facultatem, & licentiam habeatis ibîdem Oratoria construendi, & Cimiteria faciendi ad opus transeuntium, & eorum tantummodò, qui de vestra fuerint mensâ. Indecens enim est, & animarum periculo proximum Religiosos Fratres occasione adeundæ Ecclesiæ se virorum turbis, & mulierum frequentiæ immiscere. Quicumque sanè in vestro Collegio suscipientur, stabilitatem loci, conversionem morum, seque militaturos Domino diebus vitæ suæ sub obedientia Magistri Templi, posito scripto super Altare, in quo contineantur ista, promittant. Decernimus ergo, ut receptores vestrarum fraternitatum, sive Collectarum salvo jure Dominorum suorum in Beati Petri, & nostra protectione consistant, & per terras, in quibus fuerint, pacem habeant. Simili modo sancimus, ut quicumque in vestra fraternitate fuerit receptus, si fortè Ecclesia, ad quam pertinet, à Divinis Officiis erit prohibita, eumque mori contigerit,

tigerit, eidem ſepultura Eccleſiaſtica non negetur, niſi excommunicatus, vel nominatim fuerit interdictus. Prætereà ſi qui Fratrum veſtrorum, qui ad recipiendas easdem fraternitates, vel Collectas à vobis fuerint miſſi, in quamlibet Civitatem, Caſtellum, vel vicum advenerint, ſi fortè locus ipſe à Divinis Officiis ſit interdictus, pro Omnipotentis Dei reverentiâ, ſemel in anno aperiantur Eccleſiæ, & excluſis excommunicatis Divina Officia celebrentur. Statuimus etiam, ut nulli Epiſcopo in Eccleſiis vobis utroque jure ſubditis interdicti, vel excommunicationis ſententiam liceat promulgare. Verumtamen ſi generale interdictum terræ fuerit in locis illis prolatum, excluſis excommunicatis, & nominatim interdictis, clauſis januis abſque ſignorum pulſatione planè Divina Officia celebretis. Decernimus inſuper authoritate Apoſtolica, ut apud quemcumque locum vos venire contigerit, ab honeſtis, atque Catholicis Sacerdotibus pœnitentiam, unctionem, ſeu alia quælibet Eccleſiaſtica Sacramenta ſuſcipere liceat, ne fortè ad perceptionem ſpiritualium bonorum vobis, quidpiam deeſſe valeat. Quia verò omnes in Chriſto unum ſumus, & non eſt perſonarum differentia apud Deum tam remiſſionis peccatorum, quàm alteriùs beneficentiæ, atque Apoſtolicæ benedictionis, quæ vobis indulta eſt, etiam familiam, & ſervientes veſtros volumus eſſe participes.

pes. Nulli ergo omninò hominum liceat prædictum locum temerè perturbare, aut ejus poſſeſſiones auferre, vel ablatas retinere, minuere, ſeu aliquibus vexationibus fatigare, ſed omnia integra conſerventur veſtris, atque aliorum Dei fidelium uſibus omnimodis profutura, ſalvâ in omnibus Apoſtolicæ Sedis authoritate. Siquis igitur hujus noſtræ Conſtitutionis paginam ſciens contra eam temerè venire tentaverit, ſecundò, tertiò commonitus, niſi reatum ſuum congruâ ſatisfactione correxerit, poteſtatis, honoriſque ſui careat dignitate, reumque ſe judicio Divino exiſtere de perpetrata iniquitate cognoſcat, & à Sacratiſſimo Corpore, ac Sanguine Dei, & Domini Redemptoris Noſtri Jeſu Chriſti alienus fiat, atque in extremo examine diſtrictæ ſubjaceat ultioni. Conſervantes autem hæc, Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, benedictionem, & gratiam conſequantur. Amen. Amen.

Ego Innocentius, Catholicæ Eccleſiæ Epiſcopus.

Ego

Ego Octavianus Hostien. & Vellerten. Episcopus.

Ego Petrus Portuen. & Sanctæ Rufinæ, Episcopus.

Ego Petrus, tit. Sanctæ Cæciliæ, Præsbyter Cardinalis confirmo.

Ego Jord. Sanctæ Pudentianæ, tit. Pastoris, Præsbyt. Card. confirmo.

Ego Ovido Sanctæ Mariæ trans Tyberim, tit. Calixti, Præsb. Card. confirmo.

Ego Hugus, Præsb. Cardin. Sancti Martini, tit. Equitii confirmo.

Ego Berardus Sancti Adriani, Diac. Cardin. confirmo.

Ego Gregorius Sanctæ Mariæ in Porticu, Diac. Card. confirmo.

Ego Gregorius Sanctæ Mariæ in Aquaro, Diac. Card. confirmo.

Ego Gregorius Sancti Georgii ad Vellum Aureum, Diac. Card. confirmo.

Ego Gregorius Sancti Angeli, Diac. Cardin. confirmo.

Ego Petrus Sanctæ Mariæ in Vulata, Diac. Card. confirmo.

Datum Romæ apud Sanctum Petrum per manum Raynandi Domini Papæ Notarii Cancellarii vicem agentis Idibus Julii Indictione prima Incar-

Incarnationis Dominicæ M.C.XC.VIII. Pontificatûs verò Domini Innocentii Papæ III. Anno primo.

Bulla do Papa Innocencio III. pela qual manda aos Prelados das Igrejas, que procedaõ com Censuras Ecclesiasticas, e outras penas contra quaesquer pessoas, que quizerem constranger aos Religiosos da Ordem do Templo a pagar portagem, ou outro algum tributo das cousas deputadas para seus usos, e necessidades.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, Præpositis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, salutem, & Apostolicam benedictionem. Religiosos viros Fratres militiæ Templi pro religione, & honestate sua, tantò propensius à malignorum incursibus protegere volumus, & tueri, quantò puriorem devotionem circa nos, & Romanam Ecclesiam habere noscuntur. Inde est, quod universitati vestræ per Apostolica scripta præcipiendo mandamus, quatenus universis Parochianis vestris sub interminatione anathematis prohibere curetis, nè à præfatis Fratribus, vel eorum hominibus de victualibus, vestimentis, pecudibus, seu de aliis

rebus eorumdem Fratrum usibus deputatis, pedagium, vendam, passagium, cautagium, seu aliam quamlibet consuetudinem exigere, vel extorquere præsumant. Si qui autem contra prohibitionem vestram venire præsumpserint: quod à præsumptione sua, monitione præmissa non differatis per excommunicationis sententiam coercere, & in terris eorum, siquas habent, omnia Divina præter baptisma parvulorum, & pœnitentias morientium prohibeatis appellatione remota Officia celebrari. Ad hæc quia sicut prædicti Fratres asserunt quidam Præsbyteri, & alii Clerici vestræ jurisdictionis in Ecclesiis illis, quæ pro excessibus in Domum prædictorum Fratrum commissis, sub interdicto tenentur, Divina celebrare præsumunt, eos si res ita se habet, à suæ præsumptionis sententia appellatione postposita compescatis. Datum Lateranens. V. Idus Martii, Pontificatûs nostri anno duodecimo.

O mesmo concede o Papa Clemente IV. aos Religiosos da dita Ordem do Templo, declarando, que naõ sejaõ obrigados a pagar em talhas, nem colheitas, nem sommas de dinheiro, nem outras exacções quaesquer, e por quaesquer pessoas, que sejaõ, por qualquer via impostas, sem especial mandado da Sé Apostolica, que faça inteira mençaõ deste indulto, e graça.

Clemens

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quantò devotiùs Divino vacatis obsequio personas, & bona vestra pro Terræ Sanctæ subsidio totaliter exponendo: tantò quieti vestræ libentiùs providemus. Hinc est, quod nos vestris devotis supplicationibus inclinati, ad instar felicis recordationis Urbani Papæ IV. Prædecessoris nostri authoritate vobis præsentium indulgemus, ut ad contribuendum in aliquibus taliis, collectis, seu pecuniæ summis, aut exactionibus aliis, quocumque nomine censeantur, aut ad exhibendum, vel præstandum easdem pro quavis persona, ex quacumque causa ipsas imponi contingat ratione Ecclesiarum, domorum, seu quarumcumque possessionum vestrarum minimè teneamini, nec ad id compelli aliquatenus valeatis, authoritate litterarum Apostolicæ Sedis, vel Legatorum ipsius impetratarum, vel etiam impetrandarum, absque mandato speciali Sedis ejusdem faciente plenam, & expressam de indulto hujusmodi mentionem. Nos enim excommunicationis, & interdicti sententias, si quas in vos, vel aliquem vestrûm contra tenorem indulti hujusmodi à quoquam promulgari contigerit, decernimus irritas,

 & ina-

& inanes. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis, & Constitutionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Assisii II. Non. Septembris, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Innocencio III. porque defende a todos os Prelados, que naõ excommunguem as pessoas da Ordem do Templo, nem ponhaõ nellas interdicto, nem em suas Igrejas, por naõ serem da sua jurisdicçaõ, e serem immediatas à Santa Sé Apostolica.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Archidiaconis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum dilecti filii Fratres militiæ Templi Hierosolymitani nullum habeant Episcopum, vel Prælatum, præter Romanum Pontificem, & speciali prærogativa gaudeant libertatis, non decet vos in eos, vel Clericos, aut eorum Ecclesias, in quibus potestatem Ecclesiasticam non habetis, absque mandato nostro excommunicationis, vel interdicti sententiam

tentiam promulgare. Sed ſi quando vos, vel ſubditos veſtros iidem Fratres injuſtè gravaverint, per vos, vel per Nuntios veſtros, id Romano Pontifici ſignificare debetis, ac per ipſum de memoratis Fratribus juſtitiam obtinere. Inde eſt, quòd univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta mandamus præcipiendo, quatenus in prædictos Fratres, ſive Clericos, aut Eccleſias eorum, in quibus authoritatem nequaquam habetis, excommunicationis, vel interdicti ſententiam promulgare nullatenus præſumatis, nec aliàs eos indebita vexatione gravetis; ſed erga ipſos vos taliter habeatis, quòd non habeant adverſum vos materiam querelandi. Sciturì, quòd ſi mandatum noſtrum neglexeritis, in hac parte dimittere non poterimus, quin eisdem Fratribus in ſua juſtitia, ſi apud nos querelam iterum depoſuerint, efficaciter providere curemus. Datum Anagniæ Idibus Julii, Pontificatûs noſtri anno duodecimo.

O meſmo concede o Papa Honorio III. por ſua Bulla, que ſe ſegue.

Honorius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Eccleſiarum

rum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum dilecti filii Fratres militiæ Templi nullum habeant Epiſcopum, vel Prælatum, præter Romanum Pontificem, & ſpeciali prærogativa gaudeant libertatis; non decet vos in eos, vel Clericos, aut Eccleſias eorum, in quibus poteſtatem Eccleſiaſticam non habetis, abſque mandato noſtro excommunicationis, vel interdicti ſententiam promulgare. Sed ſi quando vos, vel ſubditos veſtros, iidem Fratres injuſtè gravaverint, per vos, aut Nuntios veſtros id Romano Pontifici ſignificare debetis, ac per ipſum de memoratis Fratribus juſtitiam obtinere. Inde eſt, quòd univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta præcipiendo mandamus, quatenus in prædictos Fratres, ſive Clericos, aut Eccleſias eorum, in quibus authoritatem nequaquam habetis, excommunicationis, vel interdicti ſententiam promulgare nullatenus præſumatis, nec eos aliàs indebita vexatione gravetis; ſed erga ipſos vos taliter habeatis, quod non habeant adverſus vos materiam querelandi. Scituri, quòd ſi mandatum noſtrum neglexeritis in hac parte, dimittere non poterimus, quin eiſdem Fratribus in ſua juſtitia, ſi apud nos querelam iterùm depoſuerint, efficaciter providere curemus. Datum Lateranenſ. XIII. Kalendas Februarii, Pontificatûs noſtri anno primo.

O meſmo

O mesmo concede o Papa Clemente IV. por esta sua Bulla.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Archidiaconis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum dilecti filii Fratres militiæ Templi Hierosolymitani nullum habeant Episcopum, vel Prælatum, præter Romanum Pontificem, & speciali prærogativa gaudeant libertatis, non decet vos in eos, vel Clericos, aut Ecclesias eorum, in quibus potestatem Ecclesiasticam non habetis, absque mandato nostro excommunicationis, vel interdicti sententiam promulgare. Sed si quando vos, vel subditos vestros iidem Fratres injustè gravaverint, per vos, vel Nuntios vestros, id Romano Pontifici significare debetis, ac per ipsum de memoratis Fratribus justitiam obtinere. Inde est, quòd universitati vestræ ad instar felicis recordationis Innocentii, & Urbani Prædecessorum nostrorum, Romanorum Pontificum, per Apostolica scripta præcipiendo mandamus, quatenus in prædictos Fratres, sive Clericos, aut eorum Ecclesias, in quibus authoritatem nequaquam habetis, excommunicationis, vel interdi-

cti

cti ſententiam promulgare nullatenus præſumatis; nec eos aliàs indebita vexatione gravetis; ſed erga ipſos vos taliter habeatis, quod non habeant adverſus vos materiam querelandi. Scituri, quòd ſi mandatum noſtrum neglexeritis, in hac parte dimettere non poterimus, quin eisdem Fratribus in ſua juſtitia, ſi apud nos querimoniam iterum depoſuerint, efficaciter providere curemus. Datum Fuſii VI. Idus Junii, Pontificatûs noſtri anno primo.

O meſmo concede o Papa Alexandre IV. por eſta ſua Bulla, porque confirma as outras dos Papas, ſeus Anteceſſores, eſpecialmente a de Innocencio III. pela qual defende, que ninguem, ſem eſpecial mandado do Papa, excommungue os Religioſos deſta Ordem, nem ſeus ſervidores Clerigos, nem Leigos, nem ponha interdicto nelles, em quanto em ſeu ſerviço eſtiverem. E ſe defeito os excommungarem, que naõ ſe guarde a excommunhaõ.

Alexander Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus, & univerſæ familiæ Domûs militiæ Templi, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Felicis recordationis Honorio Papæ, Prædeceſſori noſtro, ex authentico bonæ memoriæ Innocentii Papæ, Prædeceſſoris ſui, conſtitit evidenter, cumdem

eumdem Innocentium in felicis recordationis Alexandri Papæ, Prædecessoris sui perspexisse contineri rescripto, quod monebatur, & plurimum gravabatur super eo, quod Hierosolymitanus Patriarcha in Præsbyteros, & laicos vestros, quorum alii vobis gratis, alii verò ad solidos serviebant, excommunicationis sententiam protulit, & vos etiam excommunicatos esse fateri præsumpsit, cum vos, & servientes vestri ea libertate de clementia Sedis Apostolicæ gaudeatis, quod à nemine, nisi à Romano Pontifice, excommunicari, vel interdici possitis. Ne igitur vobis similia in posterum contingere possint, authoritate Apostolica interdixit, ut nemini liceat sine speciali mandato Romani Pontificis vos, vel servientes vestros, Clericos, sive laicos, donec in servitio Domûs vestræ fuerint, excommunicationi, vel interdicto subjicere. Et si qua sententia in vos, vel in servientes vestros aliter lata fuerit, eam irritam censuit, & inanem. Nihilominus tamen vobis, & eisdem servientibus vestris indulsit, ut pro excommunicationis, vel interdicti sententia, si quando ab Hierosolymitano Patriarcha, vel ab alio quolibet in vos, vel in eos sine mandato Romani Pontificis lata fuerit, non omittatis Ecclesias frequentare, aut servitio Domûs vestræ, vel Divinis Officiis interesse, cum hujusmodi sententia irrita sit penitus, & inanis. Nos autem Prædecessorum eorumdem nostro-

noſtrorum veſtigiis inhœrentes, quæ præſcripta ſunt, authoritate Apoſtolica confirmamus, & præſentis ſcripti patrocinio communimus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ confirmationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Datum Lateranenſ. II. Non. Februarii, Pontificatûs noſtri anno ſecundo.

Bulla do Papa Alexandre IV. porque manda aos Prelados das Igrejas, que façaõ juſtiça daquelles, que ouſarem reter as eſmolas feitas à Ordem do Templo, como de ſacrilegos.

Alexander Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, Epiſcopis, & aliis Sanctæ Eccleſiæ Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Quantum ſacra Templi militia Eccleſiæ Dei, & toti ferè Chriſtianitati ſit utilis, & neceſſaria, tam vicini, quàm longe poſiti non ignorant. Per ipſos namque Orientalis Eccleſia ab inimicis Chriſtiani nominis defenſatur, & peregrinis locum ſanctum, in

quo

quo pedes Domini Nostri Jesu Christi steterunt, visitantibus in securo conductu, quam in aliis eorum necessitatibus, multa beneficia ministrantur. Et quoniam sumptus armorum, & cætera necessaria eis usquequaque non suppetunt, necessarium est, ut eleemosynis, ac beneficiis bonorum hominum sustententur, & in suis necessitatibus adjuventur. Verumtamen quidam perversi homines, sicut accepimus, ea quæ ipsis à peregrinis, vel aliis Dei fidelibus conferuntur, retinere præsumunt, & suis usibus applicare. Per Apostolica itaque scripta universitati vestræ præcipiendo mandamus, ut si qui de Parochianis vestris ausu temerario id attentare præsumpserit, de ipsis, tanquam de sacrilegis, plenam justitiam eisdem militibus faciatis. Datum Senon. III. Non. Decembris.

O mesmo tinha mandado o Papa Adriano IV. aos Prelados antes da Ordem do Templo ser approvada.

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & aliis Sanctæ Ecclesiæ Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quantum sacra Templi militia Ecclesiæ Dei, & toti ferè Christiani-

T ii tati

tati ſit utilis, & neceſſaria, tàm vicini, quàm longe poſiti non ignorant. Per ipſos namque Orientalis Eccleſia ab inimicis Chriſtiani nominis defenſatur, & peregrinis locum ſanctum, in quo pedes Domini Noſtri Jeſu Chriſti ſteterunt, viſitantibus tam in ſecuro conductu, quàm in aliis eorum neceſſitatibus multa beneficia miniſtrantur. Et quoniam ſumptus armorum, & cætera neceſſaria eis uſquequaque non ſuppetunt, neceſſarium eſt ut eleemoſynis, ac beneficiis bonorum hominum ſuſtententur, & in ſuis neceſſitatibus adjuventur. Verumtamen quidam perverſi homines ſicut accepimus, ea, quæ ipſis à peregrinis, vel aliis Dei fidelibus conferuntur, retinere præſumunt, & in ſuis uſibus applicare. Per Apoſtolica itaque ſcripta univerſitati veſtræ præcipiendo mandamus, ut ſi qui de Parochianis veſtris auſu temerario id attentare præſumpſerint, de ipſis, tanquam de ſacrilegis, plenam juſtitiam eiſdem militibus faciatis. Datum Sutrii XIV. Kalendas Julii.

O meſmo manda o Papa Clemente IV. por eſta ſua Bulla.

Clemens

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ac dilectis filiis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Eis præcipue, ac specialiter imminet Religiosorum virorum jura defendere, quibus solicitudinis pastoralis onus noscitur supernâ dispensatione commissum. Inde est, quòd Religiosos viros Fratres militiæ Templi, qui pro Fratribus suis animas ponere non formidant, volentes ab incursibus improborum solicitudine pastorali defendere, ac eorum jura conservare, integra penitus, & illæsa, ad instar felicis recordationis Alexandri III. Innocentii IV. & Alexandri IV. Romanorum Pontificum, Prædecessorum nostrorum universitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus si qui Parochianorum vestrorum servientes prædictorum Fratrum capere, seu verberare, vel eorum animalia, seu possessiones deripere iniquâ temeritate præsumpserit, & à vobis commoniti ablata jam dictis Fratribus noluerint restituere, & de illatis injuriis dignam satisfactionem præstare, eos vinculo anathematis innodetis, & tam diù sub sententia teneatis, donec jam dictis Fratribus, ea, quæ ipsis iniquiter abstulerunt, cum integritate restituant;

tuant; & de illatis injuriis ſatisfactionem exhibeant competentem. Datum Peruſii II. Kalendas Octobris, Pontificatûs noſtri anno primo.

Eſte meſmo Papa Clemente IV. por eſta Bulla, que ſe ſegue manda aos Prelados, que àquelles, que nas caſas dos Cavalleiros da Ordem do Templo, e ſeus homens entrarem por força, ou por ſuas poſições, ou detiverem injuſtamente o que por alguma peſſoa por teſtamento lhes for deixado, ou ouſarem publicar excommunhaõ contra elles em deſprezo de ſeus Privilegios, ou lhes quizerem contra elles levar dizimas das terras, que lavrarem, ou de ſuas creações, conſtando lhes diſto, ſe os que fizeraõ eſtes damnos forem Leigos, feita primeiro admoeſtaçaõ Canonica, os excommungue a candeas accezas. E ſe forem Clerigos, ou Frades, ou Conegos Regulares, os ſuſpenda do Officio, e Beneficio até inteiramente ſatisfazerem. E ſe for caſo, que puzerem mãos iradas em qualquer dos ditos Religioſos, que ſendo excommungados os naõ abſolvaõ, e os mandem com letras dos ſeus Dioceſanos à Sé Apoſtolica, até que mereceraõ beneficio de abſolviçaõ.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, Archipræsbyteris, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ

teræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Non abſque dolore cordis, & plurima turbatione didicimus, quod itaque in pleriſque partibus Eccleſiaſtica cenſura diſſolvitur, & Canonicæ ſententiæ ſeveritas enervatur, ut viri Religioſi, & ii maximè, qui per Sedis Apoſtolicæ privilegia maiori donati ſunt libertate, paſſim à malefactoribus ſuis injurias ſuſtineant, & rapinas, dum vix invenitur, qui congruâ illis protectione ſubveniant, & pro fovenda pauperum innocentia, ſe murum defenſionis opponant. Specialiter autem dilecti filii Præceptor, & Fratres Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani tam de frequentibus injuriis, quàm de ipſo quotidiano defectu juſtitiæ conquerentes, Univerſitatem veſtram litteris petierunt Apoſtolicis excitari, ut ita videlicet eis in tribulationibus ſuis contra malefactores eorum prompta debeatis magnanimitate conſurgere, quod ab anguſtiis, quas ſuſtinent, & preſſuris, veſtro poſſint præſidio reſpirare. Ideòque Univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta mandamus, atque præcipimus, quatenus illos, qui poſſeſſiones, vel res, ſeu Domos prædictorum Fratrum, vel hominum ſuorum irreverenter invaſerint, aut ea injuſtè detinuerint, quæ prædictis Fratribus ex teſtamento decedentium relinquuntur, ſeu in Fratres ipſos, vel ipſorum aliquem contra Apoſtolicæ Sedis indulta ſententiam excommunicationis, aut

inter-

interdicti præſumpſerint promulgare, vel decimas laborum de terris habitis ante Concilium generale, quas propriis manibus, aut ſumptibus excolunt, ſeu nutrimentis animalium ipſorum ſpretis Apoſtolicæ Sedis privilegiis extorquere, ſi de his vobis manifeſte conſtiterit Canonica monitione præmiſſa, ſi laici fuerint, publicè candelis accenſis, ſinguli veſtrûm in Diœceſibus, & Eccleſiis veſtris excommunicationis ſententia percellatis. Si verò Clerici, vel Canonici Regulares, ſeu Monachi extiterint, eos appellatione remota ab officio, & beneficio ſuſpendatis, neutram relaxaturi ſententiam, donec prædictis Fratribus plenariè ſatisfaciant. Et tam laici, quàm Clerici ſæculares, qui pro violenta manuum injectione in Fratres eosdem, vel ipſorum aliquem, anathematis vinculo fuerint innodati, cum Diœceſani Epiſcopi litteris ad Sedem Apoſtolicam venientes, ab eodem vinculo mereantur abſolvi. Datum Peruſii IV. Kalendas Junii, Pontificatûs noſtri anno primo.

O meſmo Papa manda por eſta ſua Bulla aos Prelados, que tendo dado alguma ſentença em favor da Ordem do Templo contra alguma peſſoa, naõ relaxem a dita ſentença, ſem a Ordem ficar primeiro ſatisfeita.

Clemens

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum à Religiosorum virorum pressuris, & molestiis, illi quorum pedes veloces sunt ad malum, severitate debeant Ecclesiastica cohiberi, & inferiorum culpæ merito ad Prælatos desides referantur, quia facientis culpam habet, qui quod potest corrigere, negligit emendare: miramur, sicut possumus, de ratione mirari, quod sicut dilectis filiis Fratribus militiæ Templi Hierosolymitani significantibus accepimus Parochianos vestros, de quibus apud vos querelam deponunt, non compellitis ad justitiam exhibendam. Si verò aliquos interdum excommunicationi, vel interdicto supponitis, sententiam vestram remittitis, Fratribus inconsultis satisfactione congrua prætermissa. Quia igitur sustinere nolumus incorrectum, quod in vestrum, & subjectorum vestrorum periculum attentatur, Universitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, cum à jam dictis Fratribus de Parochianis vestris querelam acceperitis, eos ad exhibendam justitiam, omni gratia, & timore postposito, contradictione

ne quoque, & appellatione remota Ecclesiastica districtione cogatis. Attentius provisuri, ne sententiam, quam tuleritis, Fratribus ignorantibus absque satisfactione congrua relaxetis. Scituri à nobis damna ipsorum districtius requirenda, si præceptum nostrum neglexeritis; quod non credimus adimplere. Datum Perusii IV. Non. Julii, Pontificatûs nostri anno primo.

Outra Bulla do dito Papa Innocencio III. porquè concede aos da Ordem do Templo, que possaõ tomar Sacerdotes para seu serviço no culto Divino, e para lhes administrar os Sacramentos, e possaõ edificar Oratorios, e Igrejas em suas terras, sem prejuizo do direito Parochial. E que ahi se possaõ enterrar os Frades da Ordem, que falecerem, e seus servidores. E aos Bispos manda, que sendo para isso requeridos, lhe consagrem as ditas Igrejas, e benzaõ os Cimiterios.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Clericis, & laicis Dei fidelibus, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Militia Dei, quæ dicitur Templi, quàm sit Orientali Ecclesiæ commoda, meritis digna, Deo grata, Universitatem vestram credimus non latêre. Exhortatur igitur nos fraterna

na charitas, ut in quantum possumus, ei optata solatia ministremus. Et quoniam religiosè vivunt, & Divinis interesse curant officiis, ad exemplar felicis recordationis Alexandri PP. Prædecessoris nostri liberam facultatem eis concedimus, undecumque idôneos Præsbyteros ad suum servitium assumere, qui bene sint ordinati, & licentiam proprii Episcopi habeant. Ad hæc eisdem Fratribus commodius prospicere cupientes, nullius tamen vestrûm jus Parochiale volentes minuere, decimas, sive oblationes, aut sepulturas auferre in locis sibi collatis, ubi videlicet sua familia habitat, Oratoria construere ipsis licentiam dedimus, in quibus Divina audiant Officia. Et ibidem si quis de Fratribus, aut servitoribus mortuus fuerit, tumuletur. Indecens enim est, & animarum periculo proximum, Religiosos Fratres adeundæ occasione Ecclesiæ se virorum turbis, & mulierum frequentationibus immiscere. Hujus rei gratia Universitati vestræ mandamus, atque præcipimus, quatenus cùm vos Fratres Patriarchæ, Archiepiscopi, vel Episcopi ab eisdem Fratribus fueritis requisiti, eadem Oratoria absque pravitate aliqua consecretis, atque pro sepultura ejusdem familiæ suæ, in præfatis locis Cimiteria benedicatis. Præsbyteros quoque, quos ipsi pro exhibendo sibi Divino servitio sociaverint, permittatis in pace manere. Ad hoc igitur complendum, vestra fra-

ternitas opem, & consilium, atque assensum præbeat. Neque eos ad Oratoria construenda impediat, aut impediri permittat. Datum Lateranens. IX. Kalendas Maii, Pontificatûs nostri anno secundo.

O mesmo tinha concedido o Papa Adriano IV. aos Cavalleiros da Ordem do Templo, antes da Ordem ser approvada por sua Bulla, que se segue.

Adrianus Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Patriarchis, Archiepiscopis, Episcopis, Abbatibus, Clericis, & laicis Dei fidelibus, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Militia Dei, quæ dicitur Templi, quàm sit Orientali Ecclesiæ commoda, meritis digna, Deo grata, fraternitatem Deo non latere. Exhortatur igitur nos fraterna charitas, ut eis in quantum possumus, optata solatia ministremus. Et quoniam religiosè vivunt, & Divinis interesse affectuosè curant officiis liberam facultatem eis concedimus, undecumque idoneos Præsbyteros ad suum servitium assumere, qui bene sint ordinati, & licentiam proprii Episcopi habeant. Ad hæc eisdem Fratribus commodius prospicere cupientes, nullius tamen vestrûm

ſtrûm jus Parochiale volentes minuere, decimas, ſive oblationes, aut ſepulturas auferre in locis ſibi collatis, ubi videlicet ſua familia habitat, Oratoria conſtruere, ipſis licentiam dedimus, in quibus Divina audiant Officia: & ibîdem ſi quis de Fratribus, aut ſervientibus, mortuus fuerit, tumuletur. Indecens enim eſt, & animarum periculo proximum Religioſos Fratres adeundæ occaſione Eccleſiæ ſe virorum turbis, & mulierum frequentationibus immiſcere. Hujus rei gratia fraternitati veſtræ mandamus, atque præcipimus, ut cum ab eisdem Fratribus requiſiti fueritis, eadem Oratoria abſque pravitate aliqua conſecretis, atque pro ſepultura ejusdem familiæ ſuæ in præfatis locis Cimiteria benedicatis. Præsbyteros quoque, quos ipſi pro exhibendo ſibi Divino ſervitio ſociaverint, permittatis in pace manere. Ad hoc igitur complendum, veſtra fraternitas opem, & conſilium, atque aſſenſum præbeat, neque eos ad Oratoria conſtruenda impediat, aut impediri permittat. Datum Sutrii XIV. Kalendas Julii.

Outra Bulla do Papa Innocencio III. que naõ peçaõ aos Capellães póſtos pela Ordem do Templo nas Igrejas, que pleno jure lhe pertencem, juramento de fidelidade, nem de obediencia, porque eſtes ſaõ ſujeitos ſómente ao Santo Padre, e aos outros, que pela dita Ordem ſaõ póſtos

póstos nas suas Igrejas, que naõ lhe pertencem pleno jure, naõ peçaõ outro juramento, se naõ de obediencia.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Dilecti filii nostri Fratres militiæ Templi, post Concilium multipliciter fatigati, ut asserunt, graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare. A' Capellanis quidem. illorum fidelitatem, & obedientiam præter solitum quæritis. Et quia vestræ nolunt satisfacere voluntati, eos pro vestræ voluntatis arbitrio molestatis. Non attendentes quantum sit jam dictis Fratribus consideratione obsequii, quod Christianitati in partibus transmarinis exhibent, deferendum. Quia igitur gravamen ipsorum sustinere in patientia non debemus, quibus quantum cum Deo possumus, præscripti obsequii, & suæ devotionis intuitu, in sua tenemur justitia providere, Universitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atquæ præcipimus, quatenus à Capellanis Ecclesiarum, quæ pleno jure jam dictis Fratribus sunt concessæ, nec fidelitatem, nec obedientiam exigatis, quia Romano tantum Ponti-

Pontifici ſunt ſubjecti. Ab aliis verò juramentum fidelitatis non quæratis, ſed obedientiæ ſitis promiſſione contenti. Scituri, quod ſi eos poſt prohibitionem noſtram indebitè gravaveritis, non ſine rubore veſtro, ipſorum curabimus, authoritate Domino, juſtitiæ providere. Privilegium quidem meretur amittere, qui permiſsâ ſibi abutitur poteſtate. Datum Romæ apud Sanctum Petrum VII. Idus Julii, Pontificatûs noſtri anno primo.

O meſmo concede o Papa Honorio III. por eſta ſua Bulla.

Honorius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Dilecti filii Fratres militiæ Templi poſt Concilium multipliciter fatigati, ut aſſerunt, graves querimonias coguntur in noſtro auditorio replicare. A' Capellanis quidem illorum fidelitatem, & obedientiam præter ſolitum quæritis. Et quia veſtræ nolunt ſatisfacere voluntati, eos pro veſtræ voluntatis arbitrio moleſtatis, non attendentes quantum ſit dictis Fratribus

tribus consideratione obsequii, quod Christianitatí in partibus transmarinis exhibent, deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus, quibus quantum cum Deo possumus præscripti obsequii, & suæ devotionis intuitu in sua tenemur justitia providere, ad exemplar bonæ memoriæ Cœlestini PP. Prædecessoris nostri, Universitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus à Capellanis Ecclesiarum, quæ pleno jure jam dictis Fratribus sunt concessæ, nec fidelitatem, nec obedientiam exigatis, quia Romano tantum Pontifici sunt subjecti. Ab aliis verò juramentum fidelitatis non quæratis, sed obedientiæ sitis promissione contenti. Scituri, quod si eos post prohibitionem nostram indebitè gravaveritis, non sine rubore vestro, ipsorum curabimus authoritate Domino justitiæ providere. Privilegium quidem miretur amittere, qui permissâ sibi abutitur potestate. Datum Lateranens. XVI. Kalendas Februarii, Pontificatûs nostri anno primo.

O mesmo concede o Papa Urbano IV. por esta sua Bulla.

Urbanus

Urbanus Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Dilecti filii Fratres militiæ Templi, post Concilium multipliciter fatigati, ut asserunt, graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare. A' Capellanis quidem illorum fidelitatem, & obedientiam præter solitum quæritis. Et quia vestræ nolunt satisfacere voluntati, eos pro vestræ voluntatis arbitrio molestatis, non attendentes quantum sit jam dictis Fratribus consideratione obsequii, quod Christianitati in partibus transmarinis exhibent, deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus, quibus quantum cum Deo possumus præscripti obsequii, & suæ devotionis intuitu in sua tenemur justitia, providere. Universitati vestræ ad instar felicis recordationis Alexandri Papæ Prædecessoris nostri, per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus à Capellanis Ecclesiarum, quæ pleno jure jam dictis Fratribus sunt concessæ, nec fidelitatem, nec obedientiam exigatis, quia Romano tantum Pontifici sunt subjecti. Ab aliis verò juramentum fidelitatis non quæratis, sed obedientiæ sitis promissione contenti. Scituri, quod si eos

post prohibitionem nostram indebitè gravaveritis, non sine rubore vestro, ipsorum curabimus authore Domino justitiæ providere. Privilegium quidem meretur amittere, qui concessâ sibi abutitur potestate. Datum apud Urbem Veterem III. Kalendas Julii, Pontificatûs nostri anno secundo.

O mesmo concede o Papa Clemente IV. pela Bulla seguinte.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Dilecti filii Fratres militiæ Templi post Concilium multipliciter fatigati, ut asserunt, graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare. A' Capellanis quidem illorum fidelitatem, & obedientiam præter solitum quæritis, & quia vestræ nolunt satisfacere voluntati, eos pro vestro voluntatis arbitrio molestatis, non attendentes quantum sit jam dictis Fratribus consideratione obsequii, quod Christianitati in partibus transmarinis exhibent, deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus, quibus quantum cum Deo possumus præscri-

præſcripti obſequii, & ſuæ devotionis intuitu in ſua tenemur juſtitia providere. Univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta mandamus, atque præcipimus, quatenus à Capellanis Eccleſiarum, quæ pleno jure jam dictis Fratribus ſunt conceſſæ, nec fidelitatem, nec obedientiam exigatis, quia Romano tantum Pontifici ſunt ſubjecti. Ab aliis verò juramentum fidelitatis non quæratis, ſed obedientiæ ſitis promiſſione contenti. Sciturí, quod ſi eos poſt prohibitionem noſtram indebitè gravaveritis, non ſine rubore veſtro, ipſorum curabimus authore Domino juſtitiæ providere. Privilegium quidem meretur amittere, qui permiſſâ ſibi abutitur poteſtate. Datum Peruſii XII. Kalendas Auguſti, Pontificatûs noſtri anno primo.

Outra Bulla do Papa Innocencio III. porque manda aos Biſpos, e Prelados das Igrejas, que ſe alguns Religioſos da Ordem do Templo, ſem licença de ſeu Meſtre, ou Capitulo ſe ſahirem da dita Ordem, e forem achados em Parochias, e Lugares de ſuas adminiſtrações, os excommunguem aſſim a elles, como aos que os receberem.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, Præpoſitis, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Militum Templi profeſſio, ſicut in ſcriptis eorum, & privilegiis continetur, eſt talis, ut necui poſt factam profeſſionem ſemel aſſumptam Crucem Dominicam, & habitum ipſius abjicere, vel ad alium locum, ſeu etiam Monaſterium maioris, vel minoris religionis obtentu invitis, ſeu inconſultis Fratribus, aut eo, qui Magiſter extiterit, liceat tranſmigrare. Nullique Eccleſiaſticæ, ſæcularivè perſonæ ipſos ſuſcipere liceat, vel tenere. Cum enim ipſi ad defendendam Orientalem Eccleſiam, & Paganorum ſævitiam reprimendam, relictis pompis ſæcularibus, Dei ſint ſervitio mancipati, ſi tranſeundi ad alia loca, & ſumptum habitum relinquendi daretur eis licentia, magnum Eccleſiæ Dei poſſet exinde contingere detrimentum. Ideòque Univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta præcipiendo mandamus, ut ſi quis ex ipſis in Parochiis veſtris, vel locis vobis commiſſis id attentare præſumpſerit, tam ipſum, quàm qui cum auſu temerario retinere tentaverit, omni occaſione remota, excommunicatio-

nicationis vinculo innodetis. Datum Lateranenſ. V. Idus Martii, Pontificatûs noſtri anno XII.

Outra do dito Papa Innocencio III. porque defende aos Biſpos, e Prelados, que naõ vaõ contra os Privilegios concedidos pela Sé Apoſtolica à Ordem do Templo, nem interdigaõ a celebraçaõ dos Officios Divinos a ſeus Capellães por cauſa de illicitas exacções, e os defendaõ em juſtiça contra os que preſumirem offendellos.

Innocentius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum ex ſuſceptæ adminiſtrationis officio debeatis viros Religioſos à pravorum malignitate defendere, & ipſos à gravaminibus relevare, nequaquam ipſis graves eſſe debetis, nec exactiones novas imponere, nec aliquas injurias irrogare. Pervenit autem ad nos, quod quidam ex vobis dilectos filios noſtros Fratres militiæ Templi, contra tenorem Privilegiorum eis à Sede Apoſtolica conceſſorum crebris procurationibus, & aliis exactionibus graviter inquietant, & bona ipſorum, quæ ad defenſionem Orientalis terræ neceſſaria

cessaria plurimum esse noscuntur, pro suæ voluntatis arbitrio minuere non formidant, & eorum Capellanis pro illicitis taliis, & exactionibus aliis Divina Officia interdicunt. Quapropter Universitatem vestram attentiùs duximus admonendum præcipiendo mandantes, quatenus Fratres ipsos contra Privilegia eis ab Apostolica Sede indulta de cætero nullatenus aggravetis, nec eorum Capellanos propter memoratas causas prohibeatis de cætero Divina Officia celebrare. Verum ipsos à præsumptione malignantium in eorum bona præsumentium debacchari, quoties ad vos querela pervenerit, taliter defendatis, & suam faciatis justitiam obtinere, quod ex hoc vobis à Deo præmium augeatur, & ipsi liberiùs valeant inimicis Crucis Christi resistere, & etiam illis resistentibus grata subsidia ministrare. Datis Lateranens. X. Kalendas Julii, Pontificatûs nostri anno secundo.

Outra Bulla do mesmo Papa Innocencio III. porque ha por bem, que sendo passadas algumas letras por elle à instancia de alguma pessoa contra os Privilegios da Ordem do Templo, naõ sejaõ obrigados os da Ordem a responder por essas letras.

Inno-

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum vos tanquam speciales Ecclesiæ filios Religionis intuitu, & consideratione obsequii, quod in ultramarinis partibus in defensione nominis Christiani Deo ferventer impenditis semper Apostolica Sedes charitate syncera dilexerit, & specialia curaverit Privilegia indulgere, nostro imminet officio providendum, ut si per falsam subjectionem, aut tacendi fraudem litteræ à nobis contra vestra Privilegia emanaverint, nullum ex eis libertas vestra sustineat detrimentum. Ea propter authoritate vobis Apostolica indulgemus, ut si contra Privilegia vestra litteræ fuerint ad cujusquam suggestionem obtentæ contra Privilegiorum ipsorum tenorem, judicio alicujus non teneamini disceptare. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Lateranens. III. Kalendas Aprilis, Pontificatûs nostri anno tertio.

Outra

Outra do mesmo Papa, porque manda, que as letras, que passar em prejuizo dos Privilegios da Ordem do Templo, naõ fazendo nellas mençaõ dos Cavalleiros della, naõ valhaõ.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum inter vos, & Clericos sæculares super decimis, & pluribus aliis, quæstio sit suborta, ipsi contra vos litteras à Sede Apostolica impetrantes Domos vestras litigiis, sicut significantibus vobis accepimus, & expensis difficilibus inquietant. Volentes igitur solicitè providere, ne contra tenorem Privilegiorum vestrorum possitis qualibet temeritate vexari, authoritate vobis Apostolica indulgemus, ut si contra vos super decimis, vel aliis, quæ vobis specialiter Apostolica Sedes indulsit contra tenorem Privilegiorum nostrorum non factâ mentione Fratrum militiæ Templi litteræ fuerint à Sede Apostolica impetratæ, eis minimè teneamini respondere. Dat. Romæ apud Sanctum Petrum septimo Kalendas Julii, Pontificatûs nostri anno octavo.

O mesmo

O mesmo concede o Papa Clemente IV. por esta sua Bulla, porque desobriga as pessoas da Ordem de responderem por letras impetradas da Sé Apostolica, naõ fazendo inteira, e expressa mençaõ desta Graça, e Privilegio.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Devotionis vestræ promeretur affectus, ut quod à nobis suppliciter petitis, ad exauditionis gratiam, quantum cum Deo possumus, favorabiliter admittamus. Ea propter dilecti in Domino filii vestris supplicationibus inclinati, ut ab aliquibus in causam trahi per litteras Apostolicas, nisi plenam, & expressam de hac indulgentia, & Ordine vestro fecerint mentionem, minime valeatis, authoritate vobis præsentium indulgemus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Perusii III. Kalendas Julii, Pontificatûs nostri anno primo.

O mesmo concede este Papa Clemente IV. por esta sua Bulla, que se segue.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quieti vestræ providere volentes, ad instar felicis recordationis Alexandri, & Urbani, Prædecessorum nostrorum Romanorum Pontificum, authoritate vobis præsentium indulgemus, ut si contra vos super his, quæ Ordini vestro à Sede Apostolica sunt indulta, contra tenorem Privilegiorum vestrorum Apostolicas litteras impetrari contigerit, quæ de Ordine vestro non fecerint mentionem, per eas minimè teneamini respondere. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Assisii Kalendas Septembris, Pontificatûs nostri anno primo.

O mesmo

O mesmo concede o mesmo Papa por esta sua Bulla, e accrescentando, que posto que as letras sejaõ impetradas com derogaçaõ de Privilegios de quaesquer Ordens, e posto que delles se deva fazer expressa derogaçaõ.

Clemens Episcopus, Servus Sorvorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Meritis sacræ vestræ Religionis inducimur, ut favoris benigni gratia vos jugiter prosequentes, paci, & tranquillitati vestræ, ne jurgiorum concutiatur procellis, in posterum consulamus. Lecta siquidem nobis Universitatis vestræ petitio continebat, quod licet Ordini vestro à Sede Apostolica sit indultum, ne per litteras Sedis ejusdem conveniri possitis, quæ de Ordine vestro non fecerint mentionem; nonnulli tamen Ecclesiarum Prælati, & judices vestris libertatibus invidentes, cum aliquas litteras Sedis prædictæ ad eos impetrari contingit, in quibus generaliter continetur, quòd non obstantibus aliquibus Privilegiis, seu indulgentiis tam exemptis, quàm non exemptis cujuscumque Ordinis existant à Sede nominata concessis, per quæ attribuere ipsis jurisdictio-

nis explicatio impediri valeat, vel differri; & de quibus oporteat fieri mentionem, & commissis eis negotiis, per litteras ipsas procedant in vos jurisdictionem indebitam vendicare, nec non litterarum ipsarum prætextu vos evocare coram se ad judicium non verentur, in totius vestri Ordinis magnum præjudicium, & gravamen. Super quo subveniri vobis per Apostolicæ Sedis auxilium humiliter supplicando postulatis. Nos igitur vestris devotis supplicationibus favorabiliter annuentes, ne hujusmodi litteræ ad prædictum extendantur indultum, nec per eas eidem indulto, in aliquo derogetur, ad instar felicis recordationis Alexandri, & Urbani, Prædecessorum nostrorum Romanorum Pontificum, authoritate vobis præsentium indulgemus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Assisii II. Non. Septembris, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Honorio III. porque admoesta, e manda aos Prelados, que publiquem por excommungados aquelles, que puzerem mãos irosas em qualquer dos Irmãos da Cavallaria do Templo, e que os naõ absol-

vaõ

vaõ da dita excommunhaõ até satisfazerem, e se appresentarem ao Santo Padre, para delle haverem o beneficio da absolviçaõ. E que tambem excommunguem aquelles, que por força lhes tomarem cavalgadura, ou qualquer outra cousa de seus bens, e os naõ absolvaõ até satisfazerem inteiramente.

Honorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Paci, & quieti Religiosorum virorum Fratrum militiæ Templi, Apostolicâ nos convenit solicitudine providere, & tam ipsos, quàm eorum bona, tanto solicitudinis à malignorum incursibus, & rapinis protegere tenemur, quanto pro Fide Christiani nominis se diuturnioribus exponunt periculis, & adversus pravas, & exteras nationes labores subeunt graviores. Inde est, quòd tam fortes athletas Christi in suo sancto servitio, & in suo proposito volentes attentiùs confovere, ad defensionem sui, solicitudinem vestram duximus commonendam, ut magis, ac magis possint ad promovendum propositum, quod sumpserunt intendere, cum fuerint solicitudine Prælatorum Ecclesiarum à malignantium inquietatione

tatione ſecuri. Monemus itaque Univerſitatem veſtram, atque præcipimus, quatenus ſi quando Clerici, vel laici Parochiani veſtri in aliquem e prædictorum Fratrum, capiendo, vel de ſuis equitaturis dejiciendo, aut aliàs inhoneſte tractando, violentas manus injiciunt, hujuſmodi præſumptores ſublato appellationis obſtaculo publicè candelis accenſis, dilatione, & occaſione poſtpoſitâ excommunicatos denuncietis, tandiù faciatis, ſicut excommunicatos, arctiùs evitari, donec paſſo congruè ſatisfaciant, & pro abſolutionis beneficio impetrando, Apoſtolico ſe conſpectui repræſentent. Eos verò, qui in prædictos Fratres manus non injiciunt violentas, ſed eos contumeliosis verbis afficiunt, & equitaturas, aut alia eorum bona violenter deripiunt, ſi à vobis amoniti ablata eis noluerint reſtituere, & de illatis injuriis ſatisfactionem congruam exhibere, vinculo anathematis adſtringatis, quò ipſos uſque ad dignam ſatisfactionem teneatis adſtrictos. Dat. Lateran. V. Kalendas Februarii, Pontificatûs noſtri anno primo.

O meſmo concede o Papa Gregorio IX. por eſta ſua Bulla.

Grego-

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Paci, & quieti Religiosorum virorum Fratrum militiæ Templi, Apostolicâ nos convenit solicitudine providere, & tam ipsos, quàm eorum bona, tanto solicitiùs à malignorum incursibus, & rapinis tenemur protegere, quanto pro Fide Christiani nominis se diuturnioribus exponunt periculis, & adversus pravas, & exteras nationes labores subeunt graviores. Inde est, quòd tam fortes athletas Christi in suo sancto proposito volentes attentiùs consovere, ad defensionem sui, vestram solicitudinem duximus commonendam, ut magis, ac magis possint ad promovendum propositum, quod sumpserunt intendere, cum fuerint solicitudine Prælatorum Ecclesiæ à malignantium inquietatione securi. Monemus itaque Universitatem vestram, atque præcipimus, quatenus si quando Clerici, vel laici Parochiani vestri in aliquem Prædictorum Fratrum capiendo, vel de suis equitaturis dejiciendo, aut aliàs inhoneste tractando, violentas manus injiciunt, hujusmodi præsumptores, subla-

to

to appellationis obſtaculo, accenſis candelis, dilatione, ac occaſione poſtpoſitis excommunicatos publicè nuntietis, & tandiù faciatis, ſicut excommunicatos, arctiùs evitari, donec paſſo injuriam congruè ſatisfaciant, & pro abſolutionis beneficio impetrando, Apoſtolico ſe conſpectui repræſentent. Eos verò, qui in prædictos Fratres manus injiciunt violentas, ſed equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiunt, ſi à vobis commoniti ablata eis reſtituere noluerint, vinculo anathematis adſtringatis, quò ipſos uſque ad ſatisfactionem condignam teneatis adſtrictos. Dat. Peruſii III. Kalendas Junii, Pontificatûs noſtri anno nono.

O meſmo concede o Papa Clemente IV. pela Bulla, que ſe ſegue.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, Archipræsbyteris, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Paci, & quieti Religioſorum virorum Fratrum militiæ Templi Apoſtolicâ nos convenit ſolicitudine providere, & tam ipſos, quàm

quàm eorum bona tantò ſolicitiùs à malignorum incurſibus, & rapinis tenemur protegere, quantò pro Fide Chriſtiani nominis ſe diuturnioribus exponunt periculis, & adverſus pravas, & exteras nationes labores ſubeunt graviores. Inde eſt, quòd tam fortes athletas Chriſti in ſuo ſancto propoſito volentes attentiùs confovere ad defenſionem ſui ſolicitudinem veſtram duximus commonendam, ut magis, ac magis poſſint ad promovendum propoſitum, quod ſumpſerunt intendere, cum fuerint ſolicitudine Prælatorum Eccleſiæ à malignantium inquietatione ſecuri. Monemus igitur Univerſitatem veſtram, atque præcipimus, quatenus ſi quando Clerici, vel laici Parochiani veſtri in aliquem prædictorum Fratrum capiendo, vel de ſuis equitaturis ejiciendo, aut aliàs inhoneſtè tractando, violentas manus injiciunt, hujuſmodi præſumptores ſublato appellationis obſtaculo accenſis candelis, dilatione, & occaſione poſtpoſita, excommunicatos publicè nuntietis. Et tam diù faciatis, ſicut excommunicatos, arctiùs evitari, donec paſſo injuriam congruè ſatisfaciant. Et pro abſolutionis beneficio impetrando, Apoſtolico ſe conſpectui repræſentent. Eos verò, qui in prædictos Fratres manus non injiciunt violentas, ſed equitaturas, aut alia eorum bona violenter diripiunt, ſi à vobis commoniti ablata eis noluerint reſtituere, & de illatis injuriis ſatisfactionem con-

gruam exhibere, vinculo anathematis adſtringatis, quò ipſos uſque ad dignam ſatisfactionem teneatis adſtrictos. Dat. Peruſii IV. Kalendas Julii, Pontificatûs noſtri anno primo.

Outra Bulla do meſmo Papa Honorio III. porque manda aos Biſpos, e Prelados, que deixem livremente enterrar os Confrades da Ordem do Templo pelos Religioſos da Ordem, ſem permittirem que ſobre iſſo ſe lhes faça vexaçaõ por ſeus ſubditos, e que recebaõ os Frades da dita Ordem em ſuas Igrejas, quando forem pedir eſmolas, e que procedaõ contra os que lhes fizerem algum impedimento por cenſuras.

Honorius Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiſcopis, & Epiſcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Eccleſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Cum Apoſtolica Sedes dilectis filiis Fratribus militiæ Templi indulſerit, ut corpora Confratrum ſuorum Eccleſiaſticæ poſſint tradere ſepulturæ: dignum eſt, ut ſuper hoc Apoſtolica ſtatuta ſerventur. Mandamus itaque vobis, atque præcipimus, quatenus memoratis Fratribus nullam moleſtiam inferatis, vel à ſubditis veſtris permit-

permittatis inferri, quò minus Confratres suos, nisi excommunicati, vel nominatim interdicti decesserint, liberè more aliorum fidelium, quandocumque ipsos mori contigerit, valeant sepelire. Eosdem quoque Fratres ad quærendas eleemosynas pauperum juxta indulgentiam Prædecessorum nostrorum in Ecclesiis vestris faciatis recipere. Et si quis subditorum vestrorum eis super hoc impedimentum præstiterit, ipsos sublato appellationis obstaculo, censurâ Canonicâ compescatis. Dat. Lateran. XVII. Kalendas Februarii, Pontificatûs nostri anno primo.

Outra do mesmo Papa Honorio III. porque defende aos Bispos, e Prelados, que naõ façaõ aos da Ordem do Templo os aggravos, que lhes faziaõ nas cousas seguintes, scilicet, *em naõ deixar, nem consentir, que seus Confrades, e outras pessoas, que em suas Igrejas escolhiaõ sepulturas, se enterrassem nellas, e em lhes naõ fazerem justiça, quando se lhes queixavaõ de seus malfeitores, e em lhes impedirem, que naõ pedissem esmola por suas Igrejas, nem querer encomendallos nellas.*

Honorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Eccle-

ſiarum Prælatis, ad quos litteræ iſtæ pervenerint, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Dilecti filii Magiſter, & Fratres militiæ Templi nobis graviter ſunt conqueſti, quod quidam veſtrûm Confratres ſuos, & eligentes in eorum Cimiteriis ſepulturas, ab ipſis non permittunt Fratribus ſepeliri, & eisdem exhibere juſtitiam de ſuis malefactoribus negligentes, in ſuis non patiuntur Eccleſiis Fratres ipſos eleemoſynas quærere, nec ad largiendum eis pias eleemoſynas populum exhortari. Quo circa Univerſitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta in virtute obedientiæ diſtrictè præcipiendo mandamus, quatenus, & vos ipſi ab impedimentis hujuſmodi penitùs deſiſtatis, & veſtros ſubditos taliter per cenſuram Eccleſiaſticam appellatione remotâ cogatis deſiſtere ab eisdem, quod dilecti Fratres ſuper his non poſſint de cætero querelari. Dat. Lateran. XVI. Kalendas Februarii, Pontificatûs noſtri anno primo.

Outra do meſmo Papa Honorio III. porque defende aos da Ordem, que naõ tomem mayor abſtinencia, nem obſervancia daquella, a que os obriga a Ordem, e regulares obſervancias della, ſem eſpecial licença do Meſtre.

Honorius

Honorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

Dilectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum nobis secundùm Apostolum, cor unum, & anima debet esse una. Volentes ut ex diversitate votorum, vestræ Religionis identitas pati valeat sectionem; authoritate vobis præsentium inhibemus, ne aliquis Fratrum vestrorum absque sui Magistri licentia speciali abstinentiam, vel observantiam faciat, præter illam, quæ à Capitulo Domûs vestræ regulariter observatur. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ inhibitionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Lateran. XV. Kalendas Februarii, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Gregorio IX. porque manda aos Prelados, que defendaõ a seus officiaes, que naõ ponhaõ penas pecuniarias aos da Ordem por excessos, que commettaõ, mas que os castiguem com outras penas.

Gregorius

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Dilecti filii Fratres militiæ Templi transmissâ nobis petitione monstrarunt, quod vos, & officiales vestri Archidiaconi, Archipræsbyteri, & Decani in vestris Episcopatibus constituti, ac officiales ipsorum homines prædictorum Fratrum pro excessibus suis ad Ecclesiasticum judicium trahitis, ut eorum potiùs tollatis pecuniam, quàm ut dignam eis pro peccatis pœnitentiam injungatis. Cum igitur indignum sit, ut prædicti Fratres, qui ad defensionem Orientalis Ecclesiæ, pias eleemosynas petunt, dispendium aliquod, vel gravamen in rebus, quæ ad ipsos pertinent, patiantur; fraternitati vestræ per Apostolica scripta mandamus, atque præcipimus, quatenus vos ab hujusmodi dictorum Fratrum gravamine desistentes supradictos officiales vestros Archidiaconos, Archipræsbyteros, & Decanos, seu quoslibet officiales eorum appellatione, ac excusatione cessantibus, per censuram Ecclesiasticam compescatis, ne homines prædictorum Fratrum pro excessibus suis pœnâ pecuniaria puniant, sed alia eis impositâ pœnitentiâ, bona eorum ad usus prædictorum Fratrum in

pace,

pace, ac quiete dimittant. Dat. Perusii IV. Kalendas Junii, Pontificatûs nostri anno nono.

Outra do mesmo Papa Gregorio, porque defende, que naõ pouzem os Prelados, nem outras pessoas nas Casas dos Religiosos do Templo contra suas vontades, salvo quando nas ditas Casas for posto esse encargo na dotaçaõ, ou fundaçaõ dellas. E neste caso se contentaráõ sómente com aquillo, que se mostrar por escritura publica.

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

VEnerabilibus Fratribus, Archiepiscopis, & Episcopis, & dilectis filiis Abbatibus, Prioribus, Decanis, Archidiaconis, & aliis Ecclesiarum Prælatis, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Euangelicæ doctrinæ, quæ prohibet alterum alteri facere, quod sibi nolet, & honestati Ecclesiasticæ contradicit, aliquam religiosam Domum in immensa multitudine visitare, & lautas epulas quærere: illum, qui in Domo propria procurationes sobrias vix interdum sine scandalo aliis exhiberet. Accepimus autem, quòd quidem vestrûm Domos dilectorum filiorum Fratrum militiæ Templi in magna multitudine equorum, & hominum adeuntes, in eis Fratribus hospitantur, & ex-

& expenſis graviſſimis inquietant, quos deberent ob reverentiam noſtram, ad cujus defenſionem ſpecialiter pertinent, & conſiderationem obſequii, quod defenſione Chriſtianitatis exhibet in partibus tranſmarinis, contra alios ſolicitè adjuvare. Quod igitur non debemus in patientia tolerare, ut in diebus noſtris onera prædictis Fratribus imponantur, quæ antea non portarunt: Univerſitati veſtræ authoritate Apoſtolicâ diſtrictiùs inhibemus, ne in domibus eorum ipſis quæratis renitentibus hoſpitari, niſi fortè id in conceſſione domorum ipſarum vobis veſtris ſucceſſoribus manifeſtè apparuerit reſervatum, ſed eâ potiùs reverentiâ, & obſequio contenti ſitis, quod præſcriptum authenticum declaratur. Dat. Peruſii V. Kalendas Junii, Pontificatûs noſtri anno nono.

Outra do meſmo Papa Gregorio IX. porque à imitaçaõ dos Papas Alexandre, Urbano, Clemente, e Celeſtino ſeus Predeceſſores, confirma a Caſa da Ordem do Templo com todas ſuas poſſeſſões, e bens, que a eſte tempo tinhaõ, e depois houveſſem. E tudo toma para ſempre ſob a protecçaõ da Sé Apoſtolica, e ſua. E dalhes licença, que poſſaõ receber Clerigos, aſſim para ſua Caſa principal, como para as outras de ſua obediencia, que lhes miniſtrem os Sacramentos, com tal condiçaõ, que ſe forem de perto, os peçaõ a ſeus proprios Biſpos,

e que

e que lhes naõ sejaõ sujeitos a outra profissaõ, nem Ordem; e sómente sejaõ sujeitos a seu Capitulo. E ao Mestre da Ordem dem obediencia segundo as Constituições, ou Estatutos della. E que os que quizerem enterrarse em seu Cimiterio, naõ sendo publicos excommungados, ou intordictos, ou usurarios, o possaõ fazer sem prejuizo daquellas Igrejas, a que seus corpos pertenciaõ.

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

Dilectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Quoties à nobis petitur, quod Religioni, & honestati convenire dignoscitur, animo nos decet libenti concedere, & petentium desideriis omnium suffragium impertiri. Ea propter dilecti in Domino filii vestris justis postulationibus clementer annuimus, & Domum vestram, seu Templum, in quo estis ad Dei laudem, & gloriam, atque defensionem suorum fidelium, & liberandam Dei Ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus, & bonis suis, quæ inpræsentiarum legitimè habere cognoscitur, aut in futurum concessione Pontificum, liberalitate Regum, vel Principum, oblatione fidelium, seu aliis justis modis, præstante Domino, poterit adipisci tam trans mare, quàm cis mare, felicis recordationis Alexandri, Urbani, Clementis, & Cœlestini, Prædecesso-

rum noſtrorum Romanorum Pontificum, veſtigiis inhærentes vobis authoritate Apoſtolica confirmamus, ut perpetuis futuris temporibus ſub Apoſtolicæ Sedis tutela, & protectione conſiſtant. Ut autem vobis ad curam animarum veſtrarum, & ſalutis plenitudinem nihil deſit, atque Eccleſiaſtica Sacramenta, & Divina Officia veſtro Sacro Collegio commodiùs exhibeantur, ſtatuimus, ut liceat vobis honeſtos Clericos, & Sacerdotes ſecundùm Deum quantum ad veſtram ſcientiam ordinatos undecumque ad vos venientes ſuſcipere, & tam in principali Domo veſtra, quàm etiam in obedientiis, & locis ſibi ſubditis vobiſcum habere, dummodo ſi è vicino ſint, eos à propriis Epiſcopis expetatis, idemque nulli alii profeſſioni, vel Ordini teneantur obnoxii. Prætereà nulli perſonæ extra veſtrum Capitulum ſint ſubjecti, tibique dilectè in Domino fili, A, tuiſque ſucceſſoribus, tanquam Magiſtro, & Prælato ſuo deferant ſecundùm veſtri Ordinis inſtituta. Quicumque verò in Cimiterio veſtro elegerint ſepeliri, & ſepulturam recipiendi, educendi, & ſepeliendi, niſi fortè excommunicati, vel nominatim fuerint interdicti, aut etiam publicè uſurarii, facultatem liberam habeatis, ſalvâ tamen juſtitiâ illarum Eccleſiarum, à quibus mortuorum corpora aſſumuntur. Decernimus ergo, ut nulli omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ confirmationis, & conceſſionis infringere,

re, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Reate XVII. Kalendas Augusti, Pontificatûs nostri anno quinto.

Bulla do Papa Innocencio IV. porque hà por bem, que a Constituiçaõ, que fez, que os exemptos pela razaõ de delicto, ou contracto, ou da cousa, que se trata, respondaõ perante os Ordinarios dos Lugares, naõ se entenda nos Cavalleiros, e pessoas da Ordem do Templo, cujos Privilegios, e liberdades quer se lhes guardem inteiramente, assim nisso, como em tudo mais.

Innocentius Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Cum nuper duxerimus statuendum, ut exempti quantacumque gaudeant libertate, nihilominus tamen ratione delicti, seu contractûs, aut rei, de qua contra ipsos agitur, ritè possint coram locorum Ordinariis conveniri, & illi, quò ad hoc suam in ipsos jurisdictionem, prout jus exigit exercere, vos dubitantes, ne per Constitutionem hujusmodi libertatibus, & immunitatibus vobis, & Ordini

veſtro per Privilegia, & Indulgentias ab Apoſtolica Sede conceſſis præjudicare valeat, nobis humiliter ſupplicaſtis, ut providere ſuper hoc indemnitati veſtræ, paternâ ſolicitudine, curaremus. Quia verò ejusdem Ordinis Sacra Religio, ſic apud nos dignos vos favore conſtituit, ut nobis votivum exiſtat, vos ab omnibus, per quæ vobis poſſent provenire diſpendia, immunes libenti animo præſervare, authoritate vobis præſentium indulgemus, ut occaſione Conſtitutionis hujuſmodi, nullum eisdem libertatibus, & immunitatibus in poſterum præjudicium generetur. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Dat. Peruſii. Idibus Julii, Pontificatûs noſtri anno decimo.

O meſmo concede o Papa Alexandre IV. por eſta ſua Bulla, que ſe ſegue, que he do meſmo theor.

Alexander

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostòlicam benedictionem. Cum felicis recordationis Innocentius Papa Prædecessor noster olim duxerit statuendum, ut exempti quantacumque gaudeant libertate, nihilominus tamen ràtione delicti, seu contractùs, aut rei, de qua contrà ipsos agitur, ritè possint coram locorum Ordinariis convenire, & illi quò ad hæc suam in ipsos jurisdictionem, prout jus exigit exercere, vos dubitantes ne per Constitutionem hujusmodi libertatibus, & immunitatibus, vobis, & Ordini vestro per Privilegia, & Indulgentias ab Apostolica Sede concessis præjudicari valeat, nobis humiliter supplicastis, ut providere super hoc indemnitati vestræ, paternâ solicitudine, curaremus. Quia verò ejusdem Ordinis Sacra Religio sic apud nos dignos vos favore constituit, ut nobis votivum existat, vos ab omnibus, per quæ vobis possent provenire dispendia, immunes libenti animo præservare, ad instar Prædecessoris ejusdem authoritate vobis præsentium indulgemus, ut occasione Constitutionis hujusmodi, nullum eisdem libertatibus, & immunitatibus in posterum præjudicium generetur. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis

cessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Neapoli VI. Nonas Martii, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Alexandre IV. porque concede aos Cavalleiros da Ordem do Templo, que se naõ entenda nelles a concessaõ feita a alguns Prelados pela Sé Apostolica, scilicet, *que outros Prelados, Mosteiros, e Ordens contribuaõ para ajuda das despezas das procuraçoes, que fazem aos Legados, e Nuncios da Sé Apostolica, que por suas terras passaõ, sem embargo de quaesquer Privilegios em contrario, ou de quaesquer derogaçoes de Privilegios, por quanto a elles declara naõ se entender a dita derogaçaõ, senaõ fizer expressa mençaõ de sua Ordem. E ha por nenhumas todas as censuras, e penas, que contra os desta Ordem sobre isso se puzerem.*

Alexander Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Desideriis vestris in his effectu benevolo debemus annuere, quæ vos dignè possint à dispendiis præservare.

Sanè

Sanè petitio veſtra nobis exhibita continebat, quod ſæpè contigit, quod Venerabiles Fratres noſtri Archiepiſcopi, & Epiſcopi, ac dilecti filii Abbates, Priores, & Clerici ſuarum Civitatum, & Diœceſis aſſerentes ſe in procurationibus Legatorum, & Nuntiorum Sedis Apoſtolicæ nimiùm aggravari, ab eadem Sede ad certos executores litteras impetrant, ut alios Archiepiſcopos, Epiſcopos, Abbates, Priores, Clericos, Religioſos, & alios cujuſcumque Ordinis, ad contribuendum cum eis ſuper hujuſmodi procurationibus, ſublato appellationis obſtaculo, authoritate noſtrâ compellant. Non obſtantibus quibuſcumque Apoſtolicis litteris, vel Indulgentiis cuicumque loco, & perſonæ conceſſis, quò ad contributionem hujuſmodi minimè teneantur, vel non poſſint per litteras ipſas cogi. Quare nobis humiliter ſupplicatis, ut providere vobis ſuper hoc paternâ ſolicitudine curaremus. Cum autem non ſit intentionis noſtræ, ut ad vos, vel Domos veſtras, aut Eccleſias vobis ſubjectas litteræ hujuſmodi extendantur; devotioni veſtræ authoritate præſentium indulgemus, ut vos, vel Domus, aut Eccleſiæ ipſæ ad contribuendum in hujuſmodi procurationibus per tales litteras, quæ de hac ſpecialiter Indulgentia, & Ordine veſtro plenam, & expreſſam fecerint mentionem, minimè teneamini, nec compelli aliquatenus valeatis. Sententias quoque, ſi quas in vos,

vos, vel Domos, aut Ecclesias ipsas authoritate litterarum hujusmodi promulgari contigerit, decernimus irritas, & inanes. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis, & Constitutionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Anagniæ Kalendas Februarii, Pontificatûs nostri anno quinto.

Outra Bulla do Papa Clemente IV. porque desobriga aos Cavalleiros da Ordem do Templo de pagarem procurações de dinheiro aos Legados da Sé Apostolica, ou Nuncios, salvo sendo Cardeaes da Santa Igreja de Roma. E toda via lhes encomenda, que os recebaõ benignamente em suas Casas quando por ellas passarem.

Clemens Episcopus, Servus Sorvorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Dignum esse conspicimus, & necessarium arbitramur, ut in favore Sedis Apostolicæ foveantur, qui sanguineorum

neorum suorum, affectu deposito, Dei, non hominis, prælium præliantur. Sanè porrecta nobis ex parte vestra petitio continebat, quòd vos in exhibendis procurationibus Legatis, & Nuntiis Apostolicæ Sedis ex eo gravamini, quòd ipsi non contenti procurationibus, quas in victualibus decenter illis estis exhibere parati, à vobis, & Ecclesiis, ac domibus vestris occasione procurationum hujusmodi frequenter non modicam pecuniæ summam exigunt, & extorquent. Propter quod vestrum quandoque pium propositum impediri, & negotio Terræ Sanctæ noscitur deperire. Quare nobis humiliter supplicastis, ut providere vobis in hac parte misericorditer curaremus. Volentes igitur indemnitati vestræ super hoc, quantum cum Deo possumus, præcavere devotioni vestræ authoritate præsentium indulgemus, ne Legati Sedis Apostolicæ, vel Nuntii, Cardinalibus Ecclesiæ Romanæ dumtaxat exceptis, procurationes pecuniarias à vobis, & domibus vestris exigere, vel extorquere præsumant, sed cum ad Domos ipsas accesserint, eosdem à vobis præcipimus benignè recipi, & decenter ibidem, sublato contradictionis obstaculo, procurari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, A-

postolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Perusii IV. Kalendas Septembris, Pontificatûs nostri anno primo.

Outra do mesmo Papa Clemente IV. porque manda, que os Cavalleiros da Ordem do Templo naõ paguem pena, nem coimas pelos damnos, que seus animaes fizerem nas terras por onde andarem, ou passarem, e sómente paguem a estimaçaõ dos damnos aos que forem damnificados.

Clemens Episcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magistro, & Fratribus militiæ Templi Hierosolymitani in Hispania, salutem, & Apostolicam benedictionem. Eo vobis quilibet Christianus favorabilior esse debet, quò vos specialius contra impugnatores nominis Christiani pro Fidei defensione sub Religionis habitu dimicando personas vestras morti exponere non timetis. Sanè sicut nobis exponere curavistis, contingit interdum, vestra animalia per aliena territoria transeundo, vel pascendo in eis, illis, quorum sunt hujusmodi territoria, damna dare, quorum occasione damnorum post congruam satisfactionem præstitam, de eisdem locorum dominis, damnum à vobis exigunt, & extorquent. Nos itaque vestris precibus inclinati, ut post-

quam

quam à vobis de hujusmodi damnis sufficiens satisfactio fuerit præstita, ea passis prætextu damni propter hoc aliquid alicui domino, vel alii solvere non teneamini, nec ad id compelli ab aliquo valeatis; ad instar felicis recordationis Innocentii, & Alexandri Prædecessorum nostrorum Romanorum Pontificum, authoritate vobis præsentium indulgemus. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Assisii VI. Idus Septembris, Pontificatûs nostri anno primo.

Bulla do Papa Gregorio X. porque concede aos Cavalleiros da Ordem do Templo, que naõ sejaõ obrigados pagar nas dizimas, que eraõ lançadas pelas rendas Ecclesiasticas, para ajuda de se tirar a Terra Santa das mãos dos infieis.

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

Dilectis filiis Magistro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, salutem, & Apostolicam benedictionem. Ipsa nos cogit pietas honestis petitionibus vestris exauditionis

gratiam non negare, quibus efficax ex eo patrocinium suffragatur, quod pro Christianæ Fidei tutela, cum perpetuum Religionis vestræ obsequium dediscatis in fervore charitatis intrepidè, ac prudenter exponitis contra infidelium impetus, res, & vitam. Sanè petitio vestra nobis exhibita continebat, quòd nuper nos in Concilio Generali volentes Terræ Sanctæ, quæ ab inimicis Christi nominis detinetur miserabiliter occupata, remedia procurare, per quæ posset de ipsorum inimicorum manibus liberari, decimam omnium proventuum Ecclesiasticorum, proventibus quorumdam Religiosorum dumtaxat exceptis, pro ipsius Terræ subsidio duximus deputandam. Quare nobis humiliter supplicastis, ut cum vos ad hoc principaliter laboretis, ut vos pariter, & omnia quæ habetis pro ipsius Terræ Sanctæ defensione, ac Christianæ Fidei exponatis, vos eximere à præstatione hujusmodi de benignitate Apostolica curaremus. Nos igitur attendentes discrimina, quæ pro defensione prædictæ terræ continuè sustinetis, ac volentes vos per hoc speciali prosequi gratiâ, & favore, vobis quod de proventibus vestris decimam hujusmodi solvere minimè teneamini, nec ad id compelli possitis authoritate præsentium indulgemus. Nolentes quòd occasione ipsius decimæ aliquam excommunicationis sententiam tam latam, vel proferendam de cætero incurratis. Et si in vos,

vel

vel vestrûm aliquem nominatim ferre contigerit, eam vires decernimus non habere. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Dat. Lugduni II. Idus Octobris, Pontificatûs nostri anno tertio.

Outra do mesmo Papa, porque manda aos Legados da Santa Sé Apostolica, e aos arrecadores das dizimas, que as naõ peçaõ aos Mestres, e Cavalleiros da dita Ordem do Templo, nem a suas Casas, nem Igrejas. E quer que as excommunhões, e censuras postas à dita Ordem por este respeito naõ tenhaõ vigor, nem força.

Gregorius Episcopus, Servus Servorum Dei.

Dilectis filiis Legatis Apostolicæ Sedis, & Universis Collectoribus decimæ proventuum Ecclesiasticorum Terræ Sanctæ subsidio deputatæ, ad quos litteræ istæ pervenerint, salutem, & Apostolicam benedictionem. Petitio dilectorum filiorum Magistri, & Fratrum Domûs militiæ Templi Hierosolymitani, nobis exhibita continebat, quod licet nos in generali Concilio Lugdunensi

dunenſi volentes Terræ Sanctæ, quæ ab inimicorum Chriſtiani nominis detinetur miſerabiliter occupata, procurare remedia, per quæ poſſet de illorum manibus liberari, decimam omnium proventuum Eccleſiaſticorum ipſius Terræ Sanctæ ſubſidio duxerimus deputandam. Attendentes tamen diſcrimina, quæ dicti Magiſter, & Fratres pro defenſione dictæ Terræ Sanctæ continuè ſuſtinent, ac volentes eos per hoc gratiâ ſpeciali proſequi, & favore, ipſis Magiſtro, & Fratribus, quòd de proventibus ſuis hujuſmodi decimam ſolvere minimè teneantur, nec ad id compelli valeant per noſtras litteras duximus indulgendum. Decernentes ſententias ſuſpenſionis, interdicti, & excommunicationis, ſi quæ in ipſos, vel aliquem, aut Eccleſias, ſeu Domos eorum propter hoc latæ fuerint, irritas, & inanes. Volentes igitur, ut eiſdem Magiſtro, & Fratribus de hujuſmodi conceſſione noſtra votivus producatur effectus: vobis, & ſingulis veſtrûm per Apoſtolica ſcripta mandamus, quatenus ab eiſdem Magiſtro, & Fratribus, aut Domibus, & Eccleſiis ſuis decimam hujuſmodi per vos, vel alium, aut alios nullatenus exigatis. Non obſtantibus quibuſcumque litteris Apoſtolicis vobis, aut aliquibus veſtrûm ſub quacumque forma, vel expreſſione verborum directis hactenus eo prætextu, quod continet in eis, quòd ab exemptis, & non exemptis cujuſcumque Ordiuis, conditionis, vel

vel dignitatis exiſtant, prædictam decimam exigatis, ſeu etiam in poſterum derigendis: niſi hujuſmodi litteræ dirigendæ nominatim de Domo prædicta, & conceſſione hujuſmodi de verbo ad verbum fecerint mentionem. Nos enim nihilominus excommunicationis, interdicti, aut ſuſpenſionis ſententias, ſi quæ in perſonas dictorum Magiſtri, Fratrum, Priorum, aut Præceptorum, aut Eccleſias, Domos, loca, ſeu hoſpitalia eorum per vos, aut alium, vel alios vobis mandantibus occaſione hujuſmodi hactenus ſunt prolatæ, vel in poſterum promulgari contigerit, ex nunc irritas decernimus, & inanes. Dat. Bellioadri Kalendas Auguſti, Pontificatûs noſtri anno quarto.

Bulla do Papa Clemente IV. porque concede aos Cavalleiros da Ordem do Templo, que naõ ſejaõ obrigados a pagar viceſima, ou centeſima para ſubſidio da Terra Santa, e que as letras, que para iſſo impetrarem, naõ comprehendaõ a dita Ordem, ſe naõ fizerem expreſſa mençaõ della, e eſpecial revogaçaõ deſta graça.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Præceptori, & Fratribus Domûs militiæ Templi, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Meritò incongruum cenſeri

feri posset, & absonum, si vos aliis aliquam exhibere de vestris, vel domorum vestrarum proventibus cogeremini pro Terræ Sanctæ subsidio solvere portionem, quæ eos totaliter in operibus convertitis pietatis, & pro ipsius Terræ Sanctæ tutela, cui perpetuum Religionis vestræ obsequium dedicastis, & fervore charitatis intrepidè, sub devota Sedis Apostolicæ obedientia prudenter exponitis contra impetus infidelium res, & vitam. Hinc est, quòd nos volentes vos in capite, & in membris adversus hujusmodi gravamina præmunire devotionis vestræ precibus inclinati, authoritate vobis præsentium indulgemus, ut ad exhibendum aliquid de vestris, vel domorum vestrarum proventibus, prætextu vicesimæ, vel centesimæ à Sede Apostolica Terræ Sanctæ subsidio deputatæ, vel in posterum deputandæ, non teneamini, nec ad id possitis vos, seu Fratres vestri Domorum ipsarum per ipsius Sedis impetratas, vel impetrandas litteras coarctari, nisi hujusmodi impetrandæ litteræ fecerint expressam de Ordine vestro, ac specialem de hac indulgentia mentionem. Nos insuper processus, si quos contra vos, vel Fratres, aut Domos prædictas hujusmodi occasione vicesimæ, vel centesimæ, Apostolicâ, vel alia quavis authoritate haberi, & excommunicationis, suspensionis, & interdicti sententias, si quas forsitan contigerit promulgari contra indulgentiæ præsentis tenorem, decernimus

penitus

penitus non tenere, ac nullius exiſtere firmitatis. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis, & Conſtitutionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Dat. Peruſii XV. Kalendas Junii, Pontificatùs noſtri anno primo.

Outra do meſmo Papa Clemente IV. porque concede aos Religioſos da Ordem do Templo, que poſſaõ ſer tomados por teſtemunhas em ſuas cauſas, com tanto, que naõ ſejaõ a iſſo conſtrangidos.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Juſtis petentium deſideriis dignum eſt nos facilem præbere conſenſum, & vota, quæ à rationis tramite non diſcordant, effectu proſequente complere. Ea propter dilecti in Domino filii veſtris juſtis poſtulationibus grato concurrentes aſſenſu, ad exemplar felicis recordationis Alexandri Papæ, Prædeceſſoris noſtri, authoritate vobis Apoſtolica duximus indulgendum, ut in cauſis veſtris Fratres

veſtros poſſitis ad teſtimonium ferendum producere, nec pro eo, quòd Fratres veſtri ſunt, ſi alia cauſa rationalis non obſtat, & manifeſta, à ferendo teſtimonio repellantur; dummodo ſicut cenſurâ canonum, & legum cenſet authoritas, velint teſtimonium perhibere. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ conceſſionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Dat. Peruſii IV. Non. Julii, Pontificatûs noſtri anno primo.

Outra do meſmo Papa, dada em publica fórma por hum Patriarcha de Jeruſalem, Legado da Sé Apoſtolica, porque defende, que os da Ordem do Templo naõ dem preceptorias de Caſas, nem Provincias de ſua Ordem a nenhum Religioſo dellas a rogo, ou por cartas de Reys, e outros Grandes ſeculares; e aos Religioſos, que taes rogos, ou letras impetrarem pelo meſmo feito poem ſentença de excommunhaõ, da qual manda, que naõ ſejaõ abſolutos, ſenaõ pelo Santo Padre.

Univerſis Chriſti fidelibus præſentes litteras inſpecturis. Frater N. de Ordine Prædicatorum permiſſione Divina Sacroſanctæ Hieroſolymitanæ Eccleſiæ Patriarcha, ac eorum Eccleſiæ Miniſter

ſter humilis, & Apoſtolicæ Sedis Legatus, ſalutem in Domino Jeſu Chriſto. Noverit univerſitas veſtra nos vidiſſe litteras felicis memoriæ Domini Clementis Papæ IV. ſanas, & integras vera Bulla, & vero filo ſerico bullatas, prout veriſimiliter apparebat. Quarum tenor ſequitur in hæc verba.

Clemens Epiſcopus, Servus Servorum Dei.

DIlectis filiis Magiſtro, & Fratribus Domûs militiæ Templi Hieroſolymitani, ſalutem, & Apoſtolicam benedictionem. Deſiderio deſiderantes vos, & Ordinem veſtrum, qui Romanæ Eccleſiæ in omni opportunitate viriliter aſſuit, & potenter imperturbatæ quietis, & pacis gaudere tranquillo vobis, & eidem Ordini ab his, qui pacem veſtram turbare valeant libenti animo, & diligenti ſtudio præcavemus. Sanè, ſicut accepimus, ſæpè contingit, quòd aliqui ex veſtris Fratribus à Regibus, & Principibus ſæcularibus ad vos litteras obtinent, & preces armatas, ut aliquibus domibus, ſeu Provinciis in Præceptores præſiciatis eoſdem. Et ſic ſuper hoc eorumdem Regum, & Principum, qui libenter contra vos, & alios Religioſos occaſionem inveniunt malignandi, non acquieſcitis voluntati, exinde indignationem, & inimitias ipſorum incurritis. Et ex hoc eos vobis moleſtos experimini,

mini, & infeſtos. Nos igitur volentes veſtræ quieti proſpicere in hac parte, vobis ad inſtar felicis recordationis Alexandri Papæ, Prædeceſſoris noſtri authoritate præſentium, ſub penâ excommunicationis diſtrictiùs inhibemus, ne ad preces, ſeu petitiones aliquorum Regum, Principum, vel quorumcumque Magnatum ſæcularium aliquos ex veſtris Fratribus aliquibus domibus, ſeu Provinciis in Præceptores præficere præſumatis. Statuentes, ut ſi aliquis ex veſtris Fratribus preces, & petitiones hujuſmodi à quibuſcumque Regibus, & Principibus, ſeu Magnatibus vobis procuraverit porrigi, eo ipſo ſententiam excommunicationis incurrat, & tamquam excommunicatus à vobis, & aliis arctiùs evitetur, nec poſſit per alium, præter Romanum Pontificem, ab excommunicatione hujuſmodi abſolutionis beneficium obtinere. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ inhibitionis, & Conſtitutionis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, ſe noverit incurſurum. Dat. Biterbii X. Kalendas Decembris, Pontificatûs noſtri anno tertio. In cujus rei teſtimonium præſentes litteras ſigilli noſtri munimine fecimus roborari. Dat. Acconenſi anno Nativitatis Domini milleſimo ducenteſimo nonageſimo, Indictione tertia, die quarto menſis Novembris. AD-

ADDITAMENTO

Ao Catalogo das Bullas concedidas à Ordem do Templo, copiadas neſte ſegundo tomo.

862 ESculada parecerá eſta addiçaõ, mas ainda que eſcrevo para os Senhores Academicos meus companheiros, taõ doutos, como reconhece Portugal, e eu ouvia celebrar em Madrid com grande eſtimaçaõ, que no exame deſtas Memorias, e deſtas noticias, haõ de ſeparar o eſcuſado do preciſo, e os erros da verdade; como porém haõ de paſſar a eſtranhos, e eſcrupuloſos, he neceſſario vencer todo o eſcrupulo, e em materia taõ importante, como o motivo de copiar eſtas Bullas, ſe naõ vencer as duvidas, naõ ſerá culpa do meu cuidado, e da minha advertencia; mas do pouco que alcanço, ainda trabalhando muito, e ſem tempo para tanto.

864 Da authoridade das Bullas ſe naõ póde duvidar, por ſerem do ſummo poder da Igreja pelos Vigarios de Chriſto, e Succeſſores de S. Pedro, a quem o meſmo Senhor deu o poder das Chaves: *Tibi dabo Claves*, que ſe transferio nos ſeus Succeſſores, ſendo cada hum ſoberana

rana Cabeça da Igreja Militante, como ensina a nossa Fé, e prosegue doutissimamente Valensuela: *In controversia inter Paulum V. & Venetos, & in Opusculo Theologico*, e o provaõ os Textos no cap. *Ita Dominus 19. dist. cap. In novo 21. dist. cap. Quodcumque 24. q. 1.* Tambem da sua verdade se naõ póde duvidar, porque foraõ copiadas das Bullas authenticas, dignas de toda a fé, e credito, e a que se refere para se poderem examinar, como largamente escreve Gonçalles Telles.

Valens. pag. 73. col. 2. Opusc. Theol. p. 6. n. 77. cum seqq.

Gonç. in cap. 1. de Fid. instrum.

864 Sómente podia cahir a duvida sobre o motivo, que tive para as copiar: este tem duas partes: a primeira, para se conservarem as memorias das sempre gloriosas estimações, com que foraõ honrados estes Cavalleiros pelos Principes soberanos da Igreja; e sem injuria, e sem paixaõ naõ se póde duvidar desta primeira parte; porque ainda sendo verdadeiros os delictos, que lhes accumularaõ, naõ eraõ em todos, e a culpa de hum particular naõ devia ensovalhar o commum: pode o odio, ou a razaõ castigar alguns, mas aos que sem duvida foraõ innocentes, se naõ devem negar as honras, que lhe havia dado a Igreja.

865 A segunda parte, de que o Bispo Joaõ de Viseu, e antes de Lamego, visitando a Ordem de Christo, renovou a esta Ordem as Graças, e Privilegios concedidos aos Templarios;

e era

e era neceſſaria a repetiçaõ, para ſaber a Ordem de Chriſto as Graças, que naquellas Bullas ſe lhe concediaõ; e ainda que iſto já reſpeitaſſe a outra Ordem, era fazer publicas as honra, com que aquella fora favorecida.

866 Para o que he de ſabér, que extincta a Religiaõ do Templo pelo Santo Pontifice Clemente V. e unidos à ſempre illuſtre Religiaõ do Hoſpital de S. Joaõ Bautiſta os bens, rendas, e jurisdicções daquella Ordem, pela oppoſiçaõ, que fez ElRey D. Diniz (de que hey de tratar na terceira Parte na Diſſertaçaõ Juridico-Politica) ſe applicaraõ eſtes bens pelo Santo Pontifice Joaõ XXII. à nova Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, inſtituìda pelo meſmo Rey, e eſtabelecida pelo meſmo Pontifice Joaõ pela Bulla, que andaõ nas Diffinições deſta nova Ordem, dando-lhe todos os bens, rendas, e jurisdicções, que haviaõ ſido dos Templarios, mas nem o Habito, e Cruz, que foy, porque lho deraõ differente; nem o titulo, porque já naõ foy o material do Templo de Jeruſalem, mas o do Templo animado de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto; nem a Regra, e Eſtatutos, ſendo aliás ſantiſſimos, como feitos por S. Bernado, e approvados no Concilio Trecenſe, mas os da Ordem de Calatrava (ainda que tambem Ciſtercienſe, e religioſiſſimos) nem as Graças, e Privilegios da Ordem do Templo (ſendo aliás ampliſſimos, como

mo consta deste Bullario) mas todas as da Ordem de Calatrava; para que da Ordem do Templo naõ ficasse mais memoria, que o material dos bens.

867 Assim se conservou esta Ordem do anno de 1319. até o de 1417. em que entrou o Infante D. Henrique, filho delRey D. Joaõ o Primeiro, a governalla, em que durou pouco mais de quarenta annos: achou este Principe a Religiaõ muito relaxada do seu santo, e primeiro Instituto, pelas grandes, e continuas guerras, que houveraõ em Portugal nos tempos delRey D. Fernando, e D. Joaõ o Primeiro, que com as liberdades, e dissimulações, que faz a guerra, saõ infalliveis nas Religiões Militares os desmanchos; e querendo com santo zelo reformar aquella Religiaõ, a que o empenhava a obrigaçaõ, e o juramento de Governador, que os Lugares, e Dignidades grandes, naõ se haõ de buscar só para a honra, e utilidade, mas tambem para a satisfaçaõ das suas obrigações: pelo provimento das Dignidades Ecclesiasticas, e Regulares, se contrahe hum Matrimonio espiritual, como ensinaõ os Sagrados Canones; e muy pouco cuida no Matrimonio, quem naõ cuida das virtudes, que saõ as prendas, com que se adornaõ estas Esposas.

Cap. 2. de Translat. Episcop.

868 Era necessario, para taõ santo, e glorioso empenho o favor da Sé Apostolica, que entaõ

entaõ governava com inquietações, mas ſantamente o Santo Padre Eugenio IV. a eſte recorreo a pedir favores, e Reformador. Era neſte tempo muy aceito ao Pontifice o noſſo Portuguez o Meſtre Joaõ, homem de grandes letras, ſingulares virtudes, e ſuperior capacidade, e talento, prendas todas muy preciſas para ſemelhante empreza, e mais convenientes no tempo preſente, pela grande aceitaçaõ, com que eſte Varaõ eſtava em Roma do meſmo Eugenio IV. que logo o fez Biſpo de Lamego, e ſucceſſivamente de Viſeu, e pela grande eſtimaçaõ, com que o venerava Portugal, pelos negocios em que o empregavaõ; e concorrendo tudo com a boa aceitaçaõ do Pontifice, ainda do tempo de Cardeal, o pediraõ para Viſitador, e Reformador da Ordem de Chriſto: fora Eugenio eleito no anno de 1431. e em Florença a 22. de Novembro de 1434. deu a Bulla de Reformaçaõ com ampliſſimos poderes ao Biſpo Joaõ.

869 Foy o Breve, e Bulla aceita, mas com os embaraços da jornada do Infante D. Fernando, da morte delRey D.Duarte, e revoluções ſobre a tutoria delRey D.Affonſo o V. que tudo trouxe o Reyno embaraçado, e em perturbações: ſubſteve o Infante D. Henrique a execuçaõ da Bulla até o anno de 1443. ou 1449. como logo direy, e em 2. de Janeiro ſe fez, ou publicou a Reforma em Lisboa nos Pa-

ços do Infante, que foy muy larga, e com muitas Conſtituições para obſervancia da Ordem, e modo da vida dos Cavalleiros; e no mais tocante ao temporal da fazenda, e pelos amplos poderes, como Legado à Latere (deixo o mais para ſeu tempo) concedeo aos Cavalleiros os meſmos Privilegios, Graças, e Iſenções, que he o que por ora ſómente me ſerve.

Mon. Luſ. 6. p. cap. 8.

870 O doutiſſimo Padre Meſtre Fr. Franciſco Brandaõ na Monarchia Luſitana (de quem tirey toda eſta noticia) eſcreve, que contra eſta Reforma houveraõ varios eſcrupulos: o primeiro, de que excedera a commiſſaõ, dando aos Cavalleiros da Ordem de Chriſto os Privilegios dos Templarios, porque na inſtituiçaõ ſó lhe dava Joaõ XXII. os da Ordem de Calatrava: o ſegundo, que a Bulla vinha ao Biſpo de Lamego, e quando a executou, o era já de Viſeu, e como tal naõ tinha jurisdicçaõ, porque ſe lhe acabara, largando o Biſpado de Lamego pelo de Viſeu: e pudera dar terceiro, de que ſendo a Bulla concedida no anno de 1434. foy executada no anno de 1449. como ſe diz nas noſſas Diffinições da Ordem de Chriſto (ainda que o Padre Brandaõ, no lugar citado diga foy no anno de 1443. e ſeria facilmente erro da Impreſſaõ, ou do amanuenſe, eſcrevendo 43. por 49.) porque o Padre Meſtre Fr. Franciſco de Santa Maria, e o Padre Meſtre Fr. Manoel dos

1. p. tit. 2. verſ. foy a principal.

Santa Maria no Ceo Abert. liv. 3. pag. 585.
Santos Alcob. Illuſt. tit. 7. p. 151. e na Vendicad. pag. 85.

dos Santos em dous lugares (ainda que aliás entre si encontrados para outras cousas) concordaõ no anno de 1449. neste anno, e dous annos antes no de 1447. faleceo Eugenio IV. a 23. de Fevereiro, como escreve Burio, e Ilhescas na Historia Pontifical: e sendo morto o Pontifice dous annos antes, estava o Bispo sem jurisdicçaõ, porque a delegaçaõ se extingue *morte mandantis*, como he Texto formal no cap. *Relatum 19.* e no cap. *Gratum 20. de offic. jud. deleg.* e com hum largo numero de Textos, e DD. o prova o doutissimo Gonçalles Telles.

Bur. in Eugen. IV. Ilhescas tom. 2. cap. 13. in fin.

Gonçal. in dict. cap. *Gratum*.

871 Mas a estes tres escrupulos daremos reposta, ou aos tres principios, e motivos, de que nasciaõ os escrupulos contra a Reforma; e porque o primeiro he de mayor importancia, começarey pelo terceiro, e depois pelo segundo, e ultimamente concluirey com a reposta ao primeiro principio, ou motivo dos escrupulos: que muitas vezes he ordem entreverter a ordem.

872 Respondendo ao terceiro, digo, que sendo regra certa, que o mandato jurisdiccional, ou jurisdicçaõ delegada, como tambem o mandato convencional se extinguem pela morte do mandante; porque naõ sendo a jurisdicçaõ propria do Delegado, mas recebida pelo mandato do Delegante, com a morte deste se lhe acabou a jurisdicçaõ, e naõ tem já que man-

Dd ii dar,

dar, ou delegar, e fica o Delegado fem jurifdicçaõ. E tambem, porque a jurisdicçaõ no mandatario nafce da vontade do mandante, e como a morte lhe levou a vontade, tambem lhe levou o mandato: tudo ifto provaõ os muitos Textos, e DD. que ajunta o doutiffimo Gonçalles Telles, citado no terceiro principio.

873 Mas ainda affim, efta mefma Regra tem as limitações, que firmaõ os mefmos Textos, e DD. fendo a principal, fe o negocio eftava *re integra*, porque entaõ corre direita a regra, e razões ponderadas; mas fe o negocio, ou a commiffaõ já naõ eftava *re integra*, fica appropriada a jurisdicçaõ no Delegado, como fe foffe propria, conforme o Texto no cap. *Quamvis de offic. delegat.* bellamente Salgado *de Reg. protect.* e neftes termos naõ faz prejuizo à delegaçaõ a morte do Delegante, porque a jurisdicçaõ já naõ he fua, e fe acha propria no Delegado. No prefente cafo naõ eftava já o negocio *re integra*; porque o Infante D.Henrique, em feu nome, e da Ordem havia aceito a Bulla, e o mefmo Bifpo, e o embaraço das inquietações do Reyno haviaõ demorado a fua execuçaõ; e neftes termos com a morte de Eugenio IV. naõ eftava extincta a jurisdicçaõ, e ainda durava no Bifpo para continualla, e dar à execuçaõ o Breve Apoftolico.

Salgad. 4. p. cap. 6.

874 Ainda efte terceiro principio tem mais eviden-

evidente repoſta. Era eſta Bulla do Santo Padre Eugenio à inſtancia do Infante, e a favor, e por graça da Religiaõ, para que na reforma, e emenda ſe reſtituiſſe ao eſplendor com que fora inſtituida; e ſendo mandato de graça, naõ ſe extinguia pela morte do Papa mandante, ou o negocio eſtiveſſe já principiado, ou ainda *re integra*; porque nos termos de naõ eſtar executada a graça, eſtava já feita pelo Pontifice, e iſto baſtava para ſe naõ extinguir com a morte do mandante, como he Texto expreſſo no cap. *Si ſuper gratia 9. de offic. delegat. lib. 6.* que larga, e doutamente explica Gonçalles Telles: porque nos mandatos de juſtiça, ainda que com trabalho, morto o Concedente, achará remedio no Succeſſor, mas no mandato de graça, naõ ſerá facil conſeguirſe ſem muito trabalho do Succeſſor; principalmente, que quem concede huma graça, ſempre pertende a ſua perpetuidade, e duraçaõ, e por eſta efficaz vontade ſe entende, que queria naõ acabaſſe com a ſua morte.

Gonçal. ſupr. à num. 12.

875 Mas eſta ſoluçaõ, e para o noſſo intento padece huma grande inſtancia. Naõ acaba a graça com a morte do Concedente, porque na perpetuidade ſe eſtabelece o beneficio; mas a juriſdicçaõ dada ao executor deſſa graça, devia acabar com a morte do Concedente; porque nas Letras Gracioſas a graça he para o impetrante, e naõ para o Juiz executor. Mas tambem ſe reſpon-

reſponde, que Bonifacio VIII. Author do cap. *Si ſuper gratia de reſcript.* ainda que reconheceſſe o rigor de direito em contrario, quiz por equidade determinar de novo, que o Privilegio da graça ſe extendeſſe à jurisdicçaõ executoria da meſma graça, como acceſſorio, o que moſtraõ as palavras do meſmo Texto: *Æquum eſſe cenſemus*, &c. e mais adiante: *Velut gratiæ prædictæ acceſſorium ſequi naturam congruit principalis*: e ainda que a regra dos acceſſorios fazia direito corrente, e naõ era neceſſaria a equidade de direito novo, conforme a regra *Acceſſorium de reg. jur. in 6. cum vulgaribus*; digo, que era neceſſaria, porque havia outra regra geral, que a impedia, de que o mandato jurisdiccional ſe extingue pela morte do Concedente. A graça era à Religiaõ, e ao Infante no noſſo caſo, naõ ao Biſpo executor; mas a razaõ da acceſſorîa, pela nova equidade do Papa Bonifacio VIII. fez que ſe naõ extinguiſſe com a morte de Eugenio IV. E ſatisfeito o primeiro motivo, ou principio dos eſcrupulos, vamos já ao ſegundo, em que tambem ſerá evidente a ſoluçaõ.

876 Era o ſegundo motivo, ou principio, de que a Bulla era concedida a hum Joaõ, Biſpo de Lamego, e o executor da Reforma era hum Joaõ, Biſpo de Viſeu; e naõ ſendo diverſo na peſſoa, era diverſo na dignidade; e ſe os poderes daquella commiſſaõ, e Legacia, eraõ com

com respeito à dignidade; deixando de ser Bispo de Lamego, pelo ascenso, òu mudança a Viseu, ao Bispo, que succedesse em Lamego se devia buscar para a execuçaõ da graça, ou da reforma; porque a jurisdicçaõ delegada concedida à dignidade, na mudança, ou falta da pessoa se conserva na dignidade, conforme o Texto formal, e elegante no cap. *Quoniam Abbas, 14. de offic. deleg.*

877 O Bispo por acodir a este escrupulo; ou porque já lho fariaõ, ou lho podiaõ fazer, nas ordens, e cartas, que fazia, começava assim: *Joaõ pela graça de Deos, e da Sé Apostolica, Bispo em outro tempo de Lamego, e agora de Viseu*, &c. como copiou o doutissimo Padre Mestre Fr. Francisco Brandaõ. Mas se a dignidade foy o respeito, porque ao Bispo se concederaõ os poderes de Legado à Latere nesta commissaõ, naõ satisfazia o Bispo o escrupulo dos interessados com aquella declaraçaõ *Bispo em outro tempo de Lamego*; porque já o naõ era, ainda que o fosse ao tempo da Bulla: era Legado Bispo de Lamego, executava já Bispo de Viseu, havendo sahido daquelle Bispado, e depois de sahir de Lamego já naõ tinha jurisdicçaõ, como prova elegantemente o Texto no cap. *Fin. de offic. legat.* e assim ainda com aquella declaraçaõ ficava muy escrupulosa a jurisdicçaõ do Bispo. Se elle conservasse ambos os Bispa-

Brand. supr. pag. 314.

Biſpados, naõ teria duvida a ſua juriſdicçaõ conforme o cap. *Novit ille*, 7. *de offic. legat. bene* Gambara *de Offic. legat.* mas o meſmo Biſpo confeſſa, que fora, e o naõ era já de Lamego, nas palavras acima copiadas.

Gamb. de Offic. legat. extra prov. num. 2. & 3.

878 E aſſim outra deve ſer a repoſta para ceſſar o motivo do eſcrupulo: para o que he de notar, que de tres modos ſe póde fazer a delegaçaõ, ou commiſſaõ: primeiro, quando ſómente ſe exprime a dignidade, ao Biſpo, ou Abbade de tal parte, como no cap. *Quoniam Abbas*, 14. *de offic. deleg.* e neſte primeiro caſo ſó a dignidade he a contemplada; e da dignidade, e naõ da peſſoa, ſe ha de fazer a conſideraçaõ, para haver de durar, ou naõ, a commiſſaõ, como diz o meſmo Texto: o ſegundo he, quando ſómente ſe exprime o nome da peſſoa, porque ainda que tenha dignidades, ſó a peſſoa he contemplada, porque ſe entende eſcolhida a induſtria daquella peſſoa, e nella, e para ella, e naõ para outra, radicada, e deſtinada a delegaçaõ, conforme o argumento do cap. *Significavit*, 36. *de reſcript.* o terceiro he, quando ſe poem o nome da peſſoa, e o da dignidade juntamente: como ſe ha de proceder para o conhecimento de ſer real, ou peſſoal, dizem, que ſe o nome he primeiro, que ſe julga peſſoal, e ſe a expreſſaõ da dignidade he primeira, que he a real, conforme a regra da L. *Sive à certis*, 17. *ff. de duob. reis.*

No

879 No noſſo caſo naõ eſtamos na primeira, ou ſegunda expreſſaõ, mas na terceira, em que entrou o nome da peſſoa, e da dignidade; e como o nome da peſſoa, *Joaõ*, foſſe primeiro, e poſterior o da dignidade, *Biſpo*; ficava ſendo peſſoal na peſſoa do Biſpo, como Joaõ, e naõ em Joaõ, como Biſpo; e aſſim ou largaſſe, ou mudaſſe, ou conſervaſſe a dignidade de Biſpo de Lamego, como era poſſivel a conceſſaõ, e ſempre a meſma peſſoa, ainda que mudaſſe a dignidade, ſempre conſervava a juriſdicçaõ: naõ ſeria o meſmo Biſpo, mas ſempre o meſmo Meſtre Joaõ.

880 Mas ainda que foſſe primeiro a dignidade, que o nome na expreſſaõ da Bulla, ſempre ſe havia de julgar peſſoal; porque neſta materia ſaõ muy attendiveis as conjecturas pela vontade do Concedente. Para eſta reforma naõ era neceſſario, que o Legado foſſe Biſpo, mas peſſoa conſtituída em qualquer dignidade Eccleſiaſtica, de letras, prudencia, e capacidade; nem o negocio era em Lamego, para que ſe contemplaſſe a dignidade daquelle Biſpado. O Meſtre Joaõ antes, e muito antes de ſer Biſpo, e o meſmo Pontifice Eugenio antes de ſobir à Cadeira Pontificia, tinhaõ entre ſi grande amiſade, e trato muy familiar, e deſte naſcia o grande conhecimento, que tinha das ſuas virtudes, e das ſuas letras: o meſmo Pontifice o fez

Bispo de hum, e o passou a outro Bispado; este mesmo Mestre Joaõ era o Instituidor dos Conegos Seculares do Euangelista em Portugal, proporcionado sugeito para a reformaçaõ, que se pertendia: este mesmo era o que se pedia de Portugal, porque como taõ favorecido do Pontifice venceria as grandes difficuldades, que a reforma havia de ter: e assim da parte dos impetrantes, e da parte do Pontifice concedente foy contemplada a pessoa do Mestre Joaõ para esta Legacia, e naõ a dignidade de Bispo de Lamego; e sendo taõ evidentes as conjecturas, que fazia pessoal esta concessaõ; como em hum, e outro Bispado sempre era o mesmo Mestre Joaõ contemplado, sempre em hum, e outro tinha a mesma jurisdicçaõ.

881 E vencido o terceiro, e segundo principio, ou motivo do escrupulo, resta respondermos ao primeiro. Por occasiaõ deste motivo, entro a escrever da natureza, authoridade, e poderes dos Legados à Latere da Sé Apostolica, de que darey huma recopilada noticia, seguindo a Gonçalles Telles, e aos mais repetentes, e paratlitarios ao titulo de *Officio legati in decretalibus*, & *lib. 6.* e ao doutissimo Padre Molina no seu Tratado de *Justit. & jur.* que traz hum elegante lugar; porque pelos poderes destes Legados se ha de mostrar, o que se deu ao Mestre Joaõ nesta Legacia para a reforma da Ordem de Christo.

Molin. de Just. & jur. tract. 5. disp. 9.

Este

882 Efte nome *Legado*, deduzem muitos, e a mayor parte do verbo *Legando*, e melhor do verbo *Legendo*, *quafi priùs lectus, & electus, ut publicum negocium peregrè, & authoritate publica agat, & pertractet*: porque conforme as occafiões occorrem muitos negocios, que fe naõ podem expedir fenaõ por Legados, como os que fe haõ de fazer, e tratar com aufentes; porque tratar todos por cartas, tem o perigo de fe perderem, ou furtarem, e defcobrirfe o fegredo, alma fempre de todos os negocios; e a demora de efperarem avifos fobre qualquer duvida, que facilmente póde facilitar, e vencer o Miniftro; e efte meyo por mais prompto, e mais feguro, foy recebido de todas as nações, affim para expediçaõ dos negocios da paz, e da guerra, e mais intereffes do eftado das Republicas mandantes, e a quem fe mandavaõ.

883 O direito das gentes os introduzio, porque a neceffidade humana os fez precifos entre as nações, conforme o cap. *Jus gentium dift. 1.* e notaõ os Inftitutarios ao §. *Sed jus quidem, 2. Inft. & jur. natur.* affim como introduzio as guerras, e os commercios, fobre cujos intereffes entraõ eftes Legados. O mefmo direito das gentes lhes deu as immunidades de que gozaõ, como fantificando-os para a ifençaõ, e para naõ ferem offendidos, direito, que fó barbaros, e incultos podem defconhecer, conforme a L. *San-*

Ee ii *ctum,*

ctum, *ff. de rer. divis.* L. *Final. ff. de legat.* nascendo este direito daquelle natural, e primeiro principio: *Quod tibi non vis, alteri ne facias,* que se refere na L. 1. e em todo o titulo *ff. Quod quisque juris*, que exorna elegantissimamente Gonçalles Telles, e eu ponderey largamente na Allegaçaõ, que escrevì pelo Emperador Carlos VI. no anno de 1704. estampada na Impressaõ Deslandesiana; pois era injusto, e repugnante à mesma natureza, que huma naçaõ quizesse o respeito dos seus Ministros, naõ o guardando aos das outras gentes. E se desta isençaõ gozaõ ainda os Legados dos inimigos, porque o direito das gentes suspende neste caso o furor bellico, e tanto, que o que offendia o Legado dos inimigos, se lhes entregava, para fazerem delle o que quizessem, como prova a L. *Final. ff. de legat.* e Molina supra; com mais justa razaõ se deve esta sagrada immunidade aos Legados, e Ministros dos amigos, e confederados, e o mais he offender barbaramente o direito das gentes, acçaõ alheya, e indigna de Principes Soberanos, e Catholicos. Bautizem-se com o nome de Embaixadores, Enviados, ou Plenipotenciarios, que poderá isto fazer variedade nos tratamentos, mas naõ nas isenções; porque nas Cartas Credenciaes, que levaõ dos seus Soberanos, justificaõ o serem Legados, e como taes em nome do Principe, que representaõ, devem ter as liberdades, que

Gonçal. in cap. *Cum omnes*, 6. num. 9. de constit.

sem

ſem eſſas diſtinções lhe dá o direito das gentes. Nas dividas contrahidas com algum da Republica antes da Legacia, a que vaõ, naõ podem ſer convindos em Juizo os Legados; mas ſe foraõ contrahidas na meſma Republica, a que ſaõ mandados, podem ſer convindos, conforme a L. 2. §. *Legatis*, & §. *omnes autem*, *ff. de judic. ubi bene* Barboſa, Molina ſupra. E a razaõ de differença póde ſer, porque ninguem quereria contratar, ou commerciar com o Legado na Legacia para as couſas do ſeu uſo, e do ſeu eſtado, na certeza de que o naõ podiaõ demandar, e aſſim ſe convertia em damno ſeu o Privilegio; prejuizo, que ſe naõ conſidera nas dividas antes contrahidas, e ainda que tenha o damno da dilaçaõ, eſte he menos attendivel, que o direito publico, que favorece aos Legados.

884 Adquirem para ſi as joyas, e regallos, que lhes daõ nas embaixadas, ainda em contemplaçaõ do ſeu Soberano; porque ſómente neſte caſo ſe conſidera a peſſoa do Donatario, e naõ do contemplado, ſendo eſte hum dos Privilegios dos Legados, como com a gloſa de Acurſio, e com Bartholo reſolve Wezembechio *in dicto ff. delegat. num. fin.*

885 Eſtes Legados ſó os podia mandar hum Soberano a outro Soberano, huma Republica a outra Republica, conforme a L. 1. L. *Fin. ff.* de

de legat. L. 1. *Cod. eodem tit.* Alguns deſtes Legados ſe denominavaõ com a adjeçaõ de certa Provincia, como Legado de Cilicia na L. *Teſtium*, 3. *verſ. Idemque*, *ff. de teſtib.* Legado Lugdunenſe, ou de Leaõ de França na L. *Spadonum*, 15. §. *Siquis*, 7. *ff. de excuſ. tutor.* Legado de Aquitania na L. 12. *ff. de cuſtod. reor.* Legado de França na L. 2. *ff. de jur. immunit.* Legado de Numidia *in* L. *Nam*, *ff. de legat. præſtand.* mas eſtes Legados naõ tinhaõ jurisdicçaõ alguma, e ſó o emprego de tratar os negocios do ſeu Soberano com as gentes eſtrangeiras, como os deſcreve Beliſario *apud Procopium.* Os inferiores naõ podiaõ mandar Legados aos ſeus Soberanos, porque eſta miſſaõ diz igualdade, que naõ ha entre o ſuperior, e inferior, como eſcreve Gonçalles Telles; nem eſtes aſſim mandados gozavaõ dos privilegios, e iſenções concedidas aos verdadeiros Legados na L. *Fin. ff. de legat.* L. *Sanctum*, 8. *ff. de rer. diviſ.* L. *Lege Julia*, 7. §. *fin. ad leg. Jul. de vi public.* L. 2. §. *Fuit poſt eos, verſ. Deind. ff. de origin. jur. cap. Jus gentium*, 17. *diſt.* 1. Nem tinhaõ os Legados dos inferiores mais privilegios, que os que o Principe eſpecialmente lhes concedia, como largamente eſcreve Gonçalles ſupra. Podem porém os inferiores mandar aos ſeus Soberanos, ou a propor as conveniencias da ſua Provincia, por Emiſſarios, ou Procuradores legitimamente conſti-

Procop. lib. 1. belli Perſici.

Gonçal. in cap. 1. num. 4. de offic. legat.

constituídos pelos mesmos Póvos, ou Provincias, suffragando aquelles, que de *jure* podem votar, conforme a regra do Texto na L. *1. & per tot. tit. ff. quod cujusq. univers. nom.* Mansio de Syndic. e Pedro Gregorio.

Manf. de Syndic. in princ. n. 15. Pedro Gregor. Syntagm. lib. 49. cap. 5.

886 Já disse, que estes Legados se naõ podiaõ offender, e doutamente o prosegue Duareno, Pedro Fabro, o Padre Marques, e Solorsano, e era delicto contra o direito das gentes, e como taes deviaõ ser castigados, conforme a L. *Fin. ff. de legation.* Por direito Canonico, os que offendiaõ os Legados Apostolicos, encorriaõ em pena de excommunhaõ pelo Texto na Extravagante: *Inter gentes, unic. de consuetud. inter commun.* e se for Povo, ou Communidade, como naõ póde ser excommungada a universidade pelo Texto no cap. *Romana*, §. *In universitatem de sent. excommunic. lib. 6.* se lhe póde pôr interdicto na fórma do Texto no cap. *1. de Injur. lib. 6. cap. 1. de homicid. eodem lib.* E ainda que esta excommunhaõ naõ era reservada à Sé Apostolica pela dita Extravagante, como diz o Padre Molina de *just. & jur.* ao depois a este caso se estendeo a Bulla *in Cœna Domini, claus. 11.* e assim já hoje está reservada à Sé Apostolica, como diz a mesma Bulla, e explica Molina supra. E basta de noticia dos Legados seculares; e quem curiosamente quizer ver mais largamente esta materia dos Legados, lea a Arniseu

Duar. disp. lib. 1. c. 37. Petr. Fab. lib. 2. Semestr. c. 10. & 15. Marques Govern. Christ. lib. 1. cap. 27. & lib. 2. c. 37. Solorf. de jur. Indiar. tom. 1. lib. 2. cap. 20. num. 27.

Molin. tract. 3. disp. 65.

Arnis. lib. 2. cap. 5. num. 16. Grot. lib. 2. c. 18. §. 2. d'Orleães pag. 430. Scriban. lib. 1. c. 26. Besold. tom. 3. Polit. Disser. de legat. Scomb. lib. 3. c. 28. Clapm. lib. 1. c. 18. Zip. lib. 4. c. 28. Ramos Adversl. Lusit. prop. 1. §. 2. à n. 74. Solors. dict. n. 27. Gonçal. supr. num. 4.

niseu de *jur. Maiest.* a Grotio de *jur. Bell.* a d'Orleães sobre Tacito, Scribanio na sua Politica, a Besoldo, a Scombornerio nas suas Politicas, a Clapmario de *jure Imperii*, e a Zipeu de *Senatoribus*, e outros muitos, que referem Ramos, Solorsano, e Gonçalles Telles: e passemos já aos Legados da Sé Apostolica, que saõ os que agora nos servem.

Gonç. supr. num. 5.

Pedr. da Marc. cap. 2. cum seqq.

887 Na Igreja Romana, logo nos primeiros seculos foy grande a authoridade dos seus Legados; ainda que os hereges sempre detractores das cousas da Igreja, com indecentes, e injuriosas palavras os maltratem, como escreve Gonçales; regularmente eraõ mandados assistir aos Concilios Geraes pelos Summos Pontifices, quando a distancia dos lugares, e os negocios da Igreja lhes impediaõ a assistencia pessoal, como se vio nos Concilios Niceno, Efesino, Calcedonense, e em outros muitos, para presidirem em nome do Pontifice, de que larga, e doutamente escreve Pedro da Marca na sua Concordia Sacerdotal, e Imperial.

Balsam. Scol. 1. ad synod. 6. in Trul.
Carnot. epist. 109.

888 Destes Legados da Sé Apostolica havia tres especies, ou tres Ordens, como se diz no cap. 1. *de Offic. legat. lib. 6.* Os primeiros eraõ chamados Legados *à Latere*, conforme o cap. *Decreto*, *cap. Si quis Episcopus*, *2. q. 6.* Balsamon lhe chama Legados *à Facie*: *Laterales* os chama Ivo Carnotense: e eraõ mandados *à La-*

tere

tere Pontificis, como diz o Pontifice Leaõ I. *Cum propter causam Fidei, quam Euthyches perturbare tentavit, de Latere meo mitterem, qui defensioni veritatis assisteret.* E tambem porque estes Legados se elegiaõ do Collegio Cardinalicio, que assistem ao lado do Pontifice, como na L. *Juris peritos, 30. ff. de excusat. tutor.* e se dizem assistir ao lado do Principe, os que estaõ na sua companhia: e em Possidonio, na Vida de Santo Agostinho, do Juiz dado pelo Emperador Honorio, se lê: *Propter quod perficiendum, etiam de suo Latere Tribunum, & notarium Marcellinum ad Africam judicem miserat*; e por esta deducçaõ, se diziaõ Legados *à Latere*, cap. *Volentes, 8. de offic. ordin. lib. 6. cap. Si Abbatem, 36. de elect. in 6.* porque os Cardiaes se reputaõ do corpo do Pontifice, e assistem ao seu lado, cap. *Quisquis, 6. quæst. 1. Clement. Felicis, de pœnis.* O Padre Molina diz, que só os Cardiaes se podem dizer Legados *à Latere*: Gonçalles porém diz, que antigamente naõ era necessario, que fossem Cardiaes, por authoridade de Jureto: mas eu dissera, que os Cardiaes sendo Legados, o saõ *à Latere*; mas que naõ he preciso a dignidade Cardinalicia, para serem Legados *à Latere*, e basta que o Pontifice lhes dê os poderes de Legado *à Latere*, ou absolutos, ou restrictos: os primeiros gozaõ dos privilegios, que logo diremos; os segundos, com

Leo I. epist. 14. ad Faust.

Molin. dict. disp. 9.

Gonçal. supr. num. 5.

Juret. in not. ad epist. 260. Ivonis.

a mesma restricçaõ, que lhes foraõ concedidos, e que naõ podem extender, salvo por expressa, ou tacita concessaõ do mesmo Pontifice.

889 Ha outros Legados, que se dizem *Legados Natos*, porque com a mesma dignidade, a que sobem, *ipso jure* entraõ no officio de Legados, como era o Arcebispo de Cantuaria em Inglaterra, como largamente prova Gonçalles Telles: o Arcebispo Eboracense na mesma Inglaterra, como largamente prova o mesmo Gonçales Telles, aonde tambem disputa a grande controversia de hum, e outro Arcebispo sobre o Primado da Gram Bretanha: o Arcebispo Bituricense, Metropolitano de Aquitania, pelo cap. *Final. de maior. & obedient. cap. Exposuit, de dilat.* o Arcebispo Rhemense, pelo cap. *Per venerabilem, 13. §. Verum, qui filii sint legit. cap. penult. de Fil. Præsbyteror. cap. Cum Bertholdus de sent. & re judic.* e os mais de que se póde ver a Chopino na sua Politica Sagrada. E ainda que alguns quizeraõ, que todos os que recebiaõ o Pallio por Sua Santidade, ficavaõ Legados *Natos*; o contrario mostra a experiencia, porque ainda que o Pallio sómente o pudesse trazer o Summo Pontifice nos primeiros tempos da Igreja, como escreve Polidoro Virgilio, e Gonçalles Telles, e ao depois por graça especial se désse a alguns Arcebispos; ultimamente ficou geral, e concede-se a todos, Gonçalles

Gonçal. supr. num. 1.

Gonçal. in cap. 1. ut lit. *Pendent.*

Chopin. lib. 2. tit. 6. num. 2.

Polid. Virg. lib. 4. de Invent. rer. cap. 22. Gonçal. in cap. 1. de Auth. & usu Pal. n. 7.

çalles supra; ainda que com a differença, que em toda a parte, e sempre póde usar do Pallio, e os Arcebispos dentro da sua Diocesi, e em certos dias, conforme o cap. *Ad honorem*, 4. *de Auth. & usu Pal. à num.* 5. aonde largamente escreve Gonçalles Telles, Agostinho Barbosa, e em outros lugares: nem por isso pela concessaõ, e honra do Pallio, ficaõ os Arcebispos Legados Natos, como escreve, e prova o doutissimo Cironio: e venho a concluir, que ainda que muitos, nem todos os Arcebispos saõ Legados *Natos*, mas sómente aquelles, a quem a Igreja Romana deu esta especial prerogativa.

Barbos. de jur. Eccles. lib. 1. cap. 7. n. 104. & de potest. Episcop. tit. 4. n. 104.

Ciron. lib. 1. Observat. cap. 7.

890 E finalmente ha outros Legados, e he a terceira especie, chamados *Legados Missos*, que saõ aquelles, que naõ sendo Legados *à Latere*, nem Legados *Natos*, saõ mandados a alguma Provincia, pela sua capacidade, industria, e conhecimento de negocios, de que falla o cap. *Mandata*, 6. *de præsumpt.* e o cap. *Cum dilecti*, 18. *de accusat.* Para estas Legacias podem ser mandados todos os que forem constituídos em dignidade, ainda que sómente tenhaõ a Ordem de Subdiacono, conforme o cap. 1. *dist.* 34. destes escrevem doutamente Parisio de *Resignat. benefic.* Garcia de *Beneficiis*, Speculator no titulo dos Legados, Moneta de *Conservatoribus*, Manrique de *Præcedentiis*, Villaroel no seu Governo Ecclesiastico. Estes tres Legados saõ com jurisdiçaõ,

Paris. lib. 7. quæst. 13. n. 1. Garcia 5. part. c. 3. n. 3. Specul. part. 1. Monet. c. 4. n. 14. Manriq. quæst. 29. Villaroel tom. 1. c. 4. art. 6.

risdicçaõ, que naõ tem os outros Legados da Sé Apoſtolica, mandados como Embaixadores ſómente, e vaõ como Enviados a tratar algum negocio com algum Principe, ou Soberano, como conſidera o Padre Molina.

Molin. dict. diſp. 9.

891 Dos primeiros continúo a noticia (que dos outros, quando naõ baſte o que deixo eſcrito, ſe deve buſcar nos Authores, que cito) porque o noſſo Biſpo Joaõ vinha com poderes jurisdiccionaes, como conſta do ſeu Breve. Neſtes Legados naõ era igual o poder, e a jurisdicçaõ, porque muitas couſas lhes competiaõ a cada hum delles eſpecialmente, que naõ eraõ commuas aos outros. As que eraõ commuas ſaõ as ſeguintes. Primeiro, porque a todos ſe devia igual honra, pois todos faziaõ a meſma repreſentaçaõ da Sé Apoſtolica, que os mandava, debaixo das penas eſtabelecidas na Extravagante *unic. de conſuetud. inter communes.* Segundo, que todos nas Provincias, que lhes ſaõ commettidas, emendem os vicios, plantem as virtudes, e introduzaõ tudo o que for conveniente ao governo temporal, e eſpiritual, como ſe llies recomenda no cap. *Mandata, de præſumpt.* e no cap. *2. de Offic. legat. lib. 6.* Terceiro, que em todos ceſſa a Legacia, todas as vezes, que ſe lhes revogar, ou expreſſa, ou tacitamente, como reſolvem o cap. *2. de Offic. legat.* e o cap. *Paſtoralis*, *14. ʓ. Quoniam de reſcript.* Quarto, que em

em qualquer causa devoluta ao Summo Pontifice, ou por relaçaõ, ou por appellaçaõ, naõ podem mais proceder, antes devem suspender todo o procedimento, como se ordena no cap. *Licet*, 5. *de offic. legat.* que explica Gonçalles Telles no mesmo Texto, Barbosa de *jure Ecclesiastico*, Salgado de *Regia protectione*, e Hunio na sua Encyclopedia, obra já de Catholico Romano: isto he o que achey commum a estes tres generos de Legados.

Barbos. lib. 1. cap. 5. n. 83. Salg. 1. part. cap. 7. num. 7. Hunius part. 2. tit. 35.

892 As especiaes saõ as seguintes. Primeira, he proprio, e especial dos Legados *à Latere*, absolver a quaesquer excommungados por percussaõ grave, e violenta nos Clerigos; e accrescenta o Padre Molina, ou sejaõ da Provincia, a que saõ mandados, ou de outra qualquer, ainda sendo enorme a percussaõ, e ainda que lhes seja acabado o tempo, porque foy mandado, com tanto, que naõ haja revogaçaõ dos poderes, como se prova do cap. *Excommunicatis*, 9. *de offic. legat.* Gambara de *Officio legat.* e o Illustrissimo Sebastiaõ Cesar de Menezes, nosso Portuguez, e glorioso alumno do meu Real Collegio de S. Paulo, na sua Jerarchia Ecclesiastica. Segundo, que he especial nos Legados *à Latere*, prover todos os Beneficios, que vagarem na sua Provincia, ainda que sejaõ de Padroado Ecclesiastico, como he resoluçaõ expressa do cap. *Dilectus*, 6. *de offic. legat. cap.* 1. & *fere*,

Molin. supr. num. 4.

Gambar. lib. 12. per tot. Cesar, disp. 3. §. 2.

Gambar. fupr. lib. 3. Cæfar fupr.

fere per totum titulum de offic. legat. lib. 6. Gambara, e o Illuftriffimo Cefar.

893 Terceiro, he efpecial neftes Legados *à Latere*, que entrando nas Provincias, em que eftaõ os Legados *Natos*, ou *Miffos*, fe fufpende a jurisdicçaõ deftes, como refolve o cap. *Volentes, 8. de offic. legat. cap. Antiqua, 23: §. Dominicæ, de privileg.* Manrique de *Præcedentiis*, e o Padre Molina por authoridade de Navarro, que Luiz Lippomano affim viera a Portugal, e defta embaixada, e das grandes virtudes, e merecimento defte Miniftro, dá noticia Moreri no feu Diccionario Hiftorico. Quarto, he efpecial nos Legados *à Latere*, conhecer ainda das caufas dos ifentos *ab Ordinario*; que como para o Pontifice naõ ha ifentos Ecclefiafticos, affim os naõ ha para os Legados *à Latere*, e os podem chamar para os feus Tribunaes, como he refoluçaõ do cap. *Abbatem, de elect. lib. 6. cap. 1. de officio legat. lib. 6. cap. 1. de verb. fignific. eod. lib.* Quinto, podem os Legados *à Latere* trazer Cruz levantada por toda a fua Provincia, e nas Cidades faõ recebidos debaixo de Pallio: os mais entraõ montados em cavallos brancos, e com veftes vermelhas, e efporas douradas, mas naõ debaixo de Pallio, cap. *Antiqua, 23. de privileg.* Sexto, he efpecial nos Legados *à Latere*, com differença dos outros Legados, que podem receber as procurações, ou colhei-

Manriq. quæft. 29.

Molin. fupr. Navar. in cap. *Cum contingat de refcript.* remed. 5.

Morer. lit. *L.*

tas,

tas, ainda fóra da ſua Provincia, o que naõ podem os outros, conforme o cap. *Cum inſtantia, cap. Procurationes, de cenſibus.*

894 Eſtas ſaõ as eſpecialidades dos Legados *à Latere*, que refere Gonçalles Telles, com quem concorda Molina; que accreſcenta, e he ſetima eſpecialidade, o poder confirmar as eleições dos Biſpos, Arcebiſpos, e iſentos, que neceſſitem de confirmaçaõ Apoſtolica; e aos Abbades iſentos, que forem eleitos Biſpos, podem dar faculdade para largarem as Abbadias, que naõ podiaõ deixar ſem conceſſaõ Apoſtolica. Naõ poderaõ porém dar faculdade, para hum Biſpo paſſar para outro Biſpado, ainda que nelle ſeja eleito, porque iſto he reſervado eſpecialmente ao Summo Pontifice, e iſto naõ podiaõ fazer os outros Legados. A oitava eſpecialidade, he, que aos Legados *à Latere*, naõ corre o tempo dos ſeis mezes determinado pelo Concilio Lateranenſe, para a proviſaõ dos Beneficios; porque pela devoluçaõ paſſados os ſeis mezes, lhes tornaõ à maõ os Beneficios; e iſto ainda que aos iſentos pertença o provimento; porque o Legado *à Latere* he Juiz ordinario, ainda ſobre os iſentos, conforme o cap. *Si Abbatem, de elect. lib. 6.* e ainda que o Beneficio ſeja de Padroeiro Eccleſiaſtico, pela reſoluçaõ do cap. *Dilectus, 6. de offic. legat.* mas adverte doutiſſimamente Gonçalles Telles, que ha de proceder

Molin. & Gonçal. ſupr.

Gonç. dict. cap. *Dilectus*, num. 8.

der nos Padroados meramente Ecclesiasticos pela razaõ da Igreja, e naõ pela razaõ da pessoa, ainda que aliás seja Clerigo; porque sendo patrimonial, e gentilicio, ainda que accidentalmente seja Ecclesiastico o Padroeiro, naõ deixa de ser secular, e livre dos poderes do Legado *à Latere*.

895 Nona especialidade tem, que podem reservar a sua collaçaõ, os que houverem de vagar, se os taes Beneficios forem da sua collaçaõ, como prova o cap. *Præsenti*, *de offic. legat. lib. 6.* e ainda em favor de algum certo, e determinado Clerigo, cap. *Cum dilectus*, *de jur. patron.* Porém feita a reserva em huma Igreja, naõ póde na mesma fazer outra, mas muitas em diversas Igrejas, cap. *Præsenti*, *§. Fin. de offic. deleg. lib. 6.* mas naõ dar os vacaturos, e se os der, naõ fica o provido com direito algum, cap. *Dilectus*, *de præbend.* e ainda que isto lhes parece permittido no cap. *Accedens de concess. præbend.* resistelhes a resoluçaõ do cap. 2. *de Concess. præb.* que he conciliar, contra a qual naõ tem jurisdicçaõ os Legados *à Latere*, e podem revogar direito, mas naõ o conciliar. Porém eu ainda dissera, que podia prometter Beneficios vacaturos; e a razaõ, em que me fundo he; porque o Pontifice póde dar Beneficios vacaturos, conforme o cap. *Detestanda*, *de concess. præbend. cap. Præsenti de offic. de legat. lib. 6.* E como os

os Legados *à Latere* tenhaõ os mesmos poderes, naõ lhe sendo restrictos, reservando-lhe algumas cousas, como deixo escrito acima; segue-se logo, que podem prometter os Beneficios vacaturos, assim como o Papa; e ainda que seja direito Conciliar, assim como o póde alterar o Pontifice, o poderá tambem encontrar o Legado *à Latere.*

896 Naõ poderáõ porém os Legados *à Latere* prover as Igrejas Cathedraes, ou Regulares, nem as Dignidades electivas mayores depois da Episcopal, porque estas lhes saõ reservadas, conforme o cap. *Deliberatione, de offic. legat. lib. 6.* Nem os Beneficios reservados ao Summo Pontifice, pelo Texto no cap. *Licet, de præbendis lib. 6.* ainda que nos poderes lhes dem faculdade de prover quaesquer Beneficios vacantes, porque esta se naõ extende aos reservados pelo Summo Pontifice. E ainda concedida a faculdade de prover os Beneficios reservados, naõ podem prover os que vagarem na Curia, pela resoluçaõ do cap. *2. de Præbend. lib. 6.* Nem tambem os Beneficios litigiosos, pelo Texto no cap. *1. & 2. ut lit. pendent. lib. 6.* Tambem naõ poderáõ prover os Beneficios devolutos ao Bispo por negligencia do Prelado Regular isento; e a razaõ he, porque o Bispo neste caso provê os Beneficios naõ por direito proprio, mas da Sé Apostolica; e como seu

Delegado, no que o Legado *à Latere* se naõ póde intrometter, como prova o cap. *Studuisti, 2. de offic. legat.* Nem os Beneficios de Padroeiros Leigos, nem ainda os mixtos de seculares, e Ecclesiasticos, sem consentimento dos Patronos, pela razaõ do cap. *1. de jur. Patron. lib. 6.* salvo se por negligencia do Patrono lhe passar o tempo, porque esta devoluçaõ he *jure ordinario* aos Bispos, e naõ por direito de delegaçaõ, como nos Beneficios dos isentos: termos em que podem os Legados *à Latere* prover estes Beneficios, porque saõ de Padroado ordinario, conforme o cap. *Cum dilectus, de jur. patron.* Podem tambem prover as Vigairarias perpetuas, porque depois que estas passaraõ a Beneficios, concorre o Legado com os Ordinarios, pelo Texto no cap. *Si à Sede, de præbendis lib. 6.* Se poderáõ tambem prover os Beneficios de Padroado Leigo, havido por prescripçaõ, ou privilegio? Nega Valensis de *Beneficiis*, aonde se póde ver. E se os Beneficios vagos de *jure*, cuja posse se conserva de *facto*? Veja-se o Texto no cap. *Licet, de præbend. in 6.* encontrado com o cap. *Cum nostris, de concession. præbend.* e na conciliaçaõ destes Textos se resolverá a duvida proposta, como resolve Gonçalles Telles.

Valens. lib. 1. tit. 4. num. 16.

Gonçal. in cap. *Dilectus*, 6. de offic. legat. n. 6. in fin.

897 A decima especialidade traz Molina, de que os Legados *à Latere* durante o tempo da

Molin. supr. num. 11.

da ſua commiſſaõ, podem fazer Eſtatutos perpetuos, que durem ainda acabada a ſua Legacia; e pondo-lhe pena de excommunhaõ aos tranſgreſſores, aquelles que os encontrarem ainda depois de acabado o tempo da commiſſaõ, incorrem naquella cenſura, como he expreſſa deciſaõ do cap. *Fin. cum Gloſſa, ibi de offic. legat.* Mas o meſmo Padre Molina ſeguindo ao Abbade Panormitano, diz, que eſte Texto ſe ha de entender de qualquer Legado, ainda que naõ ſeja *à Latere*; aſſim porque o Texto naõ ſe reſtringe ao Legado *à Latere*, nem falla nelle eſpecialmente, antes com generalidade falla dos Legados da Sé Apoſtolica; e aſſim geralmente ſe ha de entender de todos, conforme os principios de direito: *Quod lex generaliter loquens, generaliter debet intelligi*; e com razaõ, porque qualquer dos Legados, ou ſeja *à Latere*, ou *Nato*, ou *Miſſo*, he Juiz ordinario, e mayor, que o Biſpo, e ſe qualquer Biſpo póde fazer Eſtatutos perpetuos, que durem ainda depois da ſua morte; aſſim tambem qualquer dos Legados poderá fazer o meſmo, e Eſtatutos, que durem ainda que a vida ſe lhes acabe; e naõ tem lugar eſta eſpecialidade.

Abbas in cap. fin. de offic. legat.

898 Em outra de mayor difficuldade, e ſeja a undecima, entro eu agora a ſaber, ſe o Legado *à Latere* póde diſpor alguma couſa, ou fazer determinaçaõ contra direito poſitivo? Di-

go *positivo*; porque contra direito natural, Divino, ou direito das gentes, naõ sendo por interpretaçaõ, naõ póde fazer cousa alguma, conforme o cap. *Fin. de consuet.* aonde larga, e elegantemente escreve Gonçalles Telles. O doutissimo Cardial de Luca na Relaçaõ da Curia Romana, diz que o poder destes Legados está hoje mais restricto, porque naõ podem fazer cousa alguma contra as Leis Canonicas, e Civis; e que a Rota revogara algumas Constituições, e Estatutos destes Legados, por serem contra direito; refere huma decisaõ da Rota, que traz Postio, na qual se resolve, que os Legados *à Latere* naõ podem determinar cousa alguma contra os Estatutos confirmados pela Sé Apostolica.

Gonçal. præcipuè num. 8.
De Luca disc. 4. num. 14.
Post. de Subhast. disc. 207. à n. 32.

899 Nas decisões da Rota se diz expressamente, que póde proceder contra o direito commum: *Cum tunc possit etiam contra jus commune statuere*; para o que se allega o Texto no cap. *Fin. de transact.* que lhes dá authoridade para isso, reservados porém alguns casos especiaes: allega tambem ao Abbade Panormitano, a Romano, e a Mandosio, que se podem ver, e o mesmo diz Gambara no seu Tratado de *Officio legati*; e tanto assim, que póde derogar as uniões feitas pelo mesmo Pontifice, como foy resoluto na Rota, e se refere em huma decisaõ *num. 1. ibi*: *Attamen bene potuit dict. Cardinalis tum temporis*

Rot. Recent. part. 5. tom. 1. decis. 171. n. 2.
Gambar. lib. 2. tit. de *Var. Ordin.* n. 154. in fin. & lib. 5. de potest. legat. in uniend. n. 153. & seqq.
Rot. Recent. part. 5. tom. 1. disc. 70. n. 1.

poris Legatus de Latere derogare unioni Pontificis.

900 Nesta variedade de sentenças, hey de dizer, que o Legado *à Latere*, naõ lhe sendo restrictos os poderes, ou reservados alguns casos, póde proceder, naõ sómente *secundùm jus*, mas ainda *præter jus*, e *contra jus*, estabelecendo Leis novas, confirmando as que havia, interpretando-as, addiccionando-as, e diminuindo-as, mas ainda revogallas. E a razaõ he, porque tudo isto póde fazer o Pontifice, no que ninguem duvîda. E como os Legados *à Latere* na sua commissaõ levem todos os poderes do Pontifice; poderáõ fazer o mesmo estes Legados *à Latere.* Mas tendo alguma reserva, ou restricçaõ feita pelo Summo Pontifice nos seus mandados Pontificios, e instrucções Apostolicas, com que he mandado, naõ as poderá encontrar; que como na fonte, donde lhes nasce a jurisdicçaõ, se acha impedido o absoluto poder de Legado *à Latere*, só póde dispender confórme a affluencia, que se lhe communica, e he regra vulgar de direito, que restricta causa *restrictum producit effectum.*

901 E daqui vem, que este Legado *à Latere* naõ póde absolver das excommunhões reservadas ao Summo Pontifice, como resolve o Padre Molina de *Justit. & jur.* porque a reservaçaõ especial do Pontifice lhe tirou o poder.

Molin. supr. tract. 3. disp. 58. num. 5.

Mas

Mas contra eſta reſoluçaõ do doutiſſimo Padre Molina, o que acabamos de dizer na primeira eſpecialidade, e eſcreve o meſmo Padre Molina, de que eſtes Legados *à Latere* podem abſolver da cenſura pela violenta percuſſaõ do Clerigo, ainda que ſeja enorme; e o meſmo Padre confeſſa, e he commua reſoluçaõ, de que eſta cenſura he reſervada à Sé Apoſtolica, pelo Texto no cap. *Si quis ſuadente Diabolo, 17. q. 4.* E aſſim devo entender, que eſta limitaçaõ, que dá o Padre Molina ao poder dos Legados *à Latere*, he naquelle caſo, em que nas meſmas inſtrucções dadas ao Legado ſe reſervou ao Pontifice eſta faculdade abdicando-a ao Legado. Outros poderáõ entender, que a reſerva do cap. *Si quis ſuadente*, he de *jure*, e na grande authoridade deſtes Legados podem caber eſtas difficuldades, aſſim como, *diſponere contra jus*; mas quando o meſmo Pontifice, que o creou Legado, fez a ſi a reſervaçaõ, parece que lhe naõ quiz dar eſte poder, e que tacitamente, ou decentemente lhe he reſervada eſta difficuldade. Melhor juizo poderá ſalvar ao Padre Molina deſta, que parece contradiçaõ.

Molin. dict. diſp. 58. n. 2.

902 Daqui naſce tambem, que commettida, e delegada eſpecialmente alguma cauſa pelo Pontifice a certo Juiz, naõ poderá o Legado da Sé Apoſtolica ainda *à Latere*, avocar, e conhecer deſta cauſa, ainda *per viam querelæ* na primeira inſtan-

instancia, nem na segunda por via de appellação. He resolução textual, e expressa de Celestino III. no cap. *Studuisti*, 2. *de officio legat. Studuisti nobis quærere, utrùm de causa, quam alicui delegamus, alius, qui sit in Provincia Legatus, vel ante cognitionem, vel posteà, valeat cognoscere, & commissionis nostræ processum, quem judici delegato transmittimus, valeat taliter impedire? Hanc itaque dubitationem de animo tuo amputare volentes, respondemus, quòd cum mandatum speciale deroget generali, Legatus commissionem alii, vel aliis factam specialiter non debet, nec potest impedire: ubi etiam si secundùm formam expressam nostri mandati sententia fuerit promulgata, non poterit ipse Legatus, nisi super hoc mandatum speciale receperit, eam quolibet modo irritare. Ipsam tamen si rationabiliter lata fuerit, confirmare valet, & executioni mandare.* Esta mesma resolução receberaõ os muitos DD. que seguem, e citaõ Tonduto de *Prævent.* Fragoso de *Regimin. Reipubl. Christ.* Gambara de *Offic. legat.*

Tondut. p.2. cap. 7. num. 9. Fragos. disp. 10. §. 2. num. 8. Gambar. lib. 8. num. 99.

903 E a razaõ he; porque quando o Pontifice commette alguma causa especialmente a hum Juiz Delegado, tira o seu conhecimento da jurisdicçaõ do Legado; porque ainda que o Legado, como Ordinario, tivesse conhecimento geral daquelle negocio em virtude da Legacia, e mandato geral; como porém o mandato especial derogue o geral, conforme a regra do cap.

cap. *1. de Rescript.* fica incompetente o Legado para o conhecimento daquella causa, que já privativamente pertence ao exame do Delegado. E tambem, porque o Legado naõ póde conhecer daquellas causas, em que o Pontifice poz as mãos, como elegantemente resolve Agostinho Barbosa; e como o Pontifice delegando especialmente algum negocio, he visto porlhe as mãos especialmente, segue-se, que já o Legado naõ póde intrometerse no seu conhecimento. E assim nem na primeira instancia, nem na segunda por appellaçaõ póde conhecer o Legado.

Barbos. de jur. Eccles. lib. 1. cap. 5. de offic. legat. n. 82.

904 Esta resoluçaõ porém padece algumas difficuldades, e a primeira he; porque no concurso de dous Juizes, se ambos saõ iguaes, ambos conhecem da causa, e ambos proferem a sentença, conforme o cap. *Pastoralis, de rescript.* e naõ sendo iguaes, o mayor conhecerá, e sentenciará a causa, como prova o cap. *Si duobus, 7. de appell.* L. *Contra pupillum*, §. *Final*, *ff. de re judic.* e naõ se póde negar, que no concurso do Juiz Delegado com o Legado *à Latere* he este mayor, que aquelle, assim pela razaõ da dignidade, como da jurisdicçaõ; assim resolve Corvino com outros DD. Segue-se logo, que ainda delegada a causa especialmente pelo Pontifice, o Legado ha de ser o Juiz, e naõ o Delegado. Responde-se porém, que ainda que o Lega-

Corvin. in Rubr. de offic. legat.

Legado a respeito da dignidade seja mayor, que o Delegado para muitas cousas; a respeito porém da causa especialmente commettida he o Delegado mayor; e naõ ha implicancia, que nesta diversidade de respeitos a mesma pessoa seja mayor, e seja menor; e sempre o Delegado pela commissaõ especial he mayor, que todos os Ordinarios, como ensina o Pontifice no cap. *Sane, de offic. deleg.*

905 A segunda difficuldade, porque o mesmo Pontifice Celestino III. no fim do mesmo cap. *Studuisti*, diz, que neste caso o Legado póde confirmar a sentença dada pelo Delegado: *Ipsam tamen, si rationabiliter lata fuerit, confirmare valet, & executioni mandare.* E se o Legado neste caso na segunda instancia póde confirmar a sentença, e examinar se foy dada racionavelmente, he certo, que já nesta instancia tem conhecimento sobre o Delegado, e se o tem para confirmar a sentença, tambem o tem para a revogar, conforme a regra vulgar, de que póde condemnar, o que póde absolver, como prova a L. 3. *ff. de Re judic. cap. Verbum de pænit. dist. 1.* Mas com a Glosa, Abbade, Butrio, Zabarella, e outros se responde, que a confirmaçaõ da sentença permittida neste caso, e naquelle Texto ao Legado naõ he judicial, ou authorizavel com conhecimento de causa; mas hum louvor, ou recomendaçaõ da mesma

Glos. Abbad. Butr. Zabarella, Gonçal. in dict. cap. *Studuisti*, 2. num. 6.

ſentença ; mas ainda que as palavras do Texto parecem, que no ſeu rigor naõ ſofrem bem eſta reſoluçaõ ; porque as palavras: *Si rationabiliter lata fuerit*, e as outras: *Executioni mandare*, neceſſitem de conhecimento da cauſa, ſe haõ de impropriar, para ſalvarem a contradiçaõ, que aſi meſmo fazia o Pontifice na deciſaõ daquelle Texto.

906 Porém eſta regra, aſſim defendida, tem varias limitações ; e a primeira he, ſe aquelle que impetrou da Sé Apoſtolica o reſpeito da delegaçaõ, antes de uſar delle, demandar o ſeu contendor diante do Legado ; porque entaõ ſem embargo da eſpecial delegaçaõ, póde o Legado conhecer pelo direito da prevençaõ, que lhe fundou a juriſdicçaõ *in actu*, e de que já naõ póde ſer privado ſem injuria, como reſolve Tonduto Sanlegerio de *Prævent.* e tendo a ſeu favor a regra da L. *Ubi cæptum*, 40. *ff. de judic.* de que a cauſa ha de continuar no juizo, em que começou competentemente. Além de que, o Legado naõ era inhabil, nem incompetente, e na prevençaõ eſtabeleceo o ſeu Juizo ; antes he viſto, que o impetrante depois do reſcripto, buſcando o ſeu Juizo, quiz renunciar a graça do reſcripto, que impetrara, conforme a regra da L. *In conſcribendo*, *Cod. de pact.*

Tondut. cap. 7. num. 11.

907 A limitaçaõ ſegunda he: quando ſe impetrou o reſcripto para ſuſcitar alguma cauſa antiga,

tiga, ſentenciada já pelo Legado; porque neſte caſo aquella eſpecial commiſſaõ naõ impede a jurisdicçaõ ordinaria, e geral do Legado *à Latere*; aſſim o reſolvem Tonduto Sangelerio no Tratado de *Præventione*, e Gonçalles Telles. E ainda que eſtes DD. naõ dem a razaõ deſta limitaçaõ; a deu o antigo, e doutiſſimo Abbade Panormitano; porque ſe entende, que neſte caſo, como a cauſa era antiga, e já diſputada diante do Legado, naõ foy notorio aõ Pontifice Romano o eſtado da cauſa, naõ ſe preſume, que pela ſua commiſſaõ eſpecial quizeſſe derogar á jurisdicçaõ ordinaria, e geral do Legado; e como obrepticia, e ſubrepticia ſe reputa eſta delegaçaõ, e commiſſaõ eſpecial; o que he muito attendivel em todos os reſcriptos, e muy eſpecialmente nos Apoſtolicos, como he clara, e expreſſa deciſaõ do cap. *Super litteris*, *20. de reſcript.* com outros muitos, e grande numero de DD. explica doutiſſimamente Gonçalles Telles no meſmo Texto, e eſpecialmente no numero quarto.

Tondut. p. 2. cap. 7. n. 10.
Gonçal. in dict. cap. *Studuiſti*, 2. num. 5.

Abb. in dict. c. *Studuiſti*, n. 2.

908 Outra eſpecialidade ha neſtes Legados *à Latere* no provimento dos Beneficios, mas naõ a ſeu favor, antes contra os ſeus provîdos; porque tendo eſtes algum Beneficio, ainda que modico, ſe os proverem de outro ſem fazer mençaõ do que tinhaõ, fica irrito, e ſem effeito eſte provimento, como he clara diſpoſiçaõ de Tex-

tos formaes no cap. *Collatio 5.* e no cap. *Final. de offic. legat. lib. 6.* e na *Clement. 2. de offic. judic. Ordin.* e com a Glossa resolve, e explica o doutissimo Padre Henrique Pirhing no seu novo methodo de direito Canonico; mas naõ perdem o primeiro Beneficio, que já tinhaõ.

Pirhing. tom. 1. lib. tit. 30. §. 27.

909 Mas esta resoluçaõ, que naõ he nova, padece grandes difficuldades; e a primeira he, que no concurso de dous Beneficios incompativeis, pelo provimento do segundo na mesma pessoa, vaga *ipso jure* o primeiro, pela regra geral do cap. *de Multa, 28. de præbend.* Mas he facil a reposta; porque esta regra procede nos Beneficios legitimamente providos, como explicaõ todos com Gonçalles Telles: no caso presente, suppomos o primeiro Beneficio legitimamente collado, e o segundo provido pelo Legado nullamente; e os actos nullos naõ tem effeitos validos de direito, conforme a reg. *Non præstat de reg. jur. in 6.*

Gonç. in dict. cap. *de Multa*, 28.

910 Mayor difficuldade he a segunda; porque os Colladores inferiores, e os Ordinarios, para proverem legitimamente os Beneficios, naõ he necessario, que façaõ mençaõ do Beneficio, que tem o provido, porque sendo compativel, ficaõ ambos; e sendo incompativel perde o primeiro, e fica com o segundo: he resoluçaõ expressa da *Clement. 2. de offic. Ordinar.* E segundo o que deixo escrito estes Legados saõ mayo-

res

res na jurisdicçaõ, que os Ordinarios, e se estes podem fazer as collações sem expressaõ dos Beneficios, que tem os providos, com mayor razaõ o poderáõ fazer os Legados. Esta difficuldade me fazia parecer menos juridica esta resoluçaõ: mas com as Glossas ao cap. *Final. verb. mentio de offic. legat. lib. 6. & in dict. Clem. 2. verb. nolumus*; hey de dar huma grande razaõ de differença; porque o poder de conferir os Beneficios concedido aos Legados *à Latere* he extraordinario, e especial, e com prejuizo dos outros Colladores; e assim se deve restringir como odioso; e o poder dos Colladores Ordinarios he quasi natural, e favoravel, e assim se deve ampliar, conforme a regra vulgar da reg. *Odia, de reg. jur. in 6.*

911 Com o doutissimo Padre Azor nos seus Moraes darey outra razaõ: porque assim como o provimento de algum Beneficio feito pelo Papa, se julga impetrado subrepticiamente, naõ se fazendo mençaõ do Beneficio, que tem o provido, ainda que seja pequeno; porque o Santo Padre regularmente ignora os Beneficios, que tem cada hum dos Clerigos; assim a collaçaõ de algum Beneficio impetrado do Legado *à Latere*, se deve julgar subrepticia, pela taciturnidade, que o impetrante fez do Beneficio, que já tinha; pois conferindo-os por authoridade Apostolica ha de imitar a collaçaõ Pontificia; porque

Azor. Moral. p. 2. lib. 5. cap. 28. quæst. 23.

que tambem o Legado ignora a qualidade dos Beneficios da ſua Provincia. O contrario procede nos Colladores Ordinarios inferiores, que como viſitaõ muitas vezes as ſuas Igrejas, e os ſeus ſubditos, ſempre lhes he notorio, que Beneficios, e quaes poſſuem os Clerigos do ſeu Biſpado; e por eſta razaõ a impetra, que lhe fazem de algum Beneficio, calando o Beneficio, e a ſua qualidade, naõ he obrepticia, nem ſe vicia, como o provimento dos Legados, quando o impetrante calou o Beneficio, que tinha, e a ſua qualidade.

912 Porém eſta regra tem a limitaçaõ ſeguinte; e vem a ſer, que ſe o Legado *à Latere* naõ der o Beneficio por ſupplica, e impetra do provido, mas *motu proprio*, expreſſando eſta clauſula nas Bullas, ainda que naõ faça mençaõ do Beneficio, que já tinha o Beneficiado, he valida eſta collaçaõ; e ſe os Beneficios forem compativeis, fica com todos, e ſe forem incompativeis, fica com o ſegundo, e perde o primeiro, pela regra do cap. *de Multa*, *28. de præbend.* eſta reſoluçaõ he do doutiſſimo Pirhing. E a razaõ he evidente; porque ſemelhante collaçaõ de Beneficio com a clauſula *motu proprio*, feita pelo Summo Pontifice, he valida por hum Texto expreſſo no cap. *Si motu*, *23. de præbend. lib. 6.* E ſe iſto ſuccede na collaçaõ feita pelo Papa, o meſmo deve ſer no provimento feito pelo

Pirhing. dict. §. 17. verſ. *Excipitur.*

pelo Legado, que goza, pelos ſeus poderes, da meſma authoridade, como deixo eſcrito. O que ſe confirma: porque neſte caſo he valida a collaçaõ feita pelos Ordinarios; logo tambem a feita pelos Legados, que naõ devem ſer de inferior condiçaõ.

913 E a razaõ concludente he, porque no Beneficio impetrado do Legado, he culpa do impetrante, que calou o Beneficio, que já tinha; e quando o Legado o provê *motu proprio*, naõ ha culpa do provìdo, e aſſim naõ ha, que ſe lhe impute, como com o Padre Layman, e Agoſtinho Barboſa diſcorre o meſmo Padre Pirhing.

914 E iſto que dizemos do Legado *à Latere*, procede tambem em qualquer dos outros Legados Apoſtolicos, a que eſpecialmente for concedida a graça de poderem conferir Beneficios, como he reſoluçaõ expreſſa da Gloſſa na *Clement.2. verbo, nolumus, ibi: Et alii Legati ex ſpeciali commiſſione quandoque Beneficia conferant*, a quem ſegue Pirhing no ſeu lugar citado.

915 Para mayor declaraçaõ, do que deixo eſcrito acima, ſobre a duraçaõ, ou extinçaõ da Legacia do Legado *à Latere*, conſidero os caſos ſeguintes: o primeiro he, quando morre o Legado *à Latere*; e neſte ſe acaba o cargo, e poder da Legacia, ainda que ſe déſſe *intuitu dignitatis, v. g. Archiepiſcopalis*, ſempre ſe reputa

puta peſſoal, e ſe deve reputar dada a peſſoa, e naõ real ao officio; e aſſim ſe extingue com a peſſoa, e ſe cria de novo, e ſe concede ao ſucceſſor, como nova graça, e naõ como ſucceſſaõ, como reſolve o doutiſſimo Abbade Panormitano.

Abb. in cap. *Quoniam*, 14. n. 11. de offic. deleg.

916 O ſegundo caſo he, quando morre o Summo Pontifice, que criou eſte Legado *à Latere*, e neſte pela morte do Papa *non expirat*, nem ſe extingue a Legacia, como he Texto formal, e expreſſo no cap. *Legatos*, *2. de offic. legat. in 6.* aonde o reſolve Clemente IV. declarando, que o officio de Legado commetido por ſeu predeceſſor ao Cardial de Santa Cecilia, naõ expirara pela morte do Papa; e ſaõ admiraveis as palavras do Pontifice: *Legatos, quibus in certis Provinciis committitur Legationis officium, ut ibîdem evellant, & diſſipent, ædificent, atque plantent, Provinciarum ſibi commiſſarum, ad inſtar Proconſulum, cæterorumque præſidum, quibus ſunt decretæ certæ Provinciæ moderandæ, Ordinarios reputantes: præſenti declaramus edicto, commiſſum ſibi à prædeceſſore noſtro Legationis officium, nequaquam per ipſius obitum expiraſſe.* E a razaõ deu o meſmo Pontifice Clemente IV. naquellas palavras *Ordinarios reputantes*; que nos Legados fica propria, e ordinaria eſta juriſdicçaõ, e naõ ſe extingue pela morte do Concedente.

E ain-

917 E ainda accrefcento mais, que fe naõ extingue a jurisdicçaõ do Legado, ainda que nem entraffe na Provincia, nem principiaffe o feu emprego em vida, e antes do obito do Pontifice; porque tambem os outros Juizes Ordinarios naõ perdem a jurisdicçaõ por morte do Conftituinte, ainda que o negocio efteja *re integra*, e naõ começaffem a ufar da fua jurisdicçaõ: *Ex Text. in* L. *Et quia, 6. ff. de jurisdict. omn. judic.* e os Legados ficaõ pela fua creaçaõ Juizes Ordinarios, como deixo efcrito. O que fe confirma; porque o Legado do Papa he Legado da Sé Apoftolica, o qual naõ acaba, conforme o cap. *Si gratiosè, 5. de refcript.* e affim tambem naõ deve acabar a jurisdicçaõ do feu Legado *à Latere*. E ainda que naõ tenha principiado o exercicio da fua jurisdicçaõ, e a naõ tenha *in actu;* naõ fe póde negar, que já tem a dignidade, e o poder de Legado *in habitu*.

918 E he de advertir, que àquelle, que foy Legado *à Latere*, ainda depois de acabado, ou depofto o officio, fe deve reverencia, e refpeito, em memoria, e veneraçaõ da dignidade, e emprego, que teve dado pela Sé Apoftolica; como efcreve Durando, e Pirhing.

Durand. tit. de legat. §. fin. n. 8. Pirhing. fupr. §. 38.

919 E he de notar primeiro, que todas eftas prerogativas efpeciaes, concedidas aos Legados *à Latere*, naõ faõ fómente para elles, mas tambem para os outros Legados, a quem o Pa-

pa nomear, ou mandar com os poderes de Legados *à Latere*; e com esta differença sómente, que os Legados *à Latere* em virtude da sua criaçaõ tem todos estes poderes, como proprios do seu emprego; e os outros, como especial graça em virtude da sua especial commissaõ, e sómente para aquillo, para que lhe deraõ os poderes, como escreve o doutissimo Padre Molina de *Just. & jure.* E por esta razaõ os Nuncios em Portugal, que saõ Legados *Missos*, e a que vulgarmente chamamos Nuncios, e trazem poderes de Legados *à Latere*, vaõ à Secretaria de Estado mostrar as suas Bullas, de que se dá vista ao Procurador da Coroa, para se ver, se encontraõ, derogaõ, ou alteraõ as prerogativas, liberdades, e usos destes Reynos; e fora razaõ, que com a reposta do Procurador da Coroa se imprimissem, para que as partes soubessem, e tivessem noticia, para saberem, como, quando, e a quem deviaõ requerer. E a razaõ disto he, porque ainda que os Cardiaes, sendo Legados *à Latere*, naõ sejaõ obrigados a mostrarem os seus poderes, e se deve estar pelo seu dito, assim pela excellencia da dignidade Cardinalicia, como pela authoridade de tal Legado; aos outros se lhes naõ dá credito, sem mostrarem as suas Cartas, e poderes, conforme o cap. *Nobilissimus*, *97. dist.*

Molin. tract. 5. disp. 9. n. 14.

Azor. Moral. 2. p. lib. 5. cap. 27. quæst. 8. Barbos. de jur. Eccles. lib. 1. cap. 4. n. 63. Valens. ad Decret. lib. 1. tit. 30. §. 2. n. 4.

920 Tambem he de notar, que assim como os

os Biſpos em qualquer lugar do ſeu Biſpado, naõ ſendo iſento, pódem levantar Tribunal, e ouvir as partes nos proceſſos das ſuas cauſas, e fazer tudo o mais que pertence ao ſeu officio Paſtoral; porque em todo elle tem juriſdicçaõ, conforme o cap. *Cum Epiſcopus, de offic. Ordin. in 6.* e o Arcebiſpo em qualquer parte da ſua Dioceſi; mas naõ nos Biſpados dos ſeus Suffraganeos, ſenaõ no caſo do cap. *Ut litigantes, de offic. Ordinar. in 6.* Na meſma fórma o Legado póde ouvir as cauſas, e exercitar o ſeu officio em qualquer parte da Provincia, ou Provincias, que lhes ſaõ commettidas, expedindo em hum lugar os negocios da outra Provincia tambem ſua, e tudo o mais que pertencer ao ſeu emprego, como prova o cap. *Novit, de offic. legat.* e com a Gloſſa, e Navarro o Padre Molina. He neceſſario porém, que o lugar ſeja decente, honeſto, e a que commodamente poſſaõ concorrer os litigantes, como ſe deduz por argumento da L. *Si cum dies*, §. *Si arbiter*, *ff. de recept. arbitr.* Navarro, e Molina ſupra: mas hoje regularmente aſſiſtem nas Cortes.

Molin. ſupr. n. 8.

921 Tambem ſe deve notar, que aſſim como he licita a appellaçaõ do Biſpo para o Pontifice *omiſſo medio*, deixando o Metropolitano ſuperior immediato; aſſim tambem ſe póde appellar do Biſpo para o Legado *omiſſo medio* do

Arcebispo superior immediato, como com a Glossa, e o Abbade resolve o Padre Molina. E o Concilio Tridentino *sect. 22. cap. 7.* deu a fórma como haviaõ de proceder nas causas civeis, que he a seguinte: *Legati, & Nuntii Apostolici, Patriarchæ, Primates, & Metropolitani in appellationibus ad eos interpositis, in quibusvis causis, tam in admittendis appellationibus, quàm in concedendis inhibitionibus post appellationem, servare tenentur formam, & tenorem sacrarum Constitutionum, & præsertim Innocenti IV. quæ incipit:* Romana, *de appellat. lib 6. quacumque consuetudine, etiam immemoriabili, aut stylo, vel privilegio in contrarium non obstantibus: aliter inhibitiones, & processus, & inde sequuta quæcumque, sint ipso jure nulla.*

Molin. supr. num. 9.

922 E no que respeita às causas criminaes deu o mesmo Concilio *in sect. 13. capit. 3.* a fórma seguinte: *Rursus ab Episcopo, aut ejus Vicario in spiritualibus Generali, in criminali causa appellans (ad quemcumque scilicet, atque adeo etiam ad Legatum, aut Nuntium) coram judice, ad quem appellavit, acta primæ instantiæ omninò producat: & judex, nisi illis visis, ad ejus absolutionem minimè procedat. Is autem, à quo appellatum fuerit, intra triginta dies acta ipsa postulanti gratis exhibeat: alioquin absque illis, causa appellationis hujusmodi, prout justitia suaserit, terminetur.*

Deve-

923 Deve-se tambem notar, que ainda que os Legados naõ possaõ obrigar os litigantes das suas Provincias, a que venhaõ na primeira instancia litigar diante delles, nem possaõ avocar as causas ao seu Juizo, deixando o Ordinario; porque ao Author he licito escolher o Ordinario, que quizer, quando juntamente concorrem *multis* Ordinarios, diante os quaes possa convir aos Reos na primeira instancia: com tudo podiaõ os Authores chamar os Reos de toda a Provincia, ou de cada huma dellas, na primeira instancia, para o Juizo do Legado, ou do Nuncio, deixando o outro Juizo Ordinario, como he Texto expresso no cap. *1. de Offic. legat. ubi latissimè* com muitos DD. Gonçalles Telles, e explica muito bem o Padre Molina.

Molin. supr. n. 7.

924 Mas esta faculdade restringio o Santo Padre Leaõ X. no anno de 1515. na Bulla *Regimini universalis*, *§. Et cum Ecclesiasticus*, *8.* para que fóra da Curia Romana nenhuma causa se pudesse tirar na primeira instancia do Juiz Ordinario: *Et cum Ecclesiasticus ordo confundatur, & sua unicuique jurisdictio servetur, jurisdictionem Ordinariorum (quantum in Deo possumus) favere, ac litibus finem celeriùs imponi, & litigantium immoderatis sumptibus, & expensis parci satagentes: statuimus, & ordinamus; quod singulæ causæ, tam spirituales, quàm civiles, & mixtæ, ac forum Ecclesiasticum quomodolibet concernentes, & be-*

& beneficiales (dummodò beneficia ipsa generaliter reservata non fuerint, & ipsorum singulorum beneficiorum fructus, redditus, & proventus XXIV. ducatorum auri de camera, secundùm communem æstimationem valorem annuum non excedant) in prima instantia extra Romanam Curiam, & in partibus coram Ordinariis locorum dumtaxat cognosci, & terminari valeant.

Tridento sect. 24. de reform. cap. 20.

925 E os PP. do Concilio Tridentino deraõ nova fórma, e especial nesta materia a favor dos Ordinarios na primeira instancia, de que darey sómente as palavras pertencentes a esta materia, deixando as mais, por ser muy largo este Capitulo. *Causæ omnes ad forum Ecclesiasticum quomodolibet pertinentes, etiamsi beneficiales sint, in prima instantia (hoc est usque ad ultimam sententiam definitivam) coram Ordinariis locorum dumtaxat cognoscantur, atque omninò, saltem intra biennium à die motæ litis, terminentur :::::: Legati quoque etiam de Latere, Nuntii, Gubernatores Ecclesiastici, aut alii quarumcumque facultatum vigore, non solùm Episcopos in prædictis causis impedire, aut aliquo modo eorum jurisdictionem iis præripere, aut turbare non præsumant, sed nec etiam contra Clericos, aliasvè personas Ecclesiasticas, nisi Episcopo priùs requisito.*

926 E assim já hoje a primeira instancia a nenhum Ordinario inferior se póde tirar, e diante

te delle ſe ha de concluir a primeira inſtancia; como com muitos DD. reſolvem Barboſa, e Salgado de *Retentione Bullarum*. E daqui vem, que os Legados *Natos*, nem ainda *per viam querelæ*, podem ſer buſcados, porque he tirar a primeira inſtancia aos Ordinarios ſeus Suffraganeos, como reſolve Gonçalles Telles. Porém como de direito Canonico ainda das interlocutorias ſaõ permittidas as appellações, conforme o cap. *1. de Appellat. in 6.* de qualquer incidente appellaõ para o Superior, e juſtificado o gravame daquelle incidente fica devoluto o conhecimento de todo o negocio, e trasladada a primeira inſtancia, taõ recomendada para ſe naõ tirar dos Ordinarios inferiores; e com eſta pratica, hoje geral, ſe conſervaõ os ſuperiores; mas entendo que injuſtamente.

Barboſ. in Conc. dict. cap. 20. Salgad. p. 2. cap. 3.

Gonç. in cap. 1. num. 3. de offic. legat.

927 E daqui ſe vem a concluir as grandes, e eſpeciaes prerogativas dos Legados *à Latere*, que creſceraõ mais, depois que ſe fizeraõ proprios na dignidade Cardinalicia; e tambem, que hoje eſtaõ mais diminutas, e coarctadas as graças, que tinhaõ, ou foſſem criados Legados *à Latere*, ou mandados com os poderes de Legados *à Latere*; porque os meſmos Pontifices, que os criavaõ, ou lhes davaõ os poderes, lhos reſtringiaõ, nem podiaõ excedellos; porque como toda a jurisdicçaõ Eccleſiaſtica provenha da Cabeça da Igreja, fonte donde mana toda a jurisdicçaõ,

risdicçaõ, conforme o cap. *Decreto*, *11. cap. Qui ſcit*, *2. q. 6. cap. Multis*, *3. quæſt. 6.* e aſſim como o Papa a podia dar, a podia tambem reſtringir, como largamente prova Gonçalles Telles. Pelo que já hoje naõ he taõ ampla a jurisdicçaõ dos Legados *à Latere*, o que ſe deve entender naquillo, que lhes for reſervado; aliás dados *ſimpliciter* tem os meſmos privilegios, e authoridade antiga, exceptas as reſervas incorporadas em direito Canonico: porque eſſa he a natureza das limitações, firmarem a regra em contrario.

Gonç. in cap. 1. de reſcript.

928 Tambem os Legados *Natos* tem algumas eſpecialidades, que naõ ſaõ communas aos outros. De ſorte, que he mais continuado o ſeu poder; porque a jurisdicçaõ deſtes Legados, como lhes vem naſcendo com o Beneficio, de que he adherente, dura por todo o tempo, que poſſuem o Beneficio, conforme o cap. *Antiqua, de privileg.* Nos outros Legados como a Legacia he adherente à peſſoa, e naõ ao Beneficio, acabado o termo, porque lhe foy dada, eſpira, e ſe acaba. Nos Legados *Natos*, em quanto lhes naõ tiraõ o Beneficio, naõ lhes tiraõ a jurisdicçaõ; aos outros ſe lhes tira, e póde tirar todas as vezes, que a Sé Apoſtolica quizer. Com a morte do Pontifice naõ ſe extingue a Legacia deſtes Legados; porque ſe entende dada naõ ſó por elle, mas pela Sé Apoſtolica, e Colle-

Collegio dos Cardiaes, conforme o cap. 2. *de Offic. legat. in 6. cap. Si gratiosè de reſcript. in 6.* e tambem porque radicada na dignidade fica perpetua. E por eſte motivo, ainda que pela morte do Legado *Nato* acabe a jurisdicçaõ quanto à ſua peſſoa, naõ acaba quanto à dignidade, a que eſtá annexa, porque eſta naõ morre, nem acaba: muda-ſe a jurisdicçaõ, pela peſſoa dos ſucceſſores no Beneficio, mas naõ ſe muda neſta variedade a Legacia; porque na mudança do Juiz naõ ſe muda o Juizo, conforme a L. *Cum proponebatur, 76. ff. de judic.*

929 Os Legados *Miſſos*, a que vulgarmente chamamos Nuncios, tem algumas couſas eſpeciaes, que naõ ſaõ commuas aos Legados *Natos*. Porque os *Miſſos* nas ſuas Provincias podem expedir alguns negocios leves, que lhes naõ vaõ declarados nas ſuas Bullas, conforme o cap. *Mandato, 6. de præſ. cap. Cum dilecti, 8. de accuſat. cap. Excommunicatis, 9. de offic. legat. cap. Pervenit, 17. de ſentent. excommunic. extravag. perlectis Joan. XXII. inter commun.* e explicaõ Molina, Agoſtinho Barboſa, e Gonçalles Telles. Porém os Legados *Natos* naõ podem arrogar a ſi couſa alguma, fóra das eſpecialmente declaradas nos ſeus Breves Apoſtolicos, conforme o cap. 1. *de Offic. legat. in 6.*

Molin. de Juſt. tom. 4. diſp. 57. n. 1. Barb. de Poteſt. Epiſc. alleg. 41. n. 2. Gonçal. in dict. cap. *Excommunicatis*, 9. n. 6.

930 Ainda a reſpeito dos Legados *à Latere* diſputaõ os DD. varias queſtões, que propo-

rey, e resolverey brevissimamente. A primeira he, se podem legitimar os espurios para os Beneficios, e mais cousas Ecclesiasticas? Hey de responder, que sim, com o Padre Azor, que trata largamente esta materia.

Azor. Mor. p. 2. lib. 5. c. 30. à quæst. 1.

931 Segunda: se podem dar demissorias, assim como os Bispos, e Arcebispos aos seus subditos, para que se possaõ ordenar por Bispo alheyo? Com Garcia, Pirhing, e Laureno, hey de dizer resolutamente, que sim. A difficuldade grande he, se as póde dar, durante o anno da Sé Vacante, aos que naõ saõ precisados a tomar Ordens naquelle anno? Nega expressamente Pirhing: affirma Laureno. Porque a prohibiçaõ do Concilio Tridentino foy posta sómente aos Cabidos Sé Vacante; e como era contra a disposiçaõ de direito Commum, naõ comprehende a mais, que os exceptuados: e me parece bem a resoluçaõ de Laureno.

Garcia de benefic. p. 5. c. 7. num. 93. Pirhing. ad lit. de tempor. Ordin. n. 54. Lauren. supr. quæst. 756.

Pirhing. supr. §. 54. Lauren. supr.

932 Terceira: se podem dispensar na residencia dos Beneficios Curados? Responde Laureno no seu *Foro Beneficial*, que naõ tendo especial concessaõ (no que ainda duvidara) naõ póde dispensar; salvo naquelles casos, em que os Bispos podem. E se poderáõ tirar hum Beneficiado Curado da sua Igreja, para o occupar no seu serviço? Resolve, e explica muito bem Laureno.

Laureo. p. 1. quæst. 374.

Lauren. supr. quæst. 386.

933 Quarta he: se poderáõ dar Coadjuto-

rias

rias perpetuas, ou temporaes nos Beneficios? Laureno ao titulo de *Offic. legat.* responde a esta duvida separando casos, e seguindo a sua resoluçaõ, e separaçaõ. E assim digo; primeiro, que naõ podem dar Coadjutorias perpetuas, e com futura successaõ nos Beneficios, ainda inferiores; porque esta concessaõ he especialissima graça do Pontifice, e se naõ extende nem ainda aos Legados *à Latere*, como resolvem Gambara, Barbosa, Garcia de *Beneficiis*, Tonduto nas *Questões Beneficiaes*, Castro Palaõ, e Laureno: e assim só o Summo Pontifice, e *dispensativè* póde dar estas Coadjutorias.

Lauren. quæst. 757.

Gambar. de Offic. legat. lib. de Coadjutor. n. 13. Barbos. de jur. Eccles. lib. 3. c. 10. n. 33. Garcia p. 4. c. 5. n. 18. Tondut. p. 2. c. 1. §. 13. n. 27. Castro tract. 13. disp. 1. p. 9. n. 7. Lauren. supr. n. 1.

934 Digo segundo, que nem ainda Coadjutorias temporaes póde o Legado *à Latere* dar aos Bispos, e Arcebispos; porque este poder he privativo, e especial do Summo Pontifice, como com Gambara, Barbosa, Castro Palao, e Azor resolve Laureno. E a razaõ se tira do Texto no cap. *unic. de Cleric. ægrot. lib. 6.* aonde se resolve, que a doaçaõ dos Coadjutores a respeito dos Bispos he das causas mayores reservadas ao Papa; e todos entendem estes Textos naõ só das Coadjutorias perpetuas, mas ainda das temporaes.

Gamb. supr. num. 4. Barbos. supr. n. 21. Castr. Pal. supr. n. 5. Azor. p. 2. lib. 3. c. 2. quæst. 2. Lauren. supr. n. 2.

935 Digo terceiro, que tambem naõ podem dar Coadjutores nas dignidades electivas, e do Padroado secular; porque he privar os Eleitores (como entre Nós, nas Conezias, Dignida-

des, e Igrejas, que por eleiçaõ provê a Universidade de Coimbra) da faculdade de votarem, como resolve Remouchio no seu Tratado de *Coadjutorias*. Sendo que Laureno naõ considera implicancia nestas Coadjutorias, porque naõ saõ perpetuas na pessoa do provido, nem tem futura successaõ, e acabaõ com a vida do Coadjuvado: e naõ impedem a eleiçaõ, nem o provimento dos Eleitores, e do Padroeiro.

Remouch. c. 5. n. 4. & 6.

Lauren. supr. n. 3.

936 Digo quarto, que nos Beneficios inferiores, que naõ saõ isentos, nem de Padroado secular, ou mixto, póde o Legado (como tambem o Bispo) dar Coadjutores temporaes, e he commua resoluçaõ dos DD. de Fagnano, e os mais que segue, e refere Laureno.

Fagnan. in C. nulla de concess. præb. n. 67. Lauren. supr. n. 4.

937 Varias, e muitas questões curiosas do poder dos Legados em materias Beneficiaes, se podem ver *remissivè* em Laureno, que naõ levanta menos de quarenta, e todas uteis, e dignas de exame, e consideraçaõ, que li com grande gosto: e se fora outro o meu emprego, escrevera, e disputara com largueza, porque a materia naõ he vulgar, e envolve muito direito publico, em que se naõ estuda muito, e sómente se busca em caso particular.

Lauren. supr. c. 2.

938 Os Castelhanos todos dizem, que os Arcebispos de Toledo saõ Legados *Natos*: poderáõ ter Bulla da Sé Apostolica, mas entendo, que he dignidade nua, e sem jurisdicçaõ; mas

elles

elles que o eſcrevem, o defendaõ, que eu como naõ vi o Breve, nem approvo, nem reprovo.

939 Suppoſta eſta breve, e recopilada, mas completa noticia dos Legados Apoſtolicos; entro a diſcorrer, que eſpecie de Legacia era eſta, com que o Santo Padre Eugenio IV. mandou ao Veneravel Meſtre Joaõ, Biſpo de Lamego, que executou ſendo já Biſpo de Viſeu, em Portugal para a viſita, e reforma da Ordem da Cavallaria de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto. Parece naõ foy o Biſpo Legado dos Extraordinarios, que vaõ a tratar negocio algum particular com os Principes Soberanos; porque eſtes, como deixo eſcrito, naõ tem jurisdicçaõ, e o Papa ao noſſo Biſpo lha deu ampliſſima, como perſuadem os poderes declarados na ſua Bulla, de que logo darey a copia, tirada de traslado authentico: logo naõ era Legado Extraordinario, e devia de ſer de algum dos tres generos de Legados, que deixo eſcrito.

940 Parece naõ era Legado *Miſſo*, porque eſtes ſaõ mandados para alguma, ou muitas Provincias, e para todos os negocios dellas, e deſtinados *ad univerſitatem cauſarum*, como eſtá dito; e ao Veneravel Biſpo naõ ſe lhe commettia Provincia alguma, mas o negocio eſpecial da reforma daquella Religiaõ Militar; com jurisdicçaõ ſim, mas para aquillo ſómente, que reſpei-

refpeitaffe àquelle negocio ; e affim fe naõ podia dizer Legado *Miffo*, ou *Nuncio*, ainda que foffe mandado pela Sé Apoftolica.

941 Tambem parece, que naõ era Legado *Nato*, porque fendo eftes aquelles, a quem pela dignidade lhes vem nafcendo a jurisdicçaõ; nos Bifpados de Lamego, e de Vifeu naõ era annexa efta Legacia: circunftancia condecorante da peffoa era a dignidade para o emprego, porém naõ foy o motivo; porque em Portugal havia Arcebifpos, e ainda Bifpos mayores, pelo lugar, e pela antiguidade: a fua peffoa fim foy, o para que fe attendeo nefte emprego, ornada de grandes virtudes, capacidade, talento, e experiencias, e o fer muy grato a todo o Reyno, e que pela occupaçaõ havia de entender com as mayores peffoas do Reyno, que profeffavaõ aquella Religiaõ Militar, e de que era Adminiftrador hum Infante de Portugal, a quem as grandes prendas o faziaõ de mayor authoridade; tudo ifto era notorio ao Pontifice, com quem, o Meftre Joaõ, fendo ainda Cardeal, tinha muy eftreita amizade, e continuada communicaçaõ, e do qual, depois Pontifice, recebeo muy efpeciaes favores para a fua Congregaçaõ, que principiava, para o Reyno, e para fi: e habilitado com tantas virtudes, pedido pelo Infante, e pela Ordem, fem attençaõ à dignidade, mas à peffoa, o nomeou Eugenio

para

para eſta Legacia, em que procedeo como ſe eſperava, e deixou bem eſtabelecida a reforma deſta Religiaõ Militar, de que darey conta, ſe Deos Senhor Noſſo me der vida.

942 Naõ ſendo logo o Meſtre Joaõ Legado *Extraordinario*, nem *Miſſo*, nem *Nato*, parecia que era Legado *à Latere*; mas como podia ter eſte emprego naõ ſendo Cardeal? Porque já diſſe, que antigamente naõ era preciſo ſerem Cardeaes para ſerem Legados *à Latere*, como hoje he; mas que ainda que naõ foſſem Cardeaes, os podia mandar o Pontifice, os póde mandar ainda hoje, ſenaõ Legados, com os poderes de Legados *à Latere*; iſto eſcrevi; e agora por accreſcentamento entro na duvida ſeguinte.

943 Se eſtes Legados, que naõ ſaõ Cardeaes, mas ſaõ mandados com os poderes de Legados *à Latere*, tem igual poder, que os Legados, que ſaõ Cardeaes? Eſta queſtaõ diſputaõ na juriſdicçaõ ſobre os iſentos, e lhes naõ daõ differença, Abbade, Molina, e Garcia. O contrario reſolvem Wieſtner, com Rocho de Curte, Chokier, Pignatelo, Barboſa, e Engels, que cita Laurenio. Neſta contradiçaõ hey de ſeguir a diſtinçaõ, que faz Laureno, que ſempre deve ſeguirſe ao Doutor, que diſtingue; e digo, que naõ he igual em tudo a authoridade do Legado com poderes de Legado *à Latere*, à dos

Abb. in cap. 1. de offic. leg. Molin. ſupr. Garcia de benef. p. 5. c. 3.
Wieſtn. de offic. leg. n. 33. Lauren. de offic. leg. quæſt. 755. num. 2.

à dos Legados Cardeaes, porque estes sempre levaõ mayor jurisdicçaõ; mas os Legados com os poderes de Legado *à Latere*, levaõ, naõ tendo exceptuaçaõ, tudo quanto lhes competia de direito commum, e se lhes naõ restringir nos seus poderes; e nesta parte saõ iguaes huns, e outros. Esta distinçaõ he bem fundada; porque alguma differença deve haver entre aquelle, a quem daõ direitamente algum lugar, e aquelle, a quem sómente daõ os poderes, como vemos entre hum Governador em chefe, e hum, a quem se encarrega o governo com vezes de Governador: como porém aquella clausula: *com os poderes de Legado à Latere*, naõ deve ser ociosa; devem entenderse dados todos os poderes, que competem aos taes Legados por direito commum, e nisto vaõ igualados huns, e os outros.

944 Mas ou o Mestre Joaõ naõ fosse Legado *à Latere*, por naõ ser Cardeal, sendo que em tempos antigos naõ era necessario ter esta dignidade, nem ainda hoje, como escreve Barbosa, que logo hey de citar, nos amplissimos poderes, que na sua Bulla lhe dá Eugenio, he visto nomeallo com os de Legado *à Latere*. Nem faça duvida, naõ se exprimir na Bulla do Santo Padre Eugenio, para o Mestre Joaõ, porque isto naõ se ha de medir pelas palavras escritas na Bulla, porque a tal clausula se costuma pôr de estylo da Curia, como escreve Barbosa; mas

Barbos. de jur. Ecclef. lib. 1. cap. 5. n. 4.

mas pelos poderes, que ſe lhe daõ na ſua Bulla, o que ſe ha de conhecer pelas faculdades, que as Letras Apoſtolicas exprimem, como diz o Padre Molina de *juſtitia, & jure.*

Molin. tract. 5. diſp. 9. num. 10. in fin.

945 Vejamos já os poderes da Bulla; e ainda que eu no principio deſte Catalogo reſervava dar a copia das Bullas do Santo Padre Eugenio IV. e do Santo Padre Julio II. para quando eſcreveſſe da Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto; vim a entender, que para ſatisfaçaõ do proximo diſcurſo as devia dar agora, e tambem a Bulla, ou Paſtoral do Meſtre Joaõ, Biſpo de Viſeu; notando nas margens, o que for fundamento dos argumentos já eſcritos; e tirando das Bullas, o que ſervir para razaõ da Legacia do meſmo Biſpo; porque das Bullas ſe devem tirar os poderes, como reſolvem os DD. citados ſupra.

946 Eſtas Bullas copiou fideliſſimamente o grande Deſembargador Pedro Alvares, a de Eugenio Papa, e a do Biſpo, e traz na primeira parte da Ordem de Chriſto pagina 93. verſ. e 94. e a de Julio II. no meſmo livro pag. 154. verſ. e as copiarey na meſma fórma, que elle as copiou, que me naõ ſerá injurioſo ſeguir as direções de hum homem taõ douto, e que com tanto trabalho examinou, e apurou eſtas antiguidades.

Reformaçaõ da Regra, e modo de viver desta Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, que fez D. Joaõ, Bispo de Viseu, que primeiro foy Bispo de Lamego, por commissaõ do Papa Eugenio IV. impetrada à supplicaçaõ do Infante D. Henrique, Administrador perpetuo por authoridade Apostolica do Mestrado desta dita Ordem. A qual commissaõ, posto que foy expedida no anno da Encarnaçaõ do Senhor de 1434. naõ foy apresentada ao dito Bispo se naõ no anno de 1443. nove annos depois de expedida, e foy executada no anno de 1449. segundo se mostra pelo successo da execuçaõ della, que se segue.

Nota.
E ainda na Vida de Eugenio, que morreo quatro annos depois no de 1447.

JOannes Dei, & Apostolicæ Sedis gratia Episcopus olim Lamacensis, & nunc Visensis: Judex delegatus, & executor, authoritate Apostolica ad infra scripta specialiter deputatus, Universis, & singulis, quos infra scriptum tangit negotium, vel tangere poterit, quodlibet in futurum, salutem. Noveritis, quod nuper secunda die Januarii anno Domini 1443. in Civitate Ulisbonensi in Aula, seu Palatio Excellentissimi, & Nobilissimi Domini Infantis Domni Henrici, perpetui Gubernatoris Ordinis Militiæ Jesu Christi in his Regnis, pro parte dicti Domini, & Venerabilium Militum Fratrum dicti Ordinis, fuit nobis quoddam rescriptum, seu quædam litteræ

Nota diem, quo litteræ præsentatæ fuerunt Episcopo.

teræ Apostolicæ Sanctissimi in Christo Patris, & Domini Domini providentiâ Dei Papæ Eugenii IV. fuerunt præsentatæ in pergameno scriptæ, sub vera Bulla plumbea in corda canapis pendentis bullatæ, ut Romanæ Curiæ moris est, non vitiatæ, non cancellatæ, neque in aliqua sui parte suspectæ, sed omni prorsus vitio, & suspectione carentes, prout ex inspectione earum prima facie apparebat. Quarum quidem litterarum tenor de verbo ad verbum sequitur, & est talis.

Eugenius Episcopus, Servus Servorum Dei.

Venerabili Fratri Joanni, Episcopo Lamacensi, salutem, & Apostolicam benedictionem. Super gregem Dominicum nostræ divinitùs vigilantiæ creditum intenti, prout nobis desuper concessit, speculatoris officium exercentes religioni dedito eo providentiùs studio gubernari cupimus, ut in eis cordium Scrutator almificus nihil inveniat notâ dignum. Ad hæc enim nostros quotidiè cogitatus diffundimus, ad id nostri pectoris studia desideranter exponimus, ut illustrata virtutum radiis Religio hujusmodi dilatetur, ac vigeat, & mediis, normisque debitis existentiam jugiter contingat salutarem. Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte dilecti filii nobilis viri Henrici, Ducis Visensis, & per-

Nota. Que primeiro poz o nome proprio de Joaõ, e depois o commum de Bispo.

petui administratoris in spiritualibus, & temporalibus militiæ Jesu Christi per Sedem Apostolicam deputati, petitio continebat propter varias dictæ militiæ Ordinationes, & Statuta, & quorum aliqua plurimùm illi dispendiosa, quædam verò minus rationabilia sunt, gratia in hujusmodi spiritualibus, & temporalibus, ipsa militia sustinuerit detrimenta, pro parte dicti Ducis, & Administratoris, Nobis fuit humiliter supplicatum, ut super his opportunè providere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur hujusmodi supplicationibus inclinati fraternitati tuæ, de qua in his, & aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per Apostolica scripta committimus, & mandamus, quatenus vocatis, qui fuerint evocandi, ac visis, & diligenter examinatis per te Statutis, & Ordinationibus prædictis, nec non ejusdem Militiæ consuetudinibus, ex ipsis etiamsi roboris Apostolici firmitate vallata sint illa, quæ minus rationabilia, seu Militiæ prædictæ, vel ejus Fratribus, ac personis dispendiosa censeri possint, & ex quorum observantia scandalum, ac inconveniens succedere deberent, authoritate Apostolica tollas, revoces, casses, irrites, & annulles, ipsosque Fratres, & personas deinceps ad illorum observantiam non teneri, authoritate præfata denunties, ac reliqua, quæ congruentia, & profutura Militiæ, nec non Fratribus, & personis prædictis: honesta quoque, & rationabilia

Nota. Logo foy graça concedida ao Infante.

Nota specialem cognitionem.

Nota concessionem jurisdictionis.

Nota facultatem revocandi decreta Pontificia.

Nota concessionem authoritatis Apostolicæ.

bilia fuerint, & per quæ, si serventur, votivum in spiritualibus, & temporalibus prædictis incrementum: dictaque Militia suscipere, præfatorumque Fratrum, & personarum status, etiam Divini propagatione cultus salubriter dirigi valeant, eâdem authoritate approbes, & confirmes. Alia quoque Statuta, & Ordinationes edas, ac illa, nec non ea omnia ex præmissis, quæ non revocaveris, Statutis, & Ordinationibus ab ipsis Fratribus, & personis irrefragabiliter observanda decernas, ac universa, & singula facias, disponas, & exequaris, quæ pro statu, & incremento, nec non aliis præmissis congruere prospexeris pariter, & expedire, super quibus plenam, & liberam tibi concedimus tenore præsentium facultatem, non obstantibus Constitutionibus Apostolicis, cæterisque contrariis quibuscumque. Datum Florentiæ anno Incarnationis Dominicæ 1434. decimo Kalendas Decembris, Pontificatûs nostri anno quarto. . . . .

Nota liberam, & plenam facultatem.

Nota facultatem revocandi Apostolica decreta.

. . . . . Quibus quidem litteris Apostolicis Nobis sic præsentatis, publicatis pariter, & lectis, ut præfertur, eisque per Nos cum ea, qua decuit, reverentiâ receptis, fuimus pro parte supradictorum Excellentissimi Domini Infantis Henrici, Ducis Visensis, Administratoris dicti Ordinis, & Venerabilium Militum, & Fratrum ejusdem cum debita instantia requisiti, ut ad executionem dictarum litterarum Apostolicarum, & contentorum

Nota. Aceitaçaõ do Bispo, do Infante, e dos Cavalleiros.

rum

rum in eisdem procedere curaremus juxta traditam, seu directam in eisdem Nobis formam. Nos verò Judex delegatus, & Executor præfatus, visis dictis litteris, & attentis, requisitione, & petitione dictorum Excellentissimi Domini, & Venerabilium Militum, ac Fratrum, volentes mandatum Apostolicum reverenter exequi, ut tenebamur, prout etiam tenemur, præsentibus partibus, quas præfatum negotium tangit, cæpimus inquirere, & cognoscere de contentis in prædicto rescripto. Et quia non potuimus Statutorum, Constitutionum, & cæterorum, quæ requirebantur, plenam informationem habere, supersedimus jam dicto negotio husque nunc. Nunc verò, vocatis etiam vocandis, & quorum interest, visis etiam, & diligenter examinatis Statutis, Ordinationibus, & consuetudinibus dicti Ordinis, & omnibus, quæ requiruntur, & habita eorum plena informatione, ut fructum salutiferum in Ecclesia Dei afferat dispositio, & proviso nostra, imò veriùs Apostolica, pro remedio animarum in dicto Ordine viventium, amputando, & tollendo superflua, & dispendiosa corrigendo, quæ reperimus justa; & rationabilia addendo, & innovando, quæ vidi, & intellexi fore necessaria, cætera rationabilia, & congruentia approbando Deum præ oculis habendo circa ea, quæ Nobis proposita fuerunt, sic ordinandum duximus.

Nota.

Nota.

947 Seguem-se os Estatutos, e Capitulos desta

ta Refórma, de que darey conta, quando efcrever da Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, e ſó copiarey a que agora ſerve ſobre as Bullas, e Privilegios concedidos aos Templarios, que he o que ſe ſegue.

CAPITULO II.

Da approvaçaõ dos Privilegios.

ITem approvamos, confirmamos, e mandamos, que os da dita Ordem uſem dos coſtumes, Eſtatutos, Privilegios, e liberdades, as quaes ſempre houveraõ, e antigamente uſaraõ, e em os Privilegios da Ordem do Templo ſaõ contheudos; e mandamos, que uſem delles como ſempre uſaraõ. E que iſſo meſmo uſem dos de Calatrava, e de Alcantara, e de Aviz, que até aqui ſaõ havidos.

Nota.

948 E vaõ continuando os Capitulos, que ſaõ vinte e quatro, e depois delles eſcritos, continúa o Biſpo a ſua Bulla, como ſe ſegue.

ET nos Joannes miſeratione Divina, olim Lamacenſis, & nunc Viſenſis indignus Epiſcopus, ſicut hæc executus diſcripſimus, ordinavimus, approbavimus, roboravimus, & confirmavimus, ita executus deſcribimus, & ordinamus, ac authoritate Apoſtolica noſtræ manus ſubſcriptione, ſignoque, & ſigillo approbamus, robo-

roboramus, & confirmamus, non addendo, vel diminuendo in cæteris. Si quis verò contra regulam, vel Ordinem Christi temerariè præsumpserit in nostra executione, ordinatione, determinatione addere, vel diminuere, indignationem Beatorum Apostolorum Petri, & Pauli, Beatique Benedicti sciat se incurrere, sciatque, juxta dictum Joannis in Apocalypsi, bona sua minui, & mala augeri. Datum secunda die Octobris in Thomarii Conventu ejusdem Ordinis. Era 1449. Incarnationis Domini Nostri Jesu Christi, cui est honor, & gloria in æternum.

949 Estas saõ, a Bulla do Santo Padre Eugenio IV. e a Pastoral do Bispo: naõ vem declarado na Bulla, que lhe dá os poderes de Legado *à Latere*, como deixo escrito, e apparece na Bulla; mas saõ taes os poderes, e tal a expressaõ das palavras, com que lhos dá, que assim se deve entender. Nos Legados *Missos*, ou *Nuncios* se exprime aquella clausula com poderes de Legado *à Latere*; porque como os naõ tinhaõ por força da sua Legacia, era necessario, que se declarasse, quando lhes davaõ esses poderes. Vinhaõ destinados para huma, ou muitas Provincias, em que vinhaõ a ser Juizes Ordinarios; e assim os poderes, com que costumavaõ vir, eraõ para aquelle effeito sómente; e para se entender, que se extendiaõ a mais, era precisa aquella expressaõ de que vinhaõ com os pode-

poderes de Legado *à Latere*; e esta he a razaõ, porque fica dito, que haviaõ de mostrar estes poderes, porque como excediaõ a ordem commua, e commissaõ ordinaria, era necessario constasse, daquella clausula, e daquelles poderes.

950 O nosso Bispo naõ vinha Legado *Misso*, porque naõ se lhe assignava Provincia, antes vinha para o negocio particular da Refórma da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, fóra do qual se lhe naõ dava jurisdicçaõ; e naõ sendo *Misso*, nem *Nato*, porque o Bispado naõ tinha a Legacia annexa, era verdadeiro Legado; logo *à sufficienti partium enumeratione*, era Legado *à Latere*: e por este motivo naõ era necessaria aquella expressaõ, quando no seu emprego lhe davaõ essa commissaõ. Nem se póde dizer, que era Legado *Extraordinario*, porque estes, como escrevi, naõ tinhaõ jurisdicçaõ; e dando-se tanta ao nosso Bispo, ainda que para aquelle negocio especial, segue-se, que era Legado *Ordinario*, e *à Latere*: naõ teria fóra daquelle emprego os poderes dos mais Legados *à Latere*; mas nelle tinha os de Legado *à Latere*, como logo notarey; e assim venho a concluir, que medindo este negocio pelos poderes da Bulla, era Legado *à Latere*, mas naquelle negocio particular da Refórma.

951 Nesta Bulla dá o Santo Padre ao Bispo plena, e livre faculdade de proceder, como

ſe lê ibi: *Plenam, & liberam tibi concedimus facultatem tenore præſentium*, &c. Eſta clauſula, que he eſpecial, e exuberante, dá ao Commiſſario o meſmo poder, que tinha o Conſtituinte, transferindo-lhe toda a authoridade, como ſe foſſe elle meſmo, o que exercitaſſe aquelle acto, como reſolvem Graciano, e Marta. Todos os Legados, por virtude dos ſeus poderes, procedem por authoridade da Sé Apoſtolica; mas o noſſo Legado procedia neſta Refórma, como ſe foſſe o meſmo Papa: naõ era Papa na realidade, mas na repreſentaçaõ taõ eſpecial, parecia, que obrava o meſmo Pontifice. E que muito ſe lhe deſſem taõ amplos poderes, e taõ eſpecial repreſentaçaõ, ſe era ſupplica de hum Infante de Portugal, taõ benemerito da Sé Apoſtolica, pois tinha já deſcuberto terras novas, e continuava com zelo, e cuidado novos deſcobrimentos, que todos encaminhava para mayor augmento da Fé Catholica, e reconhecimento da Igreja Romana, e para Refórma de huma Religiaõ Militar, que naõ ſendo a primeira no ſeu eſtabelicimento, era a mayor na oppulencia, e eſtimaçaõ do Reyno, e em cuja Refórma havia de inquietar os mayores Senhores de Portugal? O que tudo fazia preciſo, grande authoridade, e mayores poderes, e todos bem empregados em tal peſſoa, em tal negocio, e em tal pertençaõ.

Gratian. Forenſ. cap. 196. n. 13. Mart. clauſ. 242.

Segue-

952 Segue-se logo a esta, a outra clausula logo immediata: *Non obstantibus Constitutionibus Apostolicis, cæterisque contrariis quibuscumque*; nesta se dava faculdade, e poder ao nosso Legado de proceder à seu arbitrio pela plena, e livre concessaõ Pontificia, sem embargo de quaesquer Constituições Apostolicas, e outras quaesquer; e por estes poderes podia o nosso Legado derogar, alterar, e revogar as Constituições Apostolicas, como lhe parecesse justo, e racionavel, ainda as disposições de direito Canonico, e ainda as Constituições juradas, como querem Ferreto, e Zabarella. E este grande poder, e authoridade, como deixo escrito, naõ se concedia, nem competia senaõ aos Legados *à Latere*. E foy visto o Santo Padre Eugenio IV. nesta clausula darlhe os poderes de Legado *à Latere*.

Ferret. vol. 1. conf. 109. n. 6. Zabarel. conf. 25. ad fin.

953 O que se confirma mais: porque esta clausula he repetida, e ampliada, porque já acima havia dito o Pontifice: *Etiamsi roboris Apostolici firmitate vallata sint*, &c. em que lhe dava o poder de revogar as Constituições da Ordem, ainda sendo firmadas com authoridade Apostolica; e nesta repetiçaõ se faz de mayor efficacia a vontade do Pontifice concedente: *Ex regula Text. in* L. *Balista*, *ff. ad S. C. Trebelian.* Marta de *Clausul.* principalmente sendo a ultima clausula universal, e ampliativa da primeira,

Mart. 4. p. clauf. 3. n. 2.

 meira,

meira, que naõ recebe reſtricçaõ alguma, como eſcreve o meſmo Marta. E aſſim neſta repetiçaõ, e ampliaçaõ, fica mais expreſſivo, e de muito mayor authoridade o poder, que o Papa lhe dava, e que o fazia Legado com os poderes do Legado *à Latere*.

Marta ſupr. num. 1.

954 Na meſma Bulla obſervo outras palavras, de que ſe entendem dados ao noſſo Biſpo os poderes de Legado *à Latere*, e ſaõ as ſeguintes: *Authoritate Apoſtolica tollas, recuſes, caſſes, irrites, & anulles*, &c. Eſtas amplas, e repetidas palavras, ſaõ as meſmas, com que aos Legados Apoſtolicos *à Latere* ſe daõ os poderes, e a authoridade, para procederem como Legados *à Latere* nos negocios, a que ſaõ mandados, como ſe póde ver nas ſuas Bullas.

955 Tambem a Bulla de faculdade ao Biſpo, para fazer novos Eſtatutos, e perpetuos, como conſta ibi: *Alia quoque Statuta, & Ordinationes edas, ac illa, nec non ea omnia ex præmiſſis, quæ non revocaveris, Statutis, & Ordinationibus, ab ipſis Fratribus, & perſonis, irrefragabiliter obſervanda decernas*. E como deixo eſcrito, o fazer Eſtatutos perpetuos he poder eſpecial dos Legados *à Latere*: ao que accreſce, que para iſto meſmo lhe dava plena, e livre faculdade, como ſe vê das palavras ſeguintes; a qual clauſula: *Plenam, & liberam*, como ha pouco diſſe, o faz proceder, como ſe fora o meſ-

mo

mo Pontifice: do que tudo ſe colhe, que o Biſpo para eſte negocio (deixados mais argumentos) era Legado *à Latere*, ou com os poderes deſtes foy mandado.

956 E venho a concluir, que o Biſpo, ou foy creado para eſte negocio como Legado *à Latere*, ou com os taes poderes: com declaraçaõ porém, que naõ era Legado *à Latere* abſoluto, e geral neſtes Reynos, nem em todos os negocios delles; mas ſó para eſta Refórma, em que podia proceder como Legado *à Latere*, e com os eſpeciaes poderes concedidos na meſma Bulla; e declara o Biſpo na ſua Paſtoral: *Ad infra ſcripta ſpecialiter deputatus.*

957 Mas ainda eſte diſcurſo padece hum grande argumento tirado das palavras da Paſtoral do meſmo Biſpo o Meſtre Joaõ, que ſe naõ nomea por Legado, mas Delegado: *Judex delegatus authoritate Apoſtolica*; e vay muito grande differença de hum a outro officio: e tanto lhe reconheceo a diverſidade entre hum, e outro emprego, que o direito Canonico deu titulo ſeparado a cada hum: o titulo de *Officio, & poteſt. judic. delegat.* e logo depois o titulo de *Officio legat.* e parece que eu quero fazer ao Biſpo mais, do que lhe fez Eugenio IV. e do que o meſmo Biſpo reconhece, e confeſſa, pois ſendo ſómente hum Juiz Delegado, lhe quero dar a grande authoridade de Legado *à Latere*, ou ao menos com os ſeus poderes. Pa-

958 Para soluçaõ deste argumento he necessario advertir, que o nome de Delegado da Sé Apostolica, he nome geral, para todos aquelles a quem se commette a jurisdicçaõ em algum negocio, ou seja pelos Principes Ecclesiasticos, ou pelos seculares; porque *delegare nihil aliud est, quàm aliquem in locum suum substituere*, como escreve Pirhing; ou como diffine muito bem Laureno: *Delegatus est is, qui jurisdictionem habet non de jure, seu officio proprio, sed ex commissione, vel ipsius juris, vel alterius hominis propriam, & ordinariam jurisdictionem habentis, immediatè, vel mediatè facta, adeoque alterius vice, & authoritate jurisdictionem exercet*: na mesma fórma, com pouca differença, os diffine o Padre Molina de *Justitia, & jure*; e doutamente o doutissimo Padre Pirhing. E todos concordaõ, que o nome *Delegado* he como genero a respeito de todos aquelles, que procedem por commissaõ alheya, e naõ por direito proprio, e em nome alheyo.

Pirhing de Offic. deleg. sect. 1. §. 1.
Lauren. eod. tit. quæst. 682.
Molin. tract. 5. disp. 14. n. 1. Pirhing supr.

959 E assim he genero para os Legados, ou sejaõ *à Latere*, ou *Natos*, ou *Missos*; o que se persuade admiravelmente; porque todos estes, com mais, ou menos authoridade, com mais, ou menos poder, jurisdicçaõ, e Privilegios, procedem por virtude da concessaõ Apostolica, em cujo nome fazem a sua representaçaõ. Isto mesmo se persuade, que no primeiro livro das Decretaes se poz no titulo 29. o direito

to dos Delegados, que era o genero de *Officio, & poteſtate judicis delegati;* e logo no titulo 30. que ſe ſegue, puzeraõ os Compiladores o titulo de *Officio legati*; e ſendo em direito muito attendivel a coordinaçaõ dos titulos, puzeraõ os Compiladores das Decretaes o titulo de *Officio delegati* primeiro, como genero; e depois o titulo de *Officio legati*, como eſpecie.

960 Todos concordaõ no genero, porque todos procedem por authoridade Apoſtolica como Delegados; mas nem todos os Delegados ſaõ Legados, porque neſtes (como tenho eſcrito) ſe contrahe mayor poder, e ſe eſpecificaõ mais Privilegios, e mais authoridade. Nos Delegados a jurisdicçaõ ſempre he delegada, nos Legados, naõ ſendo propria, ficaõ como Ordinarios; e aſſim o nome *Delegado* he como genero *(in ſenſu juris)* e o de *Legado* como eſpecie; porém ainda no ſeu genero, o Delegado he como eſpecie: iſto explicaõ os Juriſtas com a *Rubrica, ff. Cod. & Inſtit. de adoptionib. & arrogationib.* porque ſendo a adopçaõ genero, e a adrogaçaõ eſpecie, tambem ſerve de eſpecie a adopçaõ, que he dos que ſe adoptaõ vindo de patrio poder alheyo; e a arrogaçaõ dos que ſe adoptaõ ſendo já *ſui juris*, que de pays de familias, ſe fazem filhosfamilias.

961 E deſtes principios ſe deduz, que os Legados de qualquer das tres eſpecies explicadas ſe

ſe podem dizer Delegados *in genere;* mas em contrapoſiçaõ dos Delegados ſe naõ devem dizer taes, mas Legados, que he o emprego eſpecifico, que lhe daõ os ſeus poderes, e que recebem na ſua authoridade; e neſta accepçaõ geral ſe diz o noſſo Biſpo, ou ſe chama elle a ſi Delegado, tomando o genero pela eſpecie; ſe he que naõ foy virtuoſa humildade do noſſo Biſpo intitularſe com o nome, que lhe lembrava o preceito para a obediencia; e naõ com o nome de Legado, que lhe moſtrava o poder, e a authoridade: principalmente quando os poderes expreſſados na Bulla, moſtraõ (como deixo eſcrito) que era Legado, e mais que Delegado: e aſſim naõ conclue o argumento. Superior a tudo, e a todos he o Pontifice da Igreja de Deos, com a ſuprema honra de Vigario de Chriſto, e Succeſſor de S. Pedro, e com o grande poder das Chaves, que dadas a Pedro: *Tibi dabo Claves*, continuaõ em ſeus Succeſſores, e duraráõ até o fim do Mundo; e nas ſuas Bullas os Pontifices naõ ſe lembrando da authoridade de tanto poder, e ſoberania, ſe inculcaõ humildemente, Servos dos Servos de Jeſu Chriſto: e porque naõ direy, que na ſua proporçaõ fez o meſmo o noſſo Biſpo, ſendo taõ religioſo, que abſtrahido do Mundo, ſe paſſou a fundar huma Congregaçaõ taõ religioſa, e taõ admiravel, que ſem votos de Religiaõ no eſtado de Conegos ſecu-

ſeculares ſaõ religioſiſſimos, e aonde a meſma liberdade he a prizaõ da ſua obediencia; moſtrando o Biſpo, quando ſugia do Mundo, o *Ceo aberto na terra.*

962 Moſtrado, e com evidencia, que o noſſo Biſpo Joaõ, fora nomeado para aquella Refórma Legado *à Latere*, ou com os poderes de tal; ſeguia-ſe moſtrar o que fez neſta Refórma; mas iſto pertence a outra parte, e ſó moſtrarey, que o Biſpo podia dar à Religiaõ Militar de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, ou renovar para eſta Ordem as meſmas graças, Privilegios, e poderes concedidos pela Sé Apoſtolica à infeliz Ordem dos Templarios, e os Privilegios concedidos à Ordem de Calatrava, e de S. Bento de Aviz, como ſe refere no Capitulo 11. deſta Refórma, que deixo copiado acima.

963 E me parece, que o Biſpo em virtude dos ſeus poderes podia fazer eſta renovaçaõ dando à Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto os meſmos Privilegios, que pela Sé Apoſtolica foraõ antigamente concedidos à Ordem Militar dos Templarios.

964 E a primeira razaõ he, porque o Biſpo, como tenho moſtrado, era Legado *à Latere*, ou com os ſeus poderes; os Legados *à Latere*, em tudo, o que lhes naõ foſſe eſpecialmente reſervado, tinhaõ os meſmos poderes, que a Sé Apoſtolica: e como eſta podia dar os Privi-

legios, que fossem racionaveis à Ordem, que se reformava, na mesma fórma lhos podia dar o nosso Bispo. E muito mais, porque nos Privilegios, que foraõ dos Cavalleiros Templarios, naõ lhe dava graças novas, mas renovavalhe as que se tinhaõ dado aos Templarios, taõ justas, e justificadas, como bem merecidas no tempo, em que lhas deraõ; e menos poder era necessario para renovar aquelles Privilegios, que para os conferir de novo; porque na nova concessaõ dava-se o que ainda naõ havia, e na renovaçaõ se conferia, o que já houvera, o que prova hum Texto elegante, e singular no cap. 2. *de Feudis*, aonde Gonçalles Telles ajunta cousas muito doutas, e muito elegantes.

Gonçal. in cap. 2. *de Feud.*

965 Confirma-se esta razaõ, porque eu já escrevi, que os Legados *à Latere* naõ só podiaõ fazer Estatutos, e constituir direito novo, mas ainda revogar o direito commum antigo, e ainda as Constituições Apostolicas, naõ havendo reserva especial; da reserva especial naõ temos noticia; logo ainda que nesta renovaçaõ o Bispo alterasse o direito commum, ou alguma Constituiçaõ Apostolica, procedia valida, e licitamente, dando à Ordem, que reformava, os Privilegios, e Bullas da Ordem, e Religiaõ Militar dos Templarios, ainda que estivesse extincta.

966 Accresce, que ou estes Privilegios, e Bullas Apostolicas concedidas aos Templarios, eraõ

eraõ juſtos, racionaveis, e bem merecidos, ou eraõ injuſtos, irracionaveis, e mal merecidos; o ſegundo ninguem o diz, porque o prevaricarem ao depois naõ faz injuſtas as graças, nem mal merecidas; farſehiaõ indignos ao depois, e ficariaõ mal empregadas nos prevaricantes, mas naõ injuſtas, nos que as ſouberaõ merecer. Concedido o primeiro, naõ havia motivo para ſe denegar ao Biſpo a faculdade de os renovar em huma Religiaõ Militar, que tanto florecia em ſerviço de Deos, da Religiaõ Catholica, e a tempo, que ſe hia eſtendendo em taõ glorioſas Conquiſtas, com que a obediencia da Igreja Catholica havia de reynar em tantas almas, totalmente ignorantes do Chriſtianiſmo.

967 E tambem porque eſta Religiaõ, que ſe reformava, era como ſubrogada em lugar da antiga dos Templarios; e quando os Privilegios naõ ſaõ eſpeciaes por razaõ da peſſoa, ou da cauſa, mas geraes a algum Corpo, e Communidade, entra tambem a Regra, de que *ſubrogatum ſapit naturam ejus, in cujus locum ſubrogatur*, como eſcreve Azevedo; e ſendo eſtes Privilegios Apoſtolicos concedidos à Religiaõ antiga; juſtamente os podia declarar competentes à Religiaõ novamente ſubrogada.

Azeved. ad L. I. *Novæ recop.* lib. 6. tit. 1. L. 1. n. 27.

968 A ſegunda razaõ he; porque a meſma Bulla de Eugenio IV. dada ao noſſo Biſpo, lhe dava ampliſſimos poderes, ainda para revogar as

Conſtituições Apoſtolicas, e accreſcentar as que lhe pareceſſem, ſobre racionaveis, convenientes, como conſta das palavras da meſma Bulla: *Non obſtantibus Conſtitutionibus Apoſtolicis, cæteriſque contrariis quibuſcumque*; e mais acima: *Etiamſi roboris Apoſtolici firmitate vallata ſint illa*; e com faculdade ampla, para tirar, revogar, caſſar, annullar, e irritar: *Tollas, revoces, caſſes, irrites, & annulles*, o que naõ parecer racionavel, e conveniente, como de ampliar, renovar, e introduzir de novo tudo o que lhe pareceſſe racionavel, e conveniente: *Alia quoque Statuta, & Ordinationes edas, ac illa, necnon ea omnia:::: irrefragabiliter obſervanda decernas, ac univerſa, & ſingula facias, diſponas, & exequaris.* E à viſta de tantos, e taõ eſpeciaes poderes, naõ podia ficar eſcrupulo, de que o Meſtre Joaõ renovaſſe para a Ordem Militar de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto os Breves, indultos, graças, e Privilegios, que antigamente a Sé Apoſtolica tinha dado aos Templarios, ainda quando eſtiveſſem revogados expreſſamente (que naõ eſtaõ, como logo veremos) pela Bulla da Inſtituiçaõ deſta Ordem; pois tudo podia em virtude da ſua Bulla revogar, e alterar o Biſpo de Viſeu.

969 O que ſe confirma com mayor evidencia; porque no meſmo Capitulo 11. deſta Refórma, que já dey copiado, diz o Biſpo as ſeguintes palavras: *Item approvamos, confirmamos, e man-*

e mandamos, que os da dita Ordem usem dos:::: Privilegios, e liberdades, as quaes sempre houverão, e antigamente usarom, e em os Privilegios da Ordem do Templo contheudos:::::: E que isso mesmo usem dos de Calatrava, e de Alcantara, e de Aviz, que atè aqui som havidos.

970 Aqui se mostra o Bispo dando à Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo os Privilegios da Ordem de Calatrava, com que fora instituîda; e para que não pareça idéa esta declaração, accrescenta as palavras: *Que atè aqui são havidos*; porque no discurso dos annos da instituição da Ordem até o de 1449. em que se fez esta Refórma, podia a Ordem de Calatrava ter conseguido Privilegios da Sé Apostolica: e a Bulla da Instituîção sómente lhe dava os Privilegios, que então gozava a Ordem de Calatrava, como consta da mesma: *Dictumque Ordinem, Magistrum, qui nunc, & qui pro eo tempore fuerit, ac Fratres ejusdem Ordinis, eisdem Privilegiis, libertatibus, & Indulgentiis gaudere volumus, quibus Magister, & Fratres Calatravenses gaudent*; e assim a Bulla só lhe dava as graças, que os de Calatrava tinhão de presente: *Gaudent*; e o Bispo lhe accrescentava as que tivessem de futuro, alcançadas por mais de cem annos, que tantos mediarão entre a Instituîção, e esta Refórma.

971 E assim lhe dava as graças (que ainda não tinha esta Ordem) das de Calatrava, Alcantara,

cantara, e Aviz; nas dos Templarios só lhe renovava as que se tinhaõ concedido à Ordem do Templo; e me parecia, que ainda que renovava estas graças, naõ lhe dava totalmente cousa nova, porque já foraõ da Ordem, de cujas reliquias se levantou a de Nosso Senhor Jesu Christo; mas as de Calatrava, que vieraõ depois, e as que sempre teve Alcantara, e Aviz, eraõ totalmente novas para esta Ordem, que nunca as tivera; e mais se fazia em dar de novo, que em renovar, como escreve o nosso doutissimo Francisco de Caldas Pereira: e se naõ havia escrupulos para estas graças, pareciaõ injustos os que se formavaõ pelos Privilegios, que haviaõ sido dos Templarios.

Cald. de renov. cap. 1. n. 2.

972 Porém ainda que o Bispo de Viseu, o Mestre Joaõ, naõ fora Legado *à Latere*, ou com poderes de tal, nem tivesse na sua Bulla de Eugenio IV. amplissimos poderes, mas os ordinarios, podia dar à Religiaõ, que estava reformando, todos os Privilegios, e graças, que estavaõ concedidos à Ordem do Templo. E a razaõ he, e será a terceira; porque ainda que na Bulla da Instituiçaõ do Summo Pontifice Joaõ XXII. à Ordem de Christo se dessem as Bullas, e Estatutos da Ordem de Calatrava, naõ se lhe prohibiraõ, nem se determinou, que naõ tivessem as graças da Ordem do Templo; naõ lhas deraõ, mas naõ lhas tiraraõ expressamente: e ain-

e ainda que o odio, que teve o Pontifice Clemente V. e o Concilio Vienenſe aos Templarios (de cuja juſtiça eſcreverey na terceira parte) lhe extinguiſſe a Religiaõ, lhe confiſcaſſe os bens dando-os a outra Religiaõ Militar (de cuja juſtiça tambem hey de eſcrever na terceira parte) e eſtes ſe applicaſſem ao depois à Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, e para extinçaõ daquella memoria déſſe à nova Ordem novos Eſtatutos, e novas graças, ainda que de outra Ordem Militar, e lhe naõ déſſe as Bullas, e graças dos Templarios, nem lhos negou, nem prohibio expreſſamente, naõ poderia a nova Ordem uſar delles, porque lhe naõ foraõ dados, nem applicados, ſem cuja applicaçaõ lhe naõ competiaõ; mas como lhes naõ foraõ prohibidos expreſſamente, baſtavaõ ao Biſpo Reformador menos poderes, que os que tinha para lhos applicar.

973 Com eſtas razões, e com outras, que entaõ ſe ponderariaõ com mais elegancia, deviaõ ceſſar os eſcrupulos; e he muy digno de notar, que dando-ſe menos na applicaçaõ deſtes Privilegios, e muito mais nos de Calatrava, de Alcantara, e de Aviz, ſó daquelles, e naõ deſtes, ſe levantaſſem os eſcrupulos: mas eu diſcorro, que iſto era pretexto contra o procedimento do Biſpo, por cauſa de outras mudanças, que em materia mais grave, e mais ſenſivel fez o Biſpo,

que

que moſtrarey ſe tiver vida para eſcrever da Ordem de Chriſto, a que ſe encaminhaõ todos os meus trabalhos. Mas porque ſe repetiraõ as duvidas, e o Senhor Rey D. Manoel, de glorioſa memoria, querendo tambem ſe confirmaſſem alguns Eſtatutos, que havia feito para a Ordem, de que era Governador, e perpetuo Adminiſtrador, alcançou do Santo Padre Julio II. a Confirmaçaõ dos taes Eſtatutos no anno de 1505. mais de cincoenta annos depois da Refórma. Deſejey copiar a Bulla inteiramente, porque, ſobre ſer muy honrada para a Ordem, he difficultoſa de achar, porque Cherubino a naõ traz, como tambem muitas que tocaõ a eſte Reyno, e aos de Caſtella, porque naõ teria curioſos, que lhas mandaſſem; mas he taõ larga a Bulla, e com tanta couſa, que ainda agora naõ ſervem, e eſcreverey a ſeu tempo, que me reſolvo a copiar ſómente o principio, e fim da della, e o paragrafo, que juſtifica o motivo deſte Additamento, e a renovaçaõ dos Privilegios da Ordem dos Templarios concedidos à Ordem de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto: mas quem logo a quizer ver, a achará nos livros do doutiſſimo Pedro Alvares fideliſſimamente trasladada.

1. p. fol. 165.

BULLA

BULLA
DO
SANTO PADRE JULIO II.

Em que se confirma, e approva a Refórma, que fez o Bispo de Viseu D. Joaõ, e a renovaçaõ dos Privilegios da Ordem dos Templarios para a Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo.

JULIUS EPISCOPUS,

Servus Servorum Dei, ad perpetuam rei memoriam.

MIlitans Ecclesia, tanquam Regina in vestitu deaurato circundata varietate, sibi assistentium, & famulantium inter cæteros devotos, & præclaros sibi obsequentes, ejusque tutelæ, & defensioni omni conatu insistentes, Magistrum, Milites, & Fratres Militiæ Jesu Christi assumpsit, qui vitam activam, & contemplativam, ac pudicam ducentes, duplicatum fructum de talento sibi commisso reportant, piis charitatis, & misericordiæ operibus, cum multa mansuetudine, & humilitate jugiter insistendo. Unde nos, quibus ejusdem Militantis Ecclesiæ re-

gimen Divina diſpoſitione, meritis licet imparibus, commiſſum eſt, ea quæ pro felici, & ſalubri, ac quieto, & tranquillo ſucceſſu dictæ militiæ, & illius perſonarum, proba, & provida ordinatione ſtatuta, & ordinata fuiſſe dicuntur, ut in ſua firmitate conſiſtant, cum à nobis petitur, libenter Apoſtolico munimine roboramus, & alias in his noſtri Paſtoralis officii favorabiliter impartimur, prout, temporum qualitatibus diligenter conſideratis, conſpicimus in Domino ſalubriter expedire. Dudum ſiquidem, poſtquam felicis recordationis Clemens Papa V. Prædeceſſor noſter, ex certis cauſis rationabilibus quondam Ordinem Militiæ Templi Hieroſolymitanum, ejuſque ſtatum, habitum, & nomen in Concilio Vienenſi, eodem Concilio approbante, perpetuo ſuſtulerat, ac piæ memoriæ Joannes XXII. etiam Prædeceſſor noſter ad ſupplicationem claræ memoriæ Dionyſii Portugalliæ, & Algarbiorum Regis ex certis cauſis, tunc expreſſis, pro Fidei Catholicæ defenſione, ac perfidis ejusdem Fidei hoſtibus Sarracenis, jam tunc retrò antiquis, & continuatis temporibus, partibus illis, quas fideles inhabitant, eisdem hoſtibus contiguis, in oppido de Caſtromarino Sylvenſis Diœceſis in dicto Regno Algarbiorum, & ex oppoſito dictorum hoſtium conſtituto domum novi Ordinis dictæ Militiæ Jeſu Chriſti ſub obſervatione Regulæ Militiæ de Calatrava de Fratrum

trum ſuorum Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Cardinalium conſilio Apoſtolica authoritate inſtituerat, & ordinaverat, ac ſtatuerat, quod prædictorum pugilum, ſeu militum ejuſdem novæ Militiæ Jeſu Chriſti nuncuparetur: recolendæ memoriæ Eugenio Papæ IV. etiam Prædeceſſori noſtro, pro parte quondam Henrici, Ducis Viſenſis, & perpetui Adminiſtratoris in ſpiritualibus, & temporalibus dictæ Militiæ Jeſu Chriſti per Sedem Apoſtolicam deputati, expoſito, quòd propter varias dictæ Militiæ Ordinationes, ac Statuta, quorum aliqua plurimùm diſpendioſa, quædam verò minus rationabilia, erant gravia in hujuſmodi ſpiritualibus, & temporalibus Militiæ Jeſu Chriſti ſuſtinuerat detrimenta; dictus Eugenius Prædeceſſor ejuſdem Henrici Ducis, & Adminiſtratoris in ea parte ſupplicationibus inclinatus, bonæ memoriæ Joanni Epiſcopo Lamacenſi ſuis litteris dedit in mandatis, quatenus vocatis, qui forent evocandi, ac viſis, & diligenter examinatis per eum Statutis, & Ordinationibus prædictis, nec non ejuſdem Militiæ Conſtitutionibus, etiamſi roboris Apoſtolici firmitate vallata eſſent, illa, quæ minus rationabilia, ſeu Militiæ prædictæ, vel ejus Fratribus, & perſonis diſpendioſa cenſeri poſſent, & ex quorum obſervantia ſcandalum, ac inconveniens ſuccedere deberent, Apoſtolicâ authoritate tolleret, revocaret, & annularet, ipſoſque Fratres, & perſonas ex tunc dein-

ceps ad illorum obſervationem non teneri authoritate Apoſtolica denunciant, ac reliqua, quæ congruentia, & profutura Militiæ, nec non Fratribus, & perſonis prædictis, honeſta, & rationabilia forent, & per quæ, ſi obſervarentur, votivum in ſpiritualibus, & temporalibus prædictis, dicta Militia incrementum ſuſcipere, præfatorumque Fratrum, & perſonarum ſtatus, & Divini propagatio cultûs ſalubriter dirigi valerent, eâdem authoritate approbaret, & confirmaret, aliaque Statuta, & Ordinationes ederet, ac illa nec non ex præmiſſis, quæ non revocaret, Statutis, & Ordinationibus ab ipſis Fratribus, & perſonis irrefragabiliter obſervanda decerneret, ac univerſa, & ſingula faceret, diſponeret, & exequeretur, quæ pro ſtatu, & incremento, nec non aliis præmiſſis congruere, proſpiceret, pariter & expedire, ſuper quibus plenam, & liberam eidem Joanni Epiſcopo Lamacenſi conceſſit facultatem, prout in Clementis, Joannis, & Eugenii, Prædeceſſorum præfatorum litteris deſuper confectis, pleniùs continetur. Et deinde, ſicut exhibita nobis nuper pro parte chariſſimi in Chriſto Filii noſtri Emmanuelis eorundem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum Regis illuſtris, ac dictæ Militiæ Jeſu Chriſti per Sedem Apoſtolicam Adminiſtratoris in ſpiritualibus, & temporalibus deputati petitio continebat, dictus Joannes Epiſcopus ex Eccleſia Lamacenſi, cui tempo-

tempore datarum litterarum prædictarum ipsius Eugenii Prædecessoris, fuerat ad Ecclesiam Visensem Canonicè translatus, ad earum litterarum Eugenii, Prædecessoris præfati executionem, aliàs illarum formâ servatâ procedens vocatis vocandis; & visis, ac diligenter examinatis Statutis, Ordinationibus, & consuetudinibus dictæ Militiæ Jesu Christi, & omnibus, quæ requirebantur, & habitâ eorum plenâ informatione ad amputandum, & tollendum superflua, & dispendiosa, corrigendoque, addendo, & innovando, & approbando Statuta tenoris infrascripti authoritate Apostolicâ, sibi tunc Episcopo Lamacensi per ipsas litteras præfati Eugenii, Prædecessoris attributa fecit, & edidit.

Seguem-se na Bulla a Confirmação pedida, a respeito dos mais Capitulos, que naõ copio, e passo à Confirmação, que o mesmo Pontifice Julio II. fez do Capitulo undecimo, cujas palavras saõ as seguintes:

Approvavit insuper, & confirmavit, ac mandavit, quòd omnes dicti Ordinis, seu Militiæ Jesu Christi uterentur consuetudinibus, Statutis, Privilegiis, & libertatibus, quibus antiquitùs usi fuerant, & semper habuerant, ac Privilegiis concessis in dicto olim Ordine Templariorum, prout semper usi fuerant, & eodem modo uterentur, concessis eatenus Ordinibus, & Militiis de Calatrava, & Aviz.

Vay

Vay continuando em outros Capitulos, atè que finalmente conclue no fim; o que se segue:

Pro parte dicti Emmanuelis Regis, & Administratoris nobis fuit humiliter supplicatum, ut Statutis, Ordinationibus, declarationibus, & aliis præmissis per Joannem Episcopum, præter quæ, quoad colorum supradictorum prohibitionem, & Emmanuelem Regem, & Administratorem præfatos, ut præfertur factis, & editis pro illorum subsistentia robur Apostolicæ confirmationis adjicere, & quatenus Prior, milites Fratres, & aliæ personæ prædicti transgressores Constitutionum prædictarum Militiæ de Calatrava extiterint, seu dici possent, eos à reatu transgressionum hujusmodi absolvere, & aliàs in præmissis opportunè providere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur attendentes, quòd etiam secundùm conditiones temporum Statuta humana variantur; quiquè singulos Christi Fideles sub Religionis jugo pro exaltatione Divini nominis, & Fidei Catholicæ defensione Deo famulantes, & militantes ex speciali dilectionis affectu libenter prosequimur, hujusmodi supplicationibus inclinati, Statuta, Ordinationes, definitiones, declarationes, concessiones, indulta, remissiones, facultates, & hujusmodi, ac alia omnia, & singula præmissa per dictum Joannem, Episcopum Visensem, & Emmanuelem Regem, & Administratorem facta, & edita, & prout ea concernunt,

nunt, omnia, & singula in eisdem Statutis, Ordinationibus, definitionibus, declarationibus, indultis, & facultatibus, ac desuper confectis litteris, seu instrumentis contenta, & inde sequuta quæcumque, præterquàm quoad prohibitionem aliquorum colorum Militibus, & Fratribus, atque aliis personis dictæ Militiæ Jesu Christi, cum nullos colores eis prohibitos esse decernimus, dum tamen ipsos colores deferant de licentia eorum Magistri, aut Superioris, authoritate Apostolica, & ex certa scientia tenore præsentium approbamus, & confirmamus, & juxta illorum tenores præterquam quoad hujusmodi colorum prohibitionem observari, & perpetuæ firmitatis robur obtinere debere decernimus, supplentes omnes, & singulos defectus etiam solemnitatis commissæ, seu potestatis dicto Joanni Episcopo Visensi, ex translatione de persona sua ab Ecclesia Lamacensi, cui tempore commissionis sibi per dictum Eugenium Prædecessorem factæ præerat, ad dictam Ecclesiam Visensem, aut alias forsan ex tenore dictarum litterarum Eugenii Prædecessoris præfati super præmissis non competentis, si qui intervenerint in eisdem, ac Priorem, Milites, Fratres, & alias personas Militiæ Jesu Christi, hujusmodi non teneri ad observationem aliquarum Constitutionum Regularium dictæ Militiæ de Calatrava, authoritate, & tenore prædictis etiam decernimus, statuimus, & or-

& ordinamus, ac omnes, & ſingulas perſonas dictæ Militiæ Jeſu Chriſti à tranſgreſſionibus dictarum Conſtitutionum Militiæ de Calatrava, ſi forſan ad illarum obſervantiam tenebantur, abſolvimus, & abſolutos eſſe vòlumus, ita ut ſcrupulus conſcientiæ eos remordeat, confeſſorem, qui pro præmiſſis ſibi pœnitentiam ſalutarem injungat hac vice, & pro præteritis dumtaxat eligere poſſint. Et nihilominus cupientes, ut Magiſter, ſeu Adminiſtrator, ac Præceptores, Milites, ac Fratres, ac aliæ perſonæ dictæ Militiæ Jeſu Chriſti, in his, quæ ad ipſius Militiæ conſervationem, & ſalubrem profectum, eò ferventius intendant, quo ex hoc etiam dono cæleſtis gratiæ uberiùs conſpexerunt ſe refectos, quantum cum Deo poſſumus providere, de eisdem Omniipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli, Apoſtolorum ejus, authoritate confiſi, omnibus, & ſingulis ex Magiſtro, ſeu Adminiſtratore, ac Militibus, & Fratribus, ac aliis perſonis dictæ Militiæ Jeſu Chriſti, qui in ſingulis tribus Capitulis Generalibus dictæ Militiæ Jeſu Chriſti infra decennium celebrandis interfuerint, plenariam omnium peccatorum ſuorum, ex quibus corde contricti, & ore confeſſi fuerint, pro quolibet Capitulo ex dictis tribus Capitulis infra dictum decennium celebrandis, remmiſſionem, eâdem authoritate Apoſtolica per præſentes elargimur eisdem præſentibus poſt dictum decennium, quoad

ad hujusmodi plenariam remissionem dumtaxat minimè valituris. Non obstantibus præmissis, ac Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon Militiarum prædictarum juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quavis firmitate aliâ roboratis Statutis, & consuetudinibus, necnon privilegiis, ac Indultis eidem Militiæ de Calatrava, sub quibuscumque tenoribus concessis, quibus illorum tenores, ac si de verbo ad verbum expressi, & inserti forent præsentibus, pro expressis, & pro totaliter insertis habentes, quatenùs in aliquo præmissis obstent, specialiter, & expressè derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Volumus autem, quòd interessentibus dictis Capitulis generalibus aliqua alia Indulgentia in perpetuum, vel ad certum tempus nondum elapsum duratura per Nos concessa fuerit, præsentes litteræ quoad hujusmodi plenariam Indulgentiam nullius sint penitùs roboris, vel momenti. Nulli ergò omninò hominum liceat hanc paginam nostræ approbationis, confirmationis, Decreti, suppletionis, Statuti, Ordinationis, absolutionis, concessionis, derogationis, & voluntatis infringere, vel etiam ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli, Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ millesimo

quingenteſimo quinto, quarto Idus Julii, Pontificatûs noſtri anno ſecundo. D. de Comitibus. Gratis, de mandato D.N.Papæ, & Cardinalium.

974 Eſtas ſaõ as Bullas, que pude deſcobrir, concedidas à celebre Religiaõ do Templo; e para menor moleſtia dos curioſos, além dos Summarios, que fiz a cada huma das Bullas, darey hum compendio das Graças, que por ellas obtiveraõ; pois ſendo renovadas para a Religiaõ da Ordem de Chriſto, como largamente deixo provado, nem ſerá inutil o meu cuidado, nem ocioſa eſta noticia.

975 O Santo Padre Eugenio III. concedeo a todos, os que com ſuas eſmolas ajudaſſem aos Cavalleiros Templarios, Indulgencia da ſetima parte das penitencias, que lhes foſſem impoſtas. E quando o Freire da Ordem entraſſe em qualquer Villa, ou Lugar a tirar eſmolas (ainda que o Lugar eſtiveſſe interdicto) ſe lhe abriſſem as portas das Igrejas huma vez no anno, e lançados os excommungados fóra, ſe celebraſſem os Officios Divinos. Eſta meſma Bulla foy confirmada por Adriano IV. Alexandre III. e Alexandre IV. E o meſmo Santo Padre Alexandre IV. concedeo, que os Prelados fizeſſem juſtiça dos que retiveſſem as eſmolas da Ordem do Templo; a qual confirmaraõ Urbano IV. e Clemente IV. pelas ſuas Bullas.

Alexan-

976 Alexandre III. e ſeus anteceſſores concederaõ, que os do Templo naõ pagaſſem direito das terras, que lavraſſem pelas ſuas mãos, ou com ſuas deſpezas, aſſim daquellas terras, de que trouxeſſem a cultura, como de todas, que lavraſſem ou por ſi, ou à ſua cuſta. Eſta Bulla foy confirmada por Lucio III. Urbano III. e por Innocencio III. e o Papa Clemente IV. mandou proceder contra os que lhes quizeſſem levar os dizimos por huma Bulla, no primeiro anno do ſeu Pontificado.

977 O Papa Alexandre IV. lhes fez graça, de que os Biſpos Dioceſanos recebeſſem os Clerigos, que a Ordem do Templo lhes preſentaſſem para as ſuas Igrejas, ſem que primeiro os conſtrangeſſem a lhes aſſignarem congrua ſuſtentaçaõ. O meſmo concederaõ Honorio III. e Clemente IV.

978 Lucio III. confirmou os privilegios, liberdades, e Indulgencias concedidas pelos Papas ſeus anteceſſores ao Meſtre, e Irmandade do Templo; e mandou aos Biſpos, e Prelados, que os guardaſſem. E o meſmo lhes concedeo Urbano III.

979 O Papa Benedicto II. nos principios do ſeu Pontificado confirmou todos os privilegios, liberdades, e Indulgencias concedidas à Ordem do Templo, e ſeus Cavalleiros, por ſeus anteceſſores; e todas as liberdades exempções,

que dos Reys, e Principes haviaõ conseguido; e o mesmo lhes concederaõ Clemente IV. e Gregorio X. no primeiro anno do seu Pontificado.

980 O Santo Padre Urbano III. que os Bispos, e Prelados naõ levassem a quarta parte das esmolas deixadas à Ordem do Templo, pelos que se enterrassem em suas Igrejas, ainda que com algumas declarações.

981 O mesmo Urbano III. concedeo à Ordem do Templo, que seus Cavalleiros pudessem edificar Igrejas nos lugares dos infieis, que conquistassem, e que ficassem isentas, e immediatas à Sé Apostolica. O mesmo lhes concedeo Gregorio IX. e Clemente IV.

982 O Santo Padre Innocencio III. concedeo, que os Religiosos da Ordem do Templo naõ pagassem portagem, nem outro algum tributo das cousas deputadas para os seus usos, e necessidades, no duodecimo anno do seu Pontificado, que foy dos que mais viveraõ com o pezo da Tiara. O mesmo lhe concedeo Clemente IV. declarando, que naõ fossem obrigados a pagarem talhas, nem colheitas, nem sommas de dinheiro, nem outras quaesquer exacções, ou imposições, por qualquer via, que fossem impostas, sem especial mandado da Sé Apostolica.

983 O mesmo Santo Padre Innocencio III. concedeo a graça, de que os Prelados naõ excommun-

commungassem as pessoas da Ordem do Templo, nem puzessem nellas interdicto, nem nas suas Igrejas, por naõ serem da sua jurisdicçaõ, e serem immediatas à Sé Apostolica, no mesmo anno duodecimo do seu Pontificado. O mesmo concederaõ os Papas Honorio III. Clemente IV. e Innocencio IV.

984 O Papa Clemente IV. mandou aos Prelados procedessem contra os que fizessem força, ou violencia nas Casas da Ordem do Templo, ou em suas terras, ou detivessem o que lhes fosse deixado pelos Fieis em seus testamentos, ou os excommungassem em desprezo dos seus privilegios, ou lhes quizessem levar dizimos das terras, que lavrassem, ou das suas criações, e contra os que puzessem mãos violentas nos ditos Cavalleiros.

985 O mesmo Santo Padre Clemente IV. ordenou, que os Prelados naõ relaxassem as sentenças, que déssem a favor da Ordem, sem que ella fosse primeiro satisfeita inteiramente, do que lhe julgassem.

986 E tambem, que pudessem tomar Sacerdotes para seu serviço no Culto Divino, e para lhes administrar os Sacramentos, e edificar Oratorios, e Igrejas em suas terras, sem prejuizo do direito Parochial; e isto mesmo lhe tinha já concedido Adriano IV. aquelle celebre Pontifice, em cujo tempo se acharaõ em Milaõ os corpos dos Santos Reys Magos.

Gonet. in hoc Pontif.

O San-

987 O Santo Padre Innocencio III. ordenou, que os Prelados Ordinarios naõ pediſſem juramento de fidelidade aos Capellães poſtos pela Ordem do Templo, nas Igrejas *pleno jure* ſuas, nem juramento de obediencia, por ſerem ſugeitos à Sé Apoſtolica: e os das Igrejas, que lhe naõ ſaõ ſugeitas *pleno jure*, juraſſem ſómente de obediencia; e eſta Bulla lhe mandou paſſar no primeiro anno do ſeu Pontificado; e o meſmo obteve a Ordem dos Santos Padres Honorio III. Urbano IV. e Clemente IV.

988 O meſmo Santo Padre Innocencio III. mandou, que os Biſpos, e Prelados excommungaſſem os Religioſos da Ordem do Templo, que ſem licença do ſeu Gram Meſtre, ou Capitulo ſahiſſem da Ordem, e foſſem achados em Parochias, e lugares de ſuas adminiſtrações.

989 Tambem o meſmo Santo Padre lhe concedeo, que os Prelados Ordinarios naõ foſſem contra os privilegios concedidos à Ordem do Templo, nem prohibiſſem a celebraçaõ dos Officios Divinos aos ſeus Capellães por cauſa de illicitas exacções, ou contribuições.

990 O meſmo Innocencio III. que os da Ordem do Templo naõ foſſem obrigados a reſponder por letras paſſadas contra os privilegios da Ordem; e que as que paſſaſſem em prejuizo dos ſeus privilegios, naõ valeſſem, naõ ſe fazendo nellas expreſſa mençaõ dos Cavalleiros do Templo;

Templo; e o mesmo concedeo Clemente IV. ainda no caso de se derogarem os privilegios de qualquer Ordem ainda com a clausula, e posto que delles se deva fazer expressa mençaõ.

991 Honorio III. mandou aos Prelados, que publicassem por excommungados aquelles, que puzessem mãos violentas com ira, e injuria em qualquer dos Irmãos do Templo, e os naõ absolvessem até satisfazerem, e irem ao Santo Padre; e aos que lhes tomassem as cavalgaduras, ou outra qualquer cousa de seus bens. E o mesmo lhes concederaõ os Santos Padres Gregorio IX. e Clemente IV.

992 O mesmo Honorio concedeo, que os Prelados Ordinarios deixassem livremente enterrar os Confrades da Ordem pelos Religiosos da mesma; naõ permittindo, que sobre isso lhes fizessem vexaçaõ por seus subditos.

993 Gregorio IX. concedeo, que os Prelados naõ pouzassem nas Casas dos Religiosos do Templo contra suas vontades; senaõ quando esse encargo lhes fosse posto na dotaçaõ, ou fundaçaõ das taes Casas, ou Conventos.

994 Innocencio IV. concedeo, que os da Ordem naõ fossem obrigados a responder perante os Ordinarios *ratione contractus, nec delicti, nec rei sitæ*; no decimo anno do seu Pontificado. E Alexandre IV. lhes deu o mesmo privilegio.

O mes-

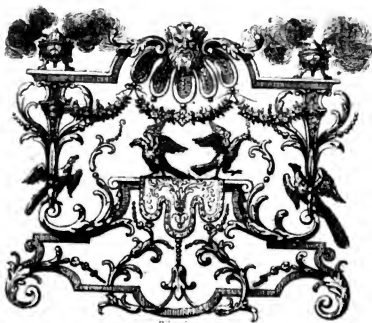
995 O mesmo Santo Padre Alexandre IV. concedeo, que os da Ordem do Templo naõ fossem obrigados a contribuir para ajuda das despezas das procurações, que fazem os Legados, e Nuncios da Santa Sé Apostolica, que passaõ por suas terras, se naõ for feita especial, e expressa mençaõ da sua Ordem; salvo sendo Cardeaes, por huma Bulla do Santo Padre Clemente IV.

996 Este Santo Padre Clemente IV. concedeo, que os da Ordem do Templo naõ pagassem pena, nem coimas pelos damnos, que os seus animaes, ou gado fizessem nas terras por onde andassem; e que sómente pagassem a estimaçaõ dos damnos aos que se achassem prejudicados.

997 O mesmo Papa Clemente IV. concedeo, que os do Templo pudessem dar os seus testemunhos nas suas Casas da Ordem; mas que naõ pudessem ser a isso constrangidos, nem violentados.

998 Tambem este mesmo Papa Clemente IV. ordenou, que os do Templo naõ déssem Commendas aos seus Religiosos por Cartas dos Reys, ou de outros Grandes seculares; e nos Religiosos, que impetrassem estas Cartas, fulminou sentença de excommunhaõ.

999 O Santo Padre Gregorio X. concedeo, que os Cavalleiros do Templo naõ fossem obrigados a pagar as decimas, que se lançavaõ pelas

las rendas Ecclesiasticas, em favor dos Conquistadores da Terra Santa, para a livrar dos infieis: nem a vigesima, ou trigesima parte para subsidio da Terra Santa, sem se fazer expressa mençaõ desta taõ estimavel Ordem.

ADDIÇAÕ

Para o que se escreve no primeiro Tomo dos Freires Sacerdotes da Ordem dos Templarios.

1000 TIveraõ os Templarios huma Casa em Roma, que lhe deu Eugenio III. para se recolherem os Sacerdotes, e Cavalleiros da Ordem do Templo: e foy o caso, que depois que no Concilio Trecense se deu aos Templarios, e confirmou a Regra feita pelo grande Padre S. Bernardo no anno de 1138. como deixo escrito; no anno de 1140. ou pouco depois, por mandado do seu Gram Mestre, vieraõ alguns Cavalleiros a pedir nova Confirmaçaõ da Ordem, e de alguns Estatutos, que o tempo mostrou serem precisos: governava entaõ a Igreja de Deos o Santo Padre Innocencio II. que viveo até o anno de 1143. No tempo deste Pontifice morreo o celebre Joaõ dos Tempos, e dizem que com trezentos e sessenta annos de idade (maravilha grande para estes, em que já se vivia taõ pouco) como escreve Bautista Mantuano, Religioso Carmelita, e Poeta.

Illum fama refert hyemes vidisse trecentas.

Vieraõ

1001 Vieraõ mandados estes Cavalleiros a S. Bernardo, para que os protegesse com este Pontifice, que lhe devia naõ menos que a vida, a liberdade, e o socego no Pontificado, como escrevem Ilhescas, e Burio na Vida deste Pontifice; mas cuido vinhaõ enganados, pelas grandes, e indignas ingratidões do Papa Innocencio II. para S. Bernardo, se he verdade, o que escreve o Conego Guilherme Burio, ainda que Ilhescas naõ falla em tal; mas por isso darey as palavras de Burio: *Cum ecce (incredibile dictu) idem Innocentius eidem Bernardo, non tantum grates non rependit, sed amicitiæ illius pertæsus, ipsum veluti frequentibus suis scriptionibus permolestum fastidivit; ac demum iniquis malevolorum delationibus circumventus, eò iracundiæ, ac cæci furoris processit, ut invictissimum defensorem suum, atque Orbis Christiani Atlantem, imprudentiæ primùm accusaret, tum etiam perfidiæ, ac agitatæ in Ecclesiam proditionis criminaretur: uti patet ex Bernardi Epistolis 213. & 218.*

1002 Mas como este Pontifice naõ podia viver muito sendo ingrato, e desprezador dos favores do meu S. Bernardo, sentindo defeitos, e traições, aquellas admiraveis virtudes; e os dous Successores Celestino, e Lucio, ambos segundos, viveraõ sómente mezes, pois já no anno de 1145. por Oraculo Divino foy eleito Fr. Pedro Bernardo, Abbade de Santo Anastasio, com o no-

me de Eugenio III. discipulo do grande Padre S. Bernardo, para este Pontifice lhe deu o Santo Cartas, que apresentando-as o Cavalleiro Huberto, sobrinho de S. Bernardo, ao Pontifice; naõ só receberaõ o que pediaõ, mas grandes privilegios, e dispensas; e lhe fez em Roma a Casa, que digo, para se recolherem os Sacerdotes, e Cavalleiros da Ordem do Templo, que residissem na Curia, para receberem as esmolas, e acodirem aos negocios da Ordem: pelo que se mostra, que esta grande Religiaõ dos Templarios, logo nos seus principios teve Freires Sacerdotes, para o serviço da Ordem, com Casa em Roma, em que viviaõ.

1003 Mas já que falley nesta jornada, e nesta fundaçaõ da Casa em Roma, permitta-seme escrever hum caso admiravel, que refere o doutissimo Padre Brito na Chronica de Cister. Este Huberto, sobrinho de S. Bernardo, nesta jornada, que fez por Claraval, conseguio de S. Bernardo, por grande Reliquia, depois de grandes instancias, hum Habito seu, que deixaraõ depositado os Templarios naquella nova Casa, ou Mosteiro de Roma, que lhe dera o Pontifice. Succedeo pois, que hum dos Cavalleiros daquella Casa enfermou muy gravemente, e sem esperanças de vida, e com total desconfiança, ou desengano dos Medicos; mas com o seu juizo ainda perfeito se fez levar à Igreja, e lançando sobre

Brit. Chronic. Cisterc. lib. 3. cap. 23. prope fin.

ſobre ſi aquelle ſanto Habito, cheyo de fé, de eſperança, e devoçaõ; mas elle ſe traſpaſſou de maneira, que a juizo de todos parecia morto, e o meſmo Cavalleiro aſſim o entendia no ſeu juizo interior; porque na ſua repreſentaçaõ ſe reputava morto, ainda que nunca deſmayou na fé, e na eſperança, com que lançara ſobre ſi aquelle Habito ſanto.

1004 E depois contou, que lhe parecia, que via jazer o ſeu corpo já ſem alma, metido na tumba, e cercado de grande numero de Sacerdotes, que lhe faziaõ as Exequias; e que logo pouco depois via entrar pela Igreja hum Monge veſtido no Habito de S. Bernardo, e muy ſemelhante a elle: e que entrando na Igreja ſobira ao Altar môr, e fazendo ſinal com as mãos aos que cantavaõ, lhes diſſe naõ proſeguiſſem aquelles Officios, porque Deos por ſua miſericordia havia feito merce da vida daquelle homem ao Abbade de Claraval. Depois deſta viſaõ admiravel tornou em ſi o enfermo, e ſe levantou ſaõ, e livre de toda a enfermidade, que padecia, com grande admiraçaõ dos circunſtantes, a quem deu conta do que havia paſſado: e depois viveo muitos annos, referindo o caſo a todos para os inflammar na devoçaõ do grande Padre S. Bernardo. E ainda conſta melhor, que deſte caſo, das Bullas dos Santos Pontifices Adriano IV. e Clemente IV. que já deixámos eſcritas, aonde

aonde claramente ſe lê, naõ ſó que a preclariſſima Ordem Militar do Templo logo nos ſeus principios teve Freires Sacerdotes; mas neſtas meſmas Bullas ſe admiraõ huns Apoſtolicos teſtemunhos das valeroſas acções deſtes triunfantes Cavalleiros em defenſa, e obſequio da Religiaõ Catholica Romana.

F I M.

IN-

INDEX

DAS COUSAS MAIS NOTAVEIS, que se contém nestes dous Tomos das Memorias da Ordem Militar dos Templarios.

O Numero denota o Paragrafo.

A

Diz

Absalaõ.

Vence

Mafal-

As-

B

Repar-

Beau-

He

Bery-

Hu-

C

Appro-

De

He

Deixa

Constan-

In-

Cruzada.

O Pa-

Dictador.

Parte

E

Mataõ-

Queixaõ-

D. Fer-

F

Morre

G

Gerberto

Guilherme

Habey.

H

Mas

Anno,

I

Fica

Aſſiſte

Innocencio

Joaõ

Ref-

Joſſe-

L

Po-

Legados

Chega

He

M

Mal

Matri-

Vem

Impug-

tal

Vay

Em

N

O

A

P

Pedro

Pedro

O mesmo

Propo-

Q

R

Regentes.

Re-

Que

O que

S

Saffa-

Vay

Sibylla.

T

Conti-

Ob-

Cabe

Morrem

Iii ii Man-

Teuto-

Naõ

Foy

Z

FIM.

ERRA-

ERRATAS.

Tom. 1. pag. 57. linea 5. Impossivel Impunivel.
Tom. 1. pag. 320. linea 18. Baterias Batarias.
Tom. 1. pag. 321. linea 17. Fiderico Terrico.
Tom. 1. pag. 475. linea 26. Suria Syria.
Tom. 2. pag. 1086. linea 13. Obrigados Obrigado.